

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

CYNTHIA MARA MIRANDA

**INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO NO ESTADO:
Brasil e Canadá em perspectiva comparada**

Brasília, maio de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

CYNTHIA MARA MIRANDA

**INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO NO ESTADO:
Brasil e Canadá em perspectiva comparada**

Tese apresentada ao Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas (CEPPAC), do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Profa. Dra. Lia Zanotta Machado.

Brasília, maio de 2012

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CENTRO DE ESTUDOS E PÓS-GRADUAÇÃO SOBRE AS AMÉRICAS

TESE DE DOUTORADO

**INTEGRAÇÃO DE POLÍTICAS DE GÊNERO NO ESTADO:
Brasil e Canadá em Perspectiva Comparada**

Autora: Cynthia Mara Miranda

BANCA EXAMINADORA:

Titulares:

Profa. Dra. Lia Zanotta Machado (CEPPAC/UnB) – Orientadora

Profa. Dra. Temis Gomes Parente (História/UFT) – membro externo

Profa. Dra. Lourdes Maria Bandeira (SOL/UnB) – membro externo

Profa. Dra. Fernanda Antônia da Fonseca Sobral (SOL/UnB) – membro interno

Profa. Dra. Simone Rodrigues Pinto (CEPPAC) – membro interno

Suplente:

Profa. Dra. Lilia Gonçalves Magalhães Tavolaro (CEPPAC/UnB)

AGRADECIMENTOS

Aos colegas, funcionários e professores do CEPPAC e da UnB, pela oportunidade de convivência e aprendizado. Agradeço especialmente a minha orientadora Lia Zanotta Machado que, pacientemente me acompanhou durante todo o trajeto, tornou minha busca pelo conhecimento mais instigante e a travessia do jornalismo para as ciências sociais mais serena.

Esta pesquisa foi desenvolvida com o apoio do Governo Canadense por meio de uma bolsa de estudo oferecida pelo *Department of Foreign Affairs and International* que me permitiu ser pesquisadora visitante da Universidade de Carleton, em Ottawa/Canadá, pelo programa *Emerging Leaders of the Americas* no período de dezembro de 2010 a março de 2011. Nesse período, estive afiliada à Escola de Estudos Canadenses na Faculdade de Artes e Ciências Sociais sob a supervisão da professora L. Pauline Rankin. Agradeço as oportunidades acadêmicas, a parceria e a atenção especial que me foram dadas pela professora Rankin durante o desenvolvimento da pesquisa de campo na capital federal canadense, pois sem o seu apoio o resultado não teria sido o mesmo.

Agradeço as feministas, as parlamentares, gestoras e gestores públicos que contribuíram para minha pesquisa me concedendo entrevistas no Brasil e no Canadá. A Capes, que garantiu a minha sobrevivência no primeiro ano de doutorado, através da concessão da bolsa de estudo.

As minhas amigas e grandes incentivadoras: Verônica, Cristiane, Márcia, Ana Cláudia, Joseanes, Glays, Virgínia e Bernadete. Agradeço a assessora parlamentar da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados do Brasil, Joseanes Lima dos Santos, pela contribuição prestada no fornecimento das informações sobre a rotina das atividades da bancada, por disponibilizar documentos para a consulta e por facilitar o contato com as parlamentares que foram entrevistadas. Agradeço a Congregação do Curso de Jornalismo da Universidade Federal do Tocantins por me permitir dedicar exclusivamente à tese durante a pesquisa de campo no Canadá.

Por último e os mais importantes agradecimentos: a minha mãe Clarice por ter me ensinado desde cedo a lutar pelos meus objetivos com dignidade e esforço, as minhas irmãs Cymara e Mayara por assumirem as responsabilidades do lar, permitindo a minha mudança para Brasília. Agradeço ao meu companheiro Rogério pelo amor,

apoio e paciência nesses quatros anos de peregrinação pelo doutorado, razão da minha ausência em muitos momentos familiares. Agora começa um novo tempo sem a tese.

Cuando una mujer entra en política, cambia la mujer. Cuando entran muchas cambia la política.

Michelle Bachelet

RESUMO

Esta tese é um estudo comparativo das relações que a sociedade civil, o parlamento e os governos estabelecem para integrar as questões de gênero no Estado brasileiro e canadense, desde a criação da “Plataforma de Pequim” em 1995, momento paradigmático para a incorporação das questões de gênero nas políticas e programas dos governos até o ano de 2011. O foco predominante foi dado no Brasil a partir de 2003 com a chegada do Partido dos Trabalhadores na gestão do país, e no Canadá a partir de 2006, com a gestão federal do Partido Conservador. Ao estudar as relações em prol da igualdade de gênero estabelecidas pela sociedade civil, pelo parlamento e governos, buscamos dar ênfase às enunciações de três segmentos: feministas, parlamentares e gestores públicos das políticas de igualdade. Ao longo desta pesquisa, constatamos a presença de diferentes constrangimentos e oportunidades políticas que atrizes e atores, de distintos espaços de fala, vivenciam para institucionalizar as questões de gênero no Estado brasileiro e canadense. A disputa das temáticas de gênero pelas feministas brasileiras e canadenses implicou, em muitos momentos, em um enfrentamento constante aos valores culturais arcaicos ainda presentes nas sociedades, as forças políticas conservadoras, e as orientações neoliberais que influenciam a ação dos estados. As conclusões apontam que o sucesso na disputa pela incorporação das questões de gênero no Estado depende da construção de alianças entre feministas, parlamentares e governo. O estudo mostrou, dessa maneira, que a igualdade entre os gêneros para as feministas, parlamentares e gestores públicos está distante da realidade dos dois países, já que nenhum deles tem oferecido oportunidades de inserção igualitárias para as mulheres na sociedade, na política e na economia. O estudo mostrou, dessa maneira, que se as alianças são forças impulsionadoras para a integração das políticas de gênero nos Estados, os seus avanços e os seus recuos; a igualdade entre os gêneros para as feministas, parlamentares e gestores públicos continua distante da realidade dos dois países, ainda que os índices de desigualdade se distanciem entre os dois países, já que nenhum deles tem oferecido plenas oportunidades de inserção igualitárias para as mulheres na sociedade, na política e na economia.

Palavras-chave: Movimentos feministas. Brasil e Canadá. Máquina estatal das mulheres. Integração das políticas de gênero no Estado.

ABSTRACT

This thesis is a comparative study that investigates the integration and establishment of gender issues in civil society, parliament and government of both countries, since the creation of the Beijing Platform in 1995, which was a paradigmatic moment for the incorporation of political gender issues and governmental programs up to 2011. In Brazil, the significant fact occurred in 2003, when the Labour Party started to run the country. In Canada, the main fact happened in 2006, when the Federal Conservative Party came to power. By studying the relation established by civil society, parliament and government, in favor of gender equality, we emphasize the utterances of three segments: feminists, legislators and public administrators of equality policies. Throughout this research, we found the presence of different constraints and political opportunities that actors and actresses, from different places of speech, experienced in order to institutionalise gender issues in Brazil and Canada. The discussion concerning gender thematic, raised by Brazilian and Canadian feminists, triggered a constant confrontation related to cultural values remaining from archaic societies, conservative political forces, as well as, the neoliberal guidelines that influence the actions of states. The findings suggest that the success of the dispute to the incorporation of gender issues in the State depends on building alliances among feminists, parliament and government. The study showed that the gender equality for feminists, legislators and public administrators are distant from the reality of both countries, as none of them has offered opportunities for the inclusion of women in the society, politics and economy. In addition, the study showed that the alliances are the driving forces to the integration of gender policies in the States, their progress and their setbacks, the gender equality for feminists, legislators and public administrators are still far from the reality of both countries, even although the levels of inequality are different between them, as none of them has offered full integration and equal opportunities for women in society, politics and the economy.

Keywords: Feminist movements. Brazil and Canada. State machine of women. Integration of gender policies in the state.

LISTA DE SIGLAS

AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
CEDAW	Comitê para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e Caribe
CIDA	Agência Internacional de Desenvolvimento Canadense
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos da Mulher
CRIAW	<i>Canadian Research Institute for the Advancement of Women</i>
DEAM	Delegacia Especial de Atendimento à Mulher
FAFIA	Aliança Feminista Canadense de Ação Internacional
FEWO	Comitê Permanente da Condição da Mulher
FMI	Fundo Monetário Internacional
GBA	Análise Baseada em Gênero
GGGR	<i>Global Gender Gap Report</i>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSTRAW	Instituto Internacional de Pesquisa e Capacitação para o Fortalecimento das Mulheres
LOA	Lei Orçamentária Anual
NAC	Comitê de Ação Nacional da Condição da Mulher
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
NDP	Partido da Nova Democracia
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PC	Partido Conservador
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNPM	Plano Nacional de Políticas para as Mulheres
PP	Partido Progressista
PPA	Plano Plurianual

PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
RCSW	Comissão Real da Condição da Mulher
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SWC	<i>Status Women Canada</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 Metodologia.....	30
1.2 Plano de tese.....	37
2 PRIMÓRDIOS DO DEBATE SOBRE A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO ESTADO.....	39
2.1 Articulação feminista, ONU e a integração de gênero no Estado.....	45
2.2 Plataforma de Pequim, avanços e entraves à integração de gênero no Estado..	51
3 BRASIL E CANADÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA: Olhares Sobre o Contexto Político e Econômico	58
3.1 O Brasil e seu sistema de governo.....	60
3.2 O Canadá e o seu sistema de governo.....	65
3.3 A influência dos aspectos econômicos na integração de gênero no Brasil e no Canadá.....	70
4 EMERGÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NAS SOCIEDADES BRASILEIRA E CANADENSE.....	80
4.1 Revisitando os feminismos brasileiro e canadense.....	83
4.1.1 Brasil.....	85
4.1.2 Canadá.....	96
5 OLHARES FEMINISTAS SOBRE A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO ESTADO.....	105
5.1 Articulação de Mulheres Brasileiras.....	106
5.2 Atuação, forma de organização e articulação.....	110
5.3 Canadian Feminist Alliance for International Action.....	129
5.4 Atuação, forma de organização e articulação.....	132
5.5 Similaridades e diferenças da incidência feminista no Estado brasileiro e no Estado canadense.....	149
6 AS ATRIZES POLÍTICAS E A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO PARLAMENTO CANADENSE E BRASILEIRO.....	155
6.1 Bancada Feminina da Câmara dos Deputados do Brasil.....	160
6.2 Comitê Permanente da Condição das Mulheres na Câmara dos Comuns do Canadá.....	174
6.3 Similaridades na diferença: parlamentares canadenses e brasileiras disputando as demandas das mulheres no Legislativo.....	185

7 OLHARES DA GESTÃO PÚBLICA CANADENSE E BRASILEIRA	193
SOBRE O ENGENDRAMENTO DO ESTADO.....	
7.1 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.....	198
7.2 Status Women Canadá.....	206
7.3 Aproximações da gestão pública brasileira e canadense e o projeto de integração de gênero no Estado.....	213
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	217
REFERÊNCIAS.....	235
ANEXO – RELAÇÃO NOMINAL DOS ENTREVISTADOS.....	243

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho propõe uma discussão sobre as relações que as feministas, os parlamentares e os gestores públicos constroem para que as questões de gênero sejam integradas no Estado. Para isso, realizamos um estudo comparado com o objetivo de explorar as nuances da retórica e da interlocução que atores, situados em diferentes espaços geográficos e políticos, são capazes de produzir para pensar e materializar a igualdade entre os gêneros no Brasil e no Canadá. Esta comparação é esclarecedora porque mostra que, apesar de algumas semelhanças importantes na tessitura das relações entre sociedade civil, parlamento e governo nos referidos países, constrangimentos e oportunidades políticas diferenciadas emergem cotidianamente ora possibilitando, ora impossibilitando a aproximação, o diálogo e a negociação para integração das questões de gênero no Estado.

Do ponto de vista empírico, será respondida a seguinte indagação: Até que ponto as aproximações dialógicas entre os três atores (movimentos feministas, parlamentares e gestoras e gestores públicos) têm gerado no contexto atual uma agenda pró-ativa do Estado brasileiro e canadense para o projeto da igualdade de gênero?

Para responder à indagação proposta, foi preciso compreender que as políticas públicas de igualdade estão imbricadas em relações de poder que demandam historicamente na alocação de recursos materiais e simbólicos nos quais os Estados estão envolvidos diretamente. Pensar a integração das questões de gênero nas políticas de Estado no Brasil e no Canadá implica contextualizar como as questões de gênero têm sido incorporadas pelo Estado nos últimos quinze anos, momento da construção de um novo paradigma na forma de pensar e elaborar as políticas para a igualdade, motivado pelo processo que resultou na criação da “Plataforma de Ação de Pequim” em 1995 na “IV Conferencia Mundial sobre a Mulher”, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Brasil e Canadá são signatários da “IV Conferência Mundial sobre as Mulheres” e assumiram oficialmente o compromisso de combater a desigualdade entre os gêneros, a partir das estratégias estabelecidas pela “Plataforma de Ação de Pequim”. Apesar do compromisso assumido perante a Organização das Nações Unidas, nenhum deles, como será visto nos próximos capítulos, cumpriu as metas estabelecidas pela Plataforma para

combater a desigualdade de gênero, mesmo que tenham avançado em algumas das doze áreas¹ consideradas críticas pela ONU para a garantia dos direitos a todas as mulheres.

Mesmo com as numerosas conquistas das mulheres no mundo, o continente americano enfrenta o desafio de garantir os direitos civis, políticos e sociais a todas as mulheres de todos os países. Alguns países, como o Canadá, garantem esses direitos de maneira mais ampla, enquanto outros países, como o Brasil, enfrentam o desafio de estender esses direitos a uma escala maior de mulheres. Essa situação torna cada vez mais necessária o desenvolvimento de estratégias de integração de gênero no Estado, para garantir a plena participação das mulheres na sociedade.

As mulheres canadenses e brasileiras chegaram ao século XXI mais emponderadas e passaram a ocupar cada vez mais espaços na sociedade, nas universidades e no mercado de trabalho. No entanto, a ocupação desses espaços não se deu em igualdade de condições com os homens; brasileiras e canadenses enfrentam obstáculos para participar da esfera política, são as principais vítimas da violência doméstica, recebem salários desiguais para desempenhar as mesmas funções que os homens no mercado de trabalho e são as mais atingidas pela pobreza.

Segundo os dados da pesquisa *Global Gender Gap Report* (GGGR) de 2011² que investiga a disparidade entre os gêneros no mundo, realizada pelo “Fórum Mundial Econômico”, o Canadá ocupa a 18ª posição enquanto o Brasil ocupa a 82ª entre os 135 países investigados no ranking da desigualdade entre os gêneros. A pesquisa avalia quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político.

Os principais problemas apontados pela pesquisa no que se refere ao Brasil e ao Canadá, dentre as quatro áreas de investigação, são a garantia do empoderamento econômico e político das mulheres. Na área da participação e oportunidade econômica as brasileiras estão em maior desvantagem. Enquanto as canadenses têm uma

¹Identificaram-se doze áreas de preocupação prioritária, a saber: a crescente proporção de mulheres em situação de pobreza; a desigualdade no acesso à educação e à capacitação; a desigualdade no acesso aos serviços de saúde; a violência contra a mulher; os efeitos dos conflitos armados sobre a mulher; a desigualdade quanto à participação nas estruturas econômicas, nas atividades produtivas e no acesso a recursos; a desigualdade em relação à participação no poder político e nas instâncias decisórias; a insuficiência de mecanismos institucionais para a promoção do avanço da mulher; as deficiências na promoção e proteção dos direitos da mulher; o tratamento estereotipado dos temas relativos à mulher nos meios de comunicação e a desigualdade de acesso a esses meios; a desigualdade de participação nas decisões sobre o manejo dos recursos naturais e a proteção do meio ambiente; e a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina.

²Para mais informações sobre os dados segmentados da pesquisa consultar *Global Gender Gap Report*.

participação de 75% na força de trabalho e os homens de 83%, a participação das brasileiras é de 64% em relação a 85% dos homens.

Brasileiras e canadenses recebem menos em trabalhos similares do que os homens, e nesse aspecto o Brasil ocupa a 123ª posição e o Canadá a 18ª entre os 134 países pesquisados. No que se refere à renda média estimada em geral, as mulheres brasileiras recebem 60% do que recebe os homens enquanto as canadenses recebem 71%.

O GGGR mostra que o percentual das mulheres em cargo de chefia como legisladoras, oficiais seniores e gerentes continua baixo nos dois países, as mulheres representam 38% nesses cargos enquanto os homens representam 64% no Brasil e no Canadá. Em serviços profissionais e técnicos as mulheres estão em maior percentual, no Brasil elas ocupam 52% enquanto os homens 48%, e no Canadá elas representam 57% e os homens 43%.

A área referente à participação das mulheres na política corresponde a mais grave tanto no Brasil como no Canadá no que diz respeito ao avanço da igualdade entre os gêneros, em razão principalmente da baixa representatividade das mulheres na política. No parlamento canadense, elas representam 25% da Câmara dos Comuns enquanto o percentual do brasileiro na Câmara dos Deputados cai para 9% (GGGR, 2011). Em posições ministeriais, o número no Brasil também é reduzido 7% enquanto no Canadá o percentual é de 30%. Em 2011, em razão de mudanças efetuadas após a posse da presidenta Dilma, as mulheres passaram a ocupar 25%³ dos cargos ministeriais.

Durante o processo que resultou na construção de um novo paradigma, para pensar as políticas e os programas de governo, com um olhar para as questões de gênero e até mesmo depois, com os primeiros resultados da incorporação desse paradigma nas políticas e programas do Estado, os movimentos feministas brasileiros e canadenses, como os de outros países do mundo, estiveram presentes dando suas contribuições e exercendo uma vigilância constante para cobrar o cumprimento dos acordos internacionais pró-igualdade pelos governos.

Ao evidenciar as relações que são construídas entre diferentes atrizes e atores para a materialização do projeto da igualdade de gênero no Brasil e no Canadá, esta

³Mulheres representam 25% do ministério do governo Dilma. Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2011/01/mulheres-representam-25-do-ministerio-do-governo-dilma.html>>. Acesso em: 5 ago. 2011.

pesquisa enfatiza as discussões contemporâneas sobre as políticas públicas que reconhecem a desigualdade e se propõem a pensar o impacto diferenciado dessas para homens e mulheres; sejam tais políticas intituladas políticas públicas de igualdade, políticas públicas de equidade ou políticas públicas para as mulheres.

Assim, focamos nas políticas enunciadas pelas feministas, pelos parlamentares e gestores públicos que, na visão deles, contemplam as especificidades das mulheres com princípios de equidade e de igualdade. Entretanto, não é intenção desta pesquisa dar enfoque às diferenças, às similaridades ou às contradições que os conceitos de políticas públicas de “igualdade”, de “equidade” ou “para as mulheres” apresentam para as teóricas feministas ou para a gestão pública brasileira e canadense.

O que interessa é o ponto de vista adotado pelas atrizes e atores (feministas, parlamentares e gestores públicos) para designar tais políticas que tenham em sua concepção e configuração o compromisso em reconhecer as condições subordinadas que as mulheres em muitas situações vivenciam nas sociedades brasileiras e canadenses em detrimento das diversas práticas, atitudes e mentalidades sociais, culturais e religiosas, consideradas obstáculos para a promoção da igualdade.

Para Ferreira (2004), é preciso reconhecer que as mulheres são membros produtivos das sociedades, que o trabalho doméstico não pago é fundamental para manutenção das mesmas e que as mulheres contribuem para o desenvolvimento da economia.

Rankin e Wilcox (2004) argumentam que, embora a adoção do *gender mainstreaming*⁴ como uma estratégia central para as demandas de igualdade das mulheres perante os governos tenha criado novos espaços para a integração da análise de gênero nas políticas, não foi possível avançar em uma análise da política pública que abordasse a diversidade das mulheres de uma forma consistente.

As mulheres estão presentes na retórica e nas ações do Estado, especialmente graças aos esforços empreendidos pelos movimentos feministas e pela ONU durante as décadas de 1980 e 1990. Os estados nacionais desde então dirigem suas ações em políticas para as mulheres, interferem nas relações entre mulheres e homens e também incidem nas representações culturais, nos significados de ser mulher ou homem em diferentes sociedades.

⁴Políticas integradas de gênero.

No entanto, em muitas ocasiões é possível notar que o caminho para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres nas administrações locais, estaduais ou federais. Tal constatação se deve, entre outros motivos, à negligência do papel das mulheres como produtoras pelo Estado e ao direcionamento das políticas públicas para um recorte assistencialista que tende a reforçar a subalternização das mulheres.

As políticas na maioria dos casos não estão atentas à diversidade e à pluralidade de papéis desempenhados pelas mulheres nas sociedades, o que torna a atuação dos movimentos feministas fundamental para evitar a invisibilidade das mulheres nas políticas. A posição de “sentinelas da igualdade”, adotada pelas feministas nas mais diversas sociedades, busca impedir que equívocos possam ser cometidos pela gestão pública. No entanto, a interferência das feministas na elaboração de políticas de igualdade no Brasil e no Canadá, como veremos no Capítulo 3, depende das oportunidades políticas e dos constrangimentos que se apresentam para a atuação das feministas.

Mesmo que a igualdade entre os gêneros seja um projeto em fase inicial para a maioria dos países no mundo, são inegáveis os impactos que a “agenda de gênero” pós-plataforma de Pequim teve em várias partes do mundo ao oferecer uma nova forma de pensar as políticas públicas a partir de uma análise de gênero.

Para os organismos da ONU, a igualdade entre os gêneros é vista como um fator fundamental para o desenvolvimento democrático de um país. As ações dos governos precisam ser pensadas com o recorte de gênero, ou seja, no momento da elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas os gestores e as gestoras públicas devem ter em vista as distintas necessidades e especificidades entre homens e mulheres.

A igualdade entre os gêneros assumiu grande conotação no discurso da governança mundial, e adotar uma fala desfavorável à igualdade de gênero nos dias atuais poderia acarretar uma série de problemas nas relações diplomáticas e políticas construídas entre os países. Mesmo que os países não desenvolvam suas estratégias de integração de gênero de forma apropriada e condizente com a “Plataforma de Ação de Pequim”, pelo menos retoricamente assumir esse compromisso torna-se uma questão salutar. Segundo Ferreira (2004), em um período de crise da dívida externa de muitos países em que a interdependência entre os Estados tem aumentado cada vez mais, a convicção de que os governos são atualmente mais “responsivos” a pressões de ordem política é generalizada.

De acordo com Prá e Cheron (2011), a inclusão do recorte de gênero, deliberada em contexto mundial, implicou, para os governos, não apenas na incorporação de mecanismos institucionais de defesa dos direitos das mulheres, a exemplo de órgãos como Conselhos, coordenadorias, secretarias ou ministérios. Antes, significou a imperativa vinculação da transversalidade em qualquer proposta estatal e esfera governamental.

Para Bacchi (2010), a maioria das grandes organizações internacionais, como o Banco Mundial e a Organização Internacional do Trabalho, empregam formas de análise de gênero em seus programas. Em muitas democracias ocidentais, incluindo o Canadá, Nova Zelândia e partes da Europa, essas formas de análise também estão sendo utilizadas.

A análise de gênero é uma ferramenta associada a questões de gêneros, considerada a mais recente inovação na política de igualdade. Em linhas gerais, a integração é um compromisso e uma garantia de que cada parte de uma organização deve assumir a responsabilidade de assegurar o impacto das políticas igualmente para homens e mulheres. A análise de gênero, na sua forma mais comum, descreve uma metodologia para avaliar se a política é ou não atenta às “diferenças” entre homens e mulheres e a “diversidade” das mulheres (BACCHI, 2010).

A incorporação da análise de gênero nos aparatos institucionais tem se apresentado como uma ferramenta poderosa na análise dos impactos que diferentes contextos sociais, políticos e econômicos têm na vida de homens e mulheres e na elaboração de estratégias para reverter a desigualdade entre os gêneros no mundo. Resultados podem ser notados em diferentes partes do mundo com a adoção dessas estratégias.

A secretária-executiva da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), Alicia Bárcena (informação verbal)⁵, destacou alguns desses resultados na América Latina durante a cerimônia de inauguração da “11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe” em 13 de julho de 2010 em Brasília:

[...] o Chile, dentre outros louváveis esforços em prol da paridade, efetuou profundas reformas previdenciárias, em virtude das quais se reconhece, pela primeira vez, as dificuldades que as mulheres encontram ao longo de suas

⁵BÁRCENA, Alicia. (Discurso). Cerimônia de inauguração da “11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe”. Brasília. 13 jul. 2010.

vidas para inserir-se no mercado de trabalho; criou um sistema de creches e pôs à disposição da cidadania a pílula do dia seguinte. O Uruguai compartilha também o reconhecimento por suas reformas à seguridade social. A Argentina se destaca em relação às cotas e ao avanço das mulheres no poder legislativo. A Costa Rica é outro exemplo de criatividade em âmbitos de igualdade na família, leis de paternidade responsável e de licenças parentais. Outros países como a Bolívia, o Equador e a Venezuela colocaram a igualdade de gênero no cerne de suas reformas constitucionais, avançando na eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (BÁRCENA, 2010).

As iniciativas para o avanço da igualdade entre os gêneros no mundo durante a “11ª Conferência Regional sobre a Mulher da América Latina e do Caribe” reforçam, para Bárcena, o compromisso dos governos em continuar avançando no caminho para a igualdade de direitos e oportunidades entre mulheres e homens, porque somente desta forma a verdadeira liberdade e a democracia nas sociedades poderá ser alcançada.

Apesar do intenso esforço dos movimentos feministas em globalizar as pautas das mulheres, nota-se que, sem a adoção de um compromisso formal com a igualdade de gênero pela Organização das Nações Unidas, o caminho teria sido mais longo para pautar mundialmente as questões de gênero nos estados nacionais e oferecer aos gestores e gestoras públicas uma nova ferramenta para pensar a elaboração e o impacto das políticas na vida de homens e mulheres.

Os movimentos feministas continuam com a missão de negociar, fazer lobby, denunciar e cobrar dos governos o compromisso formal com a igualdade entre os gêneros. Além disso, cabe também a esses movimentos impulsionar o debate sobre as demandas das mulheres nos parlamentos e nos órgãos do governo com o objetivo de tornar as instituições mais sensíveis às questões de gênero.

Mesmo que a análise de gênero tenha trazido um caráter inovador para a gestão pública, sua implementação apresenta limitações em vários países. A maioria das gestoras e gestores públicos não dá destaque à análise das formas, pelas quais o gênero é construído, como uma relação de desigualdade com regras e práticas hierárquicas construídas em distintos espaços: família, Estado, sociedade e mercado (MACHADO, 2000).

Alvarez (2000) destaca que para alguns funcionários públicos, a palavra “gênero” parece ter se transformado em um termo a mais no vocabulário técnico de planejamento. Ele se tornou indicador neutro da modernidade, do desenvolvimento, em vez de significar um terreno ou domínio minado de relações desiguais de poder entre mulheres e homens como propõem as feministas.

O ponto de vista apresentado pela autora possibilita uma reflexão sobre o poder que as decisões políticas do Estado têm na adoção das questões de gênero pelos gestores públicos. Na medida em que os Estados dão um status secundário aos organismos e políticas de igualdade, estes por sua vez sofrem limitação no escopo da sua atuação, junto aos gestores públicos, que são os atores fundamentais para a transversalização das questões de gênero na máquina estatal como um todo.

Verloo (2002) alerta que as questões de gênero nas instituições não podem ser desenvolvidas plenamente em um clima hostil que não permita a articulação das organizações feministas com as instituições. As organizações feministas, como unidades de igualdade de gênero, são um ativo valioso para a integração e se colocam como interventoras legítimas no processo político para a garantia dos direitos a todas as mulheres.

A década de 1990 sinalizou de forma mais concreta os primeiros resultados da incorporação do *gender mainstreaming* em vários países do mundo, com o empenho na criação de agências especializadas em articular, criar, implementar e monitorar as políticas de igualdade. A incorporação desses mecanismos para igualdade mostra o resultado de um longo processo marcado pelo o diálogo de vários atores, dentre eles destacamos os que são foco da presente pesquisa: feministas, parlamentares e gestores públicos.

A criação de agências responsáveis pela integração de gênero no Estado “com status de ministério” representou um avanço na implementação da “Plataforma de Pequim”, porém uma análise mais profunda pode mostrar que em muitos países, nos quais tais agências estão presentes, o peso da atuação das mesmas na estrutura dos governos em termos de orçamento e poder de decisão é mínimo, o que demonstra que a igualdade entre os gêneros é um projeto que ainda não saiu do papel em muitas partes do mundo.

Os países em destaque na presente pesquisa possuem tais agências com status de ministério para integrar as questões de gênero no Estado. No Brasil temos a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) criada em 2003, e no Canadá a *Status Women Canada* criada em 1976. Antes da criação da SPM, o Brasil não dispunha de um organismo em âmbito federal, com status de ministério, para tratar das questões das mulheres. A primeira reposta dada por um governo federal brasileiro às demandas dos movimentos feministas aconteceu em 1985, com a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) junto ao Ministério da Justiça, composto por uma

Secretaria Executiva, por uma Assessoria Técnica e pelo Conselho Deliberativo, com orçamento próprio advindo da criação de um Fundo Especial de Direitos das Mulheres, na mesma Lei que criara o Conselho. A sua criação se deu graças à pressão das feministas como Ruth Escobar que negociaram com o primeiro presidente da transição do regime ditatorial para o regime democrático, José Sarney, vice-presidente que substituiu Tancredo Neves, eleito por um colegiado. Os feminismos brasileiros emergentes no início da década de 1970 crescem no final desse ano ganhando terreno com a abertura do regime e com o primeiro governo eleito ainda que por colegiado.

Céli Pinto (2003) destaca que o CNDM era composto por 17 conselheiras nomeadas pelo ministro da Justiça, das quais 1/3 advinha de movimentos de mulheres. Anteriormente, as mulheres não dispunham de um órgão institucionalizado para atender suas demandas específicas. A criação do Conselho foi resultado das reivindicações dos movimentos de mulheres por seus direitos e, com a abertura política dos governos após a ditadura, começaram a se integrar aos diversos espaços, agora como sujeitos políticos.

Lourdes Bandeira (2005) enfatiza que o CNDM surge com a missão de promover, em âmbito nacional, políticas para assegurar à mulher condições de liberdade, igualdade de direitos e de plena participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. O Conselho funcionou, dessa forma, como um órgão de articulação das demandas do movimento feminista e de mulheres em geral.

Em 1987, ano que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte em 1988, uma grande mobilização foi gerada pelo movimento feminista que, dentro e fora do CNDM, trabalhou com eficiência para que as reivindicações das mulheres fossem incorporadas à Constituinte (MIRANDA, 2010). Conduzindo uma campanha nacional com o tema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, o movimento conseguiu mobilizar muitas outras organizações de mulheres, possibilitando com isso a sistematização de suas propostas em um único documento, intitulado “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”⁶.

Nas palavras de Céli Pinto (2003), a carta foi o documento mais completo e abrangente produzido na época. Ela foi dividida em duas partes, a primeira propõe uma

⁶A “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte” foi o resultado de uma grande mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que realizou discussões e debates durante meses, por todo o país, resultando na elaboração da carta, entregue ao Congresso Nacional em 26 de agosto de 1986, pelas mãos de mais de mil mulheres. Disponível em: <<http://mulheres.org.br/violencia/planobnacional.html>>. Acesso em: 25 set. 2009.

agenda que ultrapassa em muito os limites dos interesses corporativos das mulheres, pois defendia a justiça social, a criação do Sistema Único de Saúde, o ensino público e gratuito em todos os níveis, a reforma agrária, entre outras propostas. A segunda parte do documento detalhava as demandas em relação aos direitos das mulheres, no que se referia à família, trabalho, saúde, educação e cultura, violência e questões nacionais e internacionais.

Essa intensa mobilização dos movimentos de mulheres, movimentos feministas, CNDM e parlamentares da bancada feminina foi exitosa e a Constituição de 1988 trouxe várias conquistas para as brasileiras. Entre elas, destacam-se: a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem qualquer tipo de distinção; a ampliação da licença-maternidade; a concessão de aposentadoria para as trabalhadoras rurais e o 13º salário e férias anuais de 30 dias para as empregadas domésticas (MIRANDA, 2007).

Durante todo o período de movimentação em torno da Constituinte, os movimentos feministas trabalharam diretamente no trato com os parlamentares, de modo a convencê-los da necessidade de serem atendidos em suas demandas. Essa atuação foi identificada pela imprensa como o “lobby do batom”⁷ e conseguiu aprovar em torno de 80% das reivindicações, constituindo-se no setor organizado da sociedade civil que mais vitórias conquistou.

O CNDM, no entanto, perdeu força a partir de 1989. Em janeiro desse mesmo ano foram nomeadas doze novas conselheiras, sem identidade alguma com o movimento de mulheres, o que provocou a renúncia coletiva das equipes técnica e financeira. Com Collor, o CNDM perdeu sua autonomia administrativa e financeira através da Medida Provisória 150, de 15 de agosto de 1990. Em 1995, o governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso reativou o CNDM, mas sem estrutura administrativa, sem orçamento próprio e com a nomeação de conselheiras sem consulta ao movimento de mulheres e feministas⁸.

⁷Movimento que possibilitou a articulação de feministas e parlamentares, durante todo o período de mobilização em torno da Constituinte, para o convencimento da necessidade de atender demandas das mulheres na nova constituição.

⁸Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - breve histórico. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/conselho/historico/historico>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

Segundo Bandeira (2005), as prioridades estabelecidas pela Secretaria foram o combate à violência contra a mulher, a participação da mulher no cenário político do país e sua inserção no mercado de trabalho.

Em 2002, pela pressão das redes nacionais dos movimentos feministas e de mulheres, foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher, subordinada à pasta da Justiça, sem, no entanto, competência e estrutura claramente definidas. De acordo com o Projeto de Lei⁹ que criou a Secretaria, o objetivo do novo órgão é difundir e implementar ações que tragam para o cotidiano das mulheres os direitos assegurados na legislação brasileira e nos tratados internacionais ratificados pelo governo brasileiro.

Com o final do governo FHC, Pimenta (2008) destaca que em virtude de uma grande capacidade de articulação dentro do governo, contando com o apoio do Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) e da Unidade da Mulher & Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), a então Ministra de Estado dos Direitos da Mulher, Solange Bentes Jurema, conseguiu negociar, pela primeira vez na história do país, que o tema gênero fosse um dos itens da agenda do governo de transição.

Segundo Bentes (2004), a Comissão de Transição abriu espaço de debate para uma agenda de governabilidade democrática entre os governos e os movimentos de mulheres, e esse fato constituiu-se em um marco para a institucionalização da questão de gênero no Brasil.

No primeiro dia de mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de janeiro de 2003, a SPM foi criada, com o objetivo de estabelecer políticas públicas que contribuam para a melhoria da vida de todas as brasileiras, reafirmando o compromisso do governo federal com as mulheres do país. A SPM tem como desafio incorporar as especificidades das mulheres nas políticas públicas e estabelecer as condições necessárias para a sua plena cidadania.

No Canadá, um órgão formal que institucionaliza a relação entre os movimentos feministas e as estruturas burocráticas foi criado em 1954, com o estabelecimento de uma agência da mulher, a *Women's Bureau*, subordinada ao Departamento Federal do Trabalho. Essa iniciativa foi parte do esforço internacional que focou a atenção na posição da mulher e na força de trabalho remunerado.

⁹Projeto de Lei - Cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/30961.pdf>>. Acesso em: 14 fev. 2012.

Ativistas do movimento trabalhista canadense e outras mulheres envolvidas no “Congresso da Mulher Canadense” (formado em 1950) viram a agência *Women’s Bureau* principalmente como fonte de dados para a Organização Internacional do Trabalho sobre a condição da mulher na força de trabalho remunerado. A *Women’s Bureau*, desenvolvida no departamento governamental, refletia uma proposta de compreender a participação da mulher canadense na força de trabalho remunerada e tinha a cultura de *advocacy*¹⁰.

Uma intensa mobilização feminista em meados dos anos 1960 reuniu feministas do Canadá Francófono e Anglófono em uma grande aliança, para solicitar a criação de uma Comissão Real da Condição da Mulher (*Royal Commission on the Status of Women*) para tratar dos problemas específicos das mulheres. O governo federal concordou em criar a comissão em 1967, com vistas a investigar as demandas para a legitimação da igualdade da mulher. Essa conquista se deu graças à atuação dos movimentos feministas.

Em 1970, a Comissão Real da Condição da Mulher apresentou ao governo federal 167 recomendações demandadas pelos movimentos feministas com intuito de melhorar a condição de vida das mulheres canadenses. Para atender a essas recomendações, foi criado um Comitê de Implementação com status de agência autônoma, localizado inicialmente no Privy Council Office¹¹.

A posição de ministra responsável pela Condição da Mulher foi criada em 1971 no gabinete do governo canadense como produto da Comissão Real da Condição da Mulher. Muitos gabinetes provinciais criaram uma posição semelhante, inicialmente com o propósito de implementar as recomendações. Em 1976, a Comissão tornou-se uma agência departamental do governo federal, com status de ministério, criada como uma extensão do ministério responsável pela área de patrimônio e línguas oficiais.

O *Minister of Canadian Heritage, Status Women and Official Languages* desempenhou o papel de assegurar a coordenação, a coerência e o desenvolvimento de ações do governo para garantir a igualdade das mulheres, contribuindo para que elas

¹⁰*Advocacy* é uma forma de trabalhar com o objetivo de ampliar a capacidade de intervenção dos movimentos nas agendas políticas. Indivíduos, organizações, empresas e órgãos de governo podem se engajar na *advocacy*. Uma tradução possível seria simplesmente a defesa dos direitos.

Disponível em: <<http://www.agende.org.br/projetos/advocacy/advocacy.php>>. Acesso: 8 out. 2007.

¹¹No Canadá, o Privy Council Office é o secretariado do gabinete federal e o departamento do Primeiro Ministro. Fornece um Conselho não-partidário e serve de suporte para o Primeiro Ministro, coordenando os departamentos e agências do governo. Disponível em: <<http://www.pco-bcp.gc.ca>>. Acesso: 5 out. 2007.

pudessem ter uma maior participação econômica, social, cultural e política na vida do país.

A *Status Women Canada* (SWC) atua para promover a plena participação das mulheres na vida econômica, social e democrática do Canadá e trabalha para remover as barreiras da participação das mulheres na sociedade, pondo especial ênfase no aumento da segurança econômica das mulheres e na eliminação da violência contra as mesmas¹².

Como podemos notar as respostas do Estado canadense aos movimentos feministas foram dadas de forma mais acelerada do que as do Estado brasileiro. As questões de gênero foram introduzidas no aparato estatal canadense em meados da década de 1950, sendo expandidas mais intensamente nos anos 1960 e 1970, no auge do período que ficou conhecido como “Segunda Onda Feminista”¹³. No Brasil, o Estado respondeu tardiamente às demandas feministas; a primeira resposta aconteceu em meados dos anos 1980 com a criação do CNDM, e no início do ano 2000 as respostas estatais passaram a assumir um caráter mais ampliado.

As maneiras em que o Estado “produz gênero” em diferentes países do mundo tende a ser afetada diretamente pelos interesses políticos, econômicos e sociais que muitas vezes caminham na contramão dos interesses das mulheres. A resposta que os governos dão às demandas das mulheres, dessa maneira, tende a ser modificada por pressões externas (movimentos sociais, meios de comunicação, opinião pública, organizações internacionais), que criam os constrangimentos e as oportunidades políticas para o “engendramento” do Estado.

Para Tarrow (1998), as forças governamentais respondem aos movimentos sociais com repressão, reforma ou uma combinação dos dois. A lógica de ampliação da ação coletiva gera resultados na esfera política institucional, onde os competidores que iniciaram o ciclo têm influência menor e menos poder sobre os resultados das negociações.

As reflexões teóricas propostas por Tarrow sobre os movimentos sociais e as disputas políticas mostram a importância da construção de alianças entre os movimentos

¹²Informações disponibilizadas no endereço eletrônico da *Status Women Canada*. Disponível em: <<http://www.swc-cfc.gc.ca/abu-ans/index-eng.html>>. Acesso em: 17 fev. 2012.

¹³O movimento feminista denominado de “Segunda Onda” surgiu depois da Segunda Guerra Mundial, tendo entre suas principais reivindicações o direito ao corpo, ao prazer e à prática contra o patriarcado. Enquanto que, o feminismo da “Primeira Onda” tinha como objetivo principal promover a igualdade nos direitos contratuais, e depois passou a se focar na conquista do poder político, especialmente no direito ao voto por parte das mulheres.

feministas e parlamentares. As alianças permitem que o ciclo de disputa seja alargado, criando oportunidades capazes de impulsionar mudanças.

O Parlamento exerce influência direta na integração das questões de gênero no Estado, na medida em que atua como proponente e defensor das demandas feministas. Cabe ao Parlamento, como um todo, legislar sobre todas as questões de interesse nacional e fiscalizar os atos do Poder Executivo. Partindo dessa prerrogativa, o Parlamento tem poder para legislar sobre temas que podem resultar em políticas de igualdade bem como aprovar dotação orçamentária para as mesmas. No entanto, o processo que permeia as decisões parlamentares pró-ativas à igualdade de gênero demanda uma intensa negociação das mulheres que geralmente estão em minoria tanto no Brasil quanto no Canadá.

Diante dos constrangimentos por vezes apresentados à atuação feminista no Parlamento, a parceria entre as feministas e as parlamentares, com uma visão mais progressista sobre os direitos das mulheres, torna-se fundamental como estratégia para aumentar as condições de disputa de suas demandas. Assim, as feministas, além de dialogar individualmente com cada parlamentar para estabelecer uma rede de contato, também buscam dialogar com grupos de parlamentares reunidos em espaços específicos destinados a debater as questões de gênero.

No Brasil e no Canadá, como veremos no Capítulo 6, temos a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados e a Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns, espaços parlamentares fundamentais para a gestação de projetos de leis que possam beneficiar as mulheres na garantias dos seus direitos.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados do Brasil atua desde 1988, momento paradigmático para a história do país, quando foi promulgada a atual lei fundamental do país, e as mulheres graças à atuação conjunta entre as parlamentares e as feministas conquistaram diversas garantias na Constituição.

O sistema governamental brasileiro acabara de passar por um longo período de regime autoritário e com a nova constituição, o direito maior de um cidadão que vive em uma democracia foi conquistado: foi determinada a eleição direta para os cargos de presidente da República, governador do Estado e do Distrito Federal, prefeito, deputado federal, estadual e distrital, senador e vereador.

A Bancada Feminina foi criada em razão da mobilização para a garantia de direitos para as mulheres na nova constituição, deste então continua mantendo diálogos com os movimentos feministas a cada legislatura. Entre as ações da bancada, de acordo

com o Regimento Interno da Bancada Feminina (2007), podemos destacar: a conquista e ampliação de espaços de participação política da mulher no Legislativo, no Executivo e na sociedade; a luta pela agilidade na tramitação e na aprovação das proposições relativas e/ou de interesse da mulher nas comissões e no Plenário da Casa; e o estímulo à participação das entidades na sociedade civil, organizada nas diversas iniciativas da Bancada Feminina.

No Canadá, durante a 34ª legislatura parlamentar (1988-1993), as questões das mulheres estavam contempladas de forma secundária na Comissão Permanente de Saúde, Bem-Estar e Assuntos Sociais. O espaço destinado para discutir tais questões funcionava como uma subcomissão dentro da comissão permanente. A subcomissão desempenhou um papel importante nesse período, promovendo diversas atividades como a produção de relatórios, exigindo que o governo solicitasse uma campanha nacional de prevenção da violência contra as mulheres; treinamento para os profissionais do sistema de justiça criminal, para tratar das questões de gênero; financiamento seguro para as agências que prestam serviços às vítimas; uma política jurídica que permita ao juiz decretar a retirada de homens acusados de agressão conjugal da casa da família; e uma comissão real sobre a violência contra as mulheres.

Em resposta às recomendações do subcomitê, o governo federal estabeleceu o “Painel Canadense sobre a Violência Contra a Mulher” em 1991. Este Painel divulgou seu relatório em 1993, depois de viajar por todo o país e receber mais de 800 apresentações sobre o tema da violência contra as mulheres.

As questões das mulheres no Parlamento Canadense passam a adquirir um status mais autônomo e de maior destaque com a criação da Comissão Permanente da Condição da Mulher (FEWO) em 2004. Entre os objetivos da FEWO podemos destacar: atuar para o avanço da igualdade de gênero, atuar para que o governo federal responda às demandas das mulheres e atuar no combate à pobreza feminina e à violência contra as mulheres.

Desse modo, ao focar o papel das atrizes da esfera política parlamentar na integração de gênero no Estado, esta pesquisa buscou responder as seguintes indagações: Como os movimentos feministas constroem suas alianças com as parlamentares? Como feministas e parlamentares se articulam para pautar as questões de gênero no parlamento? Como se dá o *modus articulandis*, o que se ganha e o que se perde diante das alianças que têm sido construídas na contemporaneidade?

Ao longo dos quinze anos posteriores à “Plataforma de Ação de Pequim” evidenciou, tanto no Brasil como no Canadá, uma busca constante dos movimentos feministas em abrir um canal de diálogo permanente nos parlamentos e nos governos de diversos países para reivindicar a materialização do compromisso com a igualdade de gênero aos estados nacionais.

No ano 2000, iniciam-se as primeiras avaliações das estratégias implementadas pelos estados a partir dos compromissos assumidos na “Plataforma de Pequim”¹⁴ para avançar na igualdade entre os gêneros no mundo. Seções especiais promovidas pela Organização das Nações Unidas como Pequim + 5, Pequim + 10 e Pequim + 15 debateram os avanços e obstáculos na implementação da plataforma. Feministas organizadas em redes nacionais e internacionais, a partir do processo das conferências, participaram ativamente dessas avaliações, por meio dos Fóruns de Organizações Feministas promovidos pela ONU como uma preparação para as discussões, elaboração de reivindicações para as assembleias e apresentação dos relatórios sombra sobre as atuações dos estados.

Nota-se que a herança do processo de articulação em torno da “IV Conferência de Pequim” foi fundamental nos anos seguintes para a manutenção e ampliação das redes feministas criadas antes, durante e depois da conferência, como veremos no Capítulo 4. A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e a Aliança Canadense Feminista de Ação Internacional (Fafia), respectivamente organizações feministas do Brasil e do Canadá emergem nesse contexto, desempenhando papel fundamental no período pós-conferência para continuar a articulação das feministas em âmbito nacional para incidir no Estado em prol da igualdade de gênero.

Todas as atividades políticas e organizativas da AMB e Fafia têm sido voltadas para a conquista das políticas públicas de igualdade, para o aperfeiçoamento da legislação de proteção à mulher e para a avaliação e monitoramento da implantação dessas políticas e dos acordos firmados no campo internacional, pelos governos nacionais, o que para Costa (2005) exige uma constante interlocução e articulação com o Estado.

A AMB é integrada por mulheres feministas que atuam em diferentes espaços de participação da organização, em nome próprio ou através da representação de organizações e movimentos feministas, setoriais de mulheres de movimentos sociais

¹⁴A “Conferência de Beijing” foi a principal conferência do ciclo das conferências da ONU que criou a marca *gender mainstreaming*.

e/ou setoriais de mulheres de partidos políticos. Desde sua criação, em 1994, a AMB vem atualizando periodicamente seu programa de ação, sendo parte de sua prática política a mobilização dos movimentos de mulheres para formularem objetivos comuns.

Fafia é uma aliança de organizações e indivíduos de cada província, território e região do Canadá, comprometidos com a igualdade entre os gêneros. O objetivo da organização é atuar na promoção da igualdade das mulheres no Canadá através da implementação interna de seus compromissos internacionais de direitos humanos. Desde a sua criação, em 1999, a Fafia assumiu vários compromissos entre eles: trabalhar para melhorar as condições de vida das mulheres no Canadá de uma maneira que também favoreça o apoio às mulheres com abrangência internacional e manter como prioridade o impacto das políticas econômicas sobre as mulheres, tanto nacionais quanto internacionais.

No Capítulo 5, ao abordar especificamente a AMB e Fafia, será dado destaque às enunciações feministas sobre o contexto atual do diálogo nos espaços parlamentar e governamental e a forma como este diálogo contribui para a tessitura da integração das questões de gênero no Estado brasileiro e canadense.

A pesquisa que apresento a seguir é fruto do meu interesse pela produção acadêmica sobre as relações dos movimentos feministas com o Estado e seu impacto inovador nas sociedades americanas. A partir deste recorte ampliado, minhas indagações se direcionaram ao entendimento dessas relações do ponto de vista sociológico, antropológico e da ciência política; tendo como foco de estudo a integração das questões de gênero no Estado brasileiro e canadense vista pelas atrizes e atores que desempenham papel fundamental nessa integração: sociedade civil, parlamento e governo.

O interesse nos estudos comparados sobre as atuações feministas nas Américas, em particular no Brasil e no Canadá, vem de longa data, estimulado por experiências que me permitiram atentar para o fato de que a incidência feminista nos estados nacionais é fundamental para a materialização dos projetos de igualdade de gênero nas mais diferentes sociedades.

Em 2002, participei da “Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras” (CNMB) promovida pela AMB em Brasília, e ao conhecer a articulação da rede integrada por feministas de vários estados brasileiros e a capacidade organizativa para construir consensos em torno das demandas para incidir no Estado, chamou-me a atenção a possibilidade de trabalhar sistematicamente para compreender o processo

político que cria oportunidades políticas para que as feministas se aproximem dos governos.

Meu interesse em estudar o Canadá e não outro país americano surgiu em 2003, quando participei do “III Fórum Social Mundial”, em Porto Alegre, e tive a oportunidade de conhecer as feministas da “Marcha Mundial das Mulheres”, o que despertou meu interesse em pesquisar os feminismos brasileiros e canadenses¹⁵. Identificada como “uma ação do movimento feminista internacional de luta contra a pobreza e a violência sexista”, a Marcha se originou em 2000, no Canadá, e criou uma rede feminista, com o objetivo de fortalecer as reivindicações das mulheres em todo o mundo.

Após meu primeiro contato com a Marcha, busquei obter outras informações sobre as diferentes expressões dos feminismos canadenses e a forma como constroem espaços de diálogo nas instituições do Estado. Em 2006, ao ingressar no mestrado do Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas, iniciei minha investigação sobre os movimentos feministas, particularmente me detendo em uma abordagem mais histórica, focada apenas no Brasil. Contudo, ao ingressar no doutorado no mesmo centro de pesquisa, em 2008, meus estudos se direcionaram para uma abordagem mais contemporânea e de caráter comparativo sobre as relações que feministas estabelecem nos espaços de poder para incidir no Estado.

O estudo traz como enfoque o período contemporâneo da integração de gênero no Estado, desde a criação da “Plataforma de Pequim” em 1995 até o ano de 2011. O foco predominante foi dado, no Brasil, a partir de 2003 com a chegada do Partido dos Trabalhadores na gestão do país e, no Canadá, a partir de 2006 com a gestão federal do Partido Conservador.

A pesquisa não tem a intenção de abarcar a diversidade dos feminismos brasileiros e canadenses, assim, ao focar duas organizações feministas de atuação nacional em seus respectivos países, buscamos mostrar apenas uma das dimensões possíveis para o ativismo feminista brasileiro e canadense, capitaneado por estas organizações para incidir no Estado. Não será abordado, no que diz respeito ao bilinguismo oficial do Canadá, as diferenças entre os feminismos influenciados pela

¹⁵No Brasil, a Marcha esteve presente no referido “Fórum Social Mundial”, na Marcha das Margaridas e em várias campanhas nacionais e internacionais. Cf. Marcha Mundial das Mulheres. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha>>. Acesso: 22 nov. 2006.

cultura inglesa e os feminismos influenciados pela cultura francesa, embora reconheçamos a importância dessas influências na forma como cada feminismo atua.

Dessa forma, propomos realizar um estudo sobre a integração de gênero nos estados nacionais a partir do ponto de vista das feministas, dos parlamentares e dos gestores públicos e buscamos compreender quais são os constrangimentos e as oportunidades políticas que se apresentam, nos dias atuais, no Brasil e no Canadá para a integração das questões de gênero no Estado, assim como quais são os diferentes modos pelos quais os três atores visualizam a integração das questões de gênero.

1.1 Metodologia

Trata-se de um estudo comparativo das Ciências Sociais na área dos estudos feministas, tendo o Brasil e o Canadá como centro das análises. Dentre os objetivos propostos na comparação dos dois países, buscamos explicações consistentes sobre as relações que as feministas constroem para a integração das questões de gênero. Os estudos comparados sobre as atuações dos movimentos feministas caminham em direção a um foco no qual os movimentos e seus aliados são vistos como parte essencial para obtenção de uma variedade de ambientes políticos. A construção das relações entre feministas, parlamentares e gestores públicos, dessa forma, assume um papel fundamental para a introdução e incidência das questões de gênero no Estado.

Conforme observa Machado (1992), os estudos feministas promovem uma interlocução e um diálogo crítico e constante em diferentes disciplinas e com o pensamento feminista, que são responsáveis pela constituição de um campo de saber interdisciplinar. Essa interdisciplinaridade do campo de estudos feministas resulta do estabelecimento de um diálogo pelo movimento feminista com a academia, atravessando especialmente o campo das ciências sociais, da psicanálise, da linguística e da literatura.

O marco teórico da pesquisa se orienta na vertente dos estudos feministas, que enfatizam especialmente a relação entre os movimentos feministas e o Estado. Nas palavras de Costa (2005), o feminismo constitui-se em um amplo espectro de discursos diversos sobre as relações de poder. O estudo dessas relações de poder que são estabelecidas entre os referidos atores permitirá identificar as oportunidades políticas e os constrangimentos que se apresentam nas sociedades brasileira e canadense para a

garantia da incorporação das perspectivas de gênero no desenvolvimento político e na busca pela igualdade.

Para Tarrow (1998), as disputas políticas que proporcionam a atuação dos movimentos sociais emergem em resposta a mudanças nas oportunidades políticas e nos constrangimentos que motivam os participantes de movimentos a responderem a uma variedade de incentivos. Para o autor, as oportunidades políticas constituem-se como dimensões da luta política que incentivam as pessoas a engajar em políticas controversas. Por constrangimentos, o autor considera os fatores que desencorajam as disputas políticas – repressão como também a capacidade das autoridades para apresentar uma frente sólida para os insurgentes.

Não existe uma fórmula simples para prever o momento exato em que os constrangimentos surgirão, pois, como veremos ao longo da pesquisa, a ocorrência dos constrangimentos e das oportunidades políticas para a incidência feminista no Estado está diretamente influenciada por circunstâncias históricas, políticas, econômicas e culturais que podem variar em direções opostas.

Para Abu-Laban (2008), pensar as teorias que ligam os conceitos de “Estado” e “sociedade” a um viés feminista de forma integrada implica repensá-las de forma a dar significância às relações de gênero. Assim, ao visualizar o Estado como organização, tal como propôs Weber, é preciso sintonizar as experiências das mulheres que realizam o trabalho do cuidado para a manutenção da sociedade e do Estado, e ao mesmo tempo agregar conceitos marxistas de poder do Estado para compreender como as mulheres vivenciam graus diferentes de exploração e subordinação nas mais diversas sociedades.

No final dos anos 1980, novas respostas para entender o Estado através de uma teoria feminista foram formuladas. Abu-Laban (2008) adverte que, se por um lado foram feitas tentativas de modificar ainda mais a teoria do Estado tendo em conta o papel complexo e variável desempenhado pelas mulheres como cuidadoras e assalariadas e o papel complexo e variável desempenhado por diferentes estados em reproduzir a desigualdade de gênero, por outro lado, algumas feministas fizeram advertências contra a tentativa de desenvolver uma teoria do Estado que pudesse construir um envolvimento em um terreno político divergente do feminismo.

A partir de meados dos anos 1990, podemos notar, em meio a diferentes constrangimentos e oportunidades políticas, uma intensa atuação dos movimentos feministas para incidir no Estado. Conforme Chappel (2002), se as feministas estão buscando a igualdade de remuneração, as leis antiviolação doméstica, as leis pró-

aborto, a capacitação profissional ou as creches, elas devem se envolver com as instituições do Estado em algum nível. A natureza dessa relação pode variar entre aceitar o mínimo ou o máximo de ajuda financeira, para desenvolver os projetos das organizações feministas, ou então as feministas podem assumir postos de trabalho nas instituições de políticas de igualdade.

Teóricas da Ciência Política destacam a incidência feminista na tomada de decisão do governo como importante para o desenvolvimento do que chamam de “Feminismo de Estado” (STETSON; MAZUR, 1995, RANKIN; VICKERS, 2001, KANTOLLA; SQUIRES, 2008). Da mesma forma como o conceito de gênero é carregado de contradições, embates e discordâncias entre as teóricas do feminismo, o conceito “Feminismo de Estado” também o é. O feminismo de estado pode significar, conforme as autoras, ou a entrada das feministas por meio de contrato de trabalho nos organismos de políticas para mulheres ou a contratação de organizações não governamentais (ongs) feministas para desempenhar serviços para o Estado ou ainda a criação dos próprios organismos, a elaboração de políticas e legislações que busquem promover a igualdade entre os gêneros.

Apesar da presente pesquisa não adotar a nomenclatura *feminismo de estado* para se referir à integração das questões de gênero no Estado, ao levantar questões relacionadas às articulações que feministas brasileiras e canadenses realizam para incidir no Estado, estamos tratando das questões abordadas na discussão sobre feminismo de estado.

Para Stetson e Mazur (1995) o “Feminismo de Estado” se refere às atividades estruturadas do governo que estão formalmente encarregadas de promover o status e os direitos das mulheres. Kantolla e Squires (2008) destacam que o conceito é amplamente utilizado para se referir às agências de políticas para as mulheres dentro do Estado e também para sinalizar a entrada das feministas nos organismos institucionais voltados para as questões das mulheres. Agências de políticas para as mulheres, para as autoras, são teorizadas como um elo entre os movimentos de mulheres e o Estado.

É importante mencionar a presença constante deste conceito nas discussões contemporâneas sobre as políticas de igualdade de gênero como resultado de um acúmulo no estudo sobre a participação efetiva das mulheres na formulação de políticas públicas e na produção do conhecimento empírico dos movimentos feministas sobre as desigualdades vivenciadas pelas mulheres em diferentes sociedades e tempos.

Segundo Rankin (2001), a evolução do “Feminismo de Estado” é importante para determinar se a rede de agências políticas para as mulheres, que existe dentro das estruturas do Estado, fornece oportunidades para as mulheres, tendo em vista a mudança, ou se elas existem principalmente para que os governos digam que estão consultando as mulheres e levando em conta suas necessidades.

As redes de instituições feministas de estado emergem no Canadá principalmente nos anos 70 e no Brasil em meados dos anos 80 como resultado da articulação das feministas que não se reportavam aos governos como portadoras de um discurso situado apenas na militância em movimento social mas também situado em outras esferas da sociedade. Contudo, nossa pesquisa nos mostra que, quer se chame de feminismo de estado a presença de feministas em instituições de Estado voltadas para a integração de gênero e para a igualdade de gênero, ou se chame de feminismo de estado, estas instituições voltadas para a igualdade de gênero, contratam elas ou não feministas; a própria permanência destes órgãos com estes objetivos, depende da contínua movimentação e articulação das feministas e dos movimentos de mulheres apresentando demandas ao Estado.

No Brasil e no Canadá nota-se ao longo da história da emergência dos movimentos feministas e especialmente na história recente brasileira que as feministas têm transitado, muitas vezes simultaneamente, em diferentes espaços discursivos da busca da igualdade entre os gêneros como o espaço da academia, do movimento social, das organizações não governamentais, dos partidos políticos e do governo.

No Brasil, hoje, o que se chamam e são chamados movimentos feministas, são tanto movimentações em espaços informais como os múltiplos “grupos” e “fóruns de mulheres” locais, municipais e estaduais, que atuam presencialmente e pela internet, como também movimentações feministas que se consolidaram ou se consolidam em torno da criação de organizações não governamentais. Nos anos oitenta, criaram-se vários núcleos de estudo de gênero nas Universidades brasileiras, apontando aí a presença de feministas, em geral suas fundadoras. Foi durante os anos 90 que se constituíram ongs com recursos de ongs internacionais e, parcialmente com recursos advindos de editais governamentais. Fóruns e ongs se entrecruzam na formação das redes nacionais e regionais que se criaram também a partir dos anos noventa. Não é possível esquecer as articulações entre feministas e movimentos de mulheres que atuam no interior de partidos políticos e no interior de sindicatos e centrais sindicais e

profissionais, com a movimentação das feministas em âmbito não partidário e não sindical.

Foram e são assim muito os “interlugares” das atrizes que participam das articulações para a integração das questões de gênero nas políticas estatais. Ora em instituições governamentais, ora em organizações não governamentais, simultaneamente na academia. Ainda que estes interlugares não tenham sido o foco desta investigação, foram notados ao longo da pesquisa como uma dimensão importante da identidade feminista e elemento muitas vezes “oportunizador” da entrada delas no Estado e da disputa das temáticas de gênero nos espaços políticos.

A presença simultânea das feministas nos *interlugares* que são construídos nos movimentos feministas em primeiro lugar e nas organizações não governamentais feministas em segundo lugar são marcas também interrelacionadas da organização feminista na sociedade brasileira e na sociedade canadense. Nesse sentido a referência aos movimentos feministas e às ONGs feministas na presente pesquisa deve ser vista como espaço muitas vezes articulado de fala dos dois segmentos, ou seja, os movimentos estão intimamente ligados às ONGs como também as ONGs estão ligadas aos movimentos.

A entrada das feministas no Estado seja, no espaço dos conselhos ou no espaço dos organismos de políticas para as mulheres, nas duas nações, foi impulsionada pela instrumentalização das feministas militantes pelas ONGs feministas que floresceram ao longo dos anos 80 e 90 no Brasil e no Canadá permitindo assim a formação de quadros na militância para ocupar os espaços institucionais do Estado. Estas instituições, por sua vez, absorveram também profissionais e técnicas/os inicialmente não feministas, mas que aderiram aos objetivos de integração de gênero no Estado.

De modo geral, a metodologia de pesquisa foi influenciada pelos debates epistemológicos feministas, os quais têm gerado princípios atentos continuamente para a significância e assimetria de gênero, como uma característica básica da vida social. Sendo assim, ao aceitar os princípios acima descritos, esta tese se construiu a partir de uma meta feminista de observar o que está sendo dito e relacionar com o que não está sendo dito e de captar nas entrelinhas dos discursos, provenientes de distintos espaços de fala (sociedade civil, parlamento e governo), os diferentes confrontos, aproximações e concepções do que venham a ser os projetos de igualdade de gênero para cada ator.

Para compreender as relações construídas entre feministas, parlamentares e gestores públicos no Canadá e no Brasil em prol da igualdade de gênero, a tese foi

baseada na evidência de dados coletados através da combinação de métodos de pesquisa qualitativa. Registros documentais das organizações feministas, documentos governamentais, dados secundários provenientes de pesquisas e entrevistas abertas conduzidas com participantes ao longo do ano de 2011 ofereceram o substrato para o desenvolvimento desta pesquisa comparada.

As entrevistas serviram para promover a interação entre a pesquisadora e a pesquisa participante, sendo que a coleta das entrevistas foi realizada em sua maior parte nas capitais federais, Brasília e Ottawa, tendo em vista que a proposta da pesquisa foi compreender as relações que diferentes atores estabelecem com vistas à integração das questões de gênero no Estado. A coleta de informações foi direcionada aos governos federais e aos parlamentos que estão localizados na sede política de cada país.

A escolha das entrevistadas buscou contemplar a diversidade de opiniões das três atrizes dos três espaços de fala. No entanto muitos pedidos de entrevista foram inviabilizados pela falta de resposta a várias solicitações. Nem todas as feministas que foram contactadas responderam de forma positiva e imediata ao pedido de entrevista. No Brasil dos sete pedidos apenas cinco resultaram em entrevista, e, no Canadá, seis pedidos resultaram em apenas três entrevistas.

A indisposição das parlamentares em dar entrevista também foi notada no Brasil que entre nove solicitações enviadas apenas três resultaram em entrevistas e no Canadá foram atendidas em relação às deputadas de partidos de oposição e no Canadá dos doze pedidos de entrevista realizados apenas quatro resultaram em entrevistas.

Na SPM e na SWC notamos a dificuldade na coleta das entrevistas pois a intenção era entrevistar gestores de vários cargos nos ministérios mas a oferta de entrevistas pelos órgãos foi reduzida a duas gestoras da SPM e dois gestores da SWC. A SWC determinou o número de gestores que poderiam ser entrevistados pela pesquisadora e com relação a SPM foram enviado quadro pedidos de entrevista e apenas dois pedidos resultaram em entrevistas.

O número total das entrevistas coletadas na presente tese é dezenove. No Brasil foram coletadas dez entrevistas sendo cinco de feministas, três de deputadas e duas de gestoras públicas. No Canadá foram coletadas nove entrevistas sendo três de feministas, quatro de deputadas e dois gestores públicos¹⁶.

¹⁶ Consultar anexo para mais informações sobre as entrevistas e as entrevistadas e entrevistados.

Ao dar destaque ao discurso das feministas, nos reportamos especialmente às feministas brasileiras e canadenses integrantes da AMB e da Fafia. Ao evidenciar a retórica das parlamentares, nos referimos às parlamentares brasileiras e canadenses que atuam na Bancada Feminina e na FEWO. E por fim, ao dar visibilidade aos discursos das gestoras e dos gestores públicos, nosso foco foi direcionado para a coleta de entrevista dos SWC e das gestoras da SPM.

Por ser a pesquisa um estudo de duas realidades e atores distintos, alguns aspectos referentes às suas limitações merecem destaque. Em primeiro lugar, é importante enfatizar como mencionado anteriormente a dificuldade na coleta das entrevistas que, em razão das condições temporais e externas ao planejamento da pesquisadora, impediram um número ampliado de entrevistas com feministas, parlamentares e gestores públicos. Além disso, os encontros com as parlamentares e gestores públicos foram não só remarcados várias vezes, como limitados a um tempo restrito, cronometrado pelos assessores dos parlamentares, sendo que algumas entrevistas foram canceladas. Para reverter essas limitações que surgiram em decorrência do número limitado de entrevistas, acrescentamos outras fontes à pesquisa como informações coletadas em palestras e eventos organizados pela AMB, Fafia e pela Bancada Feminina da Câmara dos Deputados do Brasil¹⁷.

Outra limitação da pesquisa diz respeito à impossibilidade de abarcar todos os eventos e fatos relacionados com as articulações dos referidos atores, para a integração de gênero nos estados nacionais no período proposto. A pesquisa se deteve aos fatos e eventos enunciados pelas feministas, pelos parlamentares e gestores públicos, somados a outros considerados relevantes para a construção da análise da integração de gênero no período atual.

A ordem assumida pelas enunciações das atrizes e atores no decorrer dos capítulos da tese buscou se fundamentar em uma perspectiva na qual as políticas de igualdade no Estado são vistas como um processo impulsionado primeiramente pelos movimentos feministas. Dessa maneira, partindo do pressuposto de que os movimentos feministas são os maiores impulsionadores da integração das questões de gênero no

¹⁷Em 2011, participei do “II Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras”, do seminário “A Democratização da Gestão Pública e o Projeto Feminista”, ambos realizados pela AMB; seminário “As Mulheres e a Reforma Política”, realizado pela Bancada Feminina; seminário “Experiências Parlamentares e Tendências Latino-Americanas em Gênero”, realizado pela Procuradoria da Mulher na Câmara dos Deputados, “Workshop sobre os Direitos Humanos das Mulheres e o CEDAW” e a palestra *An Economy for All Canadians: Budgeting for Women’s Human Rights*, ambos organizados pela Fafia.

Estado e que eles realizam as primeiras movimentações que incidem nos mesmos, nos reportamos, primeiramente, para as enunciações das feministas da AMB e da Fafia.

Em segundo lugar, damos destaque ao discurso das parlamentares da Bancada Feminina¹⁸ e da FEWO, por entender que no espaço parlamentar são articuladas as demandas das feministas a partir de uma parceria que é construída por elas e pelas parlamentares na disputa da priorização das pautas das mulheres no poder legislativo e a consequente incorporação de demandas pelo Estado. O Parlamento, dessa maneira, é visto, aqui, como uma ponte entre as feministas e o Estado.

Em terceiro lugar, enfatizamos a retórica dos gestores públicos das políticas de igualdade, que em última instância executam as políticas que as feministas demandaram e que as parlamentares disputaram no espaço parlamentar, para serem incorporadas nos projetos de lei e dotação orçamentária do legislativo.

1.2 Plano de tese

A complexidade das relações, articulações e negociações que os movimentos feministas, as parlamentares e os gestores públicos estabelecem nos espaços institucionais permeia todo o estudo, o que tornou necessário considerar a organização e a interação dos atores nesses espaços. A tese mapeia e compara o que nomeio como “projeto feminista de alcançar a mudança pela incidência no Estado” e, para isso, ela se divide em duas seções.

A primeira seção, distribuída nos capítulos 2, 3 e 4, busca primeiramente acompanhar o trânsito do conceito de gênero na academia, nos movimentos feministas, nas políticas governamentais e nas instituições internacionais nos últimos quinze anos. Em seguida, a seção oferece um breve histórico dos contextos políticos e econômicos que interferiram na materialização do compromisso dos governos brasileiro e canadense com a integração das questões de gênero no Estado. Logo adiante, destacamos a história do surgimento dos feminismos brasileiros e canadenses, tendo como ponto de partida o momento em que as feministas começaram a se preocupar especialmente com o fim da discriminação e com a igualdade entre os gêneros, período identificado por muitas

¹⁸A Câmara dos Deputados desde 2009 conta com uma Procuradoria Especial da Mulher que foi o primeiro órgão de direção na história da Câmara dos Deputados a ser ocupado por uma mulher. Além de uma grande conquista para a Bancada Feminina, esse fato representou um avanço na história da Legislação Brasileira. No presente estudo, não daremos destaque às articulações da Procuradoria para a integração das questões de gênero no Estado, por nos concentrarmos apenas nas articulações da bancada.

teóricas dos estudos feministas como a “Segunda Onda Feminista”, que contextualiza os desdobramentos atuais das articulações das feministas brasileiras e das feministas canadenses para incidir no Estado.

A segunda seção da tese constituída pelos capítulos 5, 6 e 7 tem como foco as enunciações das feministas, das parlamentares e dos gestores públicos sobre as relações estabelecidas para integrar as questões de gênero no Estado brasileiro e canadense. O Capítulo 5 descreve a avaliação das feministas sobre as relações construídas no espaço Legislativo e Executivo para reivindicar, demandar e cobrar a garantia dos direitos para as mulheres, com destaque para as organizações feministas AMB e Fafia.

A atuação das atrizes políticas nos espaços parlamentares específicos para discutir as questões de gênero constituiu o foco do Capítulo 6, com ênfase nas atuações e relações que a Bancada Feminina, na Câmara dos Deputados do Brasil, e o Comitê Permanente da Condição da Mulher, na Câmara dos Comuns no Canadá, constroem para pautar as questões de gênero no Poder Legislativo.

No Capítulo 7 evidenciamos os aparatos institucionais das políticas de igualdade no Brasil e no Canadá, como a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a *Status Women Canada*, observando as enunciações dos gestores públicos sobre a integração das questões de gênero no período atual e a forma como as temáticas prioritárias para a igualdade de gênero são visualizadas.

A contribuição central desta tese foi trazer para as análises teóricas da integração de gênero no Estado um componente centrado na ciência social comparada. Enquanto muitos estudos dão ênfase à maneira pela qual o Estado constrói e manipula os movimentos, nesta tese, ressaltamos a agência das atrizes do movimento, usando suas próprias experiências para incidir no Estado.

Além disso, apresentamos uma contribuição à crescente literatura comparativa sobre a incidência dos movimentos feministas nos estados nacionais americanos, favorecendo o ponto de vista das análises que têm como ponto de partida a influência dos movimentos sociais no Estado.

2 PRIMÓRDIOS DO DEBATE SOBRE A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO ESTADO

As interações sociais manifestam numerosas dimensões da desigualdade entre homens e mulheres na vida cotidiana. Simone de Beauvoir (1967) evidenciou pela primeira vez no final dos anos 1940 que as mulheres se tornaram “o segundo sexo”, por meio da construção de uma imagem invertida, ao longo dos milênios e séculos, que determinou sua existência tendo como referência os homens, como homens ao contrário, em uma versão fracassada e desprovida de poder.

As mulheres em diferentes culturas têm sido preparadas e educadas para desempenhar um papel coadjuvante, seja na história, na política ou na economia. No entanto, a desigualdade de gênero não afetou as mulheres de maneira uniforme, pois as mulheres não são igualmente desiguais perante os homens, algumas delas são mais desiguais que outras em decorrência da posição identitária que ocupam em uma determinada sociedade. Assim, se são imigrantes, refugiadas, indígenas, pobres ou mães solteiras, elas conseqüentemente enfrentarão mais obstáculos para ocupar os espaços públicos.

Para Soares (2004), as diferenças de gênero são constituídas hierarquicamente: a construção social do “ser homem” tem maior status que a construção social do “ser mulher”. Essa desigualdade tem sido perpetuada a partir das relações de gênero, dadas em diversos âmbitos da vida das mulheres como na criação das crianças, na heterossexualidade, na violência masculina e no predomínio de aspectos patriarcais da esfera pública e privada.

Valores sociais instituídos historicamente e culturalmente colocaram a mulher como o sexo frágil. O patriarcalismo, desde os seus primórdios¹⁹, favoreceu essa construção da desigualdade, ao subjugar as mulheres no mundo e contribuir para que fossem excluídas dos espaços públicos, confinadas ao espaço privado, impedidas de participar do mercado de trabalho, de ingressar nas universidades e de votar.

Um olhar mais analítico sobre o regime patriarcal e seu impacto na vida das mulheres permite observar que este regime foi construído a partir da diferenciação de

¹⁹A origem do patriarcalismo não costuma ser datada, alguns autores como Kraemer (1991) e Harris (1993) sugerem que a propagação do patriarcado tenha surgido há 6000 anos (4.000 a.C), quando o conceito de paternidade se enraizou. A dominação do homem sobre a mulher pode ser visualizada no antigo Oriente Médio por volta de 3100 (a.C) por meio de restrições impostas às mulheres sobre a sua capacidade reprodutiva e quanto à participação no processo de representação e na construção da história.

papéis para cada sexo, o que resultou em uma supervalorização do sexo masculino e em uma desvalorização do sexo feminino.

No século XIX, o velho discurso da desigualdade entre os gêneros passou a se apoiar nas descobertas da medicina e da biologia. Nesse período, o papel das mulheres nas sociedades foi pautado na função biológica de reprodutoras, enquanto o do homem foi construído a partir da figura do provedor/produtor. Para Perrot (1988, p. 177), trata-se de:

[...] um discurso naturalista, que insiste na existência de duas “espécies” com qualidades e aptidões particulares. Aos homens, o cérebro, a inteligência, a razão lúcida, a capacidade de decisão. Às mulheres, o coração, a sensibilidade, os sentimentos. O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase predeterminado, até em seus detalhes. Paralelamente, existe um discurso dos ofícios que faz da linguagem do trabalho uma das mais sexuadas possíveis.

Por meio da reflexão sobre a diferenciação construída entre os sexos, a autora questiona se as mulheres seriam realmente indivíduos ou se a elas estaria predeterminado o espaço privado e a ausência da esfera pública. Mesmo que a Declaração dos Direitos do Homem, aprovada na primeira fase da Revolução Francesa em 1789, tenha proclamado a igualdade entre todos os indivíduos, as mulheres “ironicamente” não reuniam as características necessárias para tal, o que representava uma grande contradição no discurso da igualdade dos indivíduos.

Ainda de acordo com Perrot (1988), a retirada das mulheres da condição de “indivíduo” seria uma justificativa para argumentar sobre a diferença dos sexos, que para Pateman (1993) teria expressão social e legal e estruturaria os contratos da vida cotidiana através da desigualdade entre homens e mulheres.

Pateman (1993) descreve a desigualdade entre os gêneros no contexto do patriarcalismo moderno em relação à construção do contrato sexual entre homens e mulheres por meio do matrimônio. O contrato, para a autora, estabeleceu as funções a serem desempenhadas pelas mulheres, como o papel de “dona de casa e cuidadora” e para os homens o papel de “trabalhador e provedor”.

Assim, conhecer a história do contrato sexual seria uma forma de visualizar como a diferença sexual e sua construção, enquanto diferença política, foi essencial para manutenção da sociedade civil, determinando os problemas específicos vivenciados

pelas mulheres nos contratos em que estão envolvidas em diferentes esferas da sociedade.

De acordo com a autora, a dimensão moderna do patriarcalismo foi construída através do contrato de casamento que deu origem à desigualdade entre os gêneros, pois acentua a servidão das mulheres e atribui papéis desiguais para os sexos. Machado (2000) afirma que Pateman (1993) introduziu de forma inovadora a temática do patriarcado, conceituando as características de um “patriarcado contemporâneo” pelo estabelecimento do contrato sexual instituído pelo casamento. No entanto, o patriarcado moderno tentou encobrir as contradições e as transformações das relações de gênero e do seu conceito, o que acabou remetendo-o a um sentido fixo que aponta para o exercício e para a presença da dominação masculina e ignora as relações de gênero.

Inviabilizar as relações de gênero pode subtrair a compreensão sobre como as sociedades diferenciam homens e mulheres. Nesse sentido, pensar a construção da desigualdade de gênero implica pensar em uma multiplicidade de elementos que corroboram para a sua construção. Diversas autoras (BEAUVOIR, 1967; SCOTT, 1995; SAFFIOTI, 1985; MACHADO, 2000; WALBY, 2004) enfatizam a necessidade de ir além de uma análise patriarcal para compreender a forma como a desigualdade entre os gêneros tem sido construída ao longo dos séculos e na atualidade. Estudos têm apontado para a necessidade de analisar a desigualdade entre homens e mulheres a partir da compreensão das “relações de gênero” como determinantes dos papéis diferenciados assumidos em distintas sociedades.

Ao longo dos tempos várias culturas forjaram a inferioridade das mulheres, designando a elas os papéis de mãe, esposa ou prostituta em função do homem. A construção desses papéis resultou na impossibilidade de relações de reciprocidade e de igualdade entre homens e mulheres. Para Beauvoir (1976, p. 82)²⁰:

[...] as mulheres são, de fato, definidas e tratadas como um segundo sexo por uma sociedade patriarcal, cuja estrutura entraria em colapso se esses valores fossem genuinamente destruídos. Mas assim como para os povos dominados econômica e politicamente, o desenvolvimento da revolução é muito difícil e muito lento. Primeiro, as mulheres têm que tomar consciência da dominação. Depois, elas têm de acreditar na própria capacidade de mudar a situação.

Segundo Perrot (1988) as mulheres nunca aceitaram passivamente a desigualdade de gênero. Na discussão sobre a exclusão das mulheres da história em sua

²⁰“O Segundo Sexo 25 Anos Depois”. Entrevista com Simone de Beauvoir. John Gerassi, 1976. *Languages at Southampton University Interviewed by John Gerassi, Society*, jan.-feb. 1976, p. 79-85.

obra “Os Excluídos da História”, a autora dá destaque à organização das mulheres em diferentes momentos como na Revolução Francesa, na luta dos proletários e operários, e em greves para engrossar o coro de reivindicações que, muitas vezes, traziam benefícios para ambos os sexos.

Em meio às lutas liberais burguesas do século XVIII, as mulheres passam a se organizarem em movimentos direcionados às suas necessidades. Desde então, as mulheres organizadas têm levantado pautas de reivindicações em diversos âmbitos das sociedades e dos estados para romper o cenário da desigualdade entre os gêneros e garantir a cidadania para as mulheres.

Segundo Walby (2004), o caminho percorrido pelas mulheres para a busca da cidadania difere do caminho masculino e, por isso, não é possível trabalhar com o conceito de cidadania universal proposto pelo sociólogo Thomas H. Marshall por não considerar a influência das relações de gênero no processo de construção da cidadania. O conceito de Marshall (1967) parte da concepção de que a cidadania seria o resultado final da construção dos direitos, distribuídos em três etapas: os direitos civis adquiridos no século XVIII, seguidos dos direitos políticos no século XIX e dos direitos sociais no século XX.

Nessa linha de raciocínio, Marshall (1967) define os direitos civis como aqueles que asseguram as liberdades individuais; os direitos políticos como aqueles que garantem a participação dos cidadãos no exercício do poder político; e os direitos sociais como aqueles que asseguram o acesso a um mínimo bem-estar material. Assim, na medida em que os direitos civis fossem garantidos, as pessoas lutariam por direitos políticos e conseqüentemente conquistariam seus direitos sociais.

O percurso dos indivíduos para o alcance da plena cidadania, descrito por Marshall, permite analisar como essa trajetória não contempla as mulheres em razão dos papéis diferenciados impostos a elas em diferentes culturas. Os direitos civis, como proteções e privilégios de poder pessoal dados a todos os cidadãos por lei, não foram totalmente alcançados pelas mulheres, que continuam não tendo direito à integridade física, ao próprio corpo, à concepção e ao aborto e à preferência sexual. Tais direitos, assegurados nas constituições dos estados nacionais, estão distantes da realidade de muitas mulheres.

Se de certa forma as mulheres foram bem sucedidas em sua luta pelo direito ao voto, elas ainda enfrentam barreiras para participarem dos espaços públicos em países do Oriente Médio, onde vigoram normas sociais e culturais influenciadas pelo

fundamentalismo religioso, que as impedem de se manifestar publicamente. Desprovidas da proteção do Estado, as mulheres no Oriente não podem ser consideradas completamente livres enquanto muitas delas ainda são submetidas ao cárcere privado, vítimas diárias da violência doméstica e sexual.

A garantia dos direitos políticos referentes à participação no processo político também está distante do cotidiano de muitas mulheres. Em pleno século XXI elas continuam sub-representadas na esfera política que, historicamente e culturalmente, foi reservada ao domínio dos homens.

Apesar de as mulheres terem garantido o seu direito de votar, o direito de serem eleitas caminha lentamente na maioria dos países do mundo, distantes de uma representação paritária na política. As mulheres não são apenas sub-representadas na política, mas também nos cargos de decisão em governos, sindicatos e partidos políticos. A ausência delas nesses espaços acarreta inúmeras consequências.

A ONU estipulou que, para que as políticas públicas sejam significativamente reflexivas para as mulheres, a representação política delas nas Câmaras legislativas não deve ser inferior a 30%. Entretanto, poucos países conseguiram atingir esse índice. A lei das cotas, implementada em vários países do mundo permitindo um pequeno crescimento na participação feminina na política, não teve o êxito esperado de garantir a paridade entre os gêneros, mas sem dúvida foi uma estratégia importante para garantir a presença das mulheres na política.

Os direitos sociais assim como os direitos civis e políticos também não foram totalmente garantidos para as mulheres, um dos agravantes para o seu descumprimento está no fato de que exigem do Estado intervenções na ordem social, segundo critérios de justiça distributiva, que tendem a possuir um custo alto e a se realizar em longo prazo. Para que os direitos sociais das mulheres sejam garantidos institucionalmente, os movimentos feministas têm buscado dialogar com os estados e influenciar nas estratégias de integração de gênero.

Na concepção de Walby (2004), o debate em torno da efetivação da cidadania plena das mulheres implica necessariamente na compreensão das relações de gênero. Seria utópico pensar em uma cidadania universal que contemple homens e mulheres, se historicamente uma desigualdade entre os sexos foi construída e impediu o acesso das mulheres à esfera pública, pensada tradicionalmente associada à cidadania.

Além das questões colocadas por Walby (2004) sobre a utopia do alcance da cidadania feminina, partindo do conceito de Marshall, cabe considerar que a realização

do projeto de cidadania para as mulheres deve levar em consideração não apenas a influência das relações de gênero na concepção dos direitos civis, políticos e sociais, mas também nos direitos humanos.

A partir dos anos 1990, grupos e entidades feministas têm impulsionado o debate pelo reconhecimento dos direitos humanos das mulheres, como dimensão fundamental para a realização da cidadania plena. Esse processo foi intensificado pela realização da “Conferência Mundial de Direitos Humanos”, realizada em Viena em 1993, que redefiniu as fronteiras entre o espaço público e a esfera privada. Com a nova reconfiguração, os abusos emergentes da esfera privada - como o estupro e a violência doméstica - passam a ser interpretados como crimes contra os direitos da pessoa humana.

Para Day (2003), o desempoderamento econômico e político das mulheres são os dois principais problemas vivenciados em diferentes partes do mundo que têm repercussão direta na garantia dos direitos humanos. Segundo a autora, os direitos humanos têm sido desenvolvidos a partir da divisão entre direitos políticos e civis e direitos econômicos, sociais e culturais, por outro lado. Os direitos civis e políticos, mencionados têm sido pensados como direitos reais, *hard rights*, que podem ser executados por cortes e tribunais. Eles são considerados direitos negativos, que são direitos que impedem que o governo viole a liberdade dos cidadãos.

Os direitos econômicos, sociais e culturais são considerados *soft rights*, porque não são direitos reais executáveis por tribunais, mas que expressam aspirações dos governos. Esses direitos colocam o Estado não como violador, mas como potencial implementador deles. Para as mulheres que precisam de igualdade, essa visão de Estado é essencial.

A divisão entre os *hards rights* e os *soft rights* conforme Day (2003) é considerada uma antítese para o projeto de igualdade das mulheres, já que, para que ele seja executável e promova efetivamente a igualdade das mulheres, é necessário tanto o alcance dos direitos civis e políticos iguais, como os direitos econômicos, culturais e sociais. No entanto, é possível notar em diversos países do mundo que a garantia desses direitos caminha em direções opostas. Os direitos civis e políticos foram mais materializados do que os direitos econômicos, sociais e culturais.

A despeito dessa divisão, sempre foi dito que os direitos são indivisíveis e interdependentes. No entanto, as mulheres não alcançaram igualdade, condição *sine qua non* da cidadania, na medida em que igualdade total deve englobar direitos que são

aplicados para toda a dimensão da desigualdade civil, política, econômica, social e cultural.

2.1 Articulação feminista, ONU e a integração de gênero no Estado

Movimentos feministas em diferentes sociedades e tempos chamam a atenção da sociedade civil, do parlamento e do Estado por meio de suas ações de mobilização e protesto para os diferentes tipos de discriminação vivenciados pelas mulheres. Diante da força e da organização desses movimentos, as reivindicações ganharam uma dimensão internacional ao sensibilizar a Organização das Nações Unidas, em meados da década de 1970, para promoção de um debate amplo sobre a elaboração de estratégias para avançar na igualdade entre os gêneros no mundo. Tais estratégias passaram a ser nomeadas pela ONU como *gender mainstreaming*, o que equivale denominar como integração das questões de gênero no Estado.

O conceito de *gender mainstreaming* foi proposto pela primeira vez em 1985, na “III Conferência Mundial da Mulher” em Nairobi, sendo formalmente apresentado em 1995 na “IV Conferência Mundial sobre a Mulher” em Pequim.

As estratégias de integração de gênero no Estado não podem ser consideradas concessões, pensadas e elaboradas exclusivamente pelos governos de diferentes países do mundo para as mulheres, sem a participação de outros atores sociais. Alvarez (2000), Bacchi (2010), Barton (2004), Chappel (2002), Machado (2010, 2011) e Rankin (1996, 2011, 2012) destacam que a década de 1970 foi o marco inicial do debate sobre a integração das questões de gênero no Estado, em razão dos esforços promovidos pelos movimentos feministas e pela ONU para discutir na esfera internacional, os problemas enfrentados pelas mulheres no mundo.

Para entender a construção do conceito de *gender mainstreaming* no âmbito da governança mundial é preciso levar em consideração dois fatores: a preocupação da ONU com a garantia dos direitos das mulheres e a emergência dos movimentos feministas na década de 1970.

De acordo com Haddad (2007), desde sua fundação em 1945 até os dias atuais, a ONU tem contribuído para o debate sobre as questões de gênero, buscando influenciar os países membros a promover o direito das mulheres como direitos humanos fundamentais, codificando esses direitos em instrumentos legais internacionais e ainda

encorajando o reconhecimento do papel das mulheres no desenvolvimento social e econômico dos países.

As primeiras sinalizações da ONU em pautar mundialmente o debate sobre a condição feminina vieram com a adoção pela Assembleia Geral da ONU da Declaração sobre a “Eliminação da Discriminação contra as Mulheres” em 1967. O texto serviu de base para a elaboração do “Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres” (CEDAW), aprovado pela ONU em 1979 e com entrada em vigor em 1981.

O CEDAW é constituído por um preâmbulo e 30 artigos, sendo que 16 deles contemplam direitos substantivos que devem ser respeitados, protegidos, garantidos e promovidos pelo Estado. O documento apresenta muitas questões relacionadas a uma das principais discussões levantadas em escala global pelos movimentos feministas - os vários aspectos da discriminação contra as mulheres. Em seu primeiro artigo, a Convenção define “discriminação contra a mulher” como sendo:

[...] toda distinção, exclusão ou restrição baseada no sexo e que tenha por objeto ou resultado prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício pela mulher, independentemente de seu estado civil, com base na igualdade do homem e da mulher, dos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural e civil ou em qualquer outro campo. (CEDAW, 1979).

Paralelamente à discussão promovida pela ONU nos anos 1970, nota-se que as mulheres ao redor do mundo estavam se organizando nos movimentos feministas, e sua intensa movimentação resultou na ampliação da discussão sobre os direitos humanos das mulheres e no reconhecimento dos direitos reprodutivos, como parte dos direitos humanos. A questão do gozo de direitos na esfera privada foi um dos principais temas discutidos pelos movimentos feministas para questionar o exercício real de direitos individuais no seio da família.

Diferente da luta das *suffragettes*, iniciada no final do século XIX e início do século XX, com foco para os direitos civis, emergem nos anos 1960 e 1970 os movimentos feministas, ligados principalmente a questões de igualdade e ao fim da discriminação que, por sua vez, coloca em foco a luta pela garantia dos direitos políticos e sociais das mulheres. As feministas viam as desigualdades culturais e políticas das mulheres como ligadas intrinsecamente, e buscavam encorajá-las a compreender aspectos de suas vidas pessoais como sendo profundamente politizados, por refletirem as estruturas de poder sexistas.

A atuação dos movimentos feministas, nesse período, foi muito influenciada pelos movimentos contestatórios ocorridos em Paris e em Berkeley em 1968. Em maio de 1968, uma greve geral instalada em Paris rapidamente se espalhou pela França e adquiriu significado e proporções revolucionárias. Alguns filósofos e historiadores afirmam que essa rebelião foi o acontecimento revolucionário mais importante do século XX, porque não se deveu a uma camada restrita da população, como trabalhadores ou minorias, mas a uma insurreição popular que superou barreiras étnicas, culturais, de idade e de classe. Entre os alvos da contestação estavam a estrutura acadêmica conservadora, a situação social e política do país e o governo do general Charles de Gaulle.

Nos Estados Unidos, um protesto estudantil que aconteceu entre o ano de 1964 e 1965 no campus da Universidade da Califórnia, em Berkeley, denunciou a administração da universidade, que suspendeu as atividades políticas no campus e proibiu a liberdade de expressão dos estudantes. Outras reivindicações somaram-se a esse evento inicial, como os protestos da população norte-americana contra a guerra do Vietnã. Os acontecimentos de maio de 1968 expandiram-se por vários países, como Alemanha, Itália, Espanha, Polônia, México, Argentina, Brasil entre outros (MIRANDA, 2007).

Para Touraine (1985), os acontecimentos de maio de 1968 na França e nos Estados Unidos marcaram a entrada da cultura no campo político e, conseqüentemente, a entrada da vida privada na vida pública. Os movimentos levaram a uma revalorização de práticas sociais do cotidiano e passaram a ser identificados pelas suas linguagens, pelos lugares de onde se manifestavam, pelos valores que defendiam, enfim, pela subjetividade que cada um deles portava. Os protestos na América Latina acompanharam a tendência americana e europeia. No entanto, o alvo da contestação foi o autoritarismo e a repressão dos regimes militares.

As mulheres participaram ativamente dessas manifestações tanto na Europa quanto na América do Norte, e depois em outras localidades em que as manifestações foram ganhando novos espaços. Junto à efervescência cultural promovida pelas manifestações, as mulheres foram influenciadas a se engajar nos movimentos feministas emergentes nos anos 1960 e 1970 por obras que buscavam contestar o papel secundário das mulheres na sociedade, entre essas destacam-se as literárias como “O Segundo

Sexo”²¹ da francesa Simone de Beauvoir publicada em 1949 e “A Mística Feminina”²², da americana Betty Friedan publicada em 1963. Ambas questionam o papel atribuído às mulheres na sociedade há séculos e discutem a necessidade da libertação das mulheres, como um caminho necessário para a busca da igualdade entre os gêneros.

Feministas passam a ver as iniquidades das mulheres na cultura e na política como ligadas aos aspectos da sua vida pessoal, o que tornou fundamental a politização da vida privada para compreender os reflexos das estruturas de poder machistas. O slogan “O pessoal é político”, cunhado pela feminista Carol Hanisch (1969), sintetiza as questões colocadas pelo momento e reforça o papel do Estado na criação de mecanismos que sejam capazes de retirar as mulheres do enclausuramento da vida privada.

Reflexos dessa atuação pontual bem sucedida das feministas e da ONU podem ser notados nos anos 1980, ao se visualizar em diferentes partes do mundo a introdução de formas institucionalizadas de organismos direcionados às políticas para as mulheres. A integração de gênero no Estado movimenta-se, dessa maneira, do campo das ideias para o campo da ação prática repercutindo em ações concretas na vida das mulheres.

Ainda nos anos 1970 e 1980, outro fator contribuiu para a incorporação das questões de gênero no Estado: a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho resultou na mudança do seu papel tradicional dentro das famílias. Feministas desse período estavam concentradas em várias reivindicações, entre elas as que proporcionariam melhores condições de trabalho às mulheres, como é o caso das reivindicações por creches públicas e pela igualdade de remuneração. Diálogos foram estabelecidos entre governos, organismos internacionais e movimentos feministas nesse período, tendo em vista a necessidade de tirar do anonimato os problemas vivenciados pelas mulheres.

A ONU, sensível às questões colocadas pelos movimentos feministas na esfera pública, elegeu o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Ao decretar o Ano Internacional da Mulher, a instituição buscou traçar uma estratégia global para melhorar

²¹“O segundo sexo”, escrito pela francesa Simone de Beauvoir marcou um novo momento para o debate sobre a condição das mulheres e a relação entre os sexos. O livro, publicado em dois volumes, é uma obra minuciosa que buscou mostrar que a própria noção de feminilidade era inventada pelos homens e tinha como intenção a autolimitação das mulheres.

²²“A Mística Feminina” é um livro da autoria de Betty Friedan, sua ideia central está na observação de que a mulher foi mistificada após a Crise de 1929 e da mobilização para a Segunda Guerra Mundial, sendo considerada fundamentalmente como mãe e esposa zelosa. Para Friedan, a educação da menina desde a infância não a estimulava a ser independente, mas a desenvolver habilidades apenas para se casar e viver em função dos filhos e do marido.

a qualidade de vida das mulheres no mundo, por meio de um plano de ação mundial elaborado diante da Conferência realizada, na cidade do México, em homenagem ao Ano Internacional da Mulher.

Para Ardaillon (2002)²³ as conferências mundiais tiveram um importante papel na discussão dos direitos das mulheres, na medida em que tiveram um impacto sobre a estrutura de gênero na maior parte dos países membros da ONU, e foram importantes para legitimar a instauração de mudanças que buscaram influenciar o destino das mulheres no século XX.

Ao longo da I, II, III e IV “Conferência das Mulheres” em 1975, 1980, 1985 e 1995, da “Conferência Mundial dos Direitos Humanos” em 1993 e da “Conferência Mundial de População e Desenvolvimento” em 1994, nota-se um aprofundamento do debate que retirou as questões de gênero, anteriormente relegadas ao domínio interno das jurisdições nacionais, e as colocaram em um espaço internacional, na medida em que passaram a ocupar a esfera das preocupações globais.

O primeiro marco foi em 1975, quando a “I Conferência Mundial sobre a Mulher” trouxe para o centro das discussões temas como a igualdade, o desenvolvimento e a paz. A conferência em seu documento final deu destaque à defesa da inviolabilidade do corpo, seja ele de uma mulher ou de um homem, e enfatizou a importância do respeito ao corpo como elemento fundamental da dignidade humana e da liberdade.

Em seguida, no ano de 1979, a Assembleia Geral da ONU aprovou o “Comitê sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher” (CEDAW). O Comitê entrou em vigor em setembro de 1981, como resultado de uma reivindicação dos movimentos de mulheres e feministas a partir da conferência do México, e se fundamenta na dupla obrigação de eliminar a discriminação e de assegurar a igualdade entre mulheres e homens. Dentre suas previsões, o CEDAW conclama a urgência em eliminar todas as formas de discriminação contra as mulheres, para que se garanta o pleno exercício de seus direitos civis e políticos bem como de seus direitos sociais, econômicos e culturais.

Em 1980 acontece a “II Conferência Mundial sobre a Mulher” em Copenhague. Nessa conferência são avaliados os progressos ocorridos nos primeiros cinco anos da

²³A Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW): Alicerce da cidadania das Mulheres. Texto produzido para o “II Colóquio de Direitos Humanos”. São Paulo: Brasil, 2002.

década da mulher: o Instituto Internacional de Pesquisa e Treinamento para a Promoção da Mulher (INSTRAW) é convertido em um organismo autônomo no sistema das Nações Unidas e a igualdade passa ser debatida não apenas do ponto de vista jurídico, mas também do ponto de vista do exercício dos direitos, da própria participação das mulheres, da igualdade de oportunidades reais entre mulheres e homens e não só do reconhecimento nas leis²⁴.

Ardailon (2002) enfatiza que a pressão do Fórum Paralelo das Organizações não Governamentais (ONGs) feministas fez com que os assuntos relacionados à educação, às condições de trabalho e renda e à saúde fossem incorporados na agenda anterior, no seu Programa de Ação. Além dos temas debatidos na I Conferência, como desenvolvimento e paz, outras temáticas são incorporadas na II Conferência, como o acesso à igualdade na educação, no trabalho e na saúde.

Em Nairóbi, na “III Conferência Mundial da Mulher” em 1985 notam-se intensos esforços na promoção de uma avaliação do que tinha sido a década da mulher 1975-1985. Além de repetir temas debatidos nas conferências anteriores como desenvolvimento e paz, a conferência reforça a importância de se avançar nas medidas de caráter jurídico, nas medidas para alcançar a igualdade na participação social, política e nos lugares de tomada de decisões.

A III Conferência buscou sensibilizar os governos para estabelecer, segundo suas prioridades, as linhas de ação para alcançar a igualdade entre mulheres e homens com ênfase para que a igualdade incorpore todas as esferas da vida social, política e do trabalho²⁵.

A “IV Conferência Mundial sobre a Mulher” aconteceu em Pequim no ano de 1995. A conferência causou grande impacto mundial e se destacou tanto pela participação quanto pelo enfoque na igualdade entre mulheres e homens. Apesar da existência de um debate anterior que buscava revisar o tema da igualdade, foi na “Conferência de Pequim” que esse processo ampliou, na medida em que além de se falar nas mulheres elaborava-se um conceito de gênero.

²⁴*Report of the World Conference of The United Nations Decade for Women: quality, development and peace.* New York: United Nations, 1980.

²⁵*Report of the World Conference to Review and Appraise the Achievements of the United Nations Decade for Women: equality, development and peace.* New York: United Nations, 1986.

2.2 Plataforma de Pequim, avanços e entraves na integração de gênero no Estado

O conceito de gênero cunhado na “Conferência de Pequim” deu ênfase às relações entre mulheres e homens partindo de uma perspectiva social, cultural e histórica, levando em conta os papéis socialmente atribuídos a cada um dos gêneros na sociedade, no trabalho, na política, na família, nas instituições e em todos os aspectos das relações humanas.

A “Plataforma de Ação de Pequim”, resultado da IV Conferência tornou-se o programa central para organização das mulheres na década passada. Foi uma conquista significativa para os movimentos feministas globalizados, mas que também apresentou limitações. Para Barton (2004), o documento é forte em questões como a violência, a integridade corporal e o acesso igualitário aos recursos, bem como nas microrespostas ao combate à pobreza na era da globalização. Por outro lado, em questões que envolvem o reconhecimento da diversidade de opressões sofridas pelas mulheres no mundo e as causas sistemáticas da pobreza das mulheres, o documento apresenta deficiências.

Os objetivos gerais da conferência traduziram muitas das demandas levantadas pelas feministas ao longo dos tempos e talvez, por isso, seja possível elegê-la como a conferência que mais incorporou demandas feministas, a exemplo das relacionadas à promoção dos direitos políticos das mulheres evidenciadas nas propostas que buscaram garantir a participação plena da mulher na vida política, em igualdade de condições, a adoção de medidas para garantir às mulheres igualdade de acesso às estruturas de poder e ao processo de decisão, e sua participação em ambos.

Nota-se ao longo do documento a preocupação contínua com a defesa da diversidade das mulheres e de seus papéis sociais. O parágrafo 225, por exemplo, expressa essa preocupação ao destacar que muitas mulheres enfrentam barreiras para o gozo de seus direitos humanos, devido a fatores como raça, idioma, origem étnica, cultura, religião, deficiência física ou classe socioeconômica, ou porque são indígenas, trabalhadoras migrantes, deslocadas ou refugiadas.

Outros temas discutidos como a exploração sexual; o tráfico para fins de prostituição e outras formas de sexo comercializado; a desigualdade de gênero na gestão dos recursos naturais e na proteção do meio ambiente; as imagens estereotipadas das mulheres nos meios de comunicação; a desigualdade de seu acesso aos mesmos; e participação neles, são temas recorrentemente debatidos pelas feministas.

Nem todas as demandas feministas foram atendidas na elaboração final da plataforma, o que é compreensível já que o espaço da conferência também foi palco de acentuadas divergências culturais e religiosas que impediram o avanço das discussões de temas como aborto, sexualidade e orientação sexual. Ainda assim, a plataforma representou uma grande conquista dos anseios feministas de décadas, em várias partes do mundo, ao apresentar propostas e estratégias para nortear a elaboração das políticas públicas para as mulheres e dessa forma avançar para a igualdade entre os gêneros.

Para Riddell-Dixon (2001), a plataforma de ação gerada pela conferência é uma grande realização, pois vai além dos documentos anteriores criados, ao prescrever normas para melhorar a posição das mulheres no mundo. Em termos gerais a IV Conferência buscou:

- Rever e avaliar os progressos realizados para a consecução dos objetivos definidos em conferências anteriores para o progresso das mulheres no mundo, além de propor estratégias futuras;
- adotar uma plataforma de ação para examinar os principais obstáculos para o avanço das mulheres em doze áreas críticas de preocupação: a pobreza, a tomada de decisão, educação, direitos humanos, saúde, mídia, violência, meio ambiente, conflitos armados, crianças do sexo feminino, a igualdade econômica e máquinas estatais para a promoção das mulheres;
- definir os objetivos da plataforma de ação e as estratégias a serem tomadas pela comunidade internacional, sobretudo por governos estaduais, mas também por organizações internacionais, o setor privado, organizações não-governamentais, instituições acadêmicas e de pesquisa, e os meios de comunicação de massa, entre 1996 e 2000, para remover os entraves ainda existentes que impedem as mulheres de poder gozar a totalidade dos seus direitos humanos e da participação plena e igual em todas as esferas da vida;
- mobilizar mulheres e homens em todos os níveis de tomada de decisão para atingir os objetivos delineados pela plataforma de ação.

Na “Conferência de Pequim” foram desenvolvidos conceitos estratégicos para o alcance da igualdade entre os gêneros no mundo como os conceitos de gênero, empoderamento e transversalidade.

O conceito de gênero modificou a análise, antes baseada no aspecto biológico da mulher, e passou para uma análise baseada na compreensão das relações entre homens e mulheres como produto de padrões determinados social e culturalmente, passíveis de modificação. As relações de gênero configuradas como relações de poder passam a ocupar o centro das discussões e a chave para a superação das desigualdades.

No entanto, mesmo trazendo inovações no trato da discussão, o conceito de gênero adotado pela ONU carrega muitas contradições e apresenta muitas críticas ao seu uso, seja a partir do ponto de vista do movimento social, da academia ou dos governos. Nesse sentido, é produtivo examinar no contexto desta pesquisa de forma sucinta as trajetórias e usos do conceito de gênero.

O Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), realizada na cidade do Cairo em 1994, foi o primeiro texto resultante de uma negociação intergovernamental das Nações Unidas a adotar o termo gênero. Segundo Alves e Correa (2009, p. 127),

Sem dúvida, o conceito já era então conhecido e circulava em textos do sistema das Nações Unidas, especialmente documentos de pesquisa. Contudo, no processo preparatório da CIPD (1993-1994), ele seria definitivamente legitimado enquanto linguagem de política pública global, a ser negociada pelos Estados membros das Nações Unidas. Até então, em textos do mesmo teor, especialmente documentos produzidos no contexto das análises sobre população e desenvolvimento, quando apontadas, as desigualdades entre homens e mulheres eram referidas a partir das categorias de status ou de papéis sociais.

O conceito de gênero é um conceito das Ciências Sociais que surgiu nos anos 1970, refere-se à construção social do sexo, destaca o masculino, o feminino e a sexualidade como construções socioculturais para negar as concepções essencialistas dos sexos. Para Heilborn (1991, 1994) gênero é um construto teórico que faz a distinção entre os atributos culturais alocados a cada um dos sexos e à dimensão biológica dos seres. Conforme Scott (1995), o uso do termo surge como uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença” sexual, buscando compreender o papel social de cada sexo.

Durante o Comitê Preparatório para a Conferência de Pequim em março de 1995 para evitar polêmicas geradas pela discordância do conceito, por parte de grupos

conservadores e religiosos que pressionavam os delegados a impedir que o termo gênero fosse incluído no documento, aconteceu uma reunião para avaliar a adoção do conceito. Alves e Correa (2009) destacam que o impasse foi resolvido antes da conferência quando um grupo técnico propôs a adoção do conceito como vinha sendo utilizado pela ONU, enquanto um conceito que se refere às distintas relações e papéis que mulheres e homens exercem nas mais diversas sociedades.

O uso do conceito pelas instituições internacionais e pelos governos nacionais mostra que a integração das questões de gênero no Estado ou o engendramento das políticas é um processo parcial e incompleto, no qual as instituições e políticas estão sempre tornando significativo e que deve ser visto como uma prática política e inescapavelmente implicada ao poder.

O conceito de empoderamento da mulher foi outro conceito lapidado na “Conferência de Pequim” para enfatizar a importância do papel das mulheres como atrizes sociais; ele busca evidenciar a conjuntura na qual a mulher é vista como agente histórico capaz de adquirir controle sobre o seu destino, sobre decisões referentes à sua vida sexual e reprodutiva, devendo o governo e a sociedade criar as condições para tanto e apoiá-las nesse processo.

O empoderamento significa de modo geral a ação dos indivíduos quando participam de espaços de decisão e de consciência social dos seus direitos. O empoderamento das mulheres evidencia-se a partir de uma tomada de consciência individual de conhecimento e superação de uma situação particular em que se encontra, o que irá permitir alcançar uma compreensão das teias complexas de relações sociais construídas na desigualdade entre os gêneros e no reflexo dessas relações na economia, na política, na sociedade e na cultura. Em uma sociedade injusta o empoderamento das mulheres não pode ser concretizado, e uma sociedade não pode ser considerada justa se as mulheres não são empoderadas.

O conceito de transversalidade/integração de gênero, presente nos debates da IV Conferência, foi desenvolvido e proposto pela primeira vez em 1985 na “III Conferência Mundial sobre a Mulher”. A ideia foi formalmente apresentada em 1995 na IV Conferência. A transversalidade de gênero busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as dimensões de atuação governamental, não basta ter órgãos especializados em políticas para as mulheres, é preciso que todo o aparato estatal, de acordo com sua atividade fim, contribuam de alguma forma para concretização da igualdade entre os gêneros.

Para Bacchi (2010), em linhas gerais, a integração/transversalidade é um compromisso para garantir que cada parte de uma organização assuma a responsabilidade de assegurar que o impacto das políticas atinja igualmente homens e mulheres.

O novo campo de intervenção feminista criado em escala global pelas conferências da ONU exigiu muita negociação por parte das feministas, para tentar construir consensos em torno das propostas em pauta. Para Riddell-Dixon (2001), as conferências das mulheres não aconteceram sem polarizações, pois ocorreram muitas divisões como entre as mulheres do sul e as mulheres do norte sobre o que seriam as questões das mulheres ou sobre os posicionamentos políticos de Israel e Palestina, e foram substituídas por diferenças políticas sobre questões como o papel da religião ou sobre a economia global. Tal situação foi recorrente nas arenas da ONU, tendo em vista a amplitude do espaço composto por atores e gestores políticos influenciados por diferentes contextos econômicos, sociais, culturais e religiosos.

Os embates e divisões não marcaram apenas o momento do “boom” das conferências, mas continuam operando para dificultar a própria implementação das estratégias acordadas previamente nesses espaços. Snyder (2006 apud FERREE; TRIPP, 2006) enfatiza que as divisões relacionadas às questões da economia global que emergiram nas conferências e para além delas são resultantes do deslocamento gradual do poder sobre as políticas dos países pobres para longe deles, passando a responsabilidade para as instituições financeiras internacionais.

O desenvolvimento de organizações de cooperação pelas Nações Unidas para os países do sul – com foco no bem-estar humano – perdeu força em razão do Consenso de Washington, um acordo que foi estabelecido em 1989 entre o Banco Mundial, o FMI, e os Estados Unidos.

O acordo estabeleceu regras que deveriam ser adotadas por países em desenvolvimento afim de obterem crédito. Essas condições, para Snyder (2006 apud FERREE; TRIPP, 2006), que foram estabelecidas nos Programas de Ajustamento Estrutural (PAE) do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, deram prioridade à economia de mercado e não às metas de equidade. Assim, os anos 1980 foram amplamente rotulados como a “década perdida”, embora o período tenha sido apenas o culminar de um longo processo.

Nesse sentido, é possível notar a existência de uma contradição: se por um lado existia uma preocupação da ONU em discutir e buscar mecanismos para combater a

desigualdade entre os gêneros, por outro essa preocupação caminhava em direção oposta para as organizações membro da ONU.

O FMI e o Banco Mundial tecnicamente parte do sistema ONU, mas independente dele – tornaram-se contraditoriamente empecilhos para o avanço da igualdade entre os gêneros na medida em que estabelecem regras que influenciam vários países a cortarem os investimentos em políticas sociais e priorizar o pagamento da dívida externa além de “pregar” a adoção do Estado mínimo nos moldes neoliberais. Essa intervenção das instituições financeiras internacionais nos estados nacionais tem mostrado, em muitos casos, que a prática e a implementação da integração de gênero estão condicionadas à situação econômica e política dos países.

A adoção de princípios neoliberais nas políticas econômicas e sociais é apontada por muitas feministas como um obstáculo que tem se apresentado frente às estratégias de integração de gênero. Para elas instituições como o FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio que exercem grande influência nos países e ditam as regras para as políticas econômicas, causando retrocesso nas políticas de igualdade a partir do momento em que promovem/incentivam/financiam a redução dos serviços públicos.

Há uma retórica propagada intensamente pelo neoliberalismo que a globalização dos mercados aumentou as oportunidades de trabalho para as mulheres. No entanto, observa-se que muitas mulheres em diferentes países estão empregadas em serviços pesados e sem nenhuma proteção legal sobre jornada ou condições de trabalho. O emprego das mulheres continua vinculado a condições associadas à função feminina, de mãe e dona de casa, à boa condição de adaptação em condições de precariedade, à polivalência, à flexibilidade.

Em nome da política neoliberal adotada por muitos países, cortes no orçamento das políticas sociais foram e continuam a ser efetuados, o que permite afirmar que as propostas pró-igualdade enfrentam grandes desafios de serem concretizadas em um cenário em que vários países do mundo adotam os princípios neoliberais nas políticas.

Os movimentos feministas, diante desse cenário dicotômico e controverso entre o compromisso retórico assumido pela ONU na negociação da adoção de práticas pró-igualdade com os estados membros e a possibilidade real da adoção dessas práticas por esses estados, se veem em uma posição de interlocutores permanentes nos diferentes países para que o debate sobre a igualdade de gênero não seja silenciado e que as estratégias de integração de gênero nos estados possam ser viabilizadas.

A presente pesquisa, ao adotar como ponto de partida o conceito de *gender mainstreaming* proposto pela “Plataforma de Ação de Pequim”, busca compreender as relações que são construídas por feministas, parlamentares e gestores públicos na atualidade, para materialização do compromisso com a igualdade dos gêneros nos países que assumiram oficialmente o compromisso de implementar tais políticas, especificamente o Brasil e o Canadá.

O próximo capítulo apresenta um breve histórico do contexto político e econômico vivenciados pelos referidos países para compreender em quais circunstâncias as relações entre feministas, parlamentares e governo foram construídas e até que ponto essas relações resultaram na integração das questões de gênero no Estado no período atual.

3 BRASIL E CANADÁ EM PERSPECTIVA COMPARADA: Olhares sobre o Contexto Político e Econômico

Brasil e Canadá são estados federais que têm como regime de governo a democracia. Para Touraine (1996) compreender a democracia exige a distinção de três atores: sociedade civil, sociedade política e o Estado. Na presente pesquisa, a partir de uma análise sobre as relações que são construídas entre os referidos atores, pretende-se visualizar o campo de disputas e alianças que permitem a integração de gênero no Estado.

A sociedade civil é o espaço onde os atores sociais são influenciados por valores culturais e por relações sociais, muitas vezes, conflitantes. A autonomia da sociedade é algo importante para democracia já que demarca sua separação em relação ao Estado.

A sociedade política é o ator social que faz a mediação entre os interesses da sociedade civil e os interesses do Estado. Segundo Touraine (1996, p. 63) cabe à sociedade política:

Elaborar a unidade a partir da diversidade e, por conseguinte, subordinar a unidade às relações de força que existem no plano da sociedade civil, reconhecendo o papel dos partidos políticos que se interpõem entre os grupos de interesses ou as classes e o Estado.

O Estado conforme Touraine (1996, p. 63) é o poder executivo e a administração os responsáveis “pelos poderes que elaboram e defendem a unidade da sociedade nacional diante das ameaças e problemas externos ou internos, em relação também ao seu passado e futuro, portanto, à sua continuidade histórica”. Dessa forma, cabe ao Estado resguardar a memória coletiva, proteger as minorias, estimular, planejar ações e política em longo prazo e defender a nação das forças estrangeiras.

A democracia no Canadá é representada pela monarquia constitucional com um governo parlamentarista de gabinete, enquanto o Brasil é uma república com um governo presidencial-congressional. No Brasil, o chefe de Estado e o chefe de Governo são a mesma pessoa, enquanto no Canadá a rainha, representada pelo governador-geral, é a chefe de Estado, e o primeiro-ministro é o chefe de Governo.

O governo presidencial-congressional tem os poderes separados, o que inviabiliza que o presidente brasileiro e qualquer um dos ministros sejam membros do congresso nacional (Senado e Câmara). Já o governo parlamentarista de gabinete tem por base a concentração de poderes. Forsey (2003) destaca que o primeiro-ministro e

qualquer outro ministro devem por costume ser membros de uma das Casas, ou obter uma cadeira em uma das Casas logo após sua nomeação.

A economia influencia cotidianamente as ações que são gestadas na esfera política, portanto, observar como a mesma age para interferir na definição das áreas que merecem atenção prioritária do governo permite visualizar como o contexto econômico pode operar, para que as estratégias de integração de gênero sejam incorporadas ou não pelo Estado.

A economia do Brasil atualmente exerce grande influência no mundo e ocupa o posto de sétima economia mundial, de acordo com os dados do Fórum Mundial Econômico (2011). O Brasil é um país em desenvolvimento e, embora tenha apresentado um notável crescimento econômico nos últimos anos, ocupa a 84ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Com uma população estimada em cerca de 190 milhões, seu produto interno bruto segundo os dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) de 2010 é de dois trilhões de dólares. O país é membro de diversas organizações econômicas, como o Mercosul, a Unasul, o G8+5 e o G20. Entre os principais parceiros comerciais do Brasil, podemos destacar a América Latina, a União Europeia, a Ásia e os Estados Unidos.

O Canadá é uma economia desenvolvida, próspera e estável, possui um dos maiores IDH do mundo e ocupa a 6ª posição, de acordo com o ranking de 2011. A população canadense atualmente é estimada em 34 milhões de habitantes e seu produto interno bruto é de 1,7 trilhões de dólares conforme os dados do FMI de 2010.

A economia canadense modificou-se radicalmente a partir da Segunda Guerra Mundial, passando de uma economia agrícola para uma economia industrial inicialmente e de serviços altamente técnicos na atualidade. O país se beneficia amplamente de tratados de livre comércio, o Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) é um exemplo disto. Ele permite uma total integração entre as economias do Canadá e dos Estados Unidos - responsável por 80% das importações e exportações canadenses.

Para compreender a integração de gênero no Estado brasileiro e no Estado canadense, serão descritos de forma sucinta algumas características dos sistemas políticos, dos governos e as influências dos aspectos econômicos na integração das questões de gênero no Estado a partir do ano de 1995 até o período atual.

3. 1 O Brasil e seu sistema de governo

O Brasil é uma república federativa constitucional presidencialista, forma escolhida por plebiscito popular em 1993, composta por vinte e seis estados e um distrito federal. O Estado brasileiro está organizado em três poderes: o Executivo, o Legislativo e o Judiciário. O chefe do Poder Executivo que é o presidente da República acumula as funções de chefe de Estado e chefe de Governo.

O sistema de governo brasileiro é regido pelo federalismo republicano, nessa forma de governo existe um congresso nacional composto pela Câmara alta (Senado) e uma Câmara baixa (Câmara dos Deputados), ambas eleitas por voto, e a figura do presidente da República. O presidente da República é eleito pelo voto direto, e exerce o mandato de quatro anos, com possibilidade de uma reeleição na sequência. O gabinete de ministros é nomeado exclusivamente pelo presidente, bem como as secretarias de primeiro escalão.

O Senado possui 81 cadeiras que representam os 26 estados e um distrito federal que compõe a república federativa brasileira. Os senadores são eleitos pelo voto majoritário e direto e possuem um mandato de oito anos, podendo ser renovado pelo mesmo período consecutivamente.

A Câmara dos Deputados assim como no Canadá também é o principal órgão legislativo no Brasil. As cadeiras na Câmara de Deputados são divididas de acordo com a população de cada Estado, sendo os deputados eleitos por votação proporcional. Atualmente, o país conta com 513 deputados com um mandato de quatro anos podendo ser renovado por meio de reeleição consecutivamente. Segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral, o Brasil possui 27 partidos²⁶.

Os quatro maiores partidos em termos de filiados são: Partido Democrático Brasileiro (PMDB)²⁷, Partido dos Trabalhadores (PT)²⁸, Partido Progressista (PP)²⁹ e

²⁶Partido do Movimento Democrático Brasileiro, Partido Trabalhista Brasileiro, Partido Democrático Trabalhista, Partido dos Trabalhadores, Democratas, Partido Comunista do Brasil, Partido Socialista Brasileiro, Partido da Social Democracia Brasileira, Partido Trabalhista Cristão, Partido Social Cristão, Partido da Mobilização Nacional, Partido Republicano Progressista, Partido Popular Socialista, Partido Verde, Partido Trabalhista do Brasil, Partido Progressista, Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado, Partido Comunista Brasileiro, Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, Partido Humanista da Solidariedade, Partido Social Democrata Cristão, Partido da Causa Operária, Partido Trabalhista Nacional, Partido Social Liberal, Partido Republicano Brasileiro, Partido Socialismo e Liberdade, Partido da República. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br/internet/partidos/index.htm>>. Acesso: 6 jun. 2011.

²⁷Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) é o maior partido político brasileiro. Fundado em 1980, possui uma orientação política centrista.

²⁸Partido dos Trabalhadores (PT) é o partido que ocupa a atual presidência do país. Fundado em 1980 é um dos maiores e mais importantes movimentos de esquerda da América do Sul. Maior partido na Câmara dos Deputados.

Partido Social Democrata Brasileiro (PSDB)³⁰. Ultimamente, o partido que ocupa o comando do país é o Partido dos Trabalhadores, tendo Dilma Rousseff como presidenta do Brasil. O principal partido de oposição ao governo é o PSDB enquanto na posição de partidos da base aliada do governo podemos destacar alguns como o PMDB, PP, PDT e PC do B.

O presidente da República é eleito por voto direto e é ele quem escolhe os membros do seu gabinete. Já o presidente do Senado é eleito em votação secreta pelos membros do Senado e o presidente da Câmara também em votação secreta pelos membros da Câmara dos Deputados.

O Brasil passou por quatro governos no período que se estende de 1995 até os dias atuais. Em 1995, inicia o mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso eleito pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Nas eleições de 1998, Cardoso é reconduzido novamente ao cargo e encerra seu mandato em 2002, quando ocorre uma transição de partidos na condução do governo do país em razão da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva membro do Partido dos Trabalhadores. Lula assume a presidência do país em 2003, sendo reconduzido ao cargo por meio de reeleição em 2007 e finalizando seu mandato em 2010 quando sua sucessora Dilma Rousseff é eleita presidenta da República - primeira mulher a ocupar este cargo no país.

No processo de preparação para a “Conferência de Pequim”, primeiro ano do governo FHC, nota-se pela primeira vez a realização de uma consulta pelo governo brasileiro à sociedade com o intuito de elaborar um relatório sobre a situação das mulheres no país para apresentar em uma conferência da ONU.

Segundo Haddad (2007), depois de anos de regime militar autoritário, conduzidos sob a forte mão do Estado na economia, o Brasil vivenciava um processo de reformulação institucional que atingia o Estado em seus meandros econômicos e políticos, inaugurando um novo momento de transformações na forma de gerir as políticas públicas. O fim do regime militar autoritário e o processo de abertura política, instituídos pelo governo Sarney e confirmados pela promulgação da Carta Constitucional de 1988, incentivavam a competição por maior participação no sistema decisório, sinalizando para a expansão da esfera de ação política.

²⁹Partido Progressista (PP) antigo Partido Progressista Brasileiro (PPB) recebeu essa denominação em 2003 após a “Convenção Nacional do PPB” e possui uma orientação de direita.

³⁰Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) é um partido político brasileiro, fundado em 25 de junho de 1988. Os militantes e simpatizantes do PSDB geralmente o classificam como de centro-esquerda e de orientação socialdemocrata. Atualmente, é um dos principais partidos que fazem oposição ao governo do PT.

No ano de 1995, quando já se aproximava a “IV Conferência Mundial sobre Mulheres”, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso reativou o CNDM, ainda que sem estrutura administrativa e orçamentária próprias. Entre as principais marcas do seu governo estão a consolidação do Plano Real, a introdução dos programas de transferência de renda, como o Bolsa Escola, além de profundas reformas econômicas.

Ao assumir o governo, FHC adotou um projeto político-econômico orientado para o neoliberalismo e para a globalização. Os programas sociais, em detrimento das reformas econômicas, não foram prioridade do primeiro governo do PSDB, o que ocasionou em aumento do desemprego em razão das privatizações, dos salários baixos e conseqüentemente o aumento das desigualdades sociais. Além disso, no primeiro mandato, movimentos sociais intensificaram manifestações como as invasões dos Sem Terra, greves e protestos urbanos e rurais.

Em 1999 inicia o segundo mandato de FHC em meio à crises internacionais e recessão econômica. Para controlar a inflação, as medidas desestimularam o consumo interno e, conseqüentemente, aumentaram o desemprego. O governo teve que recorrer ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e com isso se viu obrigado a adotar um rígido controle sobre os gastos públicos, diminuir investimentos públicos e elevar as taxas de juros.

Antes de finalizar seu governo em 2002 pressionado pelas redes nacionais de mulheres, o presidente FHC cria a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher subordinada à pasta da Justiça. As prioridades estabelecidas pela Secretaria foram: o combate à violência contra a mulher, a participação da mulher no cenário político do país e sua inserção no mercado de trabalho.

Em 2003, no primeiro dia de seu governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cria a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). A SPM passa a abrigar em sua estrutura o CNDM, que colabora e contribui nas ações e direções da Secretaria, estabelecendo a necessária interlocução com o movimento de mulheres e feminista. Com a integração do CNDM à estrutura da SPM em 2003, o órgão passou a contar com representantes da sociedade civil e do governo, ampliando o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres³¹.

³¹Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - breve histórico. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/conselho/historico>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

O primeiro mandato de Lula foi marcado pelo conservadorismo de sua política econômica, que trouxe estabilidade e o país conseguiu aumentar suas reservas, possibilitando a liquidação antecipada das dívidas com o FMI, contraídas em governos anteriores. Esta ação resultou no aumento do prestígio internacional do país e a uma maior atenção dos investidores. Observou-se no governo Lula um incremento na geração de empregos. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 2003 a 2006 a taxa de desemprego caiu e o número de pessoas contratadas com carteira assinada cresceu, enquanto o total de empregos sem carteira assinada diminuiu.

O ano de 2007, início do segundo mandato do presidente Lula, é marcado pela retomada da atividade em vários setores da economia, em virtude principalmente da recuperação da renda da população e da expansão do crédito no país. O desempenho da indústria foi elevado, com os recordes de produção do setor automotivo e de construção civil, grande gerador de empregos no período.

O governo Lula investiu em políticas sociais para redução da pobreza como os programas Bolsa Família e Fome Zero. A finalidade do Bolsa Família é a transferência direta de renda do governo para famílias pobres (renda mensal por pessoa entre R\$ 69,01 e R\$ 137,00) e em extrema miséria (renda mensal por pessoa de até R\$ 69,00) além de propiciar às famílias das classes mais pobres o consumo maior de produtos, o que beneficia a economia do país.

O programa Fome Zero começou como uma tentativa do governo de sensibilizar as massas em favor das pessoas menos favorecidas. O programa chamou a atenção dos governos internacionais para o Brasil, sendo Luiz Inácio muito elogiado por organismos internacionais. O programa não conseguiu atingir a meta de erradicar a fome em quatro anos e foi substituído pelo Bolsa Família.

No último ano do seu segundo mandato, o presidente Lula, por meio de uma Medida Provisória datada de 24 de março de 2010, concedeu status de ministério à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, para garantir mais liberdade orçamentária capaz de gerar impacto direto na elaboração e execução de políticas públicas. Em termos práticos, a medida adotada por Lula não garantiu ampliação de orçamento da SPM e nem maior autonomia ao órgão que desde a sua criação enfrenta dificuldades em razão dos cortes orçamentários.

Dilma assume o governo em 2011 tendo como prioridades o enfrentamento da pobreza, a manutenção da política econômica iniciada pelo governo Lula e o fortalecimento da política pública desenvolvimentista. Em seu primeiro ano de governo,

Dilma fez da resistência econômica do Brasil o eixo de seu governo, impondo fortes medidas para defender e incentivar a indústria e o consumo. A economia brasileira cresceu 7,5% em 2010 colocando o país na posição de 7ª potência econômica mundial.

Em fevereiro de 2011, o governo anunciou um corte recorde de R\$ 50 bilhões no Orçamento Federal do mesmo ano, o equivalente a 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB). A justificativa para a decisão foi a de que o bloqueio de gastos era uma maneira de o governo tentar combater as pressões inflacionárias, e, com isso, permitir uma política "mais suave" para a taxa básica de juros. O ministro da Fazenda, Guido Mantega, explicou também que a medida fazia parte do processo de reversão de todos os estímulos feitos para a economia brasileira entre 2009 e 2010 para evitar os efeitos negativos da crise financeira internacional que se instalou no mundo em 2008.

No corte recorde do Orçamento, o programa Minha Casa, Minha Vida, que concede financiamento público e de baixo custo para população de baixa e média renda adquirir sua moradia, sofreu contenção de mais de R\$ 5 bilhões nos repasses do governo, apesar de o governo afirmar que as despesas com os programas sociais e com os investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) seriam integralmente mantidos.

O PAC, lançado durante o segundo mandato de Lula, continua sendo o principal programa de aceleração do crescimento da gestão petista. É um programa que engloba um conjunto de políticas econômicas planejadas com o objetivo de acelerar o crescimento econômico do Brasil. Tem entre as suas prioridades o investimento em infraestrutura de áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

Machado (2010) argumenta que nos últimos anos o governo brasileiro atendeu algumas demandas do feminismo brasileiro introduzindo e reforçando políticas públicas para as mulheres e políticas públicas para a igualdade de gênero, contribuindo para mudanças na opinião pública.

3.2 O Canadá e o seu sistema de governo

O Canadá é uma democracia monárquica constitucional composta por dez províncias e por três territórios³². O chefe de Estado é o soberano³³ e todo ato do

³²As províncias e suas respectivas capitais são: Alberta – Edmonton, Columbia Britânica – Victoria, Manitoba – Winnipeg, New Brunswick – Fredericton, Newfoundland e Labrador – St. John's, Nova

governo é realizado em nome dele, mas a autoridade para todos os atos vem do povo canadense. Para Forsey (2003), o Canadá não é apenas uma democracia soberana independente, mas também um Estado Federal com dez províncias autônomas e três territórios dirigidos pelo governo central.

O sistema de governo canadense é regido pelo parlamentarismo, nessa forma de governo existe um parlamento composto pela Câmara alta nomeada (Senado), uma Câmara baixa eleita (Câmara dos Comuns) e a figura do governador geral que representa a rainha. O primeiro ministro que é o chefe de Governo é escolhido pelo partido que obtém maior quantidade de votos nas eleições, geralmente o partido mais votado indica o seu líder para o cargo de primeiro-ministro.

Segundo Forsey (2003, p. 17), o Parlamento Federal possui poder “para elaborar leis para a paz, a ordem e o bom governo do Canadá” e é composto pela rainha, pelo Senado e pela Câmara dos Comuns. A rainha é a chefe de Estado oficial do Canadá. Em nível federal, ela é representada pelo governador-geral e, em nível de província, é representada pelos vice-governadores.

O Senado que é a Câmara alta possui atualmente cento e cinco membros que representam as várias províncias do país. Os senadores são nomeados pelo governador-geral sob recomendação do primeiro-ministro. O mandato dos senadores estende-se até completarem 75 anos, a menos que eles percam duas sessões consecutivas do Parlamento.

A Câmara dos Comuns é o principal órgão legislativo. Segundo Forsey (2003) em cada um dos 301 distritos eleitorais do país, ou eleitorados, os candidatos que recebem o maior número de votos são eleitos para a Câmara dos Comuns, mesmo que seus votos não cheguem a representar 50% do total. Atualmente, o país conta com 308 membros na Câmara dos Comuns.

Para o funcionamento da democracia é fundamental a existência de partidos políticos. Existem 18 partidos³⁴ registrados segundo dados da Elections Canadá de

Escócia – Halifax, Ontário – Toronto, Prince Edward Island – Charlottetown, Québec – Québec City e Saskatchewan – Regina. Os territórios são: Northwest Territories, Nunavut e Yukon.

³³O soberano é encarnado pela figura da rainha Elizabeth II do Reino Unido que é atualmente a monarca e chefe de Estado do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte e rainha de vários países como Austrália, Nova Zelândia e Canadá. Para mais informações consultar Forsey (2003).

³⁴*Animal Alliance Environment Voters Party of Canada, Bloc Québécois, Canadian Action Party, Christian Heritage Party of Canada, Communist Party of Canada, Conservative Party of Canada, First Peoples National Party of Canada, Green Party of Canada, Liberal Party of Canada, Libertarian Party of Canada, Marijuana Party, Marxist-Leninist Party of Canada, New Democratic Party, Pirate Party of Canada, Progressive Canadian Party, Rhinoceros Party, United Party of Canada, Western Block Party.*

2011³⁵, uma organização independente e não-partidária que se reporta diretamente ao Parlamento no Canadá. Os partidos mais representativos no Parlamento canadense são o Partido Conservador (PC)³⁶ que atualmente ocupa a chefia do governo canadense, o Partido da Nova Democracia (NDP)³⁷ e o Partido Liberal (PL)³⁸ que integram respectivamente a oposição oficial e a oposição ao governo. Segundo Forsey (2003, p. 22):

Os maiores e menores partidos federais que existem no Canadá não foram criados por uma lei, apesar de atualmente serem reconhecidos pela lei. O povo canadense criou esses partidos os quais são associações voluntárias de pessoas que compartilham de opiniões semelhantes sobre questões públicas.

O partido mais votado nas eleições elege o primeiro-ministro canadense, sendo esse nomeado automaticamente pelo governador-geral. Se a oposição ganhar mais da metade das cadeiras em uma eleição, ou se o governo for derrotado na Câmara dos Comuns e renunciar, o governador-geral deve chamar o líder da oposição para compor um novo governo.

Já o presidente do Senado é nomeado pelo governador-geral por recomendação do primeiro-ministro. O presidente da Câmara dos Comuns é eleito por meio de votação secreta pela própria Câmara de cada eleição geral, devendo ser um membro da Câmara (FORSEY, 2003).

O Canadá passou por cinco governos no período que inicia com a “Conferência de Pequim” e se estende aos dias atuais. Em 1995, o primeiro-ministro canadense, membro do Partido Liberal, era Jean Chrétien que iniciou seu mandato em 1993, sendo reeleito duas vezes, em 1997 e 2000. Chrétien encerrou seu mandato em 2003 quando

Disponível em: <<http://www.elections.ca/content.aspx?section=pol&dir=par&document=index&lang=e>>. Acesso em: 30 ago. 2011.

³⁵*Registered Political Parties and Parties Eligible for Registration*. Disponível em: <<http://www.elections.ca/content.aspx?section=pol&dir=par&document=index&lang=e>>. Acesso em: 10 out. 2011.

³⁶O Partido Conservador do Canadá é um dos maiores partidos políticos do Canadá, tendo sido fundado em 2003, resultante da fusão da Aliança do Canadá e do Partido Progressivo Conservador do Canadá. O atual primeiro ministro, Stephen Harper, é líder deste partido.

³⁷O *New Democratic Party*, comumente referido como o NDP, é um partido socialdemocrata canadense, fundado em 1961. O partido é considerado como de esquerda e atualmente representa a Oposição Oficial na Câmara dos Comuns após a eleição de maio de 2011 quando foi o segundo partido mais votado.

³⁸O Partido Liberal é o partido federal mais antigo registrado no Canadá, fundado em 1867. No desenho político convencional, o partido fica entre o centro e o de centro-esquerda, especialmente em relação aos outros dois principais partidos políticos oficiais federais, o NDP e o Partido Conservador. O Partido Liberal tem historicamente se posicionado à esquerda do Partido Conservador e à direita do NDP.

outro membro do Partido Liberal foi apontado ao cargo de primeiro-ministro, Paul Martin.

Martin encerrou seu mandato em 2006, quando ocorreu uma transição de partidos no comando do governo canadense. O Partido Conservador venceu as eleições e conduziu Stephen Harper ao cargo de primeiro-ministro do Canadá sendo reeleito para mais um mandato em maio de 2011.

Em onze anos de governo liberal e pouco mais de cinco anos de governo conservador nota-se a presença de iniciativas para integrar as questões de gênero no Estado. No início da década de 1990 podemos evidenciar no Canadá um intenso debate sobre as políticas de igualdade, influenciado pela preparação da “IV Conferência Mundial sobre a Mulher”.

O governo canadense em 1995 elaborou o Plano Federal para Igualdade de Gênero visando orientar e direcionar a integração de gênero em todos os programas e políticas federais em departamentos e agências. O plano foi importante por introduzir a análise de gênero na estrutura do governo canadense, sendo interrompido em 2006, quando o Partido Conservador assumiu o governo canadense.

Riddell-Dixon (2001) destaca que o governo Chrétien buscou facilitar a participação das ONGS no processo de Pequim o que pode ser visto como um esforço mais amplo para a democratização da elaboração da política externa canadense. Entretanto, a autora adverte que no nível superior, o governo Chrétien esteve dominado por homens, nível no qual o poder reside e as questões das mulheres não constituem uma prioridade.

Com esse pensamento Riddell-Dixon (2001) explica que muitas das disposições do orçamento (*Budget Implementation Act* - 1995) implementado pelo Ministro das Finanças Paul Martin em 1995 divergiram diretamente das posições que o Canadá defendeu na “Plataforma de Ação de Pequim”.

Assim em meados de 1995, o governo de Chrétien fechou o *Canadian Advisory Council on the Status of Women* atuando assim em uma direção oposta ao compromisso assumido no processo de preparação para “IV Conferência Mundial sobre as Mulheres”.

Além disso, ocorreram mudanças nos organismos institucionais das mulheres incluindo o rebaixamento do status das mulheres no governo, com a redução da posição da SWC a um gabinete júnior representado por um secretário de Estado. Junte-se a isso o trabalho impopular que foi desenvolvido pelo Programa das Mulheres (fundo que tem financiado organizações de mulheres e grupos que buscam promover a igualdade desde

1973), demonstrando um estreitamento das máquinas das mulheres no Estado e a redução generalizada do apoio estatal para as demandas de igualdade das mulheres (RANKIN, 2011).

Um dos destaques principais da política dos governos de Chrétien foi a eliminação do déficit da dívida federal o que incluiu cortes de gastos maciços em programas federais e transferências para as províncias e territórios. Os cortes resultaram em menos serviços do governo, mais notadamente na área dos cuidados de saúde, como grandes reduções no financiamento federal às províncias, o que resultou em cortes significativos na prestação de serviços. Muitos dos cortes foram restaurados nos últimos anos do período de Chrétien no cargo.

Para Dobrowolsky (2004), apesar das promessas de “welfare liberal” contidas no *Red Book*³⁹ dos liberais, que corroborou para chegada de Chrétien ao poder em 1993, o seu governo foi se posicionando mais para a direita. O primeiro-ministro adotou os princípios do neoliberalismo em muitas áreas, no domínio econômico (com a adesão ao NAFTA) e no domínio político do Estado (por exemplo, racionalizando serviços sociais e cortando o apoio a grupos e movimentos da sociedade civil).

Segundo Rankin (2011), com a eleição do liberal Chrétien em 1993, muitas ativistas feministas esperavam que a visibilidade e a influência dos movimentos de mulheres na política federal fossem se expandir, sobretudo, tendo em conta o legado dos governos liberais passados como arquitetos de uma relação relativamente estável de trabalho entre o governo federal, o Estado e movimentos de mulheres.

No entanto, o que se observa foi que as feministas não obtiveram o apoio que esperavam de Chrétien. Os cortes orçamentários nas políticas sociais em decorrência da adoção de princípios neoliberais na política econômica e social também podem ser notados no período.

Paul Martin, Ministro das Finanças nos três governos de Chrétien (1993-2002) foi apontado como líder do Partido Liberal e assumiu o cargo de primeiro-ministro do Canadá em 2003 com a vitória do Partido Liberal nas eleições federais. Em seu mandato, Martin implementou algumas políticas que tiveram impacto direto na vida das mulheres. Martin fez alterações no programa de equalização, sob o qual o governo federal ficou constitucionalmente obrigado a redistribuir as receitas federais para as províncias com menos capacidade de aumentar as receitas, através de impostos para as

³⁹“O Livro Vermelho”, oficialmente intitulado “Criando Oportunidade: O Plano de Liberal para o Canadá” foi a plataforma política do Partido Liberal do Canadá para eleição federal em 1993.

províncias mais ricas, como forma de assegurar a uniformidade da prestação de serviços públicos em toda a nação.

Durante o governo Martin, foi aprovado o projeto de lei que permitiu o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Em meio a várias decisões judiciais em 2003 e 2004, que permitiram a legalização dos casamentos entre pessoas do mesmo sexo em sete províncias e um território, o governo propôs um projeto de lei para legalizar o casamento homossexual no país.

Além disso, Martin negociou o aumento de gastos na área da saúde para melhorar o atendimento e reduzir o tempo de espera, e assinou acordos com todas as províncias para estabelecer um programa nacional de cuidados infantis. Na área dos direitos indígenas em novembro de 2005, o governo estabeleceu o acordo de Kelowna com o objetivo de eliminar as lacunas entre canadenses aborígenes e não-aborígenes nas áreas da saúde, educação, habitação e de oportunidades econômicas.

Durante os referidos governos liberais a *Status Women Canada* foi mantida como parte da estrutura governamental. O órgão foi criado em 1971 com o objetivo de desenvolver iniciativas para eliminar a desigualdade entre os gêneros e promover a participação plena das mulheres na economia e na vida social e democrática do Canadá.

Em 2006, ocorreu uma transição de partidos na condução do governo canadense com a vitória do Partido Conservador nas eleições do corrente ano. Stephen Harper líder do Partido Conservador é apontado para o cargo de primeiro-ministro. Durante o seu mandato reduziu a taxa de imposto sobre bens e serviços de 7% para 5%. O governo liberal anterior havia iniciado as negociações com as províncias para financiar um programa nacional de cuidados infantis. Os conservadores interromperam esta negociação e, em vez de um programa de cuidados infantis, criaram uma bolsa de 1200 dólares por ano para cada filho com idade inferior a seis anos pagas diretamente aos pais.

Desde 2008, os orçamentos têm déficits substanciais, no qual o governo de Harper atribui à recessão global de 2008, enquanto seus adversários dizem que é o resultado de novos gastos e das receitas perdidas devido a reduções do imposto sobre mercadorias e serviços e do imposto de renda corporativo.

Rankin e Wilcox (2004) destacam que as mudanças institucionais reduziram o acesso de atores dos movimentos de mulheres na formulação de políticas federais. Entre as ações que se confrontam aos interesses das feministas, destaca-se a consulta ao parlamento promovida por Harper em 2006, atendendo um compromisso de campanha

eleitoral a grupos contrários ao casamento gay de rever a questão do casamento homossexual que tinha sido legalizada em 2005 pelo governo anterior. O projeto de lei do governo, para mudar o *status quo*, foi rejeitado por 175 votos contrários à mudança e 123 favoráveis. O governo cortou o financiamento de vários programas sociais e festivais, alguns dos quais estavam relacionados à comunidade gay, como festival *Black and Blue* de Montreal, um dos maiores festivais gays no Canadá.

Harper manteve a *Status Women Canada*, porém realizou uma série de mudanças estruturais e deu novo direcionamento às políticas desenvolvidas pelo órgão, com o objetivo de centralizar nas seguintes áreas de atuação: combate à violência contra as mulheres, aumento da segurança econômica das mulheres e incentivo à liderança e participação democrática das mulheres.

Em 2007, o governo Harper cortou cerca de metade dos funcionários da SWC, fechou 12 dos 16 escritórios regionais da SWC e impôs uma restrição ao financiamento estatal de todas as estratégias *advocacy* e pesquisas empreendidas pelos movimentos de mulheres. Todas as referências do Programa das Mulheres ao status político e jurídico das mesmas foram retiradas. Para Rankin, a mudança mais profunda ocorrida durante o governo Harper foi a eliminação da palavra “igualdade” de todo o mandato da *Status Women Canada*, algo recorrente desde 2008 (em fase de elaboração)⁴⁰.

3.3 A influência dos aspectos econômicos na integração de gênero no Brasil e no Canadá

A influência das orientações neoliberais na ação dos estados nacionais marca o período de estudo focado pela pesquisa. O neoliberalismo, segundo Dobrowolsky (2009), refere-se a uma influente racionalidade de mercado que tem crescido em profundidade e extensão, para abranger uma variedade imensa de fenômenos econômicos, políticos, sociais e culturais. Tanto no Hemisfério Norte como no Hemisfério Sul, o neoliberalismo ganhou influência como uma complexa estrutura compositiva.

Desde meados dos anos 1970, nota-se a presença cada vez mais acentuada do neoliberalismo na definição das políticas econômicas e sociais dos países desenvolvidos e dos países em subdesenvolvimento. Para Elson (2002), a construção do sistema

⁴⁰RANKIN, L. Pauline. Does the Boomerang Return? Transnational Activism, Domestic Feminist. Organizing and the Case of the Canadian Feminist Alliance for International Action. In: LEXIER, R; SMALL, T. (Org.) *Gender and Canadian Politics*. No prelo.

internacional financeiro em 1944 em Bretton Woods teve um papel fundamental no desenho atual da economia mundial.

O acordo de Bretton Woods definiu o fluxo internacional das finanças públicas do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, ambos com objetivos sociais descritos em suas propostas iniciais, como aumentar a produtividade, o padrão de vida e as condições de trabalho. No entanto, os objetivos sociais perderam espaço, pois havia desde o início um confronto entre as metas sociais e os interesses dos donos do capital financeiro, que estavam interessados em maximizar o retorno para os seus ativos, independentemente de objetivos sociais.

O objetivo dessas políticas era a liberalização do mercado financeiro internacional, primeiro para os países desenvolvidos e depois para os países em desenvolvimento. Argumentou-se que isso levaria à distribuição mais eficiente das finanças, mas a eficiência se deu apenas em termos da utilização dos recursos comercializados (ELSON, 2002). Não houve crescimento econômico igualitário entre os países ditos desenvolvidos e os ditos em desenvolvimento, e muito menos houve uma preocupação em pensar no impacto da liberalização do mercado na vida das mulheres.

Apesar das proclamações ideológicas de que o neoliberalismo é do interesse geral, a política da globalização do capital tem construído uma fronteira entre os poucos que têm estado no interior do projeto neoliberal e aqueles que se veem do lado de fora (HEALY, 2003).

A liberalização das transações financeiras internacionais não está isenta de riscos que geram diferentes problemas, como o desemprego e a precarização do trabalho. O ônus dos riscos financeiros é também deslocado para a população, principalmente as mulheres, que são as responsáveis em fornecer os cuidados não remunerados que mantêm o funcionamento das famílias e das comunidades.

O Banco Mundial, instituição financeira internacional que influencia a construção das políticas macroeconômicas no mundo, têm estado muito distante em reconhecer a importância de dar suporte ao trabalho das mulheres. Cada vez mais projetos para as mulheres são alvo de cortes para facilitar o período de transição, durante os ajustes estruturais (BAINES 2003 apud SJOLANDER; STIENSTRA, 2003).

Brasil e Canadá vivenciavam em meados dos anos 1990 a forte influência dos princípios neoliberais em seus governos, respectivamente o do presidente Fernando Henrique Cardoso do PSDB e do primeiro-ministro Jean Chrétien do PL.

No Canadá as políticas federais sofreram mudanças drásticas, do seguro desemprego aos fundos para grupos de *advocacy*, os corte foram rápidos e intensos. Dobrowolsky (2009) destaca que muitos programas e agências governamentais foram negativamente afetadas como o *Canada Assistance Plan* (CAP)⁴¹ que foi substituído pelo limitado *Canada Health and Social Transfer* (CHST)⁴² e o *Canadian Advisory Council on the Status of Women* (CACSW)⁴³, foi fechado.

O atual governo canadense sob a gestão de Stephen Harper (2006-atual) buscou maximizar valores orientados para o mercado, diminuiu os impostos para os cidadãos ao mesmo tempo em que diminuiu o financiamento do Estado em programas como educação e saúde. Broadbent (2009) destaca que em quatro anos, todas as empresas no Canadá terão a taxa de imposto mais baixa em comparação com todos os principais países industrializados, tudo à custa do cidadão. Para a autora os canadenses agora estão aquém do esperado no que diz respeito à oferta de bens e serviços públicos que antes eram vistos como uma responsabilidade do governo.

No Brasil, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) liderou uma mudança dramática nas políticas econômicas do Brasil direcionando-as do "nacionalismo econômico" para "neoliberalismo". O objetivo dessa mudança foi conter a inflação por meio do ajuste fiscal drástico, da privatização de empresas estatais tanto nos setores de serviços industriais e públicos, a liberalização do comércio, a prevalência de taxas de juros de mercado, abrindo a maioria dos setores ao investimento estrangeiro e diminuindo substancialmente os controles sobre as ações de capital estrangeiro.

As reformas neoliberais implementadas durante os dois mandatos de FHC não trouxeram os avanços econômicos e sociais desejados pelo governo, frustrando, assim,

⁴¹Instituído pela Legislação federal em 1966, o *Canada Assistance Plan* é considerado por muitos como uma pedra angular do Estado de bem-estar do Canadá. A legislação necessária do governo federal para arcar com metade do custo dos programas sociais empreendidos pelas províncias, principalmente de assistência social (programas de bem-estar). Essa política permitiu ao governo federal definir normas nacionais para os programas sociais e, apoiados pelo seu direito de reter pagamentos para as províncias, cujas políticas não estão em conformidade com as normas federais, ele foi capaz de impor uma padronização em todo o país. Para mais informações consultar: <<http://www.canadabenefits.gc.ca/>>.

⁴²*Canada Health and Social Transfer* (CHST) era um sistema de transferência de pagamentos do governo canadense para os governos provinciais financiar os cuidados de saúde, educação pós-secundária e bem-estar, em vigor desde o ano de 1996 até 2004. Ele foi dividido em Saúde do Canadá (CHT) e Transferência Social (CST) em 1º de abril de 2004, para proporcionar uma maior responsabilização e transparência para o financiamento da saúde federal. Para mais informações consultar: <<http://www.canadabenefits.gc.ca/>>.

⁴³O *Canadian Advisory Council on the Status of Women* (CACSW) foi criado em 1973 pelo governo federal sob a recomendação da *Royal Commission on the Status of Women*. Foi desativado em abril de 1995. Como um órgão autônomo, o CACSW se reportava ao Parlamento através da ministra responsável pela situação das mulheres, e manteve o direito de publicar as suas opiniões sem o consentimento ministério. Para mais informações consultar: <<http://www.collectionscanada.gc.ca/>>.

boa parcela da população brasileira. O governo Lula, ao contrário das expectativas de rompimento com os princípios neoliberais em razão do seu histórico de aproximação com os movimentos operários e com os ideais de esquerda, deu continuidade à política econômica iniciada pelo seu antecessor de forte viés neoliberal, assim como também está fazendo a sucessora de Lula, Dilma Rousseff.

As contradições impostas pelo modelo de desenvolvimento neoliberal levaram, no Brasil e no Canadá, à formação de movimentos de oposição que lutam pela ampliação dos programas de assistência social oferecidos pelo Estado - esse é o caso dos movimentos feministas analisados nessa pesquisa.

O modelo de desenvolvimento proposto pelo neoliberalismo prioriza o mercado como propulsor da economia e não o Estado. Existem disputas enormes sobre a natureza deste desenvolvimento e o que ele representa para a população em geral, e, aqui, chamamos a atenção especialmente para o que esse modelo de desenvolvimento representa para as mulheres.

O neoliberalismo se contrapõe totalmente ao estado do bem-estar social e suas bases políticas. A privatização defendida pelos neoliberais não envolve apenas a mudança dos serviços do setor público para o mercado, mas o aumento do trabalho doméstico das mulheres nas famílias. Abu-Laban (2009 apud DOBROWOLSKY, 2009, p. 15) destaca que:

O desenvolvimento histórico do estado de bem-estar social implicou diretamente na evolução do significado dos direitos dos cidadãos nas democracias liberais. Consequentemente compreender a natureza fluida da formação política social à luz do neoliberalismo tem relação direta com a questão da igualdade dos cidadãos em toda a sua diversidade. Isso ocorre porque o neoliberalismo tem sido visto como responsável por agravar as desigualdades sociais, em especial os baseados em sexo, raça ou etnia e classe.

Se por um lado é perceptível que o neoliberalismo permitiu que uma parcela de mulheres obtivesse ganhos significativos, tanto no mercado de trabalho como na participação na vida pública; por outro lado aumentou o trabalho assalariado das mulheres no mundo de forma flexível, com menos direitos e longas jornadas de trabalho.

Segundo Faria (2005), nesse contexto de péssimas condições de trabalho, as mulheres enfrentam outros problemas que torna ainda mais dramática sua situação, como o aumento do número de mulheres chefes de família que arcam sozinhas com todos os gastos e que sofrem mais intensamente com a diminuição dos serviços sociais e

com o aumento da violência urbana. Para a autora, sob esse modelo as políticas públicas perderam o sentido de garantia dos direitos sociais como universais e começaram a ser trabalhadas como políticas focais dirigidas aos mais pobres.

Nesse contexto, pensar o desenvolvimento econômico dos estados nacionais (Brasil/Canadá) sobre a égide dos princípios neoliberais e o impacto deste na vida das mulheres implica perceber que apenas o desenvolvimento econômico não é suficiente para trazer completa igualdade entre os homens e mulheres sem a ação política.

Estruturas de gênero a nível local, nacional e global em várias partes do mundo têm trabalhado juntas para perpetuar a vulnerabilidade das mulheres e reforçar a desigualdade entre os gêneros. Tal situação pode ser evidenciada de várias formas, como na cumplicidade de alguns estados em deixar de atender as reivindicações das mulheres e na falta de ação dos mesmos em estender a proteção onde os poderes locais falham.

Vários fatores corroboram para esse cenário. A neutralidade para as questões de gênero na elaboração das políticas econômicas se configura como um desses fatores. Se observarmos as políticas macroeconômicas⁴⁴ desenvolvidas em diferentes países, por exemplo, veremos que as mesmas buscam garantir o crescimento da economia, o pleno emprego, a estabilidade de preços e o controle inflacionário, mas em geral são neutras para as questões de gênero.

Crescimento econômico sem desenvolvimento econômico e humano não é suficiente para garantir a igualdade entre os gêneros, na medida em que o desenvolvimento econômico e humano implica mudanças estruturais, culturais e institucionais enquanto o crescimento econômico está ligado a indicadores monetários como inflação, crescimento do PIB e crescimento industrial.

Segundo Duflo (2005), crescimento sozinho não garante o aumento da expectativa de vida, a sobrevivência infantil, a educação primária, o mercado de trabalho e a participação política das mulheres. As condições estruturais são fundamentais para criação de oportunidades para as mulheres bem como a mudança de valores na sociedade.

⁴⁴O termo macroeconomia teve origem na década de 1930 a partir da “Grande Depressão” iniciada em 1929, quando foram intensificadas a urgência do estudo das questões macroeconômicas, sendo a primeira grande obra literária macroeconômica o livro “Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda”, do economista britânico John Maynard Keynes. Políticas macroeconômicas podem ser divididas em dois subconjuntos: a) instrumentos de política monetária e b) instrumentos de política fiscal. A política monetária é conduzida pelo Banco Central de um país ou região supranacional. A política fiscal é conduzida pelos Poderes Executivo e Legislativo do Governo e trata de gerir o orçamento de uma nação.

O Canadá atingiu um patamar de desenvolvimento econômico e social elevado. Ocupar a 6ª posição no IDH de 2011⁴⁵ significa dizer que o país oferece condições de bem-estar humano para sua população nas três áreas prioritárias do índice: educação, expectativa de vida ao nascer e renda para um padrão de vida decente. O Brasil ocupa a 84ª posição no IDH de 2011⁴⁶, o que permite avaliar que o país mesmo com o crescimento econômico acelerado dos últimos anos não conseguiu elevar o bem-estar humano de sua população nem eliminar a acentuada desigualdade social.

Pensar a integração das questões de gênero no Estado implica, em primeiro lugar, notar que o desenvolvimento econômico e humano dos referidos países interfere na oferta das condições de bem-estar social para homens e mulheres e, em segundo lugar, ao observar as disparidades de desenvolvimento econômico e humano entre Brasil e Canadá podemos notar que por mais que as necessidades de inclusão das mulheres nos espaços sociais, econômicos e políticos possam apresentar semelhanças em termos de temáticas, as mulheres brasileiras e canadenses vivenciam condições distintas de bem-estar social.

Segundo Elson (2002), as políticas macroeconômicas têm falhado em reconhecer a contribuição das mulheres para a economia. Há uma economia não remunerada de cuidados em que as mulheres contribuem diretamente para que a força de trabalho esteja apoiada em boa ordem, mantendo a coesão social, a responsabilidade cívica e de boa vizinhança. Olhar a macroeconomia pela lente de gênero permite perceber a importância dos processos não mercantilizados no funcionamento saudável da economia.

O trabalho não pago das mulheres tem representado um grande entrave na igualdade entre os gêneros, na medida em que as mulheres trabalham mais que os homens e esse trabalho não é contabilizado nas estatísticas econômicas nacionais, porque a grande parte do trabalho das mulheres não é orientado para o mercado.

Apesar da entrada maciça das mulheres no mercado de trabalho, a esfera privada ainda continua demandando serviços de manutenção que continuam sendo realizados em sua grande maioria pelas próprias mulheres em dupla ou tripla jornada de trabalho ou por trabalhadoras domésticas sub-remuneradas e pouco valorizadas.

⁴⁵Ranking do IDH 2011. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/pobreza_desigualdade/reportagens/index.php?id01=3600&lay=pde>. Acesso: 30 jan. 2012.

⁴⁶Para mais informações acessar: <http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_EN_Tables.pdf>.

No conceito atual de uma economia na qual a produção privada e o investimento são realizados por empresas voltadas para o mercado, o trabalho gratuito das mulheres não tem reconhecimento porque não gera capital. As políticas orientadas pelo neoliberalismo, presentes tanto no Canadá como no Brasil, e os seus reflexos podem ser vistos em diferentes dimensões como na privatização das instituições públicas, na desregulamentação do trabalho, na remoção de regras que protegem o meio ambiente, na criação de mercados mais livres, na privatização da saúde e na redução da atuação do Estado.

A adoção dessas políticas não beneficia as mulheres, pois faz com elas sejam forçadas a ocuparem postos de trabalho precário, a terem seus salários reduzidos e a aumentarem a jornada de trabalho doméstico gratuito e voluntário. A proposta neoliberal enfatiza a redução do Estado e da intervenção pública, o que significa menos apoio para resistir a diferentes tipos de exploração no mercado de trabalho. Mulheres indígenas, negras, imigrantes e portadoras de deficiência são desproporcionalmente mais afetadas por essas políticas, além da direta e sistemática discriminação confrontada por todas as mulheres cotidianamente.

Mulheres no Canadá têm uma maior taxa de pobreza global do que os homens, e grupos específicos de mulheres, incluindo mães solteiras, mulheres indígenas, mulheres de cor, mulheres imigrantes, mulheres com deficiência e mulheres solteiras, têm taxas surpreendentemente mais elevadas de pobreza.

Para Day (2003), a desigualdade econômica das mulheres canadenses é um problema que vem sendo mantido justamente por essa política governamental de redução e corte dos programas sociais, serviços de privatização e desregulamentação dos mercados que tem um impacto regressivo e não emancipatório para mais e mais mulheres.

A maioria das mulheres no Canadá ainda trabalha em serviços tradicionais e mal remunerados como vendas e serviços; poucas mulheres trabalham em cargos executivos. Uma elevada e crescente proporção de mulheres trabalham em ocupações profissionais que requerem alto nível educacional e proporcionam melhores níveis de remuneração, mas estão relativamente concentradas em serviços públicos e sociais.

O relatório produzido pela Fafia e *Canadian Labour Congress* em 2010 aponta para a permanência da desigualdade econômica entre mulheres e homens, apesar das mulheres mais jovens agora ultrapassar os homens em qualificação, elas ainda enfrentam discriminação e barreiras, e a efetiva igualdade de oportunidades ainda não

existe. Como resultado, muitas mulheres continuam a ser economicamente dependente dos rendimentos dos homens para manter uma renda familiar decente, e muitos são especialmente vulneráveis à baixa renda e à pobreza.

No Brasil, o crescimento econômico tem oferecido mais oportunidade de trabalho para as mulheres. Às mulheres brasileiras pobres com pouca ou nenhuma escolaridade, o serviço doméstico não tem sido a única opção. Tendo em vista o aumento dos níveis de educação elas optam por trabalhos mais qualificados e com melhor remuneração, seja em supermercados, telemarketing, empresas de limpeza, restaurantes e escritórios. Nesses novos postos de trabalho, as mulheres recebem mais benefícios e segurança no emprego mesmo que os salários sejam menores. As mudanças presenciadas no mercado tendem à libertação de empregadas domésticas de empregos não qualificados, mas não elimina a desigualdade salarial entre os gêneros.

As mulheres negras são as que sofrem a mais pesada carga de discriminação, vivendo uma situação de dupla diferenciação: de gênero e raça/etnia⁴⁷. Às desigualdades sociais no Brasil somam-se as desigualdades étnico-raciais e de gênero contribuindo para a construção de uma hierarquia que se repete em praticamente todos os indicadores sociais e econômicos analisados: homens e brancos estão, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho do que as mulheres e negros.

Há uma clara tendência para a feminização da pobreza, apesar da década de 1990 ter sido marcada pelo aumento da participação feminina no mercado de trabalho brasileiro, houve multiplicação nas jornadas de trabalho das mulheres que não foi acompanhada por aumento na remuneração. O aumento da participação tem se dado graças à queda da taxa de fecundidade e ao aumento no nível de instrução da população feminina. Mesmo com a evolução da mulher no mercado de trabalho, os salários não acompanharam este crescimento. As mulheres brasileiras assim como as canadenses continuam ganhando menos do que os homens e exercendo a mesma função e, conforme o salário cresce, cai a participação feminina.

Cada vez mais a chamada governabilidade mundial está associada a instituições internacionais, do que aos estados nacionais. Tais instituições como a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o FMI têm adotado medidas ou políticas para que o mercado resolva os problemas de todos os países e não os governos nacionais. Assim,

⁴⁷Questionário sobre a aplicação da Declaração e “Plataforma de Ação de Beijing” e o documento final do vigésimo terceiro período extraordinário de sessões da Assembleia Geral (2000) para a preparação das avaliações e exames regionais que terão lugar em 2010, para a comemoração de Beijing + 15, Brasília, 2009. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/mujer/noticias/paginas/8/36338/Brasil.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2011.

se a produção dos países estivesse orientada ao mercado interno, se existissem políticas nacionais e de Estado orientadas a tudo isso, haveria outro cenário e outras possibilidades para as mulheres (LEON, 2003).

As crises econômicas em diferentes períodos também apresentam maior impacto na vida das mulheres, pelo fato de que nesses contextos elas tendem a ser mais afetadas pelas principais ações emergenciais, adotadas por muitos países, para satisfazer os interesses das instituições financeiras internacionais e conter os efeitos da crise. Entre essas ações estão: os cortes no orçamento das políticas sociais em detrimento do pagamento da dívida externa.

Para Cardoso (2009), as crises sempre estiveram presentes na história do capitalismo e, cada vez que o capital financeiro se expande para além de um certo limite, há uma ruptura. De repente, aqueles que têm dívidas não podem mais pagá-las, e isso leva a uma reação em cadeia que afeta todo o sistema, e os países são obrigados a adotar medidas para conter a crise.

Durante os primeiros anos do milênio, o comércio mundial cresceu prosperamente no que parecia ser uma tendência irreversível, cujos benefícios se estendem gradualmente para muitos, se não todos os países. Nos países em desenvolvimento, uma espécie de "social-democracia para os pobres" estava sendo projetada com redes de segurança social e transferências monetárias diretas destinadas a ajudar os grandes grupos de pessoas excluídas obterem as condições básicas necessárias para uma vida melhor. A chamada veemente para a equidade, a solidariedade social, equilíbrio ecológico, confiança e transparência tornou-se parte de um discurso moral, mas também um imperativo político. Alguns pontos dessa agenda são inevitáveis. A economia exige uma regulamentação a nível global e há uma necessidade política de um sistema democrático de governança mundial. (CARDOSO, 2009, p. 82).

Apesar de existir a regulação econômica em nível global, que entra em colapso nos tempos de crise tal regulação tem uma capacidade de regeneração muito rápida, característica própria do capitalismo de adaptação a diferentes momentos e aos acordos comerciais firmados pelas instituições financeiras internacionais como o FMI e a OMC.

O chamado "sistema democrático de governança mundial", citado por Cardoso, tem fracassado devido ao poder do mercado em instituições como a ONU que, ao mesmo tempo em que propõe, por meio de suas conferências em diferentes áreas, estratégias de governança global, tem essas estratégias enfraquecidas em diferentes momentos pela economia que acaba sendo priorizada pelos países e muitas vezes indo em direção contrária aos tratados internacionais de preservação do meio ambiente,

direitos humanos, igualdade entre os gêneros, entre outros. O desafio atual para Leon (2003) é pensar uma nova institucionalidade que seja verdadeiramente democrática e que de fato garanta os direitos integrais.

Para Day (2003) a pobreza feminina e a desigualdade econômica são manifestações centrais da sua longa discriminação e subordinação vivida pelas mulheres ao longo dos tempos e reforçada na atualidade pelas orientações neoliberais na ação dos estados. Governos têm colocado as políticas econômicas em um compartimento a prova d'água que é separado totalmente dos direitos humanos. Eles avaliam que economia política é apolítica e neutra de gênero, assim os gestores públicos operam como se a política econômica não tivesse relação alguma com direitos humanos.

No próximo capítulo o destaque será dado a história da emergência dos movimentos feministas brasileiros e canadenses, tendo como ponto de partida o momento em que as mulheres começaram a se organizar nos respectivos países a fim de lutar pelo fim da discriminação entre os gêneros e pela igualdade.

4 EMERGÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOS MOVIMENTOS FEMINISTAS NAS SOCIEDADES BRASILEIRA E CANADENSE

Os movimentos sociais têm atuado em diferentes partes do mundo reunindo grupos de pessoas que compartilham uma determinada “carência de direitos”, segundo Scherer-Warren (2006), e, em razão dela se mobilizam publicamente em torno de suas demandas em ações de protesto. Tais ações são sustentadas entre atores sociais que ocupam posições distintas; de um lado os detentores do poder e de outro os excluídos de um determinado direito.

Para Touraine (2006), falar dos movimentos sociais implica olharmos do ponto de vista dos atores, que têm consciência das características em comum que os unem, dos conflitos e interesses que os definem e de quem são os seus aliados e adversários. Nesse sentido, é interessante ressaltar que a ideia de movimento social está ligada a uma ação coletiva, que permite a cada ator envolvido a possibilidade de ser visto, ouvido e também de poder compartilhar com outras pessoas os mesmos problemas, evidenciados por uma reação ou uma negação dos valores que estão por trás de um modo de dominação generalizada, vividos por eles.

As atuais teorias sobre os movimentos sociais têm avançado na compreensão das dinâmicas da ação coletiva ao mostrar os vários fatores que influenciam tais ações como queixas, mobilizações, constrangimentos e oportunidades políticas. Os movimentos sociais contemporâneos estão organizados em iniciativas que buscam provocar transformações na sociedade, tendo em vista a melhoria da condição de vida e a busca do exercício pleno da cidadania dos atores sociais envolvidos em diferentes movimentos.

Esses atores sociais estão sempre construindo relações para avançar em suas estratégias de ação. Para Whittier (2002), as inter-relações acontecem em vários níveis entre as estruturas (organizações de movimentos, comunidades e campos), as estratégias de ação coletiva (desafios, eventos de protesto, lobby) e os significados (identidade coletiva e discurso) que são moldados por fatores internos e externos aos movimentos.

A atuação bem sucedida de um movimento social está dessa forma condicionada às relações que são construídas entre os seus militantes e o meio que os cercam. Nem toda conjuntura social, política e cultural tem sido favorável ao diálogo entre a sociedade civil e o Estado e, por isso, os movimentos sociais têm buscado inovar em

suas estratégias e atuar de forma interconectada, para atrair e causar mais impacto na opinião pública.

Scherer-Warren (2006) acredita que nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem múltiplas dimensões (de gênero, étnica, de classe, regional), afinidades ou opções políticas (pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, entre outras). Além disso, as redes por serem multiformes aproximam atores sociais diversificados.

Nesse sentido, observa-se que mesmo que os movimentos de hoje estejam concentrados na defesa da sua identidade, eles estão abertos a novas alianças para ampliar sua atuação na sociedade. Um exemplo desse modelo de atuação pode ser identificado nos movimentos feministas - objeto de análise desta pesquisa - mesmo empenhados em promover a denúncia da desigualdade de gênero ao levantar reivindicações universalizáveis, específicas das mulheres enquanto mulheres, eles estão abertos a participar e incorporar temáticas de outros movimentos.

A presença das redes de movimentos feministas busca facilitar a institucionalização das demandas das mulheres para contribuir para um cenário mais justo e favorável à efetivação dos direitos humanos das mulheres. As redes de movimentos sociais, para Scherer-Warren (2006), surgem a partir da identificação de sujeitos coletivos em torno de valores, objetivos ou projetos em comum, os quais definem os atores ou situações sistêmicas antagônicas que devem ser combatidas e transformadas.

Para compreender como as questões de gênero são integradas no Estado brasileiro e canadense no contexto atual, há que se levar em consideração as relações que são construídas pelos movimentos feministas para impulsionar essa integração; por compreender que os movimentos feministas são ativos importantes para o desenho das políticas de igualdade. Nesse sentido, conceituar o feminismo de forma geral e situar a sua emergência de forma particular nesses países torna-se primordial.

Segundo Descarries (2002), o feminismo propõe um projeto de sociedade alternativa e coloca como objetivo a abolição, ou ao menos a transformação profunda da ordem patriarcal e de seu poder regulador, em nome de princípios de igualdade, de equidade e de justiça social. Os movimentos feministas reúnem um conjunto de discursos e práticas que dão prioridade à luta das mulheres para denunciar a

discriminação que as mulheres enfrentam em diferentes espaços como na política, na economia, na sociedade e no campo ideológico.

Para Costa (2005), a força do movimento feminista está em recolocar a maneira de entender a política e de questionar o conteúdo formal que se atribuiu ao poder e às formas em que é exercido. Distingue-se dos outros movimentos de mulheres por defender os interesses de gênero das mulheres, por questionar os sistemas culturais e políticos construídos a partir dos papéis de gênero historicamente atribuídos às mulheres.

Os feminismos têm passado por mudanças seja em sua forma de ação seja no caráter de suas demandas. Muitas teóricas feministas tendem a interpretar o feminismo a partir da sua divisão em ondas, três ao todo. A “Primeira Onda Feminista” seria uma referência à mobilização das mulheres ocorrida durante o século XIX e o final do século XX, tendo como principal foco a conquista do poder político, especialmente o direito ao voto por parte das mulheres. Essa mobilização ficou conhecida como luta sufragista.

As primeiras feministas encontraram representados nos ideais democráticos de inspiração iluminista, principalmente pelo direito à participação na vida política e por leis mais igualitárias, o cerne das suas referências filosóficas que embasaram esses ideais democráticos. A luta pelo voto feminino se tornou o primeiro passo a ser alcançado no horizonte das feministas da era pós-Revolução Industrial.

A “Segunda Onda” para Lear (1968) refere-se à formação de grupos de libertação das mulheres em princípio nos Estados Unidos, e na Europa no final dos anos 1960 e depois propagada para outros países do mundo. A desilusão com a política de direitos civis, com o movimento antiguerra e dos estudantes por uma sociedade democrática, levou as mulheres americanas e francesas a formarem os seus grupos de consciência. Essa atividade ficou conhecida pelo slogan “o pessoal é político”. O slogan destaca com centralidade as relações entre o mundo público e privado; mostra que o vivido no mundo privado e pessoal também é político e evoca a importância de conscientizar as mulheres para uma ação política.

A “Segunda Onda” abordou um amplo leque de questões como as desigualdades em diversos campos da sociedade (família, trabalho, política) e os direitos sexuais e reprodutivos demonstrando a preocupação das feministas com o fim da discriminação e a completa igualdade entre os sexos.

A “Terceira Onda” é um termo que vem sendo usado conforme Hammer e Kellner (2009) por muitas mulheres, para descrever versões contemporâneas de

feminismos que evoluíram desde o início dos anos 1990 até o presente. O olhar crítico das feministas sobre o próprio movimento que integravam permitiu o florescimento de novas ideias e a redefinição de estratégias que apresentaram falhas nos momentos anteriores.

A referida onda amplia o leque das questões discutidas até então pelos movimentos feministas e coloca temas como prostituição, lesbianismo, raça e etnia no centro dos debates. Além disso, ela procurou contestar as definições essencialistas da feminilidade que se apoiavam especialmente nas experiências vividas por mulheres brancas de classe média alta que foram em grande parte as percussoras da “Segunda Onda”.

Significativamente, as ideias propagadas por cada uma das ondas feministas contribuíram para a organização das mulheres em várias partes do mundo, e permitiu a ampliação das demandas das mulheres pela igualdade entre os gêneros. As reivindicações decorrentes dos movimentos feministas alcançaram grandes êxitos que podem ser traduzidos em mudanças concretas nas vidas das mulheres, como o direito de votar e ser votada, a entrada no mercado de trabalho, a entrada nas universidades e a melhoria da condição de vida.

No tópico abaixo iremos tratar da emergência dos feminismos brasileiro e canadense, especialmente da “Segunda Onda” por considerar que no período compreendido entre os anos 1960 e 1990 os ideais e manifestações da referida onda contribuem posteriormente para a integração das questões de gênero no Estado e para criação dos primeiros organismos direcionados ao combate da desigualdade entre os gêneros.

4.1 Revisitando os feminismos brasileiro e canadense.

Os movimentos feministas no Brasil e no Canadá emergem influenciados pelas ideias que circularam pelo cenário norte americano e europeu dos anos 1960 que permitiu à organização das mulheres em grupos de conscientização. Como descrito anteriormente essa organização das mulheres para promover a denúncia da desigualdade de gênero e levantar reivindicações universalizáveis, que são específicas das mulheres enquanto mulheres, ficou conhecida como “Segunda Onda Feminista”.

A organização das brasileiras e canadenses em movimentos feministas foi marcada por similaridades e também por diferenças. Entre as similaridades podemos

destacar que o empenho das feministas gerou resultados concretos na melhoria da condição de vida das mulheres e motivou a criação de legislações e organismos direcionados as suas demandas. Quanto às diferenças podemos visualizá-las no campo político, econômico e cultural. No Canadá a “Segunda Onda” emerge no final dos anos 1960, momento em que o país passava pela experiência do Estado de bem-estar social, uma forma de governar que colocou o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia e resultou em ganhos significativos na melhoria da condição de vida da população canadense. Os movimentos feministas canadenses emergem nesse período como uma reação às experiências marginalizadas das mulheres em diferentes espaços da sociedade. Entre as principais reivindicações estão o acesso igual às mulheres na educação, no mercado de trabalho e na representação política.

No Brasil, a “Segunda Onda” emerge em meados da década de 1970, momento em que o país vivenciava o regime da ditadura militar e as manifestações públicas, as organizações partidárias foram suspensas e os atos de tortura eram comuns. O país não passou pela experiência das políticas de bem-estar social assim como o Canadá. As políticas sociais adotadas pelo Brasil nos anos 1970 e 1980 tentaram satisfazer algumas demandas sociais da população. Entretanto, desde o início, o Brasil não considerou os gastos com “políticas sociais” como sendo um investimento produtivo, mas sim uma forma de reduzir a pobreza por meio de políticas assistencialistas que não eram efetivamente capazes de criar uma maior eficiência econômico-produtiva e assim gerar novas e maiores riquezas.

Durante o Regime Militar havia uma forte repressão aos movimentos sociais. As feministas brasileiras passam a se organizar para enfrentar a ditadura, e unidas a outros movimentos sociais reivindicam um Estado democrático. Para Pinto (2003), o movimento feminista brasileiro emerge tendo em vista a luta por autonomia em um espaço marcado profundamente pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados.

4.1.1 Brasil

O cenário que possibilitou a emergência da “Segunda Onda Feminista” brasileira foi marcado pela ditadura militar. O golpe militar de 1964 inaugurou os longos anos de um regime marcado pela cassação dos direitos políticos, pela censura, pelas prisões arbitrárias, pela tortura, pelo desaparecimento e pelo exílio.

Para contextualizar historicamente a “Segunda Onda Feminista” no Brasil é importante destacar que a “Primeira Onda Feminista” brasileira não teve um desencadeamento tão ordenado e tanta repercussão quanto à segunda; sua pauta, ainda que o feminismo político da época não houvesse se limitado apenas ao sufrágio, essa foi sua principal tendência.

Em 1928, a cidade de Mossoró no Estado do Rio Grande do Norte, governada por Juvenal Lamartine, tornou-se a primeira cidade no país a autorizar o voto das mulheres em eleições, o que até então era proibido (mesmo não constando na Constituição Federal). Após essa conquista do direito de votar, um grande movimento nacional impulsionou inúmeras mulheres a reivindicar a mesma coisa.

Em 1931, Getúlio concedeu voto limitado às mulheres - somente mulheres solteiras, viúvas com renda própria ou casadas com a autorização do marido teriam o direito de votar. Grupos feministas continuaram mobilizando-se para conquistar a igualdade de voto entre homens e mulheres. Getúlio Vargas respondeu de forma mais positiva a esta demanda, quando em 24 de fevereiro de 1932 assinou o decreto n.º 21.076, o qual determinava que fosse eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma do código.

Durante o Regime Militar no Brasil (1964-1985), vários grupos irrompiam na cena pública reivindicando seus direitos, a começar pelo mais fundamental deles: o direito de reivindicar direitos. O movimento feminista brasileiro unido a outros movimentos sociais também participou da luta pelo fim da ditadura, que era a grande prioridade no momento porque a questão da retomada da democracia interessava todos os segmentos em luta (MIRANDA, 2007).

A “Segunda Onda Feminista” no país emerge, dessa maneira, concentrada em primeiro lugar na reivindicação do regime democrático e, em segundo lugar, passa a construir reivindicações específicas das mulheres enquanto mulheres de forma mais intensa em meados dos anos 70. Mesmo concentradas na atuação pelo fim da ditadura, as brasileiras começaram a se organizar em movimentos próprios e a direcionar suas

demandas para a especificidade de sua condição social. O Movimento Feminino pela Anistia foi um dos movimentos que se destacaram nesse período atuando em várias frentes como na organização das mulheres para a luta contra a ditadura, pela anistia, na volta dos exilados, pelo fim das torturas nos porões da repressão, e pela retomada da democracia social no Brasil.

Segundo Pinto (2003), em 1972 começaram a aparecer nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro os primeiros grupos feministas inspirados no feminismo nascente no Hemisfério Norte: eram grupos de reflexão, informais e tinham um caráter bastante privado. As brasileiras costumavam ingressar nos grupos por amizade ou afinidade e a entrada delas nos grupos acontecia por meio de convites. Os grupos feministas de São Paulo e do Rio de Janeiro não foram os únicos, porém ficaram mais conhecidos por serem os pioneiros e também pelo fato de muitas das suas integrantes terem se tornado políticas e acadêmicas de renome nacional.

Se em 1972 começam a emergir os primeiros grupos feministas brasileiros, em 1975, para Pinto (2003), temos o momento inaugural do feminismo brasileiro quando os grupos saíram dos guetos fechados e intelectualizados ganhando um espaço mais amplo a partir da decisão tomada pela ONU em decretar o ano de 1975 como o Ano Internacional da Mulher e o primeiro ano da década da mulher, realizando ainda uma conferência sobre o assunto no México.

O momento marca a definição de um novo status para as mulheres, tanto diante de governos autoritários e sociedades conservadoras como em relação a projetos ditos progressistas que costumeiramente viam com grande desconfiança a causa feminista. Vários eventos públicos marcaram a entrada das questões das mulheres na esfera pública brasileira, entre eles podemos destacar o evento promovido pelo Centro de Informação da ONU, para comemorar o Ano Internacional da Mulher que discutiu o papel e o comportamento da mulher na realidade brasileira.

Dando continuidade a esse marco inicial do feminismo, no ano de 1979 outro acontecimento propicia uma melhor organização dos movimentos: o decreto da Lei da Anistia que possibilitou o regresso dos exilados ao país. As mulheres, exiladas por causa de sua atuação política, regressaram, trazendo na bagagem toda a experiência adquirida com a participação nos movimentos feministas americanos e europeus que estavam em processo de franca afirmação e começaram a compartilhar essa experiência nos grupos de reflexão feminista brasileiros.

As feministas nos anos 1970 estavam envolvidas em alianças com grupos de esquerda e da Igreja Católica, todos lutando contra a corrente do regime autoritário e, dessa maneira, questões como o aborto, a sexualidade, o planejamento familiar ficavam limitadas às discussões privadas nos “grupos de reflexão”, sem visibilidade pública.

O cenário vai mudando aos poucos; os anos 1980 trouxeram novas questões para o movimento feminista brasileiro. Muitos fatos marcaram o período, como o fim da ditadura, o retorno da democracia, a mobilização dos movimentos de mulheres em torno da Constituição de 1988, a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e das Delegacias Especializadas da Mulher. O avanço do movimento fez com que várias feministas ingressassem nos partidos políticos para incorporar as demandas das mulheres aos programas e plataformas eleitorais, além de assinalarem a urgência de candidaturas (MIRANDA, 2007).

Pinto (2003) destaca que a incidência feminista no Estado por meio da organização de Conselhos estaduais e do Conselho Nacional se deu graças à vitória do PMDB em alguns estados brasileiros em 1982, mas especificamente pela eleição de Franco Montoro no Estado de São Paulo, onde o movimento feminista era bastante organizado e apresentava algumas personalidades de projeção nacional nas áreas da cultura, da política e da academia. A proposta do Conselho foi apresentada ao governador por um grupo de mulheres do PMDB e ele foi oficializado por decreto em abril de 1983, tornando-se o primeiro órgão desse tipo a ser criado no Brasil.

O Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo tinha um caráter consultivo e propositivo, não contava com orçamento próprio e seus membros eram indicados pelo partido do governo. A criação do Conselho de acordo com Pinto (2003) foi resultado de uma mobilização das feministas agora inseridas nos partidos políticos, nesse caso o PMDB.

A proposta de um Conselho composto por mulheres para elaborar políticas públicas para as mulheres surgiu para articular os programas isolados e desarticulados da época. Entre os fatores que contribuíram para a criação deste órgão está a organização de um grupo de trabalho composto por feministas e militantes, entre as quais figuravam Beth Bello, Yara Prado, Zuleika Alambert, Eva Blay, Sílvia Pimentel, Ruth Escobar, Ida Maria, Florizza Verucci e Maria Malta Campos. Esse grupo se reuniu

durante um ano e meio e elaborou um “Programa Geral para as Mulheres Paulistas”, no qual constava a criação de um “Conselho da Mulher”⁴⁸.

Uma das ações de maior destaque do Conselho foi propor ao governo do Estado de São Paulo a criação de uma Delegacia Especializada da Mulher, atendendo às reivindicações dos movimentos feministas. A primeira Delegacia Especializada da Mulher surge em 1985 com o objetivo de investigar, apurar e tipificar os crimes de violência contra a mulher e ao mesmo tempo reconhece institucionalmente que a violência é um problema social vivenciado por muitas mulheres, independentemente da classe social, etnia, cor, faixa etária, grau de instrução ou orientação sexual, que provoca consequências devastadoras na vida das mulheres e para a sociedade em geral.

Machado (2010) destaca que a delegacia chama a atenção para a ideia da ilegalidade da violência contra a mulher e dá importância institucional às denúncias aos homicídios conjugais feitas pelas feministas nos anos 1980. Segundo a autora:

Foi o "basta" dado pelas feministas à alegação da defesa da honra como argumento que levava à absolvição ou atenuação do crime. Sob a égide do impacto da voz política das feministas e da repercussão na imprensa, pôde-se construir a categoria inclusiva da "violência contra a mulher": a "violência sexual" e o infligir de "lesões corporais cotidianas leves e graves" pelos parceiros homens contra suas mulheres. [...] A mobilização feminista deu lugar à criação de centros e à Comissão de Violência contra a Mulher. Alguns grupos passaram a constituir grupos de SOS, oferecendo serviços dirigidos ao atendimento das mulheres vítimas de violência. Logo a demanda da movimentação feminista voltou-se para a busca de inserção nas políticas públicas estatais. Foi proposta a criação de Conselhos que, integrados pelas feministas, fossem legitimados pelos poderes públicos, tornando-se órgãos de consulta e proposição. (MACHADO, 2010, p. 17).

Reconhecer as violências contra as mulheres como um problema social a ser combatido foi importante para retirá-lo do espaço privado e para dar a visibilidade necessária para enfrentá-lo, a partir da criação de estratégias institucionalizadas. O momento evidencia a preocupação dos movimentos feministas brasileiros com os problemas específicos das mulheres, enquanto mulheres, e constrói o alicerce para a emergência da “Segunda Onda Feminista” inspirada pelos ideais norte-americanos e europeus.

Após as primeiras institucionalizações das demandas feministas no Estado de São Paulo surge uma resposta em âmbito federal: a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985. Para Pinto (2003), a criação do Conselho foi o resultado de uma

⁴⁸Histórico do Conselho Estadual da Condição Feminina do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.condicaofeminina.sp.gov.br/portal.php/hist>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

mobilização iniciada com a Campanha das Diretas-Já em 1983, quando novamente as oposições se uniram em torno de uma única bandeira e foi instituído o Movimento de Mulheres pelas Diretas-Já. O Conselho nasceu da iniciativa de um grupo de 40 mulheres que procurou Tancredo Neves, ainda candidato, dele obtendo a garantia da instauração de um órgão estatal para cuidar dos direitos da mulher. José Sarney, o vice-presidente que assumiu com a morte de Tancredo, manteve a promessa e criou o Conselho em 1985.

No período que antecedeu a Assembleia Nacional Constituinte em 1987, outra grande mobilização foi gerada pelas feministas que, dentro e fora do CNDM, trabalharam com eficiência para que as reivindicações das mulheres fossem incorporadas à Constituinte. Segundo Miranda (2007), conduzindo uma campanha nacional com o tema “Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher”, o movimento conseguiu mobilizar muitas outras organizações de mulheres, possibilitando com isso a sistematização de suas propostas em um único documento, batizado de “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte”⁴⁹.

Miranda (2007) destaca que para a constituinte de 1988, foram eleitas 26 deputadas, apoiadas por diversas frentes feministas. Elas conquistaram importantes avanços para as brasileiras na Constituição Federal de 1988. Entre eles, destacam-se: a garantia de igualdade a todos os brasileiros perante a lei, sem qualquer tipo de distinção; a ampliação da licença-maternidade; a concessão de aposentadoria para donas de casa; 13º salário e férias anuais de 30 dias para as empregadas domésticas; e a antecipação da aposentadoria das professoras da rede pública de ensino aos 25 anos de serviço.

A movimentação em torno da Constituinte resultou na abertura de um canal de diálogo entre as feministas e as parlamentares, algo que se manteve ao longo dos tempos. A cada nova legislatura as feministas têm buscado renovar as parcerias e construir espaços de diálogo com as parlamentares reunidas na Bancada Feminina. A parceria entre as feministas e as parlamentares na Constituinte ficou conhecida na imprensa como o “lobby do batom” e conseguiu aprovar em torno de 80% de suas reivindicações, constituindo-se no setor organizado da sociedade civil com mais vitórias conquistadas. A bancada feminina na câmara atuou conjuntamente, formando um “bloco de gênero”.

⁴⁹A “Carta das Mulheres à Assembléia Constituinte” foi o resultado de uma grande mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que realizou discussões e debates durante meses, por todo o país, resultando na elaboração da carta, entregue ao Congresso Nacional em 26 de agosto de 1986, pelas mãos de mais de mil mulheres.

O “lobby do batom” segundo Costa (2005) reuniu as deputadas constituintes independente de sua filiação partidária e, mesmo superando eventuais divergências ideológicas, elas apresentaram a maioria das propostas em bloco, de forma suprapartidária, garantindo a aprovação das demandas do movimento.

A nova constituição garantiu muitos direitos que tinham sido negados às mulheres. A garantia desses direitos foi possível devido a um movimento feminista altamente organizado, capaz de agregar uma grande diversidade de mulheres, de instaurar a insurgência social e de ampliar a participação política feminina de maneira nunca vista antes (MIRANDA, 2007).

A década de 1990 traz novos desafios para os movimentos feministas brasileiros, a intensa atuação dos anos 1980 perde força depois que muitas demandas feministas foram incorporadas no Estado com a Constituição de 1988. Para Pinto (2003, p. 93):

Durante a década de 1990 houve um crescente aumento do espaço dedicado às questões relacionadas com o direito da mulher nas campanhas eleitorais. É bastante interessante perceber a presença do tema tanto nas propostas de candidatos à Presidência da República como nas campanhas para vereador.

A importância dessa presença mostra o que se denomina por "feminismo difuso" na sociedade, resultado de anos de militância feminista que se expressa na presença da luta pelos direitos das mulheres em campanhas eleitorais. Ainda nesse período Soares (1995) destaca que as feministas brasileiras passam a participar mais ativamente dos fóruns políticos internacionais a partir do ciclo de “Conferências Mundiais das Nações Unidas”, que se iniciou em 1992 com a “Conferência do Rio de Janeiro sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente” (ECO-92).

Um número crescente de organizações de mulheres trabalhou na preparação da Conferência de Viena sobre Direitos Humanos. Em 1994, os preparativos da Conferência do Cairo sobre Desenvolvimento e População articularam um grande número de mulheres por meio da Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos. Em 1994, o início dos preparativos para a IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em 1995, proporcionou excelente oportunidade para o fortalecimento dos movimentos feminista e de mulheres. Inúmeros grupos feministas e centenas de grupos de mulheres construíram uma diversa e complexa rede de cooperação para a preparação da Conferência, de proporções realmente nacionais. Estavam incluídas as organizações de mulheres negras, movimentos de mulheres urbanos e rurais, grupos das periferias das cidades, trabalhadoras das centrais sindicais, organizações de lésbicas, sindicatos de empregadas domésticas, feministas acadêmicas, associações de prostitutas, entre outras (SOARES, 1995, p. 46).

Impulsionou-se nos anos 1990 um grande debate público sobre a desigualdade das mulheres caracterizando-se também pela introdução de novas temáticas como as cotas mínimas de mulheres nas direções dos sindicatos, partidos políticos e nas listas de candidaturas aos cargos legislativos, como medidas para superar a sub-representação das mulheres na política. A luta pelo direito das mulheres ao aborto foi alvo de muitos debates, um velho tema das feministas, mas no Brasil só após a democratização envolveu um número maior de mulheres.

Característico do referido período, foi para Machado (2010) a organização das feministas em organizações não governamentais teve como objetivo captar recursos para elaborar, acompanhar e exercer o controle social sobre as políticas públicas do governo relacionadas às mulheres. Entre as organizações criadas neste período, podemos destacar a “Rede Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos” criada em 1991 e a “Articulação de Mulheres Brasileiras” criada em 1994.

As feministas continuaram se mobilizando em redes e organizações nos anos 2000 e ampliaram suas conquistas. Em 2002, no último ano do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, um novo espaço na máquina estatal para as mulheres é criado com a Secretaria Especial para os Direitos das Mulheres ligada ao Ministério de Justiça; em 2003, com a chegada de Lula ao governo, as mulheres ganham novo status ao desativar a secretaria do governo anterior e criar a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, mais estruturada e ligada diretamente à Presidência da República, dando às mulheres mais visibilidade no governo. Além disso, o governo Lula reestrutura o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres que passa a ser integrado à SPM e a contar com representantes da sociedade civil e do governo, ampliando o processo de controle social sobre as políticas públicas para as mulheres.

Ainda sobre as articulações dos movimentos feministas nos anos 2000 dois fatos merecem ser mencionados como resultantes da iniciativa das feministas: a Lei Maria da Penha e a proposta de revisão da legislação relativa à criminalização da interrupção voluntária da gravidez. A Lei Maria da Penha é resultado de uma ampla discussão na qual os movimentos feministas tiveram uma participação importante. O projeto foi apresentado ao Parlamento como de lei governamental, sendo aprovado no dia 07 de agosto de 2006, tornando-se a Lei 11.340, conhecida como Lei Maria da Penha. Dentre as várias mudanças promovidas pela lei está o aumento no rigor das punições das agressões contra a mulher ocorridas no âmbito doméstico ou familiar.

Apesar da conquista que a Lei Maria da Penha representou para as mulheres brasileiras oferecendo várias garantias, entre elas permitir que a mulher não tenha mais que morar com o agressor, a lei ainda está distante da realidade de muitas mulheres que são vítimas diárias da violência doméstica.

Uma das maiores personagens da luta pelos direitos da mulher, Maria da Penha que deu nome à lei que protege as mulheres contra a violência doméstica, destaca que a cultura machista tem impedido a implementação da lei “a conduta de juízes e desembargadores está ligada à cultura. Eles se criaram e se educaram numa cultura machista. O homem pode tudo e a mulher não pode nada. Ainda hoje é assim, mas isso tem que ser mudado⁵⁰”. O desafio, nesse sentido, tem sido defender a aplicação da lei e divulgá-la em suas ações para as mulheres como forma de se impor diante de uma cultura brasileira ainda predominantemente machista.

Episódio recente mostra que, mesmo diante das dificuldades impostas ao cumprimento da Lei Maria da Penha e das tentativas de invalidá-la, ela continua sendo aprimorada e servindo de instrumento para combater a violência contra a mulher. O Superior Tribunal Eleitoral no dia 9 de fevereiro de 2012 reconheceu a constitucionalidade da Lei Maria da Penha ratificando que a ação penal independe de representação da vítima e não cabe ser julgada pelos Juizados Especiais.

A necessidade de representação foi reconhecida como um obstáculo à efetivação do princípio de respeito à dignidade da pessoa humana, pois a proteção da vítima seria incompleta e deficiente. Movimentos feministas e a Bancada Feminina⁵¹ da Câmara dos deputados atuaram mais uma vez em parceria, para que o julgamento da Lei Maria da Penha fosse favorável e que a ADI 4424⁵² fosse rejeitada, tendo em vista a garantia de todos os ganhos que a lei trouxe para as mulheres no país.

⁵⁰Maria da Penha: ainda temos uma justiça machista. Disponível em: <<http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5270417-EI6578,00Maria+da+Penha+Ainda+temos+uma+Justica+machista.html>> Acesso: 02 jul. 2011.

⁵¹A deputada federal Janete Pietá (PT-SP), coordenadora da Bancada Feminina, atendendo ao apelo dos movimentos feministas convocou todas as deputadas para acompanhar o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4424 contra a Lei Maria da Penha, no Supremo Tribunal Federal.

⁵²A ação direta de inconstitucionalidade (ADI 4424) ajuizada pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel sobre a aplicação de dispositivos da Lei Maria da Penha questionava a aplicação de dispositivos da Lei 9.099/95 após a edição da Lei Maria da Penha, de 2006. Roberto Gurgel defendeu que todos os atos de violência praticados contra a mulher no ambiente familiar devem permanecer na esfera da Lei Maria da Penha e não da lei 9.099/95, que instituiu a criação dos juizados especiais criminais. De acordo com essa lei, nos crimes de lesão corporal leve, deveria haver representação da vítima para que houvesse persecução penal. Com o julgamento favorável da ADI, o Ministério Público agora pode propor ação penal pública sem necessidade de representação da vítima.

A proposta de revisão da legislação relativa à criminalização da interrupção da gravidez, uma questão muito cara aos movimentos feministas brasileiros, ganha visibilidade em 2005 e motiva uma resposta do Estado aos movimentos. Segundo Machado (2010) foi elaborada uma proposta de legalização do aborto por decisão das mulheres, até as primeiras doze semanas e apresentada a uma Comissão Tripartite, indicada pelo presidente do país, à Comissão de Seguridade Social e Família do Congresso Nacional:

A Comissão Tripartite formada por membros da sociedade civil, do governo federal e do congresso nacional sob a coordenação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM/PR) foi instituída com o objetivo de discutir, elaborar e promover a proposta de revisão da legislação relativa à criminalização da interrupção voluntária da gravidez. Os acordos entre o Vaticano e o Governo Lula, assim como a pressão da Conferência Nacional de Bispos do Brasil contra o projeto de lei de legalização do aborto forçou o governo a voltar atrás. (MACHADO, 2010, p. 116).

A discussão da proposta de revisão da lei em âmbito institucional sem dúvida foi uma atitude progressista do governo Lula para os movimentos feministas, porém não resultou em nenhum êxito, pois em sua etapa final foi arquivada e não teve nenhum desdobramento. A dificuldade em se avançar na questão do aborto no país reforça cada vez mais a existência de uma disputa permanente de dois movimentos que buscam influenciar a decisão do governo sobre o assunto, de um lado o movimento de descriminalização do aborto encabeçado pelas feministas e de outro o movimento que prega a continuação da proibição do aborto encabeçado principalmente por setores ligados à igreja, os chamados movimentos pró-vida. Até o presente momento os movimentos religiosos têm tido mais êxito em suas proposições - frear qualquer possibilidade de mudança na lei em favor da descriminalização do aborto.

Mesmo com os argumentos relacionados à saúde pública, defendidos por feministas e também por gestores públicos do governo federal como foi o caso do ex-ministro da Saúde do governo Lula, José Gomes Temporão (gestão 2007-2011)⁵³, o que podemos notar é que o discurso da criminalização ganha mais força na sociedade do que o discurso da descriminalização.

⁵³Durante sua gestão no Ministério da Saúde, defendeu a posição de que o aborto é uma questão de saúde pública, e que quem deve discutir a descriminalização são as mulheres, e não os homens, o que causou indignação de setores mais conservadores da sociedade brasileira, como a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

As bancadas religiosas do Congresso Nacional têm criado constrangimentos no período atual para a incidência feminista no Estado, agindo para barrar qualquer progresso na área dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Em 2010, por exemplo, foi aprovada na Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados o projeto de lei que objetiva criar o “Estatuto do Nascituro”⁵⁴, que visa tornar o aborto proibido sob qualquer circunstância. O projeto ainda precisa passar por mais duas comissões antes de seguir a votação em plenário.

As feministas brasileiras fizeram várias críticas ao estatuto, entre elas a de que o projeto viola os tratados internacionais de direitos humanos em que o Brasil é signatário, confere proteção ao direito à vida do embrião em detrimento das realidades concretas e materiais, vividas e enfrentadas por mulheres que possuem autonomia e são titulares de direitos constitucionais à saúde, à liberdade, à igualdade e a não discriminação e concede a chamada “bolsa-estupro”, que prevê o pagamento de uma pensão alimentícia por parte do estuprador (se localizado) ou pelo Estado, o que torna o Estado cúmplice do crime hediondo de estupro.

Os desafios são enormes para a atuação feminista e estão sendo estendidos no governo atual da presidenta Dilma. Ao assumir o governo em 2011, Dilma adotou um discurso favorável aos direitos das mulheres, algo que foi umas das prioridades assumidas durante a campanha presidencial - o compromisso de melhorar a condição de vida das mulheres brasileiras e proporcionar a entrada de mais mulheres nos espaços de poder. Porém, a atuação pontual dos movimentos religiosos e conservadores para as feministas brasileiras têm inibido ações progressistas do governo e influenciado ações que causam retrocessos nas conquistas consolidadas pelas mulheres brasileiras.

O governo Dilma, até o momento, tem se focalizado em uma concepção materno-infantil da saúde da mulher. Em seu primeiro ano de governo foi lançado o programa Rede Cegonha⁵⁵ que para várias feministas (inclusive as feministas entrevistadas nesta pesquisa) anunciava um retrocesso nos direitos das mulheres. Desde

⁵⁴O Projeto de Lei (PL) entende que nascituro é o ser humano concebido, mas ainda não nascido, e dispõe sobre sua proteção integral desde a concepção. Dessa forma, conforme o art. 13 do PL 478/07, a gestante que for vítima de violência sexual não poderá interromper a gravidez.

⁵⁵A Rede Cegonha é uma estratégia do Ministério da Saúde, operacionalizada pelo Sistema Único de Saúde, fundamentada nos princípios da humanização e assistência, em que mulheres, recém-nascidos e crianças têm direito à ampliação do acesso, acolhimento e melhoria da qualidade do pré-natal; transporte tanto para o pré-natal quanto para o parto; realização de parto e nascimento seguros, através de boas práticas de atenção; acompanhante no parto, de livre escolha da gestante; atenção à saúde da criança de 0 a 24 meses com qualidade e acesso ao planejamento reprodutivo. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/Gestor/visualizar_texto.cfm?idtxt=37082>. Acesso em: 24 fev. 2012.

o nome do programa (que dá ênfase à mulher como transportadora de fetos) até a forma como ele foi concebido (sem discussão com os movimentos feministas, que deram apoio decisivo na campanha de Dilma Rousseff à presidência da República) evidencia uma retórica conservadora e distanciada da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O programa não foi o único nesse viés anunciado pelo governo Dilma, tão polêmico quanto o mesmo foi a Medida Provisória 557/2011, publicada no Diário Oficial no dia 27 de dezembro de 2011, instituindo o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna⁵⁶. Assinada pela presidenta da República, Dilma Rousseff e pelos ministros Guido Mantega, Alexandre Padilha e pela ministra Miriam Belchior, a medida é um desdobramento da estratégia Rede Cegonha e do Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal.

A medida recebeu críticas dos movimentos feministas, entre as críticas destacamos as que foram compiladas pelas ONG Católicas pelo Direito de Decidir provenientes de feministas, do movimento sindical, de sanitaristas, juristas, médicos e defensores dos direitos humanos:

O governo não discutiu essa proposta e a necessidade de uma MP -- nem na Conferência de Saúde, nem na Conferência de Políticas para as Mulheres, realizadas poucos dias antes da edição da MP. Mesmo no debate sobre o Orçamento 2012 e o Plano Plurianual 2012-2015 no Congresso essa proposta não foi explicitada para os parlamentares.

Na MP, a mulher é vista como um receptáculo para o desenvolvimento de um novo ser, violando o nosso direito à igualdade, liberdade, autonomia e a dignidade, negando-lhe o reconhecimento da liberdade de escolha, além de conter clara ponderação pró-feto.

A MP não define os usos das informações cadastradas como exclusivos, abrindo espaço para violação da privacidade e mesmo da liberdade profissional do médico.

O controle e vigilância da vida reprodutiva deve estar baseado em limites éticos.

Na MP há uma ampliação do controle por parte do Estado na gravidez que passa a ser monitorada a partir da sua inscrição no cadastro.

O cadastro é realizado compulsoriamente pelo estabelecimento de saúde público ou privado, violando o direito à privacidade. Cadastramento

⁵⁶O Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna determina que todo estabelecimento de saúde realize acompanhamento pré-natal e preste assistência ao parto e ao puerpério (pós-parto), crie uma Comissão de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento das Gestantes e Puérperas de Risco. Esta obrigatoriedade alcança também as unidades privadas de saúde. Ao procurar uma unidade de saúde, pública ou privada, para realizar a primeira consulta de pré-natal, a gestante é cadastrada. Este cadastro faz parte do prontuário da gestante. Para mais informações consultar o endereço eletrônico do Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www.blog.saude.gov.br/faqsus-tire-suas-duvidas-sobre-o-cadastro-de-prevencao-da-mortalidade-materna/>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

universal de gestantes se consubstanciaria na verdade em cadastro compulsório, que: a) não traz garantia da confidencialidade dos dados manuseados no sistema; b) usa dados pessoais sem autorização da gestante ou puérpera, violando a intimidade, o sigilo de dados e a vida privada.⁵⁷

Os episódios recentes acima descritos mostram que o governo Dilma tem criado constrangimentos para incidência feminista no Estado, o que faz com que os movimentos feministas brasileiros tenham que repensar suas estratégias em um cenário atual em que as oportunidades políticas para atuação estão visivelmente sendo obstruídas - ao dar concessões aos setores mais teocráticos da sociedade brasileira, o governo restringe a incidência feminista no Estado e retroage nas conquistas das mulheres brasileiras.

4.1.2 Canadá

O Canadá é um país marcado pela influência de diversas culturas como a indígena, a inglesa, a francesa e de outras culturas proveniente dos diferentes povos que imigram para o país cotidianamente. Os movimentos feministas também gozam dessa diversidade cultural, podendo ser divididos em vários grupos. Luxton (2001) identifica quatro distintos movimentos nesse contexto: movimento francófono com base em Quebec, o predominante movimento anglófono no resto do Canadá, o movimento das mulheres das primeiras nações e o das mulheres imigrantes e mulheres de cor⁵⁸.

Devido a essas divisões, os movimentos feministas no Canadá, assim como outros movimentos no país, têm buscado construir coalizões de grupos quando agem nacionalmente por meio de redes de organizações que falam para uma variedade de membros e trabalham para encontrar uma voz comum fora das tensões resultantes da diversidade (NEWMAN; WHITE, 2006).

Ao destacar a emergência da “Segunda Onda Feminista” canadense, alguns antecedentes da “Primeira Onda” precisam ser mencionados para uma melhor contextualização. Enquanto as feministas canadenses da “Primeira Onda” eram conservadoras e muitas delas aceitavam a posição das mulheres na esfera privada e dos

⁵⁷Entenda por que a MP 557 viola os direitos das mulheres. Disponível em: <<http://www.catolicas.org.br/noticias/conteudo.asp?cod=3160>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

⁵⁸Na presente síntese, embora aborte a emergência e afirmação dos movimentos feministas canadenses de forma geral, a ênfase em particular é dada aos acontecimentos influenciados pela atuação dos movimentos feministas de origem anglófona, levando em consideração que este é o foco da pesquisa.

homens na esfera pública, a “Segunda Onda” emerge questionando essa divisão sexual da esfera pública e privada.

Newman e White (2006) enfatizam que a caridade foi uma característica significativa dos primórdios da “Primeira Onda” feminista no Canadá no início do século XX. As organizações de mulheres estavam focadas em obras de caridade, algumas associadas a igrejas e outras mais seculares. Esses espaços de organização permitiram que as mulheres se inserissem como membros de um movimento de reforma mais amplo empenhado em elevar o padrão, bem como a qualidade de vida no Canadá. Esse impulso reformista motivou o redirecionamento das demandas das mulheres para a ação política, visando o sufrágio e o direito à participação política.

No entanto, como destacam Newman e White (2006), o sufrágio não foi o único foco dos movimentos canadenses desse período e não era uma meta obsessiva como foi em outros países. Diferente dos movimentos britânicos e estadunidenses, a luta pelo sufrágio no Canadá esteve focada em atividades menos militantes, com menor lobby e apelos públicos.

Entre 1920 e 1930, a sociedade canadense estava mudando, e a vida das mulheres canadenses também. Muitas trabalhavam fora de casa para ajudar a manter a família, não podiam sustentar suas famílias permanecendo em casa. Assim os seus esforços para viver de acordo com uma concepção de feminilidade ligada à maternidade e ao serviço doméstico foram se tornando cada vez mais insustentáveis. Dentro de casa, muitas das tarefas tradicionais das mulheres foram desaparecendo por causa das pressões de urbanização e das mudanças trazidas pela industrialização. Mas, infelizmente, as normas sociais que regem a posição e o comportamento apropriado das mulheres eram lentos para acompanhar as mudanças. (NEWMAN; WHITE, 2006, p. 69).

As normas sociais continuaram a passar por mudanças com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), no entanto, em um ritmo mais acelerado. Um número intenso de mulheres ingressou no mercado de trabalho respondendo ao rápido crescimento das indústrias motivado pelo belicismo. A entrada em massa das mulheres na força de trabalho não trouxe resultados em termos de igualdade para elas o que fez com que essa desigualdade passasse a ser percebida cada vez mais pelas novas gerações de mulheres que começaram a se organizar para questionar os valores vigentes da desigualdade no mundo.

A transição da “Primeira Onda” para a “Segunda Onda” foi uma resposta para as mudanças na sociedade canadense, para desenvolver pontos de vista e entendimentos da opressão das mulheres e da relação dos movimentos de mulheres com os movimentos

de protesto dos anos 1960. Influenciadas pelos clássicos do pensamento feminista como “O Segundo Sexo” (1948), “A Mística Feminina” (1963), “A Dialética do Sexo” (1970) e “A Mulher Eunuco” (1970), as feministas canadenses começaram a desenvolver ainda mais a rede organizacional dos grupos de mulheres, não deixando de mencionar que a “Primeira Onda” criou as bases no qual a segunda pode construir e se expandir.

Para Rankin (1996), se em um primeiro momento as feministas da “Segunda Onda” estavam unidas em um discurso que buscava propagar a ideia de uma “irmandade universal”, em um segundo momento elas passam a reagir criticamente a esse discurso para defender a noção da diferença e da diversidade das mulheres que não estavam contempladas no discurso das mulheres brancas de classe média alta e heterossexuais que organizaram os primeiros grupos de mulheres da “Segunda Onda” no Canadá.

As questões da diferença foram consideradas centrais para a prática feminista canadense por muitos anos tanto para as francófonas como para as anglófonas, o que resultou em uma necessidade contínua de lutar para reconciliar as diferenças linguísticas, culturais e políticas em prol de ganhos maiores para as mulheres. Como veremos adiante, a criação dos aparatos institucionais para as mulheres no governo dependeu diretamente da inclusão e respeito à diversidade dos grupos para que fosse possível construir consensos em torno das demandas feministas.

O contexto pós-guerra foi próspero para as mulheres no Canadá tanto em termos políticos como em termos econômicos, pois ao aumentar seu nível educacional as mulheres passaram a buscar trabalhos com melhor remuneração, o que influenciou uma opinião pública favorável à equidade salarial entre homens e mulheres (BRANDT; BLACK; BOURNE; FAHRNI, 2011). Politicamente as mulheres foram eleitas para o Parlamento (entre 1920 e 1970, 18 mulheres foram eleitas para Casa dos Comuns) e ganharam posições em Conselhos municipais, foram eleitas prefeitas em grandes cidades (por exemplo, Chalotte Whitton foi eleita prefeita de Ottawa em 1951), foram apontadas para o Senado e serviram em gabinetes ministeriais.

Mesmo com essas conquistas as mulheres continuaram sendo discriminadas, porque o acesso formal a esses direitos não foi suficiente para garantir igualdade. Mulheres de diferentes localidades, jovens, negras, imigrantes, aborígenes se mobilizaram em todo o país para mudar sua condição na política, na economia e nas estruturas culturais. A importância dos grupos de consciência em organizar as mulheres em movimentos e criar o *womanspace* não deve ser superestimada, segundo Newman e

White (2006), pois graças a esses grupos foram estabelecidos centros de serviços para as mulheres – desde centros de saúde, aborto e serviços de contracepção, casas abrigo para mulheres vítimas de violência e sem teto, centros para mães solteiras, programas de estudos das mulheres, jornais, galerias de arte, centros culturais para e pelas mulheres. Esses esforços serviram para ilustrar o caráter da “Segunda Onda Feminista” como *women doing it for themselves*.

Em 1966, trinta e duas organizações de mulheres do Canadá inglês formaram um Comitê pela Igualdade da Mulher (CEW) com o intuito de fazer lobby para que o governo federal criasse uma “Comissão da Condição da Mulher”, enquanto no Quebec a Federação das Mulheres do Quebec já haviam criado esse Comitê. Os dois grupos estabeleceram parcerias em setembro de 1966. Essa rede serviu para acomodar uma diversidade de pontos de vista feministas, resultando no estabelecimento da Comissão Real da Condição da Mulher (RCSW) pelo governo federal em 1967.

A RCSW foi criada com o objetivo de investigar e relatar a condição das mulheres no Canadá, e de recomendar quais as medidas podem ser tomadas pelo governo federal para assegurar oportunidades iguais para homens e mulheres em todos os aspectos da sociedade canadense. Isso inclui leis e práticas sob jurisdição federal sobre os direitos políticos das mulheres, o papel da mulher na força de trabalho, casamento e divórcio, questões tributárias e leis de imigração e cidadania.

Em 1970, a Comissão produziu um relatório contendo 167 recomendações para assegurar a igualdade de oportunidades para homens e mulheres no país. O relatório foi entregue na Câmara dos Comuns, em 7 de dezembro de 1970. O RCSW foi um evento marcante da “Segunda Onda” canadense que desempenhou um papel importante na definição da condição da mulher como um problema social legítimo e mobilizou um público de grupos de mulheres para pressionar pela implementação das recomendações da comissão.

O espaço institucional criado com a RCSW permitiu a solidificação da relação entre movimentos de mulheres e o Estado, a reunião de uma diversidade de movimentos feministas em torno de metas comuns e motivou a criação de uma rede de movimentos para pressionar o governo a implementar as recomendações da RCSW, o Comitê de Ação Nacional sobre a condição das Mulheres (NAC).

Nas palavras de Rankin (1996) a relação entre movimentos e governo federal na RCSW foi estabelecida por meio da integração das demandas das mulheres nas políticas. Além disso,

Iniciativas como a indicação da Ministra Responsável pela Condição da Mulher (1971), da Coordenadora da Condição da Mulher (1972), a criação do Escritório de Equal Opportunity (1971) e do Conselho Canadense Consultivo da Condição da Mulher (1973) juntos consolidaram os movimentos de mulheres como parte da comunidade de clientes do governo federal. A extensão do fundo governamental dado aos movimentos de mulheres através de programas como Programa Mulheres (1974) e de departamentos como Saúde e Bem Estar foram indiscutivelmente muito significativos para a institucionalização das demandas das mulheres na burocracia estatal. (RANKIN, 1996, p. 102).

As atuações bem sucedidas das feministas canadenses sem dúvida foram beneficiadas pela expansão da economia no primeiro governo liberal de Pierre Trudeau (1968-1979) que manteve um canal de diálogo aberto aos movimentos e apoiou financeiramente muitas de suas iniciativas. Newman e White (2006) destacam que as circunstâncias mudaram na metade dos anos 1970, tornando mais hostil a relação do governo com os movimentos sociais devido à estagnação da economia e o aumento significativo da demanda dos movimentos feministas.

Apesar das mudanças legais e legislativas continuarem seu curso favorecendo as mulheres, as mudanças eram comumente mais alcançadas em conflito com o governo do que em cooperação, em outras palavras, as conquistas eram alcançadas através das cortes judiciais e não através do governo. As organizações feministas tiveram que se adaptar à mudança climática passaram a adotar uma abordagem mais agressiva e a trabalhar muito mais através do sistema judicial e muito pouco através do governo.

Enquanto no início da década de 1970, os movimentos feministas canadenses estavam constituídos em pequenos grupos radicais, a base do movimento se expandiu gradualmente nos anos 1980 para incorporar mulheres de opiniões diversas e de todas as partes da sociedade canadense, incluindo as mães, empresárias, mulheres executivas, indígenas, imigrantes e trabalhadoras domésticas.

O início dos anos 1980 trouxe grandes desafios para a atuação feminista com a Reforma da Constituição Canadense. As feministas mobilizaram-se não apenas para buscar a garantia da igualdade de direitos constitucionalmente, mas também para proteger os direitos das mulheres indígenas, os direitos trabalhistas, os direitos econômicos e os direitos sexuais e reprodutivos. As atividades desses movimentos foram intensificadas quando o governo federal unilateralmente apresentou as suas propostas, que incluiu uma Carta dos Direitos contendo poucas disposições sobre igualdade entre os gêneros.

Em audiências no Parlamento sobre as propostas, grupos de mulheres de várias regiões do país, organizadas em entidades como a *National Action Committee on the Status of Women* (NAC), a *Canadian Advisory Committee on the Status of Women* e a *National Association of Women and the Law* assumiram posições semelhantes em relação à defesa da menção explícita da igualdade das mulheres na Constituição, mas também levantaram questões mais amplas sobre a representação das mulheres na Suprema Corte e no Parlamento, questões relacionadas à educação e aos direitos sexuais e reprodutivos, à condição da mulher aborígine, à discriminação com base no status marital, à orientação sexual e à crença política (VICKERS; RANKIN; APPELLE, 1993).

A resposta do Comitê Parlamentar aos movimentos feministas foi positiva, principalmente nas questões que se encaixavam aos interesses do governo em dar destaque à Carta Constitucional. Como resultado, algumas das demandas dos movimentos foram atendidas, especialmente as que se direcionavam para a igualdade de garantias. Na seção 15 (1) do Ato Constitucional de 1982 (parte 1 que constitui a Carta de Direitos e Liberdades do Canadá) foram definidos os direitos à igualdade apontando que todo indivíduo é igual perante a lei e tem direito a igual proteção e benefício da lei sem discriminação, e em particular, sem discriminação baseada em raça, origem nacional e étnica, cor, religião, sexo, idade ou incapacidade física ou mental.

As garantias constitucionais de direitos iguais abriram um novo caminho para os movimentos feministas, demonstrando a força da “Segunda Onda” canadense em acessar o Estado para garantir a criação de aparatos institucionais capazes de melhorar a condição de vida das mulheres e de combater a discriminação entre os gêneros.

A partir de meados dos anos 1980 quando o Estado canadense foi governado pelos conservadores de Brian Mulroney (1984-1993) e Kim Campbell (1993) o cenário se modifica para a atuação feminista. O apoio governamental aos movimentos feministas foi paralisado, os fundos foram cortados e muitas mulheres passaram a não se identificar mais com o feminismo fazendo com que os movimentos tornassem cada vez mais frustrados e defensivos.

Mesmo com o cenário pouco favorável à incidência feminista no Estado em 1988, as mulheres canadenses conseguiram uma grande conquista. A Suprema Corte do Canadá derrubou as leis existentes que criminalizavam o aborto considerando-as inconstitucionais e violadoras do direito das mulheres à “liberdade e autonomia pessoal”, como garantido na “Carta Canadense de Direitos e Liberdades”. Desde então,

mesmo com os obstáculos não legais e com as ofensivas do Partido Conservador impulsionado pelos movimentos pró-vida na tentativa de criminalizar o aborto, o país é uma das poucas nações do mundo onde o aborto é permitido sem restrições.

Novas oportunidades políticas para a atuação dos movimentos feministas ressurgem em 1993 quando Jean Chrétien do Partido Liberal assume o governo do Canadá e estabelece novamente o canal de diálogo com os movimentos. No entanto, devido ao contexto econômico e social do país, os movimentos continuaram enfrentando obstáculos para incidir no Estado.

Dobrowolsky (2004) destaca que as relações entre o governo Chrétien e os movimentos feministas foram gradualmente sendo modificadas em razão do governo ter passado por duas fases distintas, uma marcada intensivamente pelo discurso e pelas práticas do Estado neoliberal até meados dos anos 1990 e a outra mais influenciada pelo Estado do investimento social que vigorou até o final do seu mandato em 2003.

A relação dos movimentos feministas com o governo Chrétien é modificada em decorrência da natureza diferenciada que foi estabelecida para a interação Estado/sociedade civil nas duas fases de governo. Nota-se no primeiro período que a relação foi tensa em decorrência de vários fatores motivados pelo neoliberalismo, entre eles podemos destacar: os cortes para redução do déficit, a terceirização dos serviços, privatizações e defesa do Estado mínimo.

A racionalização segundo Dobrowolsky (2004) se estendeu para as máquinas estatais das mulheres com o fechamento do Conselho Canadense Consultivo da Condição da Mulher em 1995, a agência das mulheres criada pelo Liberal Trudeau, em 1973, para pesquisa e Conselhos dentro do governo federal.

Além disso, compromissos com a integração do gênero em todos departamentos pareciam trabalhar com objetivos fundamentados em ações neoliberais resultando no fechamento do CACSW e no redirecionamento do Programa da Mulher na SWC, quando a proposta destes era monitorar e promover a igualdade das mulheres dentro e fora do estado de maneiras diferentes. Especificamente, o CACSW produziu análises sobre as políticas do governo e tinha contatos com organizações de mulheres, enquanto que o Programa da Mulher havia fornecido aos grupos de mulheres financiamentos operacionais e para projeto. Cortes ao financiamento ocasionaram graves conseqüências, a perda do CACSW criou um vazio de pesquisa e uma violação das comunicações entre grupos de mulheres e do governo federal. (DOBROWOLSKY, 2004, p. 189).

No final dos anos 1990 o cenário modifica-se diante de novas preocupações do governo relacionadas à coesão social e a crescente ênfase colocada em parcerias e do

mercado, sinalizando a fase inicial do Estado de investimento social. Para Dobrowolsky (2004) torna-se mais difícil, nesse momento, para o Estado ignorar os males da sociedade e da condição de certas identidades, especialmente os membros mais desfavorecidos da sociedade canadense.

Assim, o Liberal Chrétien escolheu investir em mais financiamento para os governos provinciais para a assistência social às crianças indígenas, deu passos à frente em relação aos direitos de gays e lésbicas: introduzindo a possibilidade de casamento entre pessoas do mesmo sexo e ajudando a passar o projeto de lei do deputado do partido da Nova Democracia, Svend Robinson, que estendia proteção a crimes de ódio contra gays e lésbicas.

As relações dos movimentos feministas com o governo são modificadas não tanto quanto os movimentos gostariam, pois, apesar do diálogo aberto, foram poucos os sinais de mudança. Nos dois tipos de governo, neoliberal e de investimento social, as mulheres tiveram que assumir responsabilidades anteriormente assumidas pelo Estado, porque esse ao se concentrar no financiamento de projetos de serviços enfraqueceu uma atuação mais política das mulheres nos movimentos, deixando de financiar os projetos de *advocacy* e pesquisa.

Em 2006 o Partido Conservador retoma o comando do país por meio do primeiro-ministro Stephen Harper. Os movimentos feministas sob a gestão de Harper no Canadá tentam se adaptar aos constrangimentos políticos, para continuar atuando devido à forte queda no apoio institucional e político, pelo governo do Canadá, para a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas.

Um dos destaques que marcaram a democracia canadense foi a tradição no financiamento governamental aos cidadãos (organizações) que poderiam se opor às políticas do governo. Ao longo do último meio século, o Estado canadenses ofereceu financiamento para organizações sem fins lucrativos da sociedade civil e permitiu que suas demandas fossem ouvidas. Muitas ONGs, inclusive as feministas, tornaram-se parcialmente dependente desses recursos públicos. Todos os governos e a maioria dos canadenses acreditavam que essa era uma boa estratégia para todos: uma forma de garantir que todas as vozes fossem ouvidas em questões cruciais.

Ao assumir o governo, Harper suspendeu o financiamento às organizações feministas e, dessa maneira, fechou o canal para o diálogo estabelecido ao longo de vários governos tanto liberal como conservador. *Match Internacional*, uma organização de desenvolvimento internacional dedicada especificamente para a luta pela igualdade

das mulheres teve os seus financiamentos cortados. A Agência Internacional de Cooperação Canadense (CIDA) sofreu corte nos fundos para projetos no Paquistão e no Quênia que foram explicitamente dedicados à igualdade de gênero⁵⁹.

Durante muitos anos, a CIDA financiou uma grande variedade de projetos voltados para a promoção dos direitos das mulheres e para o fortalecimento das organizações de mulheres em vários países do mundo. O foco atual dos financiamentos foi modificado para aceitar apenas projetos que ofereçam prestação de serviço direto.

O governo Harper tem limitado diariamente a tentativa dos movimentos feministas em acessar as instituições do Estado. A decisão de eliminar a expressão “igualdade de gênero” do mandato de *Status of Women Canada*, principal instituição do país responsável pela igualdade de gênero, por considerar que a igualdade entre os gêneros já foi alcançada⁶⁰, evidencia que as demandas das mulheres não estão entre as prioridades de atuação do governo.

As relações que as feministas estabelecem no parlamento e no governo serão enfocadas no próximo capítulo que dará destaque as enunciações das feministas que fazem parte da Articulação de Mulheres Brasileiras e da Aliança Feminista Canadense para a Ação Internacional.

⁵⁹*The Harper government, women's rights and the cost of speaking out.* Disponível em: <<http://www.theglobeandmail.com/news/politics/the-harper-government-womens-rights-and-the-cost-of-speaking-out/article1592858/>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

⁶⁰*Women's equality has declined under Harper Tories.* Disponível em: <<http://www.nupge.ca/content/womens-equality-has-declined-under-harper-tories>>. Acesso em: 25 fev. 2012.

5. OLHARES FEMINISTAS SOBRE A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO ESTADO

As mulheres têm se organizado em uma diversidade de movimentos feministas desenvolvendo estratégias que possam reduzir a desigualdade entre os gêneros em diferentes partes do mundo. Para que suas atuações possam causar mais impacto na opinião pública, tem sido comum a essa diversidade de movimentos atuar em redes de movimentos sociais que englobam as demandas das jovens feminista, das feministas negras e das feministas lésbicas.

Redes feministas canadenses e brasileiras vêm atuando em seus territórios, desde a emergência da “Segunda Onda Feminista”, para que suas reivindicações sejam incorporadas ao Estado. Em momentos favoráveis ao diálogo entre os movimentos e Estado, as redes têm sido bem sucedidas e conseguem influenciar as estratégias de integração de gênero no Estado, porém, em outros momentos em que o mesmo diálogo não é possível, pois precisam recuar e repensar suas estratégias na base.

Para compreender como as feministas atuam para integrar as questões de gênero no Estado, suas relações nos espaços institucionais do governo e do parlamento e a avaliação das mesmas sobre a atual integração de gênero no Estado brasileiro e no canadense serão destacadas duas redes feministas, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) criada em 1994, no Brasil, e a *Canadian Feminist Alliance for International Action* (Fafia) criada em 1999, no Canadá. É importante ressaltar que a escolha da Fafia e da AMB como porta-vozes legítimas dos movimentos se deve a uma reunião de fatores tais como: abrangência em todo território nacional, defesa de uma ampla gama de temáticas de ação e agrupamento de uma diversidade de movimentos e organizações feministas.

AMB e Fafia não são as únicas redes de movimentos feministas que atuam ativamente nos referidos países, porém a escolha delas e não de outras justifica-se tendo em vista a emergência delas em decorrência da construção do processo político que resultou na “IV Conferência Mundial da Mulher” e na “Plataforma de Ação de Pequim”, momento paradigmático marcado por uma nova forma de fazer política, levando em consideração as questões de gênero em todas as políticas e programas dos governos.

Para compreender o contexto atual da integração das questões de gênero no Estado, é preciso antes de tudo observar como se constrói atualmente a relação entre os

movimentos feministas e o governo, já que, como dito anteriormente no Capítulo 2, os movimentos feministas têm desempenhado um importante papel na criação de políticas de igualdade no mundo. Tendo em vista o desenvolvimento da proposta, foram entrevistadas feministas vinculadas às referidas redes. Para tratar da AMB foram entrevistadas: Shuma Schumacher, membro da Secretaria Executiva da AMB, Silvia Camurça, membro da Coordenação Nacional, Sarah de Freitas Reis e Kauara Rodrigues Dias Ferreira, assistentes da área técnica e de articulação política da Organização não governamental Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), que é ligado à AMB, e, Bernadete Aparecida Ferreira, coordenadora do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses e presidente da ONG Casa da Mulher 8 de Março, ambos ligados à AMB. Para tratar da Fafia foram entrevistadas: Bonnie Diamond, ex-diretora-executiva da Fafia, Bárbara Cameron, membro do Conselho Administrativo e Julie Lalonde, gerente de projetos da Fafia⁶¹.

O lugar de fala ocupado pelas feministas em distintas sociedades é muitas vezes entrecruzado pela experiência simultânea na ocupação de diversos espaços dialógicos tais como o espaço dos movimentos sociais, da academia, das ONGs, dos partidos políticos e dos governos. Ao longo das entrevistas, embora não tenha sido enfocada a trajetória pessoal de cada atriz na pesquisa, notamos que as mesmas ocupam “interlugares” nas sociedades brasileira e canadense e o seu discurso está condicionado por estas múltiplas experiências nos distintos espaços que pautam as questões de gênero nestas sociedades, sejam eles institucionais ou não.

5.1 Articulação de Mulheres Brasileiras

A Articulação de Mulheres Brasileiras é uma rede feminista fundada em 1994 em decorrência da preparação da delegação brasileira para a “IV Conferência Mundial sobre a Mulher”. Em 1994, várias organizações feministas participaram das mobilizações preparatórias para a “Conferência de Pequim” e pela primeira vez foram chamadas em todos os estados brasileiros a participar das discussões preparatórias para conferência. Para Camurça (informação verbal)⁶², uma das fundadoras da AMB e atualmente membro da Coordenação Nacional da rede:

⁶¹Diante do curto período da pesquisa de campo no Canadá não foi possível coletar um número maior de entrevistas com outras participantes da Fafia.

⁶²CAMURÇA, Silvia. 16 jun. Brasília, 2011. Entrevista concedida para a pesquisa na Câmara dos Deputados no “I Seminário Internacional da Procuradoria da Mulher” da Câmara dos Deputados.

A AMB utilizou a conferência como um motivo para organizar o movimento. A conferência de Pequim serviu para chamar a atenção para a necessidade de criação de organizações nacionais feministas aqui no Brasil. Na época não existiam redes organizadas agrupando várias frentes de luta, existia apenas redes temáticas como a Rede Feminista de Saúde focada nos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. Não existiam movimentos nacionais. Debates em todos os estados a situação das mulheres e colocamos a importância de organizar as mulheres nacionalmente para participar desse processo. Quando voltamos de Pequim tínhamos sido tão bem sucedidas que os vários fóruns estaduais de mulheres que se formaram, em uma reunião nacional, decidiram manter a AMB, ligada à conferência de Pequim mas, como uma articulação das mulheres brasileiras.

A AMB surge em um contexto em que o país completava quase uma década do fim da ditadura e proporcionou um novo espaço de articulação para as feministas brasileiras. Nos anos que seguiram a “Conferência de Pequim”, a AMB se dedicou à divulgação dos acordos e à avaliação dos cinco primeiros anos da implementação da “Plataforma de Pequim” no Brasil. Este primeiro ciclo de atividades resultou no surgimento de novos fóruns e articulações de mulheres nos estados brasileiros, na elaboração do documento da sociedade civil para avaliação Pequim + 5 que resultou na publicação de um documento: “Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil cinco anos depois de Pequim”.

Apesar da “Conferência de Pequim” ter representado o marco inicial da articulação gradativamente, a AMB foi incorporando outras demandas de atuação e se distanciando do acompanhamento da Plataforma de Pequim. Ela atua prioritariamente nas seguintes áreas⁶³:

- Defesa e garantia dos direitos sexuais e direitos reprodutivos das mulheres e na mobilização pelo direito ao aborto legal e seguro na rede pública (legalização do aborto);
- Ação permanente pelo fim de todas as formas de violência contra as mulheres;
- Enfrentamento permanente ao sistema do capital e à orientação neoliberal nas políticas públicas e de desenvolvimento;
- Construção do engajamento nas lutas democráticas dos movimentos sociais latino-americanos;

⁶³AMB (2011).

- Consolidação da posição antirracista e de rechaço ao etnocentrismo na luta feminista do movimento de mulheres;
- Fortalecimento às instâncias estaduais do movimento de mulheres que constituem a AMB;
- Desenvolvimento de um programa de formação política para a AMB;
- Garantia do funcionamento regular dos espaços de participação política na AMB e de suas instâncias executivas;
- Consolidação de uma comunicação feminista politicamente posicionada e com largo alcance entre as mulheres.

A AMB surge em resposta a uma oportunidade criada por acontecimentos externos. Em um primeiro momento surgiu para organizar a delegação brasileira para a “Conferência de Pequim”, e em um segundo momento se manteve atuante para acompanhar e monitorar a implementação da “Plataforma de Pequim” no Brasil e para organizar os movimentos feministas em forma de articulação nacional.

Um fato marcante da história da AMB foi a elaboração da “Plataforma Política Feminista”, construída no processo da Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) organizada pela rede em Brasília em junho de 2002, que também celebrou o 70º aniversário do voto feminino no Brasil. O processo da Conferência trouxe novos desafios para a AMB. A dinâmica e a metodologia do campo CNMB reforçou os vínculos entre as ações nacionais do Estado e dos movimentos de mulheres, incluindo representantes de diferentes redes locais nacionais.

Os debates em espaços públicos dos estados e conferências nacionais como o Lançamento da Plataforma Política Feminista (2002) contribuíram para o amadurecimento das práticas dos movimentos sociais em harmonia com a pluralidade e, certamente, contribuiu para a democratização do feminismo (). Os fóruns estaduais e a AMB se fortaleceram nesse processo tornando-se referências importantes nos debates que se seguiram à conferência para apresentação da plataforma.

Quando o processo de Pequim foi finalizado, a rede diante de uma consulta a suas bases optou por continuar sua atuação em prol da igualdade de gênero e, para isso, contou com o apoio das ONGs feministas que buscavam apoio financeiro para as ações da AMB em fundações internacionais como a Ford, Novib e a *International Women’s Health Coalition*, entre outras.

No Brasil, a organização dos movimentos feministas não se beneficiou diretamente do financiamento estatal. O Estado brasileiro, nos primórdios da emergência dos feminismos, nos anos 1970 e 1980, não tinha uma relação de diálogo com a sociedade civil em decorrência da ditadura militar instalada no país. Os movimentos sociais nesse período se organizavam com seus próprios recursos por meio da contribuição dos militantes e de projetos para captação de recursos apresentados para instituições internacionais que tinham foco em países em desenvolvimento.

Nos anos consecutivos à “Conferência de Pequim”, no final dos anos 1990, AMB deu continuidade a sua proposta de continuar organizando os movimentos e as organizações feministas no Brasil, e paralelamente tentou incidir no Estado durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) para que as demandas feministas fossem incorporadas.

Apesar dos esforços das feministas em estabelecer uma estratégia para avaliar o novo quadro político e repensar a relação com as instituições, não houve muitos êxitos. Para Montañó et al. (2003), nada disso se concretizou durante o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso e, de fato, só ao finalizar seu segundo governo com a designação da advogada, Solange Bentes, como presidente do CNDM é que foi possível concluir a gestão com uma nova institucionalidade e novos canais de diálogos abertos com a sociedade civil.

Mesmo com o cenário pouco propenso a mudanças significativas no desenvolvimento jurídico e institucional em matéria de igualdade entre homens e mulheres, o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher desenvolveu um papel importante no combate à violência contra a mulher. No último ano de sua gestão, em 2002, FHC cria a Secretaria dos Direitos da Mulher (SEDIM), subordinada ao Ministério da Justiça. De acordo com Montañó et al. (2003, p. 15) a criação da SEDIM marca um ponto de inflexão muito importante:

Em 4 de setembro do mesmo ano, fruto da ação unitária da Bancada Feminina no Congresso, foi aprovada por unanimidade na Câmara a criação da SEDIM como Secretaria de Estado. A SEDIM foi elogiada e criticada tanto por sua importância como pelo atraso com que foi adotada. O contexto eleitoral no qual ela foi adotada não impediu que se produzisse uma unanimidade enquanto o próprio movimento de mulheres debatia as consequências da medida. As mulheres compreenderam que a existência da SEDIM favorecia a possibilidade de avançar no posicionamento, legitimidade e institucionalização das políticas públicas de gênero. A SEDIM deve ser entendida como o produto frágil e virtuoso de um processo de acordo e negociação que teve a simpatia política das autoridades e a tolerância benévola do movimento. Neste sentido o mais importante que

deixa é a legitimidade de um espaço de formulação das políticas públicas, reposicionado no mais alto nível, que volta a propor a necessidade de um movimento de mulheres transversal aos partidos políticos que no passado recente, apesar de seu número reduzido e das diferenças partidárias, atuaram em conjunto em torno das leis de violência, o Protocolo Facultativo da CEDAW, a lei de quotas ou a institucionalidade de gênero.

O cenário para a atuação feminista foi modificado em 2003 quando um partido de esquerda assumiu pela primeira vez a gestão do país. Assim, se nos dois mandatos de FHC os movimentos sociais tiveram poucos resultados na tentativa de dialogar com o Estado, nota-se nos dois mandatos subsequentes uma abertura significativa ao diálogo entre a sociedade civil e as instâncias institucionais.

A oportunidade política criada para o diálogo dos movimentos feministas no governo Lula é estendida no novo governo, que assumiu o comando do país em 2011. Além de pertencer ao Partido dos Trabalhadores como o seu sucessor, Dilma Rousseff assume a presidência do país protagonizando a entrada da primeira mulher neste posto, o que coloca novos elementos para o diálogo que está sendo construído nesses primeiros meses de governo.

5.2 Atuação, forma de organização e articulação

Em seus 17 anos de existência a AMB tem marcado presença na sociedade brasileira buscando estabelecer o diálogo com os governos para acessar o Estado e tem desenvolvido um importante trabalho de articulação dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil, na medida em que” potencializa a luta feminista das mulheres brasileiras nos planos local, nacional, latino-americano e internacional e promove a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação, opressão e exploração das mulheres, e da luta por transformação social”⁶⁴.

A Articulação de Mulheres Brasileiras é composta por mulheres feministas que trabalham em áreas diferentes de participação da AMB, individualmente ou através de organizações e movimentos feministas, em setorial de mulheres dos movimentos sociais e/ou em setorial de mulheres de partidos políticos. São reconhecidas como militantes AMB todas as mulheres e organizações feministas que atuam em algumas áreas da participação da AMB, assinam a Declaração de Princípios e estão empenhadas na

⁶⁴“Carta de Princípios da Articulação de Mulheres Brasileiras” aprovada pelo Comitê Político Nacional da AMB, Bahia, 2008.

concretização geral da política geral da AMB. A rede é composta por oito regionais que representam todas as regiões do Brasil: Sul (PR, RS, SC); Sudeste (ES, MG, RJ, SP), Centro-Oeste (DF, GO, MT, MS); Nordeste 1 (AL, BA, SE), Nordeste 2 (PE, PB, RN); Nordeste 3 (CE, MA, PI); Norte 1 (AC, AM, RO, RR); e Norte 2 (AP, PA, TO).

A estrutura de operacionalização da AMB é composta por um Comitê Político Nacional, por uma Coordenação Executiva Nacional e uma Secretaria Executiva Nacional. A AMB não tem um espaço físico próprio. A cada eleição, uma ONG é eleita para abrigar o escritório executivo da rede durante um período de três anos, podendo ser renovado por mais três.

A função do Comitê Político Nacional é ser um espaço de decisões macropolíticas e estratégicas, no curto, médio e longo prazo, integrados por 81 representantes dos agrupamentos estaduais (três por Estado e três pelo DF), as três secretárias-executivas, as coordenadoras executivas nacionais e, pelo menos, as representantes da AMB no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e na *Articulación Feminista Marcosur* (AFM), quando não forem integrantes do Comitê. O Comitê reúne-se uma vez ao ano e funciona de forma permanente por meio de lista eletrônica. Suas integrantes são indicadas na plenária estadual, preferencialmente dois meses antes da reunião nacional anual do Comitê.

Já a Coordenação Executiva Nacional é uma esfera nacional de tomada de decisões executivas para realização das estratégias definidas pelo Comitê. A coordenação é integrada por oito representantes regionais, indicados em reuniões regionais da AMB, três secretárias-executivas, eleitas pelo Comitê a partir de consulta nacional, e a representante da AMB no CNDM e na AFM. Entre as funções da coordenação estão: a coordenação política geral da AMB, a articulação das integrantes do Comitê nos estados da região, o acompanhamento da atuação da secretaria-executiva, a coordenação das reuniões do Comitê nacional e dos encontros nacionais da AMB.

A Secretaria Executiva Nacional representa politicamente a AMB nos espaços designados pelo Comitê, prepara e secretaria politicamente a realização dos encontros e reuniões das instâncias de decisão da AMB, coordena o escritório e articula a realização das rotinas de atividades. A secretaria é formada por três secretárias e um escritório. As secretárias são eleitas no Comitê Político Nacional para mandatos de três anos, renovável pelo mesmo período.

A AMB é uma rede comprometida com a consolidação dos movimentos de mulheres e feministas como sujeitos políticos na sociedade brasileira e tem entre os principais documentos, que orientam sua atuação, a “Plataforma Política Feminista”. Para a AMB, frente de luta é um termo utilizado para designar uma prioridade política em um dado período. As frentes têm a ver com a análise da situação das mulheres nesta sociedade patriarcal, capitalista e racista, com os principais problemas vividos pelas mulheres e também com a trajetória do movimento feminista no enfrentamento dessas questões (SILVA, 2010).

As principais frentes de atuação da AMB como citado anteriormente são: reforma do sistema político; fim da violência contra as mulheres; aborto legal e seguro; políticas para as mulheres; previdência universal; luta antirracista; justiça socioambiental; alternativas à globalização; e luta contra a lesbofobia.

As questões abordadas pela AMB como podemos notar são bastante diversificadas, envolvendo desde questões universais da luta feminista como a violência contra a mulher até questões que convergem com o interesse de outros movimentos sociais como é o caso da justiça socioambiental e das alternativas à globalização.

Apesar de a “Plataforma de Ação de Pequim” não ter sido colocada como uma frente de ação específica da rede, várias temáticas abordadas pela plataforma estão presentes nas frentes de ação, como é o caso do combate à violência contra as mulheres e a busca de políticas públicas para as mulheres, por exemplo. A ausência da plataforma como temática de ação específica da AMB é explicada por Silvia Camurça que compõe a Coordenação Nacional da AMB pela atual correlação de forças internacionais desfavoráveis à aplicação da plataforma, resultado da transformação da plataforma em metas do milênio pelos governos⁶⁵. Camurça (2011) enfatiza que:

Uns 10% da plataforma aprovada foi transformada em metas do milênio, em umas poucas metas ainda assim com muita dificuldade de implementação então abandonamos a prática de monitorar os compromissos internacionais e passamos a construir e articular a luta feminista nas políticas públicas no campo nacional. Internacionalmente acreditamos que faz sentido à discussão especialmente nos espaços de integração como o MERCOSUL, existem espaços que vale a pena discutir dentro dos países. Acho que a ONU ainda continua cumprindo um papel importante na defesa dos direitos humanos,

⁶⁵As Metas do Milênio surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 1990 (sobre meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, racismo etc.), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século.

mas plataformas são plataformas não são tratados. Os tratados obrigam os governos, as plataformas são, apenas um ponto de partida, e por isso ficam enfraquecidas. Para nós como a Conferência de Pequim foi um pretexto para fortalecer o movimento e aproveitamos o que foi acumulado politicamente dessa articulação e organização do movimento para trabalhar na luta por políticas públicas no país.

A fala de Camurça evidencia que a atuação da AMB está muito focada em seus próprios instrumentos de ação, entre eles podemos destacar a “Plataforma Feminista Política”, a carta de princípios e os posicionamentos políticos que têm servido de documentos-guia para as ações da rede. Embora a rede não tenha se pautado diretamente nos documentos internacionais, os acúmulos desses documentos estão presentes nas estratégias de ação feminista e são importantes ferramentas para cobrar os direitos das mulheres seja no âmbito nacional ou internacional.

A integração de gênero no Estado pode ser considerada uma questão transversal às temáticas trabalhadas pela AMB, pois a garantia dos direitos das mulheres em diferentes áreas depende de estratégias institucionais capazes de proporcionar condições justas para a inserção das mulheres em diversos espaços societários. Para trabalhar as referidas temáticas que visam eliminar a desigualdade entre os gêneros, a AMB por meio de suas militantes tem buscado dialogar com os governos para incidir no Estado. Oportunidades políticas e constrangimentos interferem cotidianamente nos efeitos da atuação feminista na sociedade brasileira.

Do ponto de vista das feministas entrevistadas da AMB evidencia-se que a atual relação entre a sociedade civil e o Estado tem sido construída de acordo com as questões que são colocadas em debate e, apesar da existência de um diálogo entre governo e sociedade civil, os resultados, muitas vezes, não são o que os movimentos feministas esperavam. No que tange a relação da AMB com o governo brasileiro pode-se afirmar que o governo Lula (2003-2010) foi responsável pelo estreitamento do diálogo entre a sociedade civil e o Estado, diálogo este que tem sido mantido e consolidado no governo da presidenta Dilma Rousseff. A abertura desse diálogo foi possível graças a uma nova conjuntura política, resultado da condução do governo brasileiro por um partido de esquerda, historicamente conhecido pela aproximação com as classes populares e os movimentos sociais, o Partido dos Trabalhadores.

Em 2003, a AMB muda suas ações em razão de novas exigências colocadas, entre elas, do diálogo estabelecido com o novo governo visando a implementação das

prioridades dos eixos da “Plataforma Política Feminista”⁶⁶, um documento que retoma muitas das questões abordadas na “Plataforma de Ação de Pequim”. Nesse mesmo período, aparecem internacionalmente novos desafios com a criação da “Articulação Feminista Marcosur”⁶⁷ e o “Fórum Social Mundial”.

A AMB desde então tem se organizado para propor, cobrar e monitorar as estratégias de integração de gênero no Estado nos dois governos do presidente Lula e atualmente no governo da presidenta Dilma. A rede tem se empenhado em discutir em seus fóruns estaduais a perspectiva de universalidade nas políticas públicas, a visão integrada de políticas para mulheres em vários ministérios e não apenas em um único ministério. Para a AMB, a luta por políticas públicas é fundamental para a construção de um Estado democrático e o Estado tem a responsabilidade de universalizar os direitos por meio de políticas públicas atentas às questões de gênero e de raça que são componentes estruturais das relações sociais e econômicas.

Para compreender a relação entre o atual governo e os movimentos feministas é preciso resgatar os primeiros resultados dessa aproximação, inaugurados no governo Lula e que foram fundamentais para a construção e manutenção do diálogo na gestão da presidenta Dilma.

A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres criada no primeiro dia de governo do presidente Lula, o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, a realização das Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres e a construção dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres inauguram um novo tempo para a intervenção feminista no Estado brasileiro. Schumacher (informação verbal)⁶⁸ destaca como a relação entre a AMB e o governo tem sido construída:

Nos primeiros sete anos da SPM do governo Lula, a AMB teve uma atuação muito presente na SPM através do Conselho Nacional dos Direitos da

⁶⁶A Plataforma foi construída sobre uma base de mobilização de 5.200 ativistas de movimentos de mulheres, participantes dos debates ocorridos em 26 conferências estaduais, realizadas entre março e maio de 2002 que culminou com a realização da “Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras” na capital do Brasil, Brasília, entre os dias 6 e 7 de junho de 2002, da qual participaram cerca de 2 mil mulheres. Lançada em julho de 2002, em um contexto pré-eleitoral, com disputas acirradas, a “Conferência Nacional” e a “Plataforma Feminista” foram expressões relevantes de um conjunto das mulheres brasileiras que integram diversos movimentos sociais, afirmando também a diversidade e a capacidade de aliança entre feministas. Disponível em: <http://www.articulacaodemulheres.org.br/amb/index.php?cod_pagina=136> Acesso em: 02 ago. 2011.

⁶⁷A “Articulação de Marcosur” é resultado de diálogos e alianças na América Latina no processo de Beijing. Foi formada em 2000 por organizações e redes feministas do Brasil, Uruguai, Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia e Peru.

⁶⁸SCHUMACHER, Shuma. Membro da Secretaria Executiva da AMB. 3 maio 2011. Entrevista concedida por telefone.

Mulher. A AMB fez parte das duas comissões organizadoras da I e II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Quando foi preciso aplaudir, aplaudimos. O que a gente mais fez foi levar propostas e reivindicar. Mas quando foi preciso criticar nós também o fizemos, obviamente sempre de maneira respeitosa, mas também bastante contundente. Então eu diria que foi uma relação muito saudável. Mantivemos os nossos princípios. Mantivemos a nossa autonomia e fomos uma articulação que contribuiu muito.

Schumacher (2011) apresenta uma característica importante da relação das feministas com o Estado em momentos que as oportunidades políticas estão mais propícias ao acesso às instituições, que é a capacidade de manter a autonomia mesmo em um momento favorável a parcerias com o Estado. Ainda que o resultado desse diálogo não gere os resultados que as feministas da AMB almejam, ele tem sido importante para impedir retrocessos e contribuir para a construção de novos projetos e parcerias em prol da igualdade entre os gêneros.

Um exemplo da atuação para barrar os retrocessos foi a atuação para evitar a reforma da previdência durante o governo Lula, que tinha como objetivo desconsiderar completamente a necessidade de promoção da universalização da cobertura do risco-velhice e adotar a agenda do FMI e do Banco Mundial com relação aos fundos de pensão (MARQUES; MENDES, 2004).

Para Silva (2010), nesse processo, a Coordenação Nacional da AMB teve uma forte atuação contrária à reforma da previdência, mobilizando um grupo de interlocução feminista sobre o tema e pela organização de um seminário para debater a questão na Câmara dos Deputados, além de produzir cartas públicas expressando posição e pressão sobre os parlamentares.

A reforma não avançou, pois o fórum oficial para discutir a questão, composto pelo governo federal, empresários e representantes das centrais sindicais, não chegou a uma proposta de consenso e a reforma foi barrada. Para os movimentos de mulheres não houve avanços, mas eles conseguiram evitar a perda dos direitos já conquistados.

Para garantir sua autonomia perante o Estado, a AMB tem como princípio não buscar ela própria apoio financeiro do governo. Quando a rede precisa desenvolver atividades, seminários e capacitação de suas militantes sua prática tem sido recorrer às ONGs feministas, parceiras e membros, para que elaborem projetos para buscar financiamento em agências internacionais e no governo através dos editais abertos pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres para algumas linhas de financiamento.

A rede tem percebido o impacto da escassez de recursos em sua atuação nacional. No último encontro nacional da AMB realizado em julho de 2011 na capital federal do Brasil, a questão do autofinanciamento dos movimentos feministas foi tema frequente das discussões nos grupos de trabalho. Além da dificuldade para obter financiamentos para suas ações, a AMB tem enfrentado desafios para construir uma relação de diálogo com o governo Dilma devido aos paradoxos que sua imagem traz ao jogo político.

A chegada de uma mulher de um partido de esquerda ao cargo da presidência do país traz novos desafios para a manutenção desse diálogo entre os movimentos feministas e o Estado que foi estabelecido durante o governo Lula. Para Betânia Ávila (informação verbal)⁶⁹, coordenadora geral da ONG feminista SOS Corpo, que é membro da AMB:

A presença da Dilma é cheia de contradições, porque do ponto de vista simbólico, ela eleva o patamar da relação entre as mulheres e o poder. Por outro lado, eleva-se a representação das mulheres no poder e cria uma contradição, porque do ponto de vista da realidade social e política, as mulheres são minoritárias no poder. Nessas eleições as mulheres também foram escanteadas nos partidos, não tiveram direito a voz, não tiveram direito a visibilidade, então, nós temos que ao mesmo tempo pensar na importância que essa mulher simboliza a chegada das mulheres a um poder tão alto e ao mesmo tempo reconhecer criticamente, mostrando que na sociedade brasileira as mulheres estão em desigualdade na política.

Mesmo que o anseio declarado pela presidenta no seu primeiro dia de governo tenha sido “abrir portas para que muitas outras mulheres, também possam, no futuro, ser presidentas”⁷⁰, os movimentos feministas analisam a presença dela com cautela. As ações do governo esbarram nos compromissos políticos de campanha, para Kauara Ferreira (informação verbal)⁷¹:

[...] houve um impacto simbólico importante no governo Dilma nesse pouco tempo de governo. Mas muitos dos avanços que poderiam acontecer, esbarram nos compromissos feitos durante a campanha eleitoral que ela fez para se eleger. Então isso é um impeditivo de avançar mais numa igualdade de gênero.

⁶⁹Informação obtida na palestra realizada no “II Encontro Nacional da Articulação das Mulheres Brasileiras” (ENAMB) no dia 1º de abril de 2011 em Brasília, Distrito Federal.

⁷⁰Em discurso, Dilma destaca o fato de ser a primeira mulher presidente. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/853567-em-discurso-dilma-destaca-fato-de-ser-primeira-mulher-presidente.shtml>>. Acesso: 2 ago. 2011.

⁷¹FERREIRA, Kauara. Assistente da área técnica e de articulação política da CFEMEA. 16 maio 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida na sede do CFEMEA.

A presença de Dilma na presidência a partir do ponto de vista das feministas não vem descolada dos grupos políticos que sustentam sua base de governo, nesse sentido, podemos evidenciar que uma postura mais progressista e favorável à igualdade entre os gêneros não depende apenas da vontade da presidenta. A presença de Dilma na presidência do país traz uma contradição que o governo Lula não trouxe: o deslocamento do espaço tradicionalmente “dado” às mulheres na esfera privada para o novo espaço a ser ocupado na esfera pública no principal cargo político da nação que é a presidência de um país.

O poder historicamente construído como masculino é dado a uma mulher para comandar os rumos do país, o que cria rupturas na construção tradicional masculina da política brasileira e é importante para as lutas das mulheres na ocupação dos espaços de poder.

Por outro lado outros fatores estão em jogo como ressalta Sara de Freitas Reis (informação verbal)⁷²: “a atuação dela vai depender muito do tipo de acordo que ela fez e não só em relação, por exemplo, a grupos religiosos com quem o Lula já negociava na época”. A religião sempre interferiu nas ações do Estado, nota-se tanto no Brasil como no Canadá a presença de bancadas religiosas atuantes no parlamento que buscam aprovar políticas conservadoras que não tem o compromisso com o avanço da igualdade entre os gêneros. Nos últimos anos, acompanhamos um rápido crescimento dos fundamentalismos religiosos que estão articulados para solicitar dos estados ações que causam retrocesso e impedem que conquistas feministas avancem.

No Brasil foi criada uma Frente Parlamentar Mista em Defesa da Vida e contra o Aborto em abril de 2011 no Congresso Nacional. A frente conseguiu a adesão de 184 membros de 12 partidos diferentes, e encontra-se como um dos seus objetivos atuar para aprovação do Projeto de Lei intitulado Estatuto do Nascituro, descrito no Capítulo 4.

Com bancadas cada vez mais numerosas de parlamentares a serviço de frentes religiosas, aumenta os constrangimentos para o avanço das conquistas dos movimentos feministas brasileiros e diminuem as oportunidades políticas para atuação. Para a feminista brasileira Schumacher (2011), os movimentos fundamentalistas têm sido bem sucedidos em suas estratégias de ação:

⁷²REIS, Sarah. Assistente da área técnica e de articulação política do CFEMEA. 16 maio 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida na sede do CFEMEA.

Os movimentos fundamentalistas estão ocupando espaço na mídia e ocupando espaço na internet. O que acaba acontecendo é temos uma sociedade que ainda tem uma influência da hipocrisia muito forte e muitos deputados acham que só com a bandeira chamada “defesa da vida” que irão ter a reeleição garantida. Nós não sabemos que vida eles defendem, porque a vida das mulheres eles não defendem. Então eles descobriram um filão de interesses religiosos fundamentalistas eleitores de poder que esta sendo muito difícil para os movimentos feministas enfrentarem.

Machado (2008) destaca que os grupos conservadores expressam uma posição de defesa intransigente pelo controle social da reprodução e dos corpos das mulheres, buscando tornar esta questão intocável. Existe um reforço na ideia de vincular as mulheres ao seu suposto destino biológico que é a maternidade.

Silva (2010) destaca que em 2005 as feministas criaram uma articulação, reunindo diversas organizações e movimentos de mulheres, nomeada “Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro”, com o intuito de realizar ações conjuntas em defesa do direito ao aborto. Para Machado (2008, p. 10):

A questão do aborto tem sido tema de muitos debates no Brasil já desde as décadas de 70 e 80, com a luta das feministas pela sua legalização. As novas tecnologias e o avanço da medicina têm contribuído para modificar o contexto do assunto e novos e velhos temas ainda são a pauta do momento. Neste ínterim, movimentos pró-vida (que lutam para que o aborto continue sendo criminalizado) e pró-escolha (que lutam pela descriminalização) debatem o assunto e trazem demandas para o Congresso Nacional. Diversos projetos de lei vêm sendo apresentados de ambas as partes, mas até agora nenhum deles avançou no sentido de modificar a legislação vigente, que data de 1940.

Em 2005 o governo brasileiro instalou uma comissão tripartite com o objetivo de rever a legislação vigente e propor mudanças, esta comissão formada por representantes do governo (executivo), do legislativo e da sociedade civil reuniu-se no mesmo ano e propôs a descriminalização do aborto para até 12 semanas de gestação, a chamada Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG). A AMB fez parte da comissão tripartite representada pela Rede Feminista de Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos. O projeto de lei foi encaminhado ao Congresso ainda em 2005 e até agora não foi votado.

Mesmo diante do cenário desfavorável para a defesa do direito ao aborto legal e seguro, a AMB se mantém atuante para que as forças parlamentares fundamentalistas e conservadoras não façam retroceder o que já está garantido em lei, em relação ao aborto em caso de estupro e risco de morte à mulher.

O diálogo entre os movimentos feministas e o governo Dilma tem crescido cada vez mais na sociedade brasileira, apesar da presença de vários constrangimentos como

os compromissos de campanha e as forças conservadoras. Além disso, nota-se a presença de uma dicotomia para atuação dos movimentos feministas ligados a AMB, se por um lado existe uma necessidade de apoiar a presidenta contra os ataques da ideologia patriarcal e as investidas da direita do ponto de vista de classe, por outro lado existe a necessidade de criticar quando as ações do Estado são sustentadas por acordos com grupos fundamentalistas, religiosos e econômicos que não têm entre as suas prioridades a redução da desigualdade entre os gêneros.

Na visão das representantes da AMB, a presença de uma mulher de esquerda na presidência do país não pode ser ignorada, mas por outro lado percebe-se que essa mesma mulher foi coagida durante a sua eleição a buscar, na identidade mais tradicional da mulher, uma forma de se legitimar politicamente e agora tem sido pressionada para que as políticas de governo sejam políticas que reafirmam o papel das mulheres de mães e cuidadoras.

O diálogo construído no governo Dilma é resultado de uma relação que já vinha sido estabelecida pelo seu antecessor Lula, quando este fortaleceu o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres, permitindo a participação da sociedade civil por meio da eleição das conselheiras. No governo FHC, apesar do Conselho ter voltado a funcionar depois de anos fechado, seu reaparelhamento não agradou os movimentos feministas já que as vagas das conselheiras não eram estabelecidas em um processo de eleição e sim de indicação. Camurça (2011) enfatiza que além de ter um papel de movimento conselheiro no governo, a AMB tem outras atuações:

Em alguns momentos apresentamos demandas de audiências, negociamos pautas e apresentamos metas. Por exemplo, esse ano a gente apresentou para a Ministra Iriny Lopes a proposta da SPM organizar um seminário das mulheres sobre o Plano Plurianual, argumentando a importância de atuar de forma articulada. Em alguns momentos temos uma interlocução em audiências específicas, em todas atividades do Conselho e as vezes quando o Conselho organiza comissões temáticas, grupos de trabalho, em geral a AMB tem participado.

A relação da ministra de políticas para as mulheres com os movimentos feministas tem sido estabelecida de forma respeitosa nas palavras da ministra. A SPM é um espaço aberto a críticas e ao diálogo e tem oferecido apoio às ONGs feministas através do financiamento de projetos em diferentes áreas como combate à violência contra a mulher, o empoderamento político e econômico das mulheres e no apoio de eventos realizados por diferentes organizações de mulheres pelo país.

O apoio que a SPM oferece tem sido importante, uma vez que é uma nova fonte para captação de recursos para as organizações que vivem um momento difícil, em razão do Brasil não ser mais o foco de muitas agências de cooperação internacional, devido ao seu acelerado crescimento econômico. Soma-se a essa situação o fato de que a maior parte das ONGs feministas brasileiras tinha como prática buscar financiamento em fundações religiosas europeias, que atualmente não têm investido em projetos na América Latina.

O diálogo das feministas nas esferas institucionais não se dá apenas no CNDM e na SPM, mas também no parlamento seja nas comissões especiais, no contato direto com parlamentares ou na Bancada Feminina da Câmara dos Deputados. Camurça (2011) destaca como tem sido esse diálogo no parlamento:

Temos um bom diálogo nas comissões, na comissão de legislação participativa, na frente parlamentar pela reforma política com participação popular e com a bancada feminina. Uma vez por ano participamos de uma interlocução que o CFEMEA promove não só com a AMB, mas todos os movimentos de mulheres que são chamados pelo CFEMEA para dialogar sobre suas prioridades, então normalmente apresentaram pautas entre o que é prioridade e o que está tramitando no congresso nacional.

O CFEMEA, organização não governamental feminista localizada na capital federal tem oportunizado a abertura desse espaço para o diálogo feminista. Para Pinto (2003) o órgão constitui-se como o grande articulador das questões das mulheres junto ao Congresso Nacional, defendendo projetos, propondo emendas a comissões, assessorando a bancada de mulheres, divulgando por meio do seu jornal *Fêmea* o andamento das questões de interesse das mulheres no legislativo e junto aos ministérios.

O espaço construído pelos movimentos feministas no parlamento é estratégico já que todas as políticas são construídas nesse espaço e por isso os movimentos têm diariamente tentado estabelecer diálogos com os parlamentares e as parlamentares. Para Schumacher (2011):

Apesar de não termos como elencar tantas vitórias, acho que tem sido fundamental esse trabalho da AMB capitaneado pelo CFEMEA obviamente. Somos uma das poucas articulações nacionais feministas que fazemos esse trabalho, que é o trabalho do monitoramento, do corpo a corpo no Congresso Nacional. E eu estou falando por uma experiência no passado, quando eu coordenei “lobby do batom”, que é o seguinte: você pode não conquistar muitas coisas, mas o que você impede é capaz de impedir um desastre, um mérito, em nome do que se tentam implementar em nome das mulheres. Quer dizer, eu acho que a gente acaba sendo muito mais um escudo para que não

aconteçam retrocessos do que na verdade avançar. Claro que a gente avançou em alguma coisa.

Para a feminista a relação que se busca construir no espaço parlamentar é constituída de vários obstáculos e, por isso, demanda um esforço contínuo dos movimentos feministas para pautar suas demandas nesse espaço. Assim, o avanço entre o diálogo no parlamento e a sua tradução em resultados para os movimentos feministas está condicionado a uma diversidade de jogos de interesses presentes na esfera política.

Para assessora-técnica do CFEMEA, Sarah Reis, que tem acompanhado diariamente as temáticas das mulheres no parlamento brasileiro nas comissões ou na Bancada Feminina, os movimentos têm sido bem sucedidos na construção do diálogo em vários espaços institucionais, Conselhos, governo federal e parlamento. Desse modo:

Se a decisão depende de todos esses grupos, então vamos dialogar com todos esses grupos. Eu acho que isso é uma grande vantagem do movimento e que demonstra também o amadurecimento. Porque você tem que fazer a crítica, mas conhecendo também como que é o processo e participar se possível. Onde é possível a gente participar, temos participado. Não se trata apenas da presença, o movimento estar lá decidindo com o governo e com as outras instâncias, mas se o movimento tiver fala, ele vai falar, vai demandar, vai participar. A luta também é para ampliar essa esfera de debate, de participação, de decisão. Atuamos em várias frentes tentando abrir novas possibilidades de participação, de ampliação e de radicalizar mesmo a democracia.

O discurso da assessora-técnica coloca em evidência que a política da presença é uma estratégia para garantir espaço de fala e chamar atenção dos parlamentares até mesmo em momentos em que as oportunidades políticas estão restritas para a atuação. A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados é o espaço político dentro do parlamento, onde as feministas cultivam permanentemente a política da presença. Schumacher (2011) contextualiza historicamente essa aproximação entre as feministas e a bancada iniciada em 1987:

Na época da constituinte, quando foi criada a bancada feminina foi algo inovador, uma sugestão que veio do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher na época. Considero impressionante a forma como as mulheres atuaram independente dos partidos apesar da existência de mulheres de direita elas atuaram em conjunto. Nós contamos com a bancada feminina para apresentar nossas propostas. Nenhuma proposta foi apresentada isoladamente. Uma encabeçava e todas as outras assinavam. Foi uma experiência muito legal tanto é que depois ela vai continuando como no nome de Bancada Feminina. Mas obviamente que você tem períodos cíclicos, de altos e baixos. Então às vezes você tem uma bancada que tem uma postura, a

grande maioria, que ignora a bancada como força política coletiva ou que tem posições muito retrógradas e que não aparece na atuação da bancada, exatamente para não ter que confrontar. Em alguns momentos é mais fácil lidar com determinados deputados ou deputadas, indivíduos, políticos, do que com um grupo coeso e forte. Claro que neste momento, por exemplo, no mandato de 2011 nós estamos começando, o CFEMEA promoveu o primeiro encontro da Bancada Feminina com algumas organizações feministas e a AMB para estabelecer o diálogo. A presença foi bastante importante, foi significativa dessas deputadas e senadoras se colocando bastante à disposição, mas ainda não sabemos como vai nossas relações.

Ao destacar as relações que são construídas a cada legislatura entre as feministas e a Bancada, a Membro da Secretaria Executiva da AMB mostra que o diálogo que gera resultado depende da coesão do grupo e de uma postura mais progressista das parlamentares em favor dos direitos das mulheres; a relação não é dada mesmo que os interesses sejam comuns, ela é construída a cada legislatura e conjuntura política que permite a abertura de oportunidades políticas. Para Sarah Reis (2011), um dos constrangimentos presentes na relação das feministas com a Bancada Feminina é a existência de um jogo político muito intenso, pois:

Existe a força dos partidos nos mandatos dessas mulheres no sentido inclusive de não considerar importante a participação nas reuniões da Bancada. Inclusive às vezes essas discussões vão contra os princípios que o partido esta defendendo e isso tem um peso. Então falar da relação dos movimentos com a bancada é complicado. Existe a participação dos parlamentares em alguns momentos da reunião da bancada, mas com as parlamentares que de fato atuam na Bancada Feminina, que são poucas. E existem disputas intensas por aquele espaço de coordenação da Bancada, por exemplo. Por quê? Um dos motivos é que hoje a coordenadora da Bancada Feminina da Câmara tem espaço no colégio de líderes, nas reuniões do colégio de líderes. Não tem direito a voto, mas tem direito a palavra. Então isso também gera muita disputa interna dos partidos políticos por essa vaga de coordenadora.

Como podemos observar a partir da fala de Reis, a Bancada Feminina constitui-se como um genuíno espaço de poder, ocupar sua coordenação traz prestígio, aumenta a visibilidade da parlamentar no Congresso Nacional; mesmo que o número de deputadas que participam com alguma frequência de suas reuniões seja pequeno, ela representa um espaço legítimo para a fala de uma minoria.

As mulheres, como minoria no espaço de poder no parlamento brasileiro, são ouvidas enquanto grupo na Bancada⁷³. A atuação delas enquanto bancada pode interferir

⁷³A AMB publicou recentemente o livro “Políticas Públicas para a Igualdade: Balanço de 2003 a 2010 e Desafios do Presente”. Com o objetivo de analisar um conjunto de políticas no período de 2003 a 2010 a partir das estratégias colocadas pela Plataforma Política Feminista, formulada e aprovada no movimento de mulheres, às vésperas das eleições federais as quais Lula foi eleito presidente.

na definição do orçamento e das políticas que são destinadas às mulheres e, por essa razão, as feministas buscam dialogar no referido espaço. A avaliação das ações do governo para a integração de gênero no Estado é uma preocupação permanente das feministas da AMB e evidencia essa preocupação em seus eventos de capacitação das militantes e em suas publicações.

Apesar das várias conquistas alcançadas pelas mulheres brasileiras no governo do PT, a articulação reconhece que o governo precisa garantir os direitos das mulheres de uma forma mais ampla e cumprir os compromissos internacionais assumidos. Para Schumaker (2011):

[...] os governos do Brasil, porque foram vários e em diferentes momentos, acabam tendo uma posição muito avançada perante outros países do mundo na hora da negociação dos acordos internacionais propostos em diferentes Conferências das Nações Unidas. O Brasil até se coloca com certo papel de liderança na luta para tentar incorporar a reivindicação, a expectativa da sociedade. Mas é impressionante porque participa, tem posição avançada, mas na hora de implementar nós infelizmente acabamos não tão contempladas assim. Eu acho que a Plataforma de Beijing teve alguns momentos importantes no Brasil logo depois da conferência. Por exemplo, quando você pensa que o Ministério da Educação cria os chamados temas transversais na educação, ele cria os temas transversais muito pressionados pela plataforma de Beijing que dizia que a educação deveria ser uma educação não discriminatória, não sexista. É um dos capítulos da plataforma. E aí vai ter a questão de gênero, da diversidade cultural etc., dentro desses temas transversais. Eu acho que a questão da violência também foi bastante impulsionada pela plataforma, mas eu sinto que outras áreas foram esquecidas. E quando o Brasil inaugura com o governo Lula as conferências nacionais de políticas para as mulheres, acaba que o foco da Plataforma de Beijing é deslocado para o Plano Nacional de Política para as Mulheres.

Como podemos notar a “Plataforma de Ação Pequim” assim como outras plataformas e documentos produzidos nessas conferências têm dificuldade de aplicação no Brasil. Por isso, tem sido cada vez mais necessário indagar sobre a razão dos governos assumirem o compromisso com a igualdade entre os gêneros, nesses espaços internacionais, e de criarem organismos de políticas de igualdade, mas não destinarem recursos necessários para implementação das estratégias.

Schumaker (2011) considera que o compromisso e a ação estão em descompasso. Mesmo com o esforço e o sucesso da incidência feminista nos fóruns internacionais, nota-se que nas instâncias nacionais as feministas têm sua força de incidência enfraquecida.

A retórica da igualdade entre os gêneros foi incorporada pela maioria dos países do mundo, assumir uma retórica desfavorável à igualdade entre os gêneros torna-se

impensável nos dias atuais. No entanto, o caminho que vai dá retórica a pró-igualdade e até a prática cotidiana do Estado em ação carrega muitos obstáculos. Para Bernadete Aparecida Ferreira (informação verbal)⁷⁴, no geral “a governança mundial, regional, nacional, por mais que ela se pense progressista, tem os ranços da cultura política, do machismo, do patriarcado e não adota uma opção anticapitalista”. O descumprimento dos acordos internacionais se deve à falta de respeito e de responsabilidade em relação às lutas das mulheres. Se mais mulheres estivessem nos estados e nessa governança global, talvez os resultados fossem outros.

Para ela, o problema do descumprimento dos acordos internacionais se deve à invisibilidade das mulheres nos espaços de poder. Não existem mulheres suficientes nos cargos de decisão e com poder para cobrar do governo brasileiro os compromissos assumidos nas arenas internacionais. O Brasil não atingiu a meta dos 30% de presença feminina no parlamento que, segundo a ONU, é a porcentagem mínima para que possam exercer influência nas decisões políticas.

Apesar da distorção entre o compromisso do governo e a prática das políticas de igualdade, notada pelas feministas da AMB, a coordenadora do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses e presidente da Casa da Mulher 8 de Março faz uma reflexão sobre os avanços:

Nos últimos 5 anos tivemos um avanço em termos de políticas públicas porque agora temos um documento no qual todos os ministérios estão comprometidos com tais e tais coisas. Essa estratégia vem de Pequim, vem da mobilização feminista, vem da cobrança, vem do novo governo Lula, que inaugurou o ciclo de conferências e a conferência das mulheres foi uma das conferências que tirou encaminhamentos para as políticas públicas. A estratégia até funciona, mas ela enfrenta muitos obstáculos resultantes de uma cultura patriarcal, uma cultura de que isso é coisa específica de mulher então não funciona, mas a gente pode “dar um pouquinho de políticas específicas para elas que elas vão ficar satisfeitas”. É uma compreensão ainda muito limitada do que é avançar em igualdade de gênero. Apesar das estratégias terem contribuído pra avançar alguma coisa, ainda tem essa visão muito predominante na cabeça das pessoas e de quem está lá nos diversos níveis de governo, quem está na ponta executando também às vezes não consegue processar isso, não consegue se convencer disso, que na verdade o importante é que a igualdade de gênero seja pensada em conjunto, que a igualdade de gênero não seja pensada só numa política, ela tem que ser pensada num conjunto de ações do governo como um todo.

⁷⁴FERREIRA, Bernadete Aparecida. Coordenadora do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses e presidente da Casa da Mulher 8 de Março, instituições ligadas a AMB. 25 maio 2011. Palmas, TO. Entrevista concedida para a pesquisa na sede da “Casa da Mulher 8 de Março”.

Várias críticas a respeito das políticas de igualdade foram feitas pelas feministas da AMB na gestão do presidente Lula. Entre as principais destacamos as que estão relacionadas ao orçamento, à estrutura e ao poder dado à Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, à dificuldade de transversalizar as questões de gênero em todas as instâncias governamentais e políticas assistencialistas e de combate à pobreza que não empoderaram as mulheres. Para Reis (2011):

A SPM, embora tenha o status de ministério ainda tem pouco status político na esplanada como um todo. Faltam recursos suficientes e quando tem recursos falta pessoal. Em 2010 foi realizado um concurso para admitir pessoal para atender as demandas do órgão. Às vezes a secretaria sofre muitos cortes, principalmente com contingenciamento das verbas no começo do ano. Administrativamente a secretaria, do ponto de vista orçamentário é apenas uma unidade orçamentária, não tem total autonomia sobre o seu orçamento, continua subordinada orçamentariamente à Presidência da República.

Sobre a fragilidade da SPM como um organismo de políticas de igualdade, Alvarez (2004) adverte que tanto no Brasil como no mundo essas instâncias enfrentam limitações, seus recursos humanos e financeiros tendem a ser limitados e inadequados e estão situadas em um lugar que oferece pouca força de intervenção no governo.

Além disso, para as feministas da AMB, a estrutura insuficiente e o orçamento reduzido desse órgão impõem limites severos para o enfrentamento das estruturas patriarcais que organizam o Estado e orientam as políticas e as finanças (AMB, 2011).

O orçamento federal destinado às políticas de igualdade tem apresentado muitas limitações no Brasil. O Plano Nacional de Política para as Mulheres (PNPM) não integrou o Ciclo Orçamentário e foi um instrumento paralelo, que tentou criar vínculos com o planejamento das políticas e o orçamento público, mas encontrou muitas dificuldades na medida em que existia um desequilíbrio de poder entre o Ministério do Planejamento e a SPM. A SPM apresentou dificuldade em transversalizar às questões de gênero nas instâncias governamentais, e sua relação mais bem sucedida foi com os ministérios da educação e do desenvolvimento social. O balanço das políticas para igualdade de gênero elaborado pela AMB (2011) destaca que:

A segunda edição do Plano – com ações previstas de 2008 a 2011 – abriu um capítulo específico sobre a previsão orçamentária, no qual se estabeleceu a correspondência de cada ação do PNPM com as ações orçamentárias (que compunham o PPA 2008-2011), fixando e informando a fonte de financiamento das atividades planejadas das ações do plano com as ações orçamentárias. Assim, criou-se um instrumento para monitorar o montante de

recursos aportados para o plano e suas respectivas fontes. Não há, porém, que ter ilusões a esse respeito. Foram poucos e frágeis os vínculos entre o PNP (coordenado pela SPM) e o PPA (coordenado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão). O volume de recursos públicos destinados à implementação das políticas para as mulheres e à promoção da igualdade continua uma incógnita.

Um exemplo dessa dificuldade de aproximação da SPM com o Ministério do Planejamento pode ser visto no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), um dos principais programas do governo federal que engloba um conjunto de políticas econômicas e tem como objetivo acelerar o crescimento econômico do país. O PAC causa impacto na vida das mulheres, pois entre as áreas de investimento estão o saneamento, a habitação, o transporte e a energia⁷⁵. No entanto, a SPM não compõe o Comitê gestor nem o Comitê executivo do programa. O que podemos observar é que a transversalidade das políticas de igualdade em todos os órgãos governamentais continua sendo um obstáculo. Sarah Reis (2011) acrescenta que:

Nesse processo de elaboração do próximo PPA (2012), o modelo que está sendo proposto pelo PPA também é um modelo que vai contemplar ações relacionadas à igualdade de gênero. Mas sabemos que corremos risco de ter ações apenas da SPM e os outros ministérios não terem muito comprometimento com isso a ponto de não enxergarem o papel deles nesse processo. Embora tenha vozes e grupos feministas e uma atuação da SPM no sentido de promover a igualdade de gênero é preciso que todas as instâncias reconheçam esse desafio.

Os planos de políticas para as mulheres construídos nas conferências nacionais promovidas pelo governo federal, apesar de representarem um avanço no compromisso do governo com as políticas pró-igualdade, são avaliados negativamente no que diz respeito a sua efetiva implementação e existe uma barreira institucional acentuada para colocá-los em prática por meio da transversalização.

No que diz respeito ao balanço das políticas implementadas no primeiro ano do governo da presidenta Dilma, as feministas da AMB relatam que o caráter contraditório se mantém: prioridade para o enfrentamento à pobreza, manutenção da política econômica (que agrava a concentração de riqueza) e fortalecimento da política pública desenvolvimentista (que gera mais injustiça social e agrava a crise ambiental) (AMB, 2011).

⁷⁵O programa busca implementar uma política efetiva de geração e formalização de empregos, criados com base em um projeto desenvolvimentista que enfatiza a produção energética e favorece especialmente o emprego masculino, com redução da taxa de atividades das mulheres.

Uma das políticas desenvolvidas pelo governo Dilma que tem sido alvo de muitas críticas das feministas da AMB é a Rede Cegonha, programa do Ministério da Saúde de atenção à maternidade, que prevê atendimento seguro e humanizado desde a confirmação da gravidez até os dois primeiros anos de vida do bebê. A medida abrange a assistência obstétrica às mulheres com foco na gravidez, no parto e pós-parto como também a assistência infantil. Para Bernadete Aparecida Ferreira (2011) houve retrocesso com a adoção desse tipo de política:

Tivemos todo um avanço no programa de assistência integral à saúde da mulher no sentido de uma concepção teórica de considerar a integralidade da saúde da mulher e abandonar essa perspectiva materno-infantil. Com a rede cegonha a gente vê voltando com toda força a perspectiva materno-infantil. Durante o lançamento da frente parlamentar pela vida contra o aborto no Congresso Nacional notamos a presença de uma representante do ministério da saúde, da área técnica da saúde da mulher na mesa desse evento pró-vida para apresentar a rede cegonha. A frente parlamentar se colocou como apoiadora da Rede Cegonha dizendo que os seus princípios estavam alinhados com os princípios que essa frente defende. Então nesse sentido podemos considerar um retrocesso muito grande, a presença do executivo sentado na mesa tem um efeito representativo muito forte para os grupos pró-vida contra o aborto e isso vem também de compromissos na época das eleições. Houve muito recuo, inclusive na posição da Dilma para conseguir se eleger porque foi feito um uso político de uma forma muito perversa desse tema.

Do ponto de vista da coordenadora do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses, notamos a negação da laicidade do Estado brasileiro ao visualizar uma parceria explícita entre governo e grupos religiosos. O discurso da feminista, além de dar destaque a um dos maiores constrangimentos de incidência feminista na maquina estatal no período atual (conforme visto no Capítulo 4), denuncia o descompasso e a falta de coerência entre os órgãos do governo ao notar que a SPM, órgão específico para tratar das questões das mulheres, não foi consultado durante o processo de construção do programa que afeta diretamente as mulheres, o Rede Cegonha.

Contudo, o alvo das críticas não se limita exclusivamente a esse fato, mas a todas as políticas que de alguma forma reforçam o papel “tradicional” da mulher de mãe/cuidadora/responsável pela família e não buscam garantir o empoderamento das mulheres. Aparecida Ferreira (2011) aponta algumas críticas a tais políticas:

Questionamos deliberadamente em nossas campanhas, nos movimentos de incidência, no parlamento perante o estado essas políticas que são emergenciais e profundamente antiliberação das mulheres. Então nós tornamos público que não é com esse enfoque que iremos libertar as mulheres. O governo está mais uma vez onerando as mulheres para

assumirem mais funções e às vezes até reforçando essa manutenção do pé no estado no neoliberalismo como a questão do Bolsa Família e o pé no estado em instituições machistas e patriarcais como o projeto rede cegonha e projeto Mulheres da Paz.

Segundo a militante da AMB, a atual política econômica adotada pelo governo não favorece o empoderamento econômico das mulheres, pois as mesmas continuam ausentes dos postos com melhor remuneração e recebendo menos para exercer as mesmas funções que os homens.

Na mesma direção, a assistente da área técnica e de articulação política do CFEMEA, Sarah Reis (2011), enfatiza alguns aspectos da economia brasileira que têm afetado as mulheres de forma negativa:

O ciclo de crescimento que o Lula estava reforçando economicamente de expansão do crédito, agora a Dilma deu uma freada. E manteve os juros altos e está falando que está tentando conter a inflação e que os juros são para conter a inflação, mas a inflação não está sendo contida tanto quanto se imaginava. A política econômica está muito mais rígida, o corte dela no orçamento foi mais que o dobro do corte do ano passado feito pelo presidente Lula. Essa política fiscal prejudica as mulheres. Ela torna as coisas mais difíceis pra população negra, para população feminina, a oferta de serviços é prejudicada, então nesse ponto, por exemplo, eu não vejo compromisso com essa parcela, embora o programa Bolsa Família atenda as mulheres.

Os reflexos da adoção desse tipo de política econômica podem ser vistos na falência das possibilidades de trabalho para as mulheres, no aumento da prostituição, na concentração de terras nas mãos de poucos e na sobrevivência mediante programas emergenciais de transferência de renda que mantêm as mulheres dependentes da assistência social ao invés de abrir caminhos para a sua autonomia econômica (AMB, 2011).

Dilma assumiu o compromisso de combater a miséria e esse compromisso pode reverter o quadro da população mais pobre do país, que são as mulheres. No entanto, na opinião das feministas da AMB, o enfoque que a presidenta quer dar no combate à miséria com o programa Bolsa Família não é o empoderamento das mulheres, porque o foco dessa política continua no familismo e seu objetivo é reforçar o papel, de mãe e cuidadora, da mulher. É um programa relevante para garantir a sobrevivência de uma parcela da população, mas do ponto de vista da igualdade entre os gêneros não oferece um papel de sujeito para as mulheres.

Conforme o relatório produzido pela AMB, o fim da pobreza feminina somente será possível com a ampliação de políticas de trabalho com proteção social que

favoreçam a autonomia econômica das mulheres; com a ampliação das ações do Estado na infraestrutura para a reprodução social, por meio de creches, escolas em tempo integral, instituições para o cuidado com os idosos e os serviços de saúde públicos universais; e com a redistribuição da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada (AMB, 2011).

5.3 Canadian feminist alliance for international action

A *Canadian Feminist Alliance for International Action* (Fafia) é uma organização feminista canadense com sede em Ottawa. Fundada em 1999, a Fafia congrega diversas organizações e indivíduos de todas as províncias, territórios e regiões do Canadá e se propõe a trabalhar pelo alcance da igualdade das mulheres no país através da implementação nacional dos compromissos internacionais de direitos humanos.

Para compreender a atuação da Fafia no período atual, nos reportaremos de forma sucinta a sua história dando destaque a dois fatos que foram marcantes para a sua criação. Um deles foi a existência da *Canadian Research Institute for the Advancement of Women* (CRIAW) que criou o ambiente favorável para o desenvolvimento da Fafia e o outro foi a abertura de um financiamento estatal durante o governo liberal de Jean Chrétien, que permitiu a operacionalização da rede em seus primeiros anos de existência.

A decisão de criar a Fafia partiu da CRIAW, uma organização feminista que atua desde meados da década de 1970 no Canadá e exerce um importante papel no encorajamento e na coordenação de pesquisas sobre as experiências das mulheres. A CRIAW surgiu em 1976 a partir da percepção de feministas acadêmicas e feministas ativistas de que era necessário reconhecer a inter-relação mútua e a necessidade de desenvolver o potencial feminista entre ativismo e academia. Desde o seu início, CRIAW foi, em parte, uma ponte organizacional, que apresentou pontos fortes de cada um dos mundos.

Como na maioria das outras organizações não governamentais, assegurar o financiamento para suas ações ininterruptamente foi e continua sendo um problema para a CRIAW. Taxas de adesão cobriram apenas uma pequena fração dos custos operacionais do instituto. Embora a organização tenha feito tentativas de autossustentação, principalmente na criação de um fundo de dotações, desde 1979 a

CRIAW recebeu a maioria das suas finanças a partir de agências de financiamento do governo.

A SWC foi a principal doadora da CRIAW até 1998, por meio do financiamento de base. A partir do momento em que a SWC eliminou o financiamento de base e se mudou para uma abordagem baseada em projetos, a investida de financiamento por projeto passou a ser muito mais dependente de prioridades estabelecidas pela SWC do que nas prioridades individuais da CRIAW. Isso exigiu ao instituto mais abrangência no planejamento e na organização de seus projetos e atividades anuais, tendo em vista o novo foco do governo para financiar projetos.

Essa mudança no direcionamento dos financiamentos motivou a criação da Fafia justamente para se adequar a um tipo de financiamento, oferecido pelo governo para a avaliação dos cinco anos da “Conferência de Pequim”⁷⁶. A direção da CRIAW, aproveitando de sua experiência no processo da conferência, realizou uma consulta nacional para criação da Fafia tendo em vista a linha de financiamento aberto para a avaliação dos cinco anos da “Plataforma de Pequim”. A consulta realizada pelo Comitê Interino da CRIAW resultou na criação da Fafia em 1999 como uma organização desmembrada da CRIAW.

Logo após a criação, uma equipe foi contratada para trabalhar na Fafia e o escritório da rede foi instalado dentro da CRIAW. O primeiro financiamento da recém-criada organização veio da SWC através do projeto *Women Acting on Beijing* para trabalhar no processo de avaliação dos cinco anos da “Conferência de Pequim”. Bonnie Diamond (informação verbal)⁷⁷, uma das fundadoras da Fafia, destaca o contexto de criação da rede:

[...] existia um círculo crítico de mulheres que estavam trabalhando junto e que desempenharam um importante papel em nome da sociedade civil canadense na Conferência de Pequim. Esse grupo de mulheres juntamente com as mulheres que estavam envolvidas informalmente não apenas com a Conferência de Pequim, mas em continuar trabalhando em parceria para pensar em estratégias de materializar o CEDAW se organizaram de maneira mais formal quando o governo canadense passou a trabalhar oficialmente no processo Pequim + 5. O governo canadense financiou grupos que ajudaram na organização das mulheres canadenses para Pequim para trabalhar com os funcionários do governo nesse novo processo. Assim uma associação de

⁷⁶Nos anos 1990 Stienstra (2003) destaca que a CRIAW coordenou as organizações não governamentais de mulheres para participação na “Conferência de Pequim” e continuou com essa liderança no trabalho pós-conferência.

⁷⁷DIAMOND Bonnie. Ex-diretora executiva da Fafia. 10 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

mulheres composto por diferentes grupos de organizações nacionais e organizações do Quebec que estavam trabalhando por um longo tempo juntas informalmente receberam financiamento para trabalhar no Pequim + 5. O recurso foi dado pelo *Status of Women Canadá* e a partir desse momento surgiu o grupo formalizado sob o nome *Feminist Alliance for International Action*.

Em 2001 o financiamento do projeto foi encerrado e nos dois anos seguintes, em 2002 e 2003, a Fafia foi mantida essencialmente com aplicações no Programa das Mulheres da SWC. Um Comitê de voluntárias se juntou depois que a rede ficou esvaziada em razão dos financiamentos escassos e resolveu contratar uma consultora para trabalhar com elas no desenvolvimento de projetos para garantir o financiamento para a Fafia na primavera/verão de 2003.

A SWC financiou, mais uma vez, a Fafia em 2003 para organizar um grande evento relacionado à “IV Conferência Mundial sobre a Mulher”, Pequim + 10 em março de 2005. O escritório da Fafia muda-se da CRIAW em junho de 2006 para uma sede própria. Stienstra (2003) enfatiza que a Fafia concentrou-se inicialmente na busca pela implementação da “Plataforma de Ação de Pequim” no Canadá para ajudar na capacitação feminista para trabalhar com documentos da ONU, nos acordos e convenções, e para envolver um número maior de mulheres jovens no processo pós-Pequim.

Bonnie Diamond em entrevista (2011) destaca que a Fafia trabalha com os instrumentos internacionais, mas o mandato da organização remete muito mais à igualdade para as mulheres no Canadá. A Fafia tem contatos com mulheres de várias partes do mundo em razão dos avanços do Comitê CEDAW e por causa da sua participação na *Commission on the Status of Women of ONU (UNCSW)* em Nova York, mas o mandato atual da rede é usar todo tipo de conexão e instrumentos para a garantia da igualdade para as mulheres no Canadá. Em seu mandato adotado em 1999 a Fafia assumiu os seguintes compromissos:

- Trabalhar de uma forma mais política, estratégica e coordenada a nível internacional;
- Trabalhar para melhorar as condições para as mulheres no Canadá de uma maneira que também favoreça o apoio às mulheres a nível internacional;
- Manter como prioridade o impacto nas políticas econômicas sobre as mulheres, nacionais e internacionais;

- Trabalhar com uma análise integrada e uma agenda transformadora feminista.

A aliança de organizações construída em torno da Fafia, desde a sua criação, demonstra sua habilidade de atuação capaz de reunir uma diversidade de movimentos feministas⁷⁸. Rankin (2008) destaca:

A rede cresceu rapidamente e, até 2003, 52 grupos de mulheres aderiram a FAFIA. Na medida em que a rede crescia, sua estrutura também mudou. FAFIA atualmente possui 75 grupos associados e mantém uma rede estratégica com organizações relacionadas como “parceiras” e os membros individuais que são denominadas “Amigas da FAFIA”. A lista de sócios ostenta um impressionante leque de organizações, composto por muitos grupos, nacional e local. Um último elemento de uma abordagem organizacional da FAFIA tem sido a de trabalhar ativamente para sustentar a sua saúde organizacional, apelando para a juventude.

Como Nancy Whittier (1997) aponta, a estratégia de buscar a adesão de jovens é uma forma de garantir a continuidade da política entre as gerações e é importante para a sobrevivência do movimento, neste contexto, a Fafia está tomando medidas para assegurar o seu futuro.

Durante os primeiros anos a Fafia, assim como outras organizações de mulheres em todo o Canadá, foram financiadas pelo governo. Nos anos posteriores a sua fundação, ao se consolidar, passou a receber outros tipos de financiamentos, entre eles, do fundo suplementar da Aliança de Serviço Público do Canadá, da Oxfam (antigo Comitê de Oxford de Combate à Fome), Federação de Professores e doações individuais (STIENSTRA, 2003).

5.4 Atuação, forma de organização e articulação

Rankin (2008) enfatiza que a Fafia representa um ponto focal para a organização e defesa das demandas feministas em todo o país. Em seus doze anos de existência, a Fafia tem ganhado credibilidade na sociedade canadense e desenvolvido importantes trabalhos em prol da igualdade de gênero.

A estrutura de operacionalização da Fafia é composta por cinco seguimentos: administração, Conselho de administração, membros, parceiros e amigos⁷⁹. A atual

⁷⁸Entre as organizações feministas e de mulheres que compõem a Fafia, podemos destacar: *Community Economic Development for Immigrant Women* (CED), *Canadian Council of Muslim Women* (CCMW), *Alliance des Femmes de la Francophonie Canadienne*, Toronto Mulheres por um justo e saudável ambiente, a União Canadense de Funcionários Públicos, Sociedade das Mulheres Yellowknife, DAWN Canadá e a Associação das Mulheres Indígenas do Canadá.

administração da organização é composta por uma diretora-executiva e por uma gerente de projetos que são contratadas pelo Conselho de Administração para realizar as atividades burocráticas da rede. A ex-diretora executiva da Fafia detalha as funções do corpo dirigente da organização:

[...] no modelo de pessoal que nós escolhemos, há um diretor executivo para supervisionar toda a organização, desde programas até a parte administrativa, certificando-se que os recursos estão sendo administrados de forma adequada, buscando captar recursos para nos permitir fazer mais coisas, fazendo as correspondências anteriores e mantendo a boa ordem da organização. E de tempos em tempos, nós contratamos outras pessoas quando precisamos de apoio para a implementação de algum programa que nós desejamos fazer.

Já o Conselho Administrativo chamado pela Fafia de *National Steering Committee* é eleito pelos membros do seu quadro a cada três anos. O *Steering Committee* tem a responsabilidade legal de operacionalizar e implementar a organização. Nas palavras de Diamond, se alguma coisa de errado acontece com a organização ou se o dinheiro dado pelo governo ou outro órgão não é usado de forma apropriada, o Conselho administrativo da Fafia irá fiscalizar.

Os membros são organizações de mulheres que concordam com os objetivos da rede e tem interesse em trabalhar com espírito de colaboração. Os parceiros conforme Julie Lalonde (informação verbal)⁸⁰, diretora de projetos, são considerados organizações que não estão trabalhando diretamente com as mulheres, mas que apresentam um componente de justiça social em seu mandato. Os amigos da Fafia são indivíduos interessados no trabalho da rede e, assim que eles pagam uma taxa, são cadastrados. Embora não possam votar para eleger os membros do Conselho Administrativo, podem se beneficiar do trabalho desenvolvido pela rede.

A adesão de membros passa pela análise do Conselho Administrativo para garantir que todas as organizações ou indivíduos satisfaçam os critérios indicados. Segundo as informações disponibilizadas em seu site oficial, a rede lista as organizações membros e parceiras, mas não disponibiliza informações a respeito do número dos amigos da Fafia.

⁷⁹*Who we are*. Informação disponível no site da organização. Disponível em: <<http://www.fafia-afai.org/en/about/who-we-are>>. Acesso: 18 jul. 2011.

⁸⁰LALONDE Julie. Gerente de projetos da Fafia. 16 fev. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

Para a diretora de projetos, a Fafia é a única organização no Canadá que chama a atenção do governo canadense para as normas internacionais:

Quando o CEDAW produz um relatório, nós produzimos o relatório sombra em que nós podemos dizer 'isto é o que está realmente acontecendo no Canadá agora'. Internacionalmente estamos nos certificando de que as pessoas têm a verdadeira história sobre o que está acontecendo. Pedimos diferentes organizações para nos dar uma atualização sobre o que está acontecendo. A produção desses relatórios é uma forma de dizer: 'olha Canadá, você não está fazendo o que você disse e nós estamos monitorando você. Temos muita sorte em sermos capazes de fazer esse relatório e só conseguimos porque temos um bom relacionamento com outras organizações de mulheres, porque nós não vamos pagá-las para nos dar informações sobre as mulheres de várias localidades, é um serviço voluntário pedimos para 'nos ajudar a implementar essas políticas, nos ajudar a mostrar a ONU que o Canadá não está fazendo seu trabalho'. É assim que acompanhamos a execução do que o Canadá diz que está fazendo.

A Fafia, por meio da realização de workshops e cursos oferecidos pela internet, tem colocado em pauta a questão para a sociedade civil. O objetivo dos workshops para Kate McInturff (informação verbal)⁸¹, atual diretora-executiva da organização, não é apenas entender o processo, os direitos, as garantias e as obrigações do governo, mas que as ativistas saibam utilizar esse instrumento nas ações dos movimentos feministas.

O combate à desigualdade entre os gêneros é um compromisso da rede que está inserida em suas frentes de ação. De acordo com o endereço eletrônico da rede destacam-se as seguintes frentes de ação: mulheres aborígenes, Plataforma de Ação de Pequim, programa de assistência infantil, CEDAW, garantia de emprego, orçamento de gênero, habitação, igualdade de remuneração, pobreza, revisão periódica universal e combate à violência contra a mulher.

As temáticas trabalhadas pela Fafia estão relacionadas diretamente a áreas que são foco de diversos tratados e plataformas internacionais em que o Canadá é signatário. A rede tem buscado desenvolver um trabalho para conscientizar a população sobre a importância de acompanhar localmente e nacionalmente os compromissos que o país assumiu internacionalmente.

Para trabalhar cada uma de suas temáticas, que buscam eliminar a desigualdade entre os gêneros em longo prazo, a Fafia tem buscado dialogar com o Estado. Em alguns momentos a rede tem sido bem sucedida e em outros ela tem fracassado nessa incidência. A partir do ponto de vista das feministas, entrevistas evidenciam que a atual

⁸¹Informação obtida na palestra realizada no Workshop CEDAW organizado pela Fafia, em janeiro de 2011 em Ottawa, Canadá.

relação entre a sociedade civil e o Estado tem sido gradualmente limitada nos últimos seis anos.

Os canais de diálogo dos movimentos feministas com o Estado foram reduzidos desde que os conservadores assumiram o governo canadense em 2006 e Stephen Harper ocupou o cargo de primeiro-ministro adotando princípios neoliberais nas políticas econômicas e sociais do país (RANKIN, 2011).

A SWC na gestão Harper fechou as portas para o diálogo e para o financiamento das organizações feministas que trabalhavam com *advocacy*. Barbara Cameron (informação verbal)⁸² afirma que “no passado, quando os liberais governavam, era possível trabalhar com algumas mulheres do partido do governo para influenciar dentro do governo, mas com os conservadores, eles estão completamente fechados a qualquer participação”. Desde que chegou ao poder em 2006 o Partido Conservador, segundo Bashevkin (2010), tem rejeitado as reivindicações feministas e não tem se preocupado em aumentar o número de mulheres em cargos de decisão no governo.

Em dezembro de 2010 a Fafia elaborou um relatório de avaliação dos 15 anos da “Plataforma de Pequim”⁸³ que aponta uma forte queda no apoio institucional e político por parte do governo canadense para a promoção e proteção dos direitos humanos das mulheres e meninas durante o período de 2004 a 2009 (FAFIA, 2010). Entre as críticas apresentadas pelo relatório podemos destacar:

- A eliminação da palavra “igualdade de gênero” do mandato da principal instituição responsável pela igualdade de gênero no Canadá: a *Status of Women* (SWC);
- o fechamento de doze, dos dezesseis escritórios de mulheres, sobre justificativa de que as questões das mulheres e dos homens não precisam ser separadas;
- a realocação de fundos das organizações que apoiam a defesa dos direitos humanos das mulheres para organizações que prestam apenas serviços na linha de frente;
- presença de conselheiros de política seniores dentro do escritório do primeiro-ministro, com fortes ligações com organizações antifeministas.

⁸²CAMERON, Bárbara. Membro do Conselho Administrativo da Fafia. 10 fev. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

⁸³*Reality Check: Women in Canada and the Beijing. Declaration and Platform for Action Fifteen Year On, a canadian civil society response. Coordinated by the Canadian Labour Congress and Fafia*, Ottawa, dez. 2010.

Para Bonnie Diamond (2011), cada uma dessas críticas, apontadas pelo relatório da Fafia tiveram consequências negativas tanto para a organização dos movimentos feministas canadenses quanto para eliminação da desigualdade entre os gêneros:

Estávamos habituadas a fazer pesquisas com orçamento vindo da SWC, mas eles disseram “não para pesquisa”, o governo não irá financiar pesquisa, não irá financiar nenhum tipo de *advocacy*. Isso que em si é ruim o suficiente, porque antes de tudo, você não pode avançar se você não conhece o estado real, todo bom projeto deve ser baseado em um tipo de pesquisa, onde você realmente conhece a comunidade que você está tentando programas de ajuda. Além disso, a pesquisa no censo canadense sobre as mulheres também foi retirada. Eventualmente, com o censo sendo enfraquecido e o caminho adotado por este governo, nós não podemos fazer nossas pesquisas e dessa forma não iremos saber quais são as necessidades das mulheres. Saberemos por alguns anos, porque as coisas não mudam tão rapidamente, mas daqui uns anos, nós não seremos capazes de apresentar uma petição do governo condizente com a realidade porque nós não vamos ter os fatos e números.

A ausência da palavra “igualdade de gênero” do mandato do governo e da SWC, apontada pela Fafia e por diferentes autoras feministas canadenses (STIENSTRA, 2003; DAY, 2003; JENSON, 2009; HAUSSMAN; RANKIN, 2010), evidencia que o objetivo da retórica adotada pelo governo é “dizer” para a população e para o mundo que a igualdade entre os gêneros foi alcançada no Canadá e que as mulheres não precisam de mais nada. Tal postura do governo sugere que a realização de cortes nos financiamentos de projetos na área de *advocacy* e na pesquisa de organizações feministas busca enfraquecer a atuação dos mesmos na sociedade canadense.

Julie Lalonde (2011) pontua que os governos que antecederam o governo Harper, como o governo de Chrétien e o de Martin, acreditavam que deviam financiar organizações não governamentais, pois na democracia todos devem ter o direito de expressar suas opiniões. Segundo a feminista:

O governo que temos agora não é um amigo para organizações de mulheres. Restaram poucas organizações de mulheres no Canadá porque a maioria perdeu todos os seus recursos, pois o governo acredita que não precisamos mais deles. Então, o nosso governo pensa que a igualdade da mulher foi alcançada, que as mulheres são iguais. Obviamente isso não é verdade e a relação entre organizações de mulheres e o governo atual não é amistosa.

A relação tensa e a falta de diálogo entre os movimentos feministas e o atual governo, descrita por Lalonde (2011), demonstra uma escolha adotada pelo Partido Conservador em não dialogar com a sociedade civil. Para o Partido Conservador as crenças devem ser sustentadas no indivíduo e não na sociedade civil, nesse sentido, sua

gestão busca criar um clima no qual a iniciativa individual é recompensada, a excelência é perseguida, a segurança e a privacidade do indivíduo são fornecidas e a prosperidade é garantida por uma economia de mercado livre e competitiva⁸⁴.

A crença no indivíduo e a descrença na sociedade é um elemento construtor dos princípios do neoliberalismo que pode ser ilustrado na declaração, dada em 1987, pelo ícone mundial dos defensores das políticas econômicas neoliberais, Margaret Thatcher, que afirmou: “There's no such thing the society, there are individual men and women and there are families”. (Não existe algo como a sociedade, existem indivíduos homens e mulheres e existem famílias).

A declaração de Thatcher permite compreender a relação conflituosa, atualmente instalada no Canadá, entre sociedade civil e o governo evidenciada pela presença de duas forças: o conservadorismo e sua orientação neoliberal de governar. De acordo com o ponto de vista das feministas da Fafia, a busca da igualdade entre os gêneros não está entre as prioridades do atual governo conservador. Na SWC, que é uma instituição que as feministas poderiam ter maior incidência, as suas falas têm sido silenciadas. A atual Ministra Rona Ambrose foi indicada ao cargo pelo primeiro-ministro e, na visão de Julie Lalonde (2011), ela não tem o conhecimento do que a pasta exige.

Em seus discursos a ministra fala muito sobre as mulheres no Afeganistão, as mulheres do terceiro mundo. Esta visão muito estereotipada de sentir pena de mulheres de outros países e ter a ideia de que as mulheres no Canadá se queixam muito, mas as coisas estão boas aqui. O que é muito colonial e muito problemático pensar que todo mundo tem problemas, mas estamos bem [...]. Eu acho que é apenas um cargo para ela, eu não acho que é algo que ela está realmente interessada.

No ponto de vista da feminista, silenciar os movimentos sociais e “maquiar” os problemas vivenciados pelas mulheres canadenses torna a relação da SWC, com os movimentos, conflituosa. Isso tem causado retrocessos nas estratégias de integração de gênero no Estado. Para Lalonde (2011), o governo não atua como deveria:

Eu acho que muitas vezes estamos sendo manipulados para parecer que o Canadá está fazendo melhor do que ele realmente está fazendo. Porque quando nós nos encontramos com organizações de mulheres, quando nos encontramos com as mulheres, observamos que existem problemas que as afetam diariamente. É desanimador ver como o Canadá tem uma imagem tão bonita lá fora, queremos manter essa reputação, mas queremos que a reputação seja real, nós não queremos que seja uma mentira, por isso é difícil

⁸⁴Para obter maiores informações acesse *Founding Principles*. Disponível em: <http://www.conservative.ca/party/founding_principles/>. Acesso em: 6 set. 2011.

passar essa mensagem para as pessoas e fazê-las compreender que as coisas não estão indo bem aqui em tudo, porque não é isso que as pessoas estão vendo.

Além da postura adotada pela gestão da SWC em gerir a pasta distanciada das demandas feministas, nota-se que o órgão tem força política limitada dentro da estrutura do governo canadense. Ainda segundo a gerente de projetos da Fafia, Lalonde (2011), o status político da SWC é um problema, pois:

A Status Women Canada é um órgão muito pequeno no atual governo, já foi um ministério maior com escritórios em outras cidades, tinha um monte de empregados, mas quando o nosso atual primeiro-ministro chegou ao poder, ele cortou seu orçamento em 60%, então agora a Status Women é apenas uma fração do que costumava ser, por isso é compreensível que eles não têm muito dinheiro para dar às organizações, porque eles realmente não têm muito dinheiro.

A existência de aparatos institucionais direcionados às mulheres no Canadá, como em qualquer outro país, não representa necessariamente uma garantia no avanço das estratégias de integração de gênero no Estado, apesar de sua existência ser essencial. Além das limitações orçamentárias e de poder, podemos acrescentar que a interferência do jogo político opera nessas instituições de acordo com as forças partidárias que compõem os governos. Assim, dependendo da proximidade com princípios mais progressistas ou conservadores, o jogo tende a ser mais ou menos favorável à inclusão das políticas de igualdade.

O contexto político dominado por forças partidárias conservadoras nos leva a crer que, a partir da visão interna das representantes da Fafia, o clima atual não tem sido favorável à incidência feminista no Estado. A influência exercida por estes nas políticas no governo conservador não é a mesma em que tiveram em tempos de governo liberal. Para Diamond (2011) os tempos são difíceis para as feministas em razão da falta de linhas de financiamento para projetos de pesquisa e *advocacy*, da dificuldade de incidir no parlamento e da relação conflituosa com os burocratas do serviço público:

Fomos capazes de influenciar a legislação no passado, a lei do divórcio, por exemplo, que garantiu a coparentalidade entre homens e mulheres automaticamente. Em primeiro lugar não temos o mesmo financiamento que costumávamos ter para fazer pesquisas, e as pesquisas são necessárias para que possamos percorrer as comissões e apresentar nossas demandas. Em segundo lugar, não temos a mesma capacidade de percorrer as comissões parlamentares como antes e, muitas vezes, as organizações de mulheres não

são vozes bem-vindas nas comissões, então não é tão fácil se envolver nas novas políticas que estão sendo formuladas. Em terceiro lugar, você tem um serviço público que tem receio em estabelecer relações com as ONGs, e dessa maneira perdemos a capacidade de influenciar a burocracia.

Diferente dos movimentos feministas brasileiros que em sua emergência nos anos 1970 e 1980 não puderam contar com linhas de financiamento estatal, apenas com o financiamento proveniente de organizações e agências de cooperação para países em desenvolvimento, os movimentos canadenses foram, no passado, beneficiários de um financiamento estatal que permitiu sua rápida expansão e organização por todas as províncias canadenses, especialmente no auge da “Segunda Onda Feminista” nos anos 1970 e 1980.

A dificuldade em acessar e influenciar as instâncias parlamentares prejudica a construção de um orçamento federal e de políticas atentas às questões de igualdade de gênero, uma vez que é no poder legislativo que se definem as ações do Estado e quais serão as áreas que receberão os investimentos. O Partido Conservador, que detém atualmente o posto de governo majoritário⁸⁵ tem maior poder para interferir na definição das políticas e no orçamento votados no parlamento do que os partidos de oposição, isso faz com que a incidência feminista no parlamento seja cada vez mais enfraquecida.

Mesmo diante da dificuldade em dialogar no parlamento, os movimentos feministas buscam estar presentes no parlamento, seja no contato individual com os (as) deputados (as) e as (os) senadoras (es) mais sensíveis às questões de gênero, seja no Comitê Parlamentar da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns.

Os movimentos feministas tiveram um papel importante na criação desse comitê em 2004, ao serem consultados regionalmente e nacionalmente sobre os temas a serem incorporados como prioridade. Foram escolhidos quatro temas:

- O impacto do financiamento do governo federal para organizações de mulheres e organizações com princípios de busca de igualdade em sua capacidade de prestação de serviços e defesa da igualdade;
- a importância de desenvolver e fortalecer a capacidade do governo federal a levar em consideração a realidade de gênero na vida das mulheres;
- a contínua incidência desproporcional da pobreza entre as mulheres e

⁸⁵Nas últimas eleições federais ocorridas no dia 2 de maio de 2011, o Partido Conservador elegeu 166 deputados, sendo 308 acentos disponíveis na Câmara dos Comuns.

- o nível persistente da violência vivenciada pelas mulheres.

Para Rankin (informação verbal)⁸⁶ em um momento no qual há poucos caminhos para as mulheres acessarem o Estado, a existência do Comitê representa muito para os movimentos feministas porque:

[...] realiza audiências sobre temas muito relevantes como a pobreza das mulheres, os direitos indígenas e o tráfico de seres humanos. Eles reúnem essas informações em conjunto e disponibilizam na internet, então é outra fonte de informação sobre o que está acontecendo, além de enviarem relatórios regulares ao Parlamento com base em suas descobertas. Mesmo que o Parlamento não dê atenção aos relatórios, eles fornecem dados e os movimentos de mulheres podem usar essas informações.

A limitada intervenção do Comitê nas decisões do parlamento pode ser explicada pela sua composição. Desde o início do governo Harper o Comitê tem sido composto, em sua maioria, por membros da oposição. Mesmo em sua relação informal com o Comitê, os movimentos feministas alcançaram algum êxito, o que torna a relação importante, pois mantém os movimentos informados sobre as ações desenvolvidas pelo governo, garante Lalonde (2011) em entrevista. Além disso,

O Comitê é composto por pessoas de todos os partidos, assim, de um lado nota-se que as pessoas estão no Comitê se preocupam com estas questões e tem algo a dizer, mas por outro lado há claramente a política partidária sempre interferindo. O Comitê está aberto à discussão, tivemos pessoas do Comitê, que nos disseram algumas vezes: 'nós estamos trabalhando neste projeto e estamos querendo aprovar este projeto, quais são seus pensamentos? Então o que eles vão fazer, por vezes é nos manter informadas sobre o que está acontecendo já que eles não podem realmente nos incluir no processo, porque nós não somos eleitas. Eles simplesmente podem nos dizer 'os conservadores vão realmente empurrar esse projeto e eu acho que você deve saber'. Mas o Comitê é um espaço muito informal em sua maior parte, mesmo assim nós tentamos manter-nos mutuamente informadas sobre o que está acontecendo e sobre as prioridades do governo. A partir dessas informações elaboramos projetos em torno das questões prioritárias para garantir que tenhamos financiamento, e também para provar que somos capazes de mostrar a perspectiva feminista em qualquer política que o governo desenvolva. Assim, a relação entre nós e o Comitê é importante, precisamos dessa conexão e por isso buscamos nos informar sempre sobre quem está na comissão.

O espaço oferecido pelo Comitê, para discussão sobre os problemas que afetam as mulheres canadenses e criam obstáculos para a eliminação da desigualdade entre os gêneros, é o único espaço institucional relatado pelas ativistas da Fafia cujas portas

⁸⁶RANKIN, L. Pauline. Professora da Escola de Estudos Canadenses na Faculdade de Artes e Ciências Sociais. 26 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

estão abertas para o diálogo com as feministas. Embora o Comitê não gere os resultados que os movimentos gostariam em termos de incidência no parlamento, devido à atual conjuntura política, ele produz informações que permitem aos movimentos tomar conhecimento de uma realidade vivida pelas mulheres que não estão nos relatórios produzidos pelo governo.

O Comitê já atuou em algumas ações conjuntas com os movimentos feministas. Barbara Cameron (2011) destaca uma dessas ações que surgiu a partir de uma demanda feminista enviada ao Comitê e que teve um resultado positivo:

Um exemplo desse trabalho foi a realização de um estudo sobre a análise baseada em gênero que Fafia e outros grupos cobraram do Comitê em 2008 para apresentar ao Auditor Geral. O Auditor Geral é um funcionário independente do parlamento que fiscaliza as finanças. Na medida em que o governo está usando seu dinheiro para desenvolver ações, o auditor fiscaliza se o dinheiro está sendo usado da forma como deveria. O Auditor Geral decidiu fazer um estudo de análise baseada em gênero para constatar se o governo estava realmente desenvolvendo esse tipo de análise que se propôs a fazer em suas políticas e órgãos e constatou que a análise não estava desenvolvida nos órgãos governamentais.

O exemplo acima mostra a importância das ações conjuntas entre as feministas e o Comitê e dá destaque para a capacidade dos movimentos feministas em pautar o Comitê. Ao dar publicidade a não aplicação da análise baseada em gênero na máquina estatal, foi criado um constrangimento para o governo federal e uma oportunidade política para ação das feministas por meio da sensibilização da opinião pública.

Para Diamond (2011), a implementação desse tipo de análise no âmbito doméstico não é tão desenvolvida como deveria. Os resultados mais bem sucedidos da aplicação da GBA para as feministas da Fafia se apresentam internacionalmente, através das ações desenvolvidas pela Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (CIDA). Um dos critérios adotados pela agência para financiar projetos em países em desenvolvimento, por exemplo, é justamente a incorporação da GBA como pré-requisito dos projetos apresentados, porém as feministas fazem ressalva de que as ações da CIDA, voltadas para a igualdade entre os gêneros, não estão imunes aos cortes no orçamento realizados pelo governo canadense na área de políticas de igualdade.

A condição de vida atual das mulheres no país é melhor do que há três décadas, avanços significativos aconteceram em várias áreas. Mas mesmo com os avanços, do ponto de vista das militantes da Fafia, houve uma estagnação nas políticas de igualdade de gênero no país, e as formas diferentes e conflituosas como os movimentos feministas

e o governo veem a desigualdade de gênero impedem o rompimento desta estagnação. Para Cameron (2011) um dos principais problemas que reforçam a permanência da desigualdade entre os gêneros está na área econômica:

O movimento de mulheres abriu espaços para nós por causa da sua força, mas por causa da política econômica neoliberal, existe uma grande quantidade de mulheres em situação desfavorável. Nesse sentido, os maiores problemas são relativos à pobreza que ainda existe no país e a falta de serviços para as mulheres no mercado de trabalho. Mulheres com crianças são uma grande parte do mercado de trabalho remunerado, mas elas não têm a assistência infantil. Então, realmente o que aconteceu é que as mulheres estão contribuindo mais do que nunca para a base fiscal do país, porque estão trabalhando na força de trabalho paga, ainda que não tenham obtido qualquer apoio, e por isso eu acho que é a área de maior fracasso.

Homens e mulheres detêm tipos muito diferentes de trabalho no Canadá, destacam as feministas da Fafia. Empregos aos quais predominam as mulheres ainda tendem a ser menos remunerados do que os que predominam os homens, embora os requisitos educacionais e de habilidade podem diferenciar um pouco.

Segundo Kathleen Lahey (informação verbal)⁸⁷, os estados deveriam adotar medidas específicas que levem em consideração as questões de gênero para melhorar as desvantagens econômicas criadas para as mulheres. A professora enfatiza que desde 1986 a taxa de participação da mulher na força de trabalho aumentou de 42% para 63% em 2007. Em 1994, as taxas de participação da mulher na força de trabalho já haviam aumentado para 52%, e no período entre 1991 e 2007 aumentou mais 11%. Esse foi um aumento do número de mulheres envolvidas em algum tipo de trabalho remunerado, seja em tempo integral ou parcial.

Durante esse mesmo período, Kathleen Lahey afirma que as mulheres continuam a ser responsáveis por cerca de 62% a 65% de todo o trabalho não remunerado no país. No entanto, se olharmos para ações de lazer, a porcentagem do tempo gasto pelas mulheres com o lazer é de apenas 46%, enquanto o tempo gasto do homem é de 54%, já que eles não têm uma participação ativa no trabalho não remunerado.

Em razão do serviço precário oferecido pelo governo às mulheres no Canadá, as feministas canadenses afirmam que as mulheres não são discriminadas apenas no ambiente de trabalho, mas também em sua habilidade para acessar o mercado de trabalho. Para elas, quando o governo não oferece assistência infantil adequada, ele

⁸⁷Informação obtida na palestra proferida pela professora Kathleen Lahey da Faculty of Law, Queens University, no Workshop CEDAW, organizado pela Fafia, em janeiro de 2011, Ottawa, Canadá.

inibe a acessibilidade das mulheres em postos de trabalho integral e de melhor remuneração, uma vez que as que possuem filhos precisam de creches para que possam se dedicar ao trabalho.

O Canadá não avançou em sua estratégia de estender nacionalmente o acesso à assistência e aos cuidados infantis: fundamentais para a criação de locais de trabalho justos, pois permite às mulheres manter uma família e ao mesmo tempo trabalhar fora de casa. A Fafia tem produzido relatórios e evidenciado que o serviço das creches não tem se configurado como prioridade do atual governo (WOMEN AND HOUSING, 2002).

Nota-se, a partir das enunciações feministas, que a feminização da pobreza afeta as mulheres canadenses de diferentes formas. Cameron (2011) enfatiza a existência de muitas mulheres vivendo em situação precária, especialmente mulheres indígenas e imigrantes que tentam viver com a assistência social:

O abandono por parte dos governos de um compromisso para garantir algum tipo de vida decente para as pessoas pobres tem um enorme impacto que vai ser um enorme desafio nos próximos anos. Temos uma crescente disparidade em torno de linhas étnicas e raciais também. Se você olhar as mulheres que estão crescendo economicamente, tendem a ser mulheres brancas, quero dizer que há um monte de pobres mulheres brancas também, mas o fosso entre os salários entre as mulheres brancas e a mulheres de cor está crescendo.

Os níveis de pobreza e a falta de assistência social para as mulheres no Canadá têm sido apontados pela Organização das Nações Unidas praticamente em todas as avaliações sobre o desempenho do Canadá em relação aos direitos humanos, incluindo o Comitê da CEDAW, o Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, o Comitê de Direitos Humanos e o Conselho de Direitos Humanos. A Fafia, por meio da elaboração dos seus relatórios sombra apresentados a esses organismos internacionais, tem denunciado a realidade das mulheres canadenses e reivindicado mais políticas de assistência social ao governo canadense, em nível provincial e federal.

As ações do governo canadense para integração das questões de gênero no Estado estão sempre sendo avaliadas pelos movimentos e pela falta de um espaço para dialogar com o Estado, como têm ponderado as feministas da Fafia. Mas isso não impede que as reivindicações e as denúncias contra os abusos cometidos pelo governo, na garantia dos direitos das mulheres, continuem sendo apresentadas para a sociedade canadense e para os organismos internacionais. Para Barbara Cameron (2011), membro do Conselho Administrativo da Fafia:

Existe uma grande demanda das organizações de mulheres para que o governo restaure o financiamento aos grupos feministas. O que está acontecendo é que este governo está gastando muito dinheiro, mas o dinheiro é usado para favorecer alguns grupos e excluir outros grupos. O governo diz que não podemos fazer *advocacy* para o que realmente está acontecendo. Os pequenos grupos de organizações de mulheres que fazem projetos não têm permissão para criticar o governo, porque estão se beneficiando do dinheiro do governo e, portanto, não podem fazer qualquer coisa que possa ser crítico ao governo. Assim os poucos projetos financiados estão transformando as organizações em organizações de serviço, pagando baixos salários para que as mulheres façam o trabalho que o governo deveria fazer. Bem, agora o que temos basicamente é o fornecimento de trabalho de baixa remuneração para entregar os serviços sociais indispensáveis e por isso nós temos feito campanhas para conseguir apoio dos partidos da oposição para quando acontecer as eleições e se eles forem eleitos para que restaurem o financiamento.

A postura adotada pelo governo em direcionar investimentos para organizações que se propõem a realizar serviços reforça sua adesão à proposta neoliberal de governar, na medida em que o Estado se beneficia da utilização de recursos técnicos e humanos especializados e frequentemente mal remunerados, para alijar-se das responsabilidades políticas de intervenção. Nota-se, dessa maneira, que o tipo de política adotada pelo governo tem sido uma política que enfraquece a atuação dos movimentos feministas na sociedade canadense. Em razão da mudança no direcionamento dos projetos financiados pelo governo para organizações de mulheres, muitas organizações fecharam suas portas. Cameron (2011) enfatiza que:

[...] o governo quer ser capaz de dizer “oh as feministas estão erradas, nós estamos financiando organizações de mulheres”, mas qualquer organização que é uma organização política feminista eficaz tem cortes. A Fafia só conseguiu sobreviver até agora por causa do trabalho internacional que faz, e que é importante para obter compromissos dos partidos de oposição. O corte dos recursos para as organizações deslocou o discurso público para a direita, embora muita gente não compartilha dos mesmos valores, não existe espaço para a pluralidade de vozes, porque o espaço para as vozes de mulheres progressistas foi cortado.

A ausência de financiamento e diálogo com o Estado tem sido prejudicial para a sobrevivência das organizações feministas bem como para a eliminação da desigualdade de gênero no Canadá. Além disso, os mecanismos existentes que poderiam interferir em um desenho mais favorável ao desenvolvimento das estratégias de integração de gênero no Estado apresentam, para ex-diretora executiva da Fafia Diamond (2011), limitações:

Os atuais mecanismos para desafiar as estruturas governamentais e torná-las mais sensíveis às demandas feministas no Canadá são muito fracos. Eles são muito dependentes da boa vontade dos políticos individuais e não há nenhum verdadeiro mecanismo estrutural que exija que o governo canadense preste atenção às necessidades das mulheres. Sim, existe a legislação internacional, sim há uma Carta de Direitos e Liberdades, e estamos muito felizes pela existência desses documentos que nos dão uma base para fazer nossas reivindicações. No entanto, infelizmente os instrumentos internacionais não são realmente acionáveis, não podemos levá-los ao tribunal de forma muito fácil, tudo que podemos fazer é esperar que o país seja envergonhado internacionalmente por não cumprir os acordos e garantias para as mulheres. Até dez anos atrás, isso significava algo, os governos canadenses realmente se importavam com a sua imagem perante o mundo.

O Canadá vive um momento hostil para a incidência feminista no Estado e, mesmo com as críticas nas arenas internacionais, sua postura em relação às políticas de igualdade não muda. O governo atual, para as feministas da Fafia, tem um estilo diferente do governo anterior dos liberais, que se importavam se os movimentos feministas tinham um relatório desfavorável para apresentar às Nações Unidas sobre o cumprimento das garantias de igualdade. O governo liberal acreditava na Carta de Direitos e Liberdades e, mesmo que não a cumprissem, estavam abertos a incluir feministas no diálogo e nunca elaboravam um orçamento sem que as vozes das mulheres fossem incluídas na consulta.

No Canadá, Day (2003) observa que os direitos humanos aparecem como uma prioridade na relação com outros países, mas que não se evidencia no âmbito nacional, o que demonstra que o compromisso com os direitos humanos não parece ser uma prioridade interna. Particularmente no Ministério das Finanças, onde os orçamentos são construídos e a política econômica é formulada, compromissos com direitos humanos tanto domésticos quanto internacionais são ignorados.

Em certos momentos, quando as iniciativas de igualdade de gênero são vistas internacionalmente de forma positiva no Canadá, resultado da sua atuação em outros países, a situação nacional fica um pouco desconfortável, segundo as feministas, devido à consciência das mulheres canadenses de que o governo não tem cumprido suas obrigações em casa. A pretensão de liderança dessa maneira é contraditória para os movimentos feministas, já que o Canadá é um dos países no mundo que deveria ter atingido maior nível de igualdade para as mulheres, mas pesquisas apontam que não.

Na visão das feministas da Fafia, para o governo dos conservadores o problema da igualdade entre os gêneros já foi superado e, por isso, investem mais em estratégias de igualdade de gênero nos países que são alvos de sua agência de cooperação, a CIDA.

Não importa que pesquisas internacionais apontem o contrário e mostrem a constante queda de posições do Canadá no avanço da igualdade entre os gêneros (GGGR, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010). Em virtude desse contexto político, Lalonde (2011) afirma que os movimentos feministas têm buscado repensar suas práticas e estratégias para intervir no Estado, mas ainda não encontraram uma resposta:

Com o governo atual que temos agora, nos aprendemos que o caminho difícil que os embaraça internacionalmente não funciona. Canadá caiu em medições internacionais em relação ao direito das mulheres. Costumávamos estar entre 5 países do mundo que ofereciam melhores condições para a garantia dos direitos das mulheres e nós realmente caímos em relação à igualdade entre os gêneros. Então, é claro que envergonhar o Canadá não funciona porque o nosso principal ministro não se importa com esses índices internacionais. A maioria das organizações de mulheres no Canadá está neste momento se perguntando como nós podemos convencer o governo a agir? Ninguém realmente chegou a uma boa solução ainda, mas estamos nos indagando: Por que assumir compromissos e assinar documentos e não implementá-los?.

O discurso da gerente de projetos da Fafia, Julie Lalonde (2011), é bastante crítico quanto à ausência de oportunidades políticas para incidir no Estado. Diamond (2011) parece concordar com o argumento da gerente e acrescenta alguns problemas que são colocados para o insucesso das estratégias de *gender mainstreaming* na máquina estatal:

[...] quando você pensa na maneira que o governo do Canadá é organizado, na formação média dos funcionários públicos, antes de tudo, a nível oficial de política, em primeiro lugar, isso é um grande trabalho em si, mas a nível oficial de política **não** é. Então você tenta avançar na discussão em outras instâncias o segundo escalão, a alta administração, até os ministérios, o que você pode ter falado nas instancias inferiores, em termos do que as mulheres precisam para alcançar a igualdade, no momento em que se levanta a discussão é quase inexistente, não há compromisso. Então, eu nunca fui muito otimista sobre como a igualdade de gênero iria ser alcançada no Canadá, acho que em Pequim achamos que era a coisa certa que estávamos fazendo, que soava muito, muito bem, mas quando você traz de volta para os países existe uma enorme burocracia composta por pessoas que não mudaram os pontos de vista, que não acompanharam a evolução do status das mulheres, então você está tomando pérolas e entregando para as pessoas que não irão processar as informações. Assim, pessoalmente, e eu diria até mesmo organizacionalmente, estávamos sempre pessimistas sobre o conceito de *gender mainstreaming*.

Esse tipo de limitação descrito pela ex-diretora executiva da Fafia mostra que existe de fato uma dificuldade em convencer os burocratas de que investir em políticas de igualdade é investir no desenvolvimento do país, os discursos e as práticas da desigualdade entre os gêneros estão enraizadas nas instituições. Em entrevista, ela

destaca que a falta de empenho do governo em tratar dos interesses da sociedade civil faz com que as questões de gênero não sejam vistas como algo primordial para o desenvolvimento da democracia:

O governo conservador é um governo muito diferente, eles não têm nenhum valor na sociedade civil qualquer que seja, a sociedade civil é um obstáculo para eles e para a implementação de uma nova agenda conservadora, eles não querem que a sociedade civil tenha voz, por isso há poucas maneiras agora para influenciar o governo, eles simplesmente não nos ouvem. O Estado da democracia no Canadá foi muito reduzido nos últimos dez anos e fica pior a cada dia. Eles acreditam que a igualdade de gênero foi alcançada, é grande e, infelizmente, as mulheres em suas bancadas acreditam nisso também.

No contexto atual observa-se que os movimentos feministas não têm conseguido intervir nas estruturas locais e nacionais, como conseguiram na emergência da “Segunda Onda Feminista” no Canadá. A dificuldade vivenciada pelos movimentos feministas em acessar as instituições do Estado tem reflexos negativos na operacionalização do monitoramento das políticas por parte dos movimentos. Sem recursos e com a falta de transparência nas ações do Estado, os movimentos têm poucas possibilidades de prosperar nesse tipo de ação. Ainda para Diamond (2011):

[...] a Fafia tem feito um monitoramento das políticas, não de uma forma muito sistemática porque não podemos. O que fazemos são contatos com grupos de mulheres em todo o país. Estamos formalmente montando questionários para ir até eles para que possamos descobrir o que está acontecendo com as mulheres em diferentes províncias do Canadá. Por exemplo, indagamos se a política de acolhimento de crianças tem sido implementada e o que essa política tem significado para as mulheres. Com esse tipo de informação e outras coletadas fazemos um relatório alternativo, de modo que é uma espécie de acompanhamento das políticas canadenses.

O monitoramento das políticas é parte fundamental da estratégia de intervenção feminista no Estado, quando os canais de diálogo se fecham, inevitavelmente, o monitoramento é prejudicado e os movimentos têm dificuldade de avaliar as políticas de igualdade, seja na fase de elaboração ou de desenvolvimento. Fafia mesmo com os obstáculos que se apresentam nas atividades de monitoramento tem buscado acompanhar o orçamento federal.

Nesse tipo de atividade, a rede atua tanto no esclarecimento da população sobre a importância do acompanhamento do orçamento federal como no corpo a corpo no parlamento, através de ações de lobby para que suas demandas sejam incorporadas no orçamento. A atuação da Fafia, nesse sentido, acontece de forma “casada”; para

influenciar a opinião pública e os atores políticos, que são os dois atores sociais que podem interferir no desencadeamento orçamentário pró-igualdade de gênero.

Barbara Cameron que compõe o Conselho Administrativo da rede e é uma das responsáveis pelo atual projeto de orçamento de gênero, destaca que por muitos anos a Fafia manteve o olho aberto sobre o orçamento federal e desde então tem participado ativamente quando ocorre qualquer tipo de processo aberto para que as pessoas apresentem suas propostas ao governo.

O orçamento de gênero, do ponto de vista das representantes da Fafia, é uma questão importante para o empoderamento econômico das mulheres, pois favorece o avanço das políticas de igualdade e tem impacto direto na vida das mulheres. Lalonde (2011) destaca a forma como a Fafia tem trabalhado para assegurar que as mulheres sejam representadas no orçamento federal:

Além de realizar uma campanha pública de conscientização da população sobre o orçamento federal, nós também falamos na comissão de finanças. Quando o orçamento está sendo montado vários grupos podem apresentar-se à comissão de finanças com as demandas que gostariam que fossem incorporadas no orçamento. Fafia faz isso, vamos ao parlamento e informamos a eles que "precisamos dessas políticas específicas", de acolhimento de crianças e de equidade salarial. Então apresentamos e acompanhamos para ver se as nossas demandas foram incorporadas no orçamento. Se nossas demandas são incluídas podemos dizer que conseguimos influenciar o orçamento de forma positiva. Caso contrário temos que fazer um comunicado na imprensa e dizer que este orçamento não é amigável às mulheres. Às vezes temos sorte, mas neste governo, muitas vezes, só podemos dizer "então mais uma vez, as mulheres foram esquecidas". Em termos do aspecto de política pública não estamos tendo um resultado positivo, mas nós tivemos muito sucesso em atingir os canadenses, todos os dias. Então, quando temos os nossos workshops, através do nosso site, através do facebook, buscamos influenciar as pessoas a descobrir o que está acontecendo com o orçamento e certificar sobre as suas posições quando forem definir seu voto nas eleições. Buscamos fazer esse trabalho de tentar chegar às pessoas todos os dias e dizer "atenção, isto é o que está acontecendo".

A enunciação da feminista mostra que, na ausência de espaços de diálogo no poder executivo, as feministas canadenses têm concentrado seus esforços para incidir no parlamento. Mesmo que elas não alcancem o resultado que gostariam, que é transformar o orçamento federal, incidir sobre o orçamento continua sendo uma importante estratégia para tentar reverter a situação da desigualdade de gênero no país.

Uma análise da visão interna do Canadá, oferecida pelas feministas da Fafia, Julie Lalonde, Bonnie Diamond e Barbara Cameron, permite concluir que na conjuntura atual o projeto da integração de gênero é um projeto que não está na pauta do dia do

governo e corre o risco de não entrar até que aconteça uma mudança de governo. O efeito dessa nova forma de governar tem refletido na queda da qualidade de vida das mulheres e no próprio desenvolvimento da democracia, como destacado pelas feministas da Fafia. Em entrevista Diamond (2011) diz que o momento atual merece uma reflexão profunda para que as feministas repensem suas práticas:

[...] o feminismo está em um estágio diferente do que foi no passado, há certamente menos organizações feministas do que havia no passado, acho que isso é um problema até certo ponto, mas eu também acho que é uma oportunidade para as mulheres mais jovens reavaliarem como querem se reorganizar. Não me sinto pessimista sobre isso tudo, acho que há um grande número de jovens e de certa forma feministas de meia idade que vão explorar diferentes formas de organizar, e, provavelmente, formas que são menos vulneráveis aos caprichos do governo e de sua cultura. Então eu acho que é uma oportunidade, o tempo dirá se vai ser.

A partir do ponto de vista das feministas da Fafia, podemos considerar que existe uma tentativa de adaptação a essa nova realidade, por meio da criatividade e solidariedade feminista construída através da troca de informações entre os diferentes movimentos em várias províncias canadenses. Os constrangimentos do clima político atual, que dificulta a implementação de novas estratégias de integração de gênero ou mesmo aperfeiçoamento das políticas atuais, por sua vez, não decreta o imobilismo aos feminismos canadenses, pelo contrário, eles continuam atuantes, prontos para denunciarem os abusos dos governos e aguardando as oportunidades políticas para avançar em seus propósitos.

5.5 Similaridades e diferenças da incidência feminista no Estado brasileiro e no Estado canadense

As enunciações feministas sobre o cenário brasileiro e canadense mostram, em vias opostas, que os constrangimentos políticos para a incidência feminista no Estado têm impedido a construção de relações mais estreitas e impulsionadoras de resultados favoráveis ao *gender mainstreaming* - seja no espaço parlamentar, seja no espaço governamental.

Notamos que a “Plataforma de Ação de Pequim” possibilitou a construção de um discurso comum tanto para as feministas brasileiras quanto para as feministas canadenses, que reconhecem que o documento é uma ferramenta estratégica para incorporar as questões de gênero no Estado, porém ambas foram unânimes em apontar as deficiências de sua aplicação em decorrência de vários fatores como a ausência de

diálogo entre os movimentos feministas e o Estado, a adoção de políticas neoliberais pelos governos federais e a erosão das políticas sociais.

O avanço da igualdade entre os gêneros, para as feministas brasileiras e canadenses, vai muito além do compromisso formal assumido pelos países nas arenas políticas internacionais. Trata-se de uma decisão política de âmbito nacional, o que implica considerar em quais condições uma estratégia de integração de gênero pode ou não ser incorporada pelo Estado e quais os fatores que estão envolvidos nessas decisões.

O ponto de vista apresentado pelas feministas mostrou que o compromisso e a ação dos governos, para o avanço da igualdade, não dizem respeito apenas a uma postura progressista do governo e dependem de uma série de fatores sociais, políticos e econômicos que estão envolvidos na disputa política das pautas de gênero.

A desigualdade de gênero é vista de modos distintos pelo discurso das feministas brasileiras e canadenses. Enquanto as brasileiras produzem um discurso da desigualdade mais focado nas barreiras impostas à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, as feministas canadenses dão mais destaque às barreiras impostas pela pobreza e pela discriminação, vivenciadas especialmente pelas mulheres indígenas, imigrantes e negras.

As feministas brasileiras têm buscado construir relações nos espaços institucionais para evitar o retrocesso nas questões que se referem à garantia do direito sexual e reprodutivo. Por outro lado, as feministas canadenses têm concentrado seus esforços na denúncia via opinião pública, parlamento e arenas internacionais à aparente disparidade entre o compromisso assumido na promoção dos direitos humanos pelo governo canadense nas instituições internacionais, pela ausência de iniciativas para implementar acordos com normas nacionais e internacionais e para garantir efetivamente os direitos humanos de todas as mulheres.

Apesar das feministas buscarem construir relações institucionais com temáticas e objetivos diferenciados, nota-se um ponto em comum nessa atuação, que é a ausência de oportunidades políticas para incidência feminista tanto no Brasil como no Canadá. Na visão das feministas o tempo não é propício para novas conquistas.

Cada conjuntura política e econômica que se apresenta no Brasil e no Canadá tem feito com que as feministas avancem ou recuem no diálogo e na construção de novos espaços nos governos. Em toda a história dos movimentos feministas observa-se que as estratégias dos movimentos se movem de acordo com a receptividade do Estado a suas demandas.

No Brasil, apesar da presença de um governo de esquerda – com a expectativa de uma postura mais progressista – que apresenta uma histórica de aproximação com as classes trabalhadoras e os movimentos sociais, observa-se por um lado certo avanço na estruturação do aparato estatal e das políticas para as mulheres, mas por outro lado não foi dada a legitimidade e o orçamento adequado para que a máquina estatal das mulheres avançasse na integração das questões de gênero no Estado. A dificuldade em transversalizar as questões de gênero mostrou o reduzido poder de influência da SPM no discurso das feministas.

A influência dos grupos religiosos nas ações voltadas para as questões das mulheres do governo do PT, destacada pelas feministas da AMB, demonstra a dificuldade em separar as instâncias religiosas das instâncias estatais, além disso, demonstrou a habilidade das forças religiosas em frear qualquer tentativa de avanço nos direitos sexuais e reprodutivos. Um exemplo dessa atuação bem sucedida foi o arquivamento do projeto de revisão da lei sobre a descriminalização do aborto, em 2005, e a ausência da SPM no diálogo do processo que resultou na criação do programa Rede Cegonha e no Cadastro Nacional de Grávidas.

A decisão de implementar políticas para mulheres, tomada pelo governo do PT em 2003, enfrentou, conforme as militantes da AMB, forças políticas antifeministas e antidemocráticas que influenciaram substantivamente as prioridades, a direção e a velocidade de implementação dessas políticas. Durante os dois mandatos do presidente Lula, a gestão pública conviveu com diferentes formas de relação do Estado com as mulheres, gerando espaços contraditórios entre as velhas e novas formas de conferir lugar às mulheres na política pública. Constatamos, que a implementação real de políticas para mulheres nessa correlação de forças adversas teve um limitado poder de democratização do Estado (AMB, 2011).

No Canadá a presença do governo de direita - com a expectativa de uma postura mais conservadora – fechou os canais de diálogo com a sociedade civil. Para as feministas da Fafia não houve avanços nas políticas de igualdade, o que aconteceu foram retrocessos. Assim como o governo brasileiro, o governo canadense não deu a legitimidade e o orçamento adequado para a SWC operacionalizar a transversalidade de gênero nos órgãos estatais, mesmo contando com uma estratégia elogiada pelas feministas que é a GBA.

O maior constrangimento para a atuação dos movimentos feministas canadenses, segundo as militantes da Fafia, não são os grupos religiosos, mas o governo conservador

de Harper, que suspendeu os financiamentos para projetos de pesquisa e *advocacy* das organizações feministas, não cumpriu com os acordos internacionais e inviabilizou qualquer tipo de diálogo com as feministas.

Se por um lado foi possível observar que as condições estão mais propícias para a construção do diálogo das feministas brasileiras com o governo federal, por meio das alianças e parcerias abertas com a SPM, por outro é possível notar que as feministas canadenses não têm a mesma facilidade de dialogar com a SWC, melhor dizendo, o diálogo foi suspenso.

As feministas da Fafia e da AMB são unânimes em reconhecer que as atuais políticas de igualdade não respondem às demandas das mulheres por empoderamento político e econômico e conseqüentemente não reduzem a desigualdade entre os gêneros. O discurso das militantes da AMB permite considerar que o diálogo dos movimentos feministas com o governo por meio da SPM e do CNDM não representa uma garantia de que suas demandas serão atendidas. Assim, se no Canadá, a atual conjuntura não favorece a abertura para o diálogo, no Brasil, onde esse diálogo acontece de forma mais democrática, as demandas para elas estão longe de serem atendidas.

Diante do cenário de descontentamento perante as atuais respostas dadas pelos governos brasileiro e canadense ao combate à desigualdade entre os gêneros, a alternativa encontrada pelos movimentos feministas das referidas redes tem sido buscar o diálogo e o apoio da Bancada Feminina e da FEWO. Mas os movimentos reconhecem que, apesar da abertura dada por estas instâncias, as mesmas também vivenciam oportunidades políticas e constrangimentos para ações semelhantes aos dos movimentos feministas. As parlamentares que compõem esses espaços enfrentam dificuldades constantes, para disputar e garantir que as demandas das mulheres sejam incorporadas nas leis, nas políticas e no orçamento.

O diálogo na esfera política, dessa maneira, pode ser considerado uma estratégia utilizada com frequência pelos movimentos para tentar acessar o Estado, já que ao sensibilizar os atores políticos os movimentos buscam ter garantia de demandas na lei, orçamentos e políticas que são definidas nesse espaço.

Segundo o discurso das feministas dos dois países, a influência do neoliberalismo deve ser apontada como um constrangimento, pois tem sido prejudicial à eliminação da desigualdade entre os gêneros porque precariza as condições de trabalho das mulheres e corta os investimentos em políticas que poderiam empoderá-las. A atual política econômica brasileira, apesar de garantir um rápido crescimento da economia,

não tem favorecido na mesma proporção o desenvolvimento social e a desconcentração da riqueza. No Canadá, os cortes nas políticas sociais, a redução da atuação da SWC e de seu orçamento revelam um direcionamento neoliberal de governar.

Uma análise das relações que as feministas brasileiras e canadenses buscam construir nos espaços institucionais do parlamento e do governo mostra que a defesa das questões de gênero entra em competição constante com outras questões que estão presentes no jogo político, e uma ação bem sucedida no sentido de conseguir um recurso para uma determinada política ou criação de uma determinada lei exige habilidade dos movimentos e das parlamentares para construir uma frente de apoio mais ampla.

O diálogo das feministas brasileiras no parlamento tem sido mais positivo do que o das feministas canadenses em seu parlamento, em decorrência do contexto político atual em que os países se encontram. O Brasil é governado por um partido de esquerda, e o Canadá por um partido de direita. Apesar de serem espaços frágeis diante da baixa representação das mulheres nos respectivos parlamentos são espaços importantes para os movimentos feministas apresentarem suas reivindicações.

O discurso das feministas brasileiras e canadenses permite evidenciar que a construção de uma frente de apoio parlamentar não é uma tarefa desprovida de embates. O apoio para as políticas de igualdade requer uma atuação pontual das feministas, envolvendo mobilizações, ações de lobby, negociações e participações em audiências públicas para sensibilizar os (as) parlamentares com suas demandas em um cenário no qual grupos religiosos e econômicos também participam da disputa de seus interesses, que não raramente se contrapõem aos interesses das feministas.

Dessa forma, observa-se a existência de diferentes obstáculos a serem enfrentados pelos movimentos feministas canadenses e brasileiros para dialogar e acessar os aparatos estatais em prol da implementação das políticas de igualdade. Entre os principais obstáculos estão: a dificuldade de tornar o Estado mais sensível às demandas das mulheres, o orçamento para o desenvolvimento e implementação das políticas de igualdade e o avanço da transversalidade de gênero nas instituições do Estado.

Nota-se que em momentos de maior abertura os movimentos feministas podem ter mais espaço para dialogar com os estados para interferir na legislação e nas políticas, mas a possibilidade de dialogar não implica necessariamente em resultados traduzidos no atendimento das demandas, como mostrou a fala das feministas da AMB.

A percepção de que a desigualdade entre os gêneros gera um impacto negativo mais acentuado para as mulheres do que para os homens faz com que o papel das redes e movimentos feministas seja fundamental, em primeiro lugar para manter em evidência o debate sobre a necessidade de se avançar na igualdade de gênero como uma estratégia principal para o desenvolvimento das democracias, e em segundo lugar para reivindicar e negociar cotidianamente com parlamentares e governantes mecanismos institucionais, para integração de gênero no Estado.

A seguir no capítulo 6 o enfoque será dado à atuação das atrizes políticas nos espaços parlamentares específicos para discutir as questões de gênero, a Bancada Feminina na Câmara dos Deputados do Brasil e o Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns do Canadá.

6. AS ATRIZES POLÍTICAS E A INTEGRAÇÃO DE GÊNERO NO PARLAMENTO CANADENSE E BRASILEIRO

A igualdade não pode ser alcançada sem igual acesso das mulheres aos cargos de poder e aos processos de tomada de decisão. Cada vez que elas estão ausentes desses espaços, que são estratégicos para a incidência das questões de gênero no Estado, menores são as chances de mudar o quadro da desigualdade de gênero.

O parlamento que deveria atender aos anseios da sociedade civil em toda a sua diversidade, muitas vezes tem atuado de forma unilateral ao dar prioridade ao atendimento das demandas de grupos de interesse com poder político e econômico e negligenciando as demandas das minorias que são desprovidas de empoderamento no espaço políticos, como as mulheres.

Os homens representam a maioria das cadeiras ocupadas nos parlamentos em vários países do mundo. As mulheres continuam distantes desses espaços estratégicos para a incidência das questões de gênero no Estado. Em janeiro de 2005, apenas 17 países no mundo tinham cumprido a meta dos 30% ou mais de mulheres nos assentos dos parlamentos nacionais, sendo que a proporção de assentos ocupados pelas mulheres nas Câmaras e Senado era de apenas 15,9% globalmente (UNITED NATIONS, 2005). Atualmente, segundo os dados da *Inter-Parliamentary Union* (2011)⁸⁸, apenas 24 países cumpriram a meta dos 30% estabelecida pela ONU, o que mostra um crescimento muito pequeno em cinco anos.

Mulheres canadenses e brasileiras continuam sub-representadas em todas as áreas da política e da vida pública. Várias barreiras têm impedido a ascensão das mulheres nesses espaços: estereótipos, tratamento negativo na mídia, dificuldade de dividir o tempo entre os compromissos e a família, o fracasso dos partidos políticos em apoiar candidaturas femininas e financiamento de campanha.

A representação política das mulheres nos referidos países se manteve praticamente estagnada nos últimos cinco anos, raramente mostrando algum sinal de melhoria. De acordo com dados compilados pela União Inter-Parlamentar (2011), o percentual de mulheres no parlamento canadense na Câmara dos Comuns é de 24,7% e no Senado, 35,9%. O Canadá ocupa a 38ª posição no ranking mundial das mulheres no

⁸⁸*Women in national parliaments*. Dados compilados pelo *Inter-Parliamentary Union*, com base em informações fornecidas pelos parlamentos nacionais em 30 de junho de 2011, 187 países são classificados em ordem decrescente de percentagem de mulheres na Câmara baixa ou única. Disponível em: <<http://www.ipu.org/wmn-e/arc/classif300611.htm>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

Parlamento, enquanto que o Brasil ocupa a 110ª posição e seu percentual de mulheres no parlamento é três vezes menor que o do Canadá na Câmara dos Deputados (8,6%) e duas vezes menor no Senado (16%).

Segundo os dados da União Inter-Parlamentar, os países que ocupam a 1ª e a 2ª colocação no ranking são os únicos países entre os pesquisados em que a representação das mulheres ultrapassa 50% na Câmara dos Deputados, são eles: Ruanda 56,3% e Andorra 53,6%⁸⁹.

Brasil e Canadá estão distantes de uma participação política das mulheres mais equilibrada nesses espaços. A classificação coloca o Canadá atrás de muitos países europeus e de um número significativo de países em desenvolvimento e coloca o Brasil atrás dos seus vizinhos na América Latina (Argentina 12ª, Equador 20ª, Bolívia 35ª) e de países africanos marcados por conflitos e muita pobreza.

A plena igualdade de gênero, não pode ser atingida sem igual acesso das mulheres aos cargos de poder e aos processos de tomada de decisão. A ausência das mulheres nos cargos de decisão tem efeito na vida das mulheres, principalmente, na definição dos investimentos que serão aplicados pelos governos em diferentes áreas.

Ingressar na política no Canadá ou no Brasil não é uma tarefa simples para as mulheres, os dados mostram que uma minoria consegue ascender aos cargos eletivos nos parlamentos, e em outros cargos eletivos (local ou estadual) a realidade não é diferente. Os desafios sempre são maiores para as mulheres que querem ingressar na vida política, porque precisam conciliar o tempo com a família, o cuidado com os filhos, buscar espaços de visibilidade, financiamento para campanha, apoio e reconhecimento do partido. Os desafios poderiam ser amenizados se os estados e partidos políticos investissem em mais estratégias para inclusão delas na política. As cotas para candidaturas e assentos nos parlamentos é uma das estratégias que têm sido adotadas para garantir a representação feminina, mas isso tem sido insuficiente como mostram diferentes pesquisas.

Mesmo com a baixa representatividade das mulheres nos parlamentos brasileiro e canadense, a construção de relações nesses espaços pelos movimentos feministas mostra o favorecimento da abertura de oportunidades políticas para elas no Estado, uma vez que

⁸⁹Apesar do índice de representação elevado das mulheres ruandesas e andorranas no parlamento, não temos conhecimento sobre os índices referentes à participação das mulheres na economia, sobre o nível da educação e os dados sobre saúde. O *Global Gender Gap Report* (2010) não inclui os respectivos países entre os pesquisados.

nesse espaço são elaboradas as leis, são definidas as prioridades de ação bem como a dotação orçamentária para cada área de atuação estatal.

A interlocução feminista nos referidos parlamentos ocorre dá de diferentes formas, seja por meio de visitas constantes às comissões, ações de lobby, participação em audiências públicas, reuniões, ou pelo contato direto com os parlamentares e as parlamentares mais sensíveis às questões de gênero.

O diálogo entre feministas e parlamentares busca influenciar a criação de leis e a destinação da dotação orçamentária para criação, manutenção e ampliação das políticas de igualdade. Além disso, mesmo que a aproximação dessas atrizes não resulte em conquistas para as mulheres, tem um papel importante de evitar retrocessos nos direitos já conquistados quando os constrangimentos para a atuação são maiores do que as oportunidades políticas. Os principais espaços de interlocução das feministas brasileiras e canadenses no parlamento são: a Bancada Feminina da Câmara dos Deputados no Brasil e o Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Canadá (FEWO).

Bancada Feminina e FEWO são espaços de fala onde as questões das mulheres são construídas como prioridade. Ainda que o número de mulheres seja reduzido, o que de certa maneira acaba por impactar o poder de barganha que elas têm no parlamento, a institucionalidade da Bancada e da FEWO na estrutura dos parlamentos faz com que tenham voz e possam intervir na disputa por temas e recursos para as políticas de igualdade. Tratam-se, assim, de espaços de minorias, mas de minorias que são detentoras de uma legitimidade que garante poder para falar nas instâncias parlamentares e governamentais e cobrar respostas do governo em determinadas situações nas quais os direitos das mulheres não estão sendo garantidos.

A linha de atuação que resulta na escolha das temáticas prioritárias e das estratégias de atuação no parlamento não depende apenas da Bancada Feminina e da FEWO, mas também de fatores internos e externos interferem na forma de organização. Os fatores internos dizem respeito ao desenho de governo: se é mais progressista ou mais conservador, se está aberto às demandas das mulheres ou mais fechado a tais demandas, se as parlamentares que os compõe são da base aliada ao governo ou se integram os partidos de oposição. Os fatores externos estão diretamente ligados à forma como a Bancada Feminina e a FEWO veem os problemas vivenciados pelas mulheres brasileiras e canadenses, bem como à relação que estes constroem com a sociedade civil e os espaços que abrem para que os movimentos feministas pontuem suas prioridades.

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados atua desde 1988, período da 48ª legislatura do Parlamento Brasileiro. Com caráter suprapartidário é um espaço aberto à participação das deputadas que compõem a casa de leis. A bancada é coordenada por um colegiado de deputadas que representam os seus partidos na Câmara dos Deputados. A coordenadora-geral da bancada é eleita entre as integrantes da Coordenação Colegiada para um mandato de um ano. Entre os objetivos da Bancada Feminina podemos destacar, de acordo com o Regimento Interno da Bancada Feminina da Câmara dos Deputados de 2007, os seguintes:

- Conquistar e ampliar espaços de participação política da mulher no Legislativo, no Executivo e na Sociedade;
- lutar pela agilidade na tramitação e na aprovação das proposições relativas e/ou de interesse da mulher nas comissões e no plenário da Casa, bem como lutar pelas suas relatorias;
- acompanhar o processo de elaboração orçamentária e empenhar para que as diversas comissões da Casa apresentem e aprovelem emendas relacionadas às questões de gênero;
- acompanhar o processo de execução orçamentária de forma a garantir a liberação dos recursos correspondentes às emendas de interesse da Bancada Feminina;
- articular e integrar as iniciativas e atividades da Bancada com as ações das entidades da sociedade civil, voltadas para o interesse das mulheres, através da realização de eventos, como: seminários, debates, audiências públicas, entre outras;
- servir de ponte entre o Parlamento e os movimentos da sociedade civil na luta em defesa da igualdade de gênero.

As atividades desenvolvidas pela Bancada Feminina se propõem a interferir continuamente no parlamento ou no governo para que as condições de vida entre mulheres e homens brasileiros possam atingir a igualdade na política, na sociedade e no mercado de trabalho. A bancada tem buscado interferir no orçamento federal especialmente nas áreas que dizem respeito às questões das mulheres, promover reuniões com as ministras e ministros de diferentes pastas para propor ações nas

respectivas instâncias, negociar com o governo a criação de legislações, políticas e programas para as mulheres - por todos esses motivos a bancada tem se tornado uma aliada importante dos movimentos feministas.

O *Standing Committee of the Status of Women* (FEWO) - Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns - foi criado na 38ª legislatura do parlamento canadense em 2004. Embora este seja o primeiro Comitê Permanente sobre a Condição das Mulheres, uma subcomissão sobre a condição da mulher (no âmbito do Comitê sobre saúde e bem-estar, assuntos sociais, idosos e o estatuto da mulher) existiu durante a 34ª legislatura do Parlamento Canadense iniciada em 1988.

A participação das deputadas e deputados na FEWO se faz por meio da indicação dos partidos que possuem mandatos na casa. Em geral, os partidos políticos estão representados nas comissões, na proporção de sua representação na Câmara dos Comuns. A presidência do Comitê pode ser ocupada por um deputado ou deputada que tenha sido nomeado pelo presidente da Câmara dos Comuns ou eleito na primeira reunião do Comitê. Presidentes e vice-presidentes são eleitos no início de uma sessão, e somente um membro regular do Comitê pode se candidatar ao cargo de presidente.

A Câmara dos Comuns se refere às questões de gênero e o Comitê, às análises e ao relatório. O Comitê tem amplo poder para estudar as políticas, programas, gastos e legislação de departamentos e agências, incluindo a SWC no que diz respeito à condição das mulheres. O Comitê tem desenvolvido diferentes estudos sobre a condição da mulher no Canadá. Entre eles podemos destacar o estudo sobre o abuso contra a mulher idosa, a violência contra as mulheres, a equiparação salarial, a *accountability* dos mecanismos de igualdade de gênero e a análise baseada em gênero.

Durante a pesquisa de campo nas capitais federais, realizada no período de janeiro a junho de 2011, foram coletadas entrevistas com parlamentares brasileiras da 54ª Legislatura (2011-2015) e com parlamentares canadenses da 40ª Legislatura que iniciou em 18 de novembro de 2008 e terminou em 26 de março de 2011⁹⁰. No Brasil e no Canadá foram enviados dez pedidos de entrevista via correio-eletrônico para as deputadas da base aliada do governo bem como da oposição com trajetória de atuação ligada às questões de gênero e que fossem membros da Bancada Feminina na Câmara

⁹⁰No Canadá, a entrevista de campo foi realizada no período de janeiro a março de 2011. Em maio de 2011 ocorreram as eleições federais que resultaram em mudanças nos membros do FEWO em detrimento do aumento no número dos assentos ocupados pelo Partido Conservador na Câmara dos Comuns. Duas deputadas entrevistadas não foram reeleitas, Anita Neville e Nicole Demers. Hedy Fry e Irene Mathysen foram reeleitas, Fry saiu da presidência da FEWO e Mathysen, em 15 de novembro de 2011, foi eleita para ocupar o cargo de presidenta da FEWO.

dos Deputados e do Comitê Permanente da Condição das Mulheres na Câmara dos Comuns⁹¹.

A entrevista com as parlamentares teve como objetivo compreender o ponto de vista das mulheres que participam de espaços estratégicos para as políticas de igualdade sobre o atual cenário da igualdade de gênero a partir de três pontos: atuação das parlamentares, políticas de igualdade, relação entre parlamentares e movimentos feministas.

No Brasil, as deputadas entrevistadas foram: Janete Pietá (PT-SP) coordenadora da bancada, Luiza Erundina (PSB-SP) membro da bancada e Luciana Santos (PC do B – PE) também membro. No Canadá as deputadas entrevistadas foram: Hedy Fry (Partido Liberal – Vancouver) presidente do Comitê, Anita Neville (Partido Liberal - Manitoba), membro, Nicole Demers (Bloc Québécois - Quebec) e Irene Mathysen (Partido da Nova Democracia - Ontário) também membro⁹².

6.1 Bancada Feminina da Câmara dos Deputados do Brasil

A Bancada Feminina da Câmara dos Deputados compõe a estrutura do Parlamento Brasileiro e sua função é trabalhar para que as demandas das mulheres brasileiras possam ser atendidas pelo Estado. A atuação da bancada é permanentemente influenciada por fatores internos e externos que definem o jogo político no parlamento.

Chegar ao parlamento continua sendo um desafio repleto de obstáculos para as mulheres brasileiras e se configura como um dos problemas que impedem o avanço da igualdade de gênero no país. Para Luiza Erundina (informação verbal)⁹³, deputada federal pelo PSB e ex-prefeita da cidade economicamente mais importante do país, São Paulo, o Brasil precisa de uma reforma política para garantir o aumento da representação das mulheres na política, pois,

Após o processo constituinte 1988, depois de mais de 20 anos de ditadura e restrições às liberdades democráticas, as mulheres novamente voltaram ao cenário político e a protagonizar lutas sociais, lutas sindicais, lutas por direitos humanos, luta por direitos sociais, direitos individuais, direito de cidadania [...]. No momento atual brasileiro estamos tentando gestar uma

⁹¹Entre as 20 solicitações de entrevistas, 10 referente ao Brasil e 10 referente ao Canadá, apenas 3 deputadas da base aliada do governo no Brasil responderam positivamente ao pedido de entrevista, e no Canadá apenas quatro deputadas de oposição ao governo concordaram em conceder entrevistas.

⁹²Atualmente Irene Mathysen é a presidenta da FEWO.

⁹³ERUNDINA, Luiza. Deputada federal pelo PSB e ex-prefeita da cidade de São Paulo. 02 jun. 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida para a pesquisa na Câmara dos Deputados.

reforma política com a participação da sociedade civil organizada para que possamos romper com as dificuldades e as resistências muito poderosas que existem no parlamento brasileiro contra qualquer mudança, contra qualquer reforma, porque qualquer tentativa de alterar as regras eleitorais, o jogo partidário, é vista como ameaça ao poder masculino, autoritário, patriarcal e que está na raiz do estado brasileiro com seus reflexos na organização e na vida da sociedade.

Para Erundina (2011) a sociedade brasileira, assim como o seu parlamento, são influenciados por forças conservadoras para impedir que mudanças ocorram e que estas possam ofuscar a soberania do poder masculino, autoritário e patriarcal que, segundo a parlamentar, impera no país. O discurso da parlamentar é uma crítica à supremacia do poder masculino no mundo da política e à cultura brasileira que ainda não reconheceu o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

O machismo para as parlamentares entrevistadas se dá como um traço cultural da sociedade brasileira e se reproduz em escala ainda mais forte na dinâmica dos partidos, que excluem as mulheres da vida partidária e não fazem o debate das questões de gênero. Os partidos políticos, afirma a ex-prefeita de São Paulo, não facilitam a abertura de espaços para as mulheres:

[...] o partido não é um elemento que favorece a participação das mulheres na disputa e ocupação de espaços de poder em nosso país. Os partidos são autoritários, excluem as mulheres da sua direção. Nós temos poucas mulheres nas direções partidárias. Os partidos têm órgãos de mulheres, mas sem condições de efetivamente funcionar e ter uma atividade forte, interna aos seus partidos.

Os partidos são omissos e não garantem condições para que as mulheres participem ativamente da vida partidária. Apesar dos cargos e cotas previstos nos estatutos dos partidos para as mulheres, a prática diária para garantir o que está previsto nos regimentos internos encontra dificuldades.

O Partido dos Trabalhadores foi o primeiro no Brasil a criar cotas para as mulheres na direção do partido, 30%⁹⁴. Para a deputada federal, Janete Pietá⁹⁵, membro do Partido dos Trabalhadores, o partido apresenta algumas estratégias para incentivar e

⁹⁴Em seu “IV Congresso Nacional” realizado em setembro de 2011 em Brasília, o Partido dos Trabalhadores em uma decisão inédita na história do partido aprovou por maioria indiscutível a paridade de gênero, prevendo participação feminina de 50% na composição das direções, delegações, comissões e cargos com funções específicas de secretarias.

⁹⁵PIETÁ, Janete. Deputada Federal (PT-SP) e coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados. 12 maio 2011. Entrevista concedida para a pesquisa por telefone.

apoiar a participação das mulheres na política, mas ao mesmo tempo pondera que as estratégias não são suficientes. Isso significa dizer que,

Agora nesse momento, há um avanço e há uma discussão que não se pode desconsiderar a participação das mulheres, até porque temos uma presidenta da república. O PT hoje tem além de mulheres membros nas executivas, na direção, temos as Secretarias de Mulheres. Se está bom não está, queremos mais porque nós nunca tivemos no PT uma mulher presidenta do partido, nós queremos muito mais. [...] Somos sub-representadas, 47 mulheres deputadas federais equivale a 8,7% de um universo de 92,3% de homens. Nessa questão é estratégico a discussão da reforma política além da discussão sobre a ampliação das políticas públicas voltadas para as questões das mulheres como as creches, restaurantes populares e uma educação que reveja a redistribuição sexual do trabalho. Nós temos que aumentar o número de mulheres no parlamento exatamente para começar via política a mudar essa relação desigual, mas não é só na política. Não é uma questão só da política, mas da sociedade e a política tem que ser um instrumento para mudar essa nossa sociedade patriarcal e sexista.

Para Pietá (2011) o aumento da representação das mulheres na política poderia impactar positivamente a pauta da igualdade entre os gêneros nas instâncias institucionais, mas no contexto atual a “ausência” delas nos espaços de poder tem resultado na dificuldade em disputar e negociar as pautas específicas das mulheres no legislativo.

Para as parlamentares brasileiras, construir relações com os movimentos feministas é uma estratégia importante e dá mais força à pauta dessas questões no espaço parlamentar. Em nossa avaliação, as parlamentares atuando isoladamente sem dialogar com as feministas correm mais riscos de enfraquecer a atuação na busca de respostas institucionalizadas para a questão da desigualdade de gênero.

As relações construídas desigualmente no espaço parlamentar e nos partidos políticos podem ser vistas como um dos obstáculos para o combate à desigualdade de gênero. No Brasil, as poucas mulheres que conseguem um assento no parlamento seguem os direcionamentos dos seus partidos, que nem sempre consideram a atuação em prol da igualdade de gênero como uma pauta importante para um mandato parlamentar.

Além disso, nem todas as mulheres que ocupam os espaços parlamentares têm entre as prioridades do mandato o compromisso com as políticas de igualdade. As parlamentares que se identificam com essa questão tendem a participar mais ativamente das atividades da Bancada Feminina para advogar em conjunto com outras deputadas por um espaço para discutir e demandar as questões das mulheres no parlamento.

A Bancada Feminina desde seu surgimento em 1988 tem sido um espaço aberto à interlocução com os movimentos feministas. Como relatado pelas feministas, o CFEMEA é a organização feminista que tem desempenhado papel de facilitadora do diálogo dos movimentos feministas com a bancada. Podemos considerar que o espaço da bancada é um espaço institucional, onde as feministas podem atuar buscando o apoio das deputadas para provocar ações do Estado.

O resultado do diálogo das feministas com a bancada tem sido construído a cada nova legislatura, e as estratégias de aproximação são definidas de acordo com o contexto político. Assim, nota-se que, se por um lado existe uma abertura para o diálogo entre bancada e movimentos, por outro lado o resultado desse diálogo pode ser afetado diretamente por duas variáveis: uma de ordem quantitativa, e outra de ordem qualitativa.

A variável de ordem quantitativa diz respeito à baixa representatividade das mulheres na Câmara e ao baixo poder de negociação que elas apresentam para com seus pares, homens, que representam mais de 80% na casa de leis. A variável de ordem qualitativa diz respeito à variedade de pontos de vista das deputadas que compõem a bancada. Os pontos de vista são construídos por seus valores pessoais e morais e pelo direcionamento que é dado pelo partido ao mandato dessas mulheres. Nesse caso, algumas deputadas mais progressistas podem se identificar mais com as questões apresentadas pelos movimentos feministas do que as deputadas mais conservadoras, o que torna a construção de consensos em torno das demandas muito difícil.

Mesmo com todas as dificuldades para traduzir as demandas das mulheres em respostas concretas, as deputadas que participam das reuniões e das atividades promovidas pela bancada concordam que houve grandes avanços nas políticas de igualdade nos últimos anos no Brasil. Em entrevista, a coordenadora da Bancada Feminina, Janete Pietá, diz que:

No governo Lula nós tivemos políticas sociais que beneficiaram as mulheres, por exemplo, o crédito às agricultoras familiares e o bolsa família que atende muitas mulheres. No governo Dilma o que eu acho mais significativo foi ela ter indicado como ministra do Planejamento uma mulher, a Miriam que irá coordenar o maior programa de articulação do Brasil que é o PAC, tudo passa pelo planejamento. Além disso, ela anunciou no primeiro discurso que sua vinda abriria caminhos para outras mulheres e que ela seria referência para outras mulheres. Dilma deu prioridade à questão do combate à miséria, e a miséria extrema atinge principalmente as mulheres e as mulheres chefe de famílias negras. Ela se comprometeu com a construção de mais de 6 mil creches além de já ter aumentado o valor do bolsa família que não atende só crianças mas também adolescentes. Na saúde ela está dando prioridade, por exemplo, ao planejamento do combate ao câncer de mama e colo do útero. Eu vejo assim, nós estamos praticamente no início do governo Dilma, mas há

uma sinalização muito importante de que ela tem compromisso com a questão de gênero.

A parlamentar dá mais destaque aos resultados positivos da gestão petista para as mulheres, considerando seu pertencimento ao referido partido, não causa surpresa que seu discurso esteja afinado ao discurso do governo, que tem se focado particularmente ao empoderamento econômico e político das mulheres.

Na mesma direção, a senadora Marta Suplicy (PT-SP) (informação verbal)⁹⁶ destaca alguns avanços importantes ocorridos nas políticas de igualdade no país. Para a senadora:

O presidente Lula desenvolveu ações que acabaram tendo um grande impacto para as mulheres e a presidenta Dilma, com o programa “Brasil Sem Miséria” que articula programas que buscam retirar milhões de pessoas que estão na miséria absoluta no nosso país, as mulheres serão as mais beneficiadas. As mulheres da zona rural vão ter desde sementes, acompanhamento técnico para produzir e conseguir ter uma agricultura mais produtiva e gerir seus próprios negócios. Depois, a promessa que a presidenta fez no dia da sua eleição, das creches que serão construídas nesse país. Isso nós estamos vendo que vai ter um impacto muito grande, porque a creche vai possibilitar todas essas mudanças. A presidenta agora diz que o novo lema do governo é “país rico é país sem miséria”, eu gostaria de acrescentar que o caminho mais curto para um país sem miséria é um país com igualdade de gênero, porque um país com igualdade de gênero tem uma possibilidade de desenvolvimento maior.

A senadora reforça o discurso do combate à feminização da pobreza que está em destaque na retórica governamental e em menor destaque na retórica das feministas, que tem focalizado as suas críticas na dificuldade de se garantir os direitos sexuais e reprodutivos para as mulheres brasileiras.

A feminização da pobreza representa uma barreira para o avanço da igualdade entre os gêneros em diferentes países do mundo. No Brasil a desigualdade de gênero, somada à acentuada desigualdade social, faz com que as mulheres sejam as maiores vítimas da pobreza. As estratégias utilizadas pelo governo para retirar as mulheres da pobreza são necessárias, mas como ressaltaram as feministas, não garantem empoderamento econômico para as mulheres quando se limitam a políticas assistencialistas que reforçam o papel de cuidadora das mulheres e oneraram a jornada de trabalho não pago.

⁹⁶Informação obtida em palestra ministrada pela Senadora Marta Suplicy sobre “As Experiências Legislativas em Gênero na América Latina”, realizada em junho de 2011 na Câmara dos Deputados.

O discurso do combate à pobreza propagado por instituições internacionais, como o Banco Mundial aos países em desenvolvimento coincidentemente ou não, é uma das prioridades adotadas pelo governo Dilma. A forma como a política de combate à miséria é colocada pelo governo não empodera as mulheres porque não provoca mudanças profundas no papel que homens e mulheres desempenham na sociedade, o que permite afirmar que a estratégia está descolada da meta da igualdade de gênero.

Mesmo com as “boas intenções” do governo em avançar nas políticas de igualdade destacadas pelas parlamentares e anunciadas abertamente pela presidenta nos meios de comunicação, existem barreiras tanto burocráticas como políticas e culturais que impedem tais avanços.

Para Luiza Erundina (2011) existe uma distância visível entre o compromisso e a ação do governo:

O governo, os partidos, o sistema como um todo não abraçou a causa das mulheres. Embora nos discursos dos partidos, das lideranças e do próprio governo a questão pareça importante como um compromisso dessas instituições, na prática isso não se traduz em mais verbas e um pouco mais de espaço de poder para as mulheres. Isso é real. Isso ainda é uma luta que temos que travar, acumular forças, conseguir uma pressão política maior, porque a maioria desses órgãos são presididos, dirigidos e comandados por homens. Então se a gente não se fizer fortemente presente na luta e acumular força política de pressão, não se avança muita coisa não. No momento particularmente importante da vida do Brasil, que estamos tentando gestar uma reforma política, que estamos tentando construí-la com a participação da sociedade civil organizada, buscamos romper com as dificuldades e as resistências muito poderosas que existem no parlamento brasileiro contra qualquer mudança, contra qualquer reforma, porque qualquer tentativa de alterar as regras eleitorais, o jogo partidário, é visto como ameaça ao poder masculino, autoritário, patriarcal e que está na raiz do caráter do Estado brasileiro com seus reflexos na organização e na vida da sociedade.

O discurso da ex-prefeita de São Paulo é mais crítico do que o de Pietá, mesmo pertencendo a um partido da base aliada ao governo que é o PSB, a parlamentar tem uma opinião similar a das feministas da AMB que é a dificuldade de se traduzir os compromissos com a igualdade de gênero na prática governamental. Além disso, a ex-prefeita de São Paulo pontua que o jogo político é sempre mais difícil para as mulheres que ainda não podem desfrutar da esfera política como instrumento de empoderamento e transformação para elas. Trata-se de uma situação incapaz de ser resolvida sem uma reforma política, porque as políticas de igualdade do governo federal que estão em seu caráter inaugural - com pouco mais de nove anos - não conseguem e não conseguirão, em poucos anos, resolver um problema enraizado na cultura e na sociedade brasileira há décadas, que é o desempoderamento político das mulheres.

Mesmo com o impacto simbólico da presença de três mulheres no Palácio do Planalto⁹⁷ que ascenderam ao espaço mais alto do poder no governo, desde o início da gestão em janeiro de 2011 a transposição do simbólico para o campo das ações do Estado exige uma atuação de longo prazo capaz de surtir efeito no aumento da participação política das mulheres.

O governo do PT no Brasil, ao longo desses nove anos, buscou garantir espaços institucionais para as mulheres brasileiras na estrutura estatal. A garantia desses espaços foi resultado de um diálogo estabelecido entre os movimentos feministas e o candidato Lula ainda na campanha presidencial. Apesar do empenho na criação desses mecanismos, a deputada federal Luciana Santos⁹⁸ do PC do B assegura que existem grandes obstáculos para que a igualdade possa ser traduzida na atividade cotidiana das mulheres:

[...] não é simples porque ainda não alcançamos a igualdade de gênero no mercado de trabalho. As mudanças culturais precisam de um tempo histórico para poder acontecer. [...] Então a rigor nós ainda não temos igualdade de gênero. Mesmo na justiça nós ainda estamos longe de alcançar uma situação em que nós mulheres possamos ter uma ferramenta eficaz em relação à defesa dos nossos direitos. O que eu acho que nós avançamos muito é na consciência da opressão. Por mais que historicamente tenha dados irrefutáveis da condição de desigualdade que a mulher vive, não existia uma consciência em si dessa desigualdade. Eu acho que hoje nós demos um salto muito grande nisso. Eu penso que mais recentemente com a vitória da Dilma, no subjetivo, no imaginário popular, isso é uma afirmação muito grande do papel público das mulheres, para que elas saiam do seu papel privado.

Luciana Santos (2011) em sua entrevista apresenta um discurso que reconhece a permanência da desigualdade entre os gêneros no país como resultado de uma cultura que não reconhece o papel ativo que as mulheres desempenham na sociedade. Assim como Perrot (1988) afirmou em seu estudo sobre a história das mulheres que as mesmas nunca aceitaram a condição de desigualdade ao longo de diferentes momentos históricos, a consciência da desigualdade passa a ser uma etapa primordial para o reconhecimento de que a diferença de gênero tem implicações no papel que mulheres desempenham na sociedade tal como ressaltou a parlamentar. Para a deputada, a presença de uma mulher na presidência representa simbolicamente uma afirmação das mulheres enquanto atrizes políticas.

⁹⁷A presidenta Dilma nomeou Ideli Salvati para o cargo de Ministra de Relações Institucionais e Gleisy Woffmann para o cargo de ministra-chefe da Casa Civil em 2011.

⁹⁸SANTOS, Luciana. Deputada Federal (PC do B-PE) e membro da Bancada Feminina. 10 maio 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida para a pesquisa no seminário “A Reforma Política no Brasil e as Mulheres”, promovido pela Bancada Feminina da Câmara dos Deputados

As mulheres nunca foram vistas como uma prioridade de ação do governo federal, até que o Partido dos Trabalhadores assumisse o comando do país em 2003 e criasse a Secretaria Especial de Políticas que promoveu uma série de atividades e políticas nunca pensadas na gestão pública brasileira.

Para Avelar (2011), os partidos de esquerda são mais sensíveis às demandas feministas do que os de centro ou de direita. Como foi possível notar no discurso das feministas canadenses e brasileiras, faz diferença o governo ser de esquerda já que nesse tipo de governo elas apontam que os movimentos feministas têm espaço para dialogar e as suas demandas têm mais possibilidades de serem incorporadas pelo Estado do que em governos de direita.

A criação da SPM pelo governo Lula foi uma resposta a uma demanda antiga dos movimentos feministas: a criação de um órgão específico para pensar e elaborar as políticas de igualdade. A SPM surge dessa maneira como uma ferramenta inovadora na gestão pública federal e traduz um compromisso do governo em integrar as questões de gênero no Estado. Janete Pietá, deputada federal (PT-SP) e coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados em sua entrevista adverte, porém, que as questões das mulheres não devem ficar guetizadas em uma secretaria, pois são questões de caráter transversal:

Por exemplo quando se estabelece uma política de habitação, prioridade para as mulheres, prioridades para grupos de extrema miséria como nas favelas as mulheres não estão aí? Então a secretaria é responsável por trabalhar e estimular nos ministérios a priorização das mulheres. Não resta menor dúvida que temos que ampliar o trabalho e esse ano houve um corte geral no orçamento. É importante estabelecer mais verbas para a secretaria porque ela tem a função de monitorar e de fazer um trabalho nacional no combate à violência na elaboração de políticas de segurança para a mulher. Então essa questão da mulher não é tratada apenas pela secretaria, mas ela é tratada no ministério das cidades com políticas de habitação popular, é tratada na educação e na qualificação.

Para a deputada federal o governo está comprometido com a transversalização das questões de gênero e a Bancada Feminina com a transversalidade, na medida em que negocia um orçamento de gênero mais favorável para as mulheres e cobra a implementação das políticas do governo. As feministas da AMB, ao contrário de Pietá, destacaram que a transversalidade das questões de gênero é um dos grandes desafios colocados hoje no Brasil para se avançar na igualdade entre os gêneros.

Em termos de espaço de diálogo, a Bancada tem oferecido abertura para que os movimentos feministas apresentem suas demandas e discutam os problemas

vivenciados pelas mulheres brasileiras dando importantes passos para formalizar a presença e o peso das mulheres na vida parlamentar. Em recente publicação sobre as oito décadas do voto feminino no Brasil, Azevedo e Rabat (2011) apresentam algumas conquistas capitaneadas pelas diferentes gestões da bancada:

- Gestão da deputada federal Iara Bernardi (PT-SP) no período de 2003 a 2007 - foi retirada do Código Penal a expressão “mulher honesta” (Projeto de Lei 117/03), considerada ofensiva pelos movimentos feministas por se referir a um conceito definido segundo padrões masculinos - e, geralmente, com conotação sexual; foi lançada na Câmara dos Deputados a Plataforma Política Feminista da AMB com o posicionamento das mulheres brasileiras sobre as grandes questões nacionais como participação na vida política e democracia e foi aprovada a Lei Maria da Penha que cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal.
- Gestão da deputada federal Luiza Erundina (PSB-SP) no período de 2007 a 2008 – implantação sistemática de reuniões internas da bancada e criação do Regimento Interno da bancada.
- Gestão da deputada federal Sandra Rosado (PSB-RN) no período de 2008 a 2009 – criação da Procuradoria Especial da Mulher na Câmara e destinação de assento para a Coordenadora da Bancada no Colégio de Líderes.
- Gestão da deputada federal Alice Portugal (PC do B – BA) no período de 2009 a 2010 – aprovação da minirreforma política, Lei 12.034/09, que garante que as legendas componham as chapas de 30% das vagas, além da obrigatoriedade de os partidos destinarem 5% do fundo partidário para a capacitação de lideranças femininas e a garantia de 10% do tempo das inserções anuais das legendas na rádio e na TV reservados para as mulheres.
- Gestão da deputada federal Janete Pietá (PT – SP) no período de 2010 a 2011 - eleição direta da Procuradoria da Mulher por voto direto da Bancada Feminina, indicação de uma deputada para vice-liderança do governo, reunião da bancada com ministros e ministras, criação de grupo de trabalho para discutir temas específicos sobre a questão da mulher.

Nota-se que as referidas gestões da bancada incidiram no parlamento de forma exitosa e criaram espaços políticos importantes para o aumento da representação feminina na esfera política parlamentar. A estruturação da bancada a cada nova gestão tem mostrado a capacidade de articulação das parlamentares e criado oportunidades políticas para a incidência feminista no parlamento.

As políticas de igualdade no Brasil, segundo as parlamentares, são resultantes da abertura de diálogos entre a sociedade civil, parlamento e governo. Em entrevista Luiza Erundina (2011) diz que as políticas de igualdade são fruto inclusive de conferências com uma participação ativa da sociedade civil:

Nas conferencias foram elaboradas propostas muito interessantes, muito avançadas e que expressam exatamente o pensamento das mulheres brasileiras nos estados e municípios. A luta das mulheres tem avançado e se traduz exatamente nos programas, nos projetos e na política da secretaria. Agora, isso exige orçamento, uma condição objetiva para que esses programas e esses projetos se viabilizem. Mas do ponto de vista do debate, da organização, da mobilização e da presença das mulheres em todos os espaços onde se luta, onde se indica mudanças, isso é evidente. Quer dizer, as mulheres estão mobilizadas, ampliando seu espaço de organização, de mobilização e isso faz diferença. Vamos ter a III Conferencia este ano. Temos que avaliar o que aconteceu com as duas primeiras e ir avançando. O fato de ter mais mulheres no governo é uma promessa importante.

O orçamento para as políticas de igualdade citado pela parlamentar como uma barreira à aplicação das políticas também é visto pelas feministas da AMB como prejudicial ao enfrentamento das desigualdades. A bancada tem buscado atuar para a defesa do orçamento de gênero com a parceria dos movimentos feministas, mas como dito anteriormente, é uma atuação que envolve diversos jogos de interesse e os resultados não dependem apenas da aliança entre a Bancada e os movimentos feministas.

Segundo informação disponibilizada no endereço-eletrônico do CFEMEA, o governo sugeriu um corte brusco no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA) de 2012, propondo um corte total de R\$ 62.674.625,00, valor este que significa um corte de metade dos recursos autorizados em 2011 para os programas de enfrentamento à violência e de direitos das mulheres que juntos, em 2011, tiveram uma verba autorizada na LOA de R\$ 118.537.142,00⁹⁹.

⁹⁹*Novo ciclo orçamentário: O desafio das mulheres no enfrentamento das desigualdades.* Disponível em: <http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3646&catid=210&Itemid=145>. Acesso em: 28 fev. 2012.

Os cortes no orçamento para as políticas de igualdade são frequentes, o que exige habilidade de negociação intensa das parlamentares e feministas em diferentes tipos de ações como lobby, audiências públicas, reuniões de comissão ou no diálogo com os relatores dos projetos orçamentários, para evitar retrocessos para as mulheres.

A composição da bancada é renovada a cada quatro anos com as eleições federais, o que direciona a construção de novas relações e prioridades de atuação. Para a coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados, Janete Pietá (2011), não é um tarefa simples:

[...] essa nova bancada tem desafios muito grandes porque grande parte das deputadas são novas e nem todas são de partidos mais a esquerda. Como é que eu estou trabalhando essa questão das diferenças? Primeiro passo é nos conhecermos e nos agrupar em cima de alguns temas como a igualdade no mercado de trabalho outra forma que estou trabalhando é para colocar a Bancada em contato com os ministros (eu tenho essa facilidade porque sou do PT e conheço vários deles). É uma forma que está dando resultado, uma forma das parlamentares conhecerem os ministros e também conhecer o programa dos ministérios. Nós já fizemos reuniões com a ministra Iriny Lopes, depois foi o ministro da saúde Alexandre Padilha. Elas gostaram muito da reunião com o Ministro da justiça, pois discutiram a questão da mulher no espaço prisional e daí surgiu uma proposta de se criar um grupo de trabalho com os ministérios que tratam da questão da mulher no espaço prisional para fazer uma avaliação das leis e das condições precárias dos presídios e das mulheres nos presídios. Nós trabalhamos temas que nos unem, por exemplo, a questão da reforma política para mostrar a importância do financiamento público, das listas e da participação paritária da mulher. Nós iremos discutir quais são os projetos que cada deputada considera prioridade para que eu possa levar para a reunião de líderes já que a bancada tem assento no Colégio de Líderes. O espaço ainda pequeno mais nós estamos avançando, por exemplo, a aprovação do fim da revista íntima, a permissão para que os avós possam encontrar com os netos foram projetos que a bancada priorizou. Agora estamos priorizando a equidade no mundo no trabalho.

Os pontos destacados por Pietá (2011) demonstram que a coordenadora tem priorizado a aproximação da bancada com o governo, o que podemos considerar como uma estratégia importante para a institucionalização das demandas das mulheres. O trabalho que a bancada desenvolve na câmara é construído diariamente, apesar de ser uma minoria, já que em um universo de 513 deputados apenas 46 são mulheres na legislatura atual, é uma minoria com voz para demandar, disputar e negociar as demandas das mulheres no espaço parlamentar. Para a deputada Erundina, a bancada é muito ativa e influencia a dinâmica da casa, mas reforça que não é um jogo fácil, pois:

É uma casa com a maioria esmagadora de homens, e homens na maioria deles que não tem sensibilidade para questão de gênero. Os partidos também

não se envolvem nesse debate, não expressam concretamente o compromisso com a questão da emancipação da mulher, da ampliação dos espaços de poder dentro dos próprios partidos. E esse é o caminho que a gente está percorrendo e juntando forças pra adquirir condições políticas para avançar.

Apesar da legitimidade conquistada pela bancada no espaço da Câmara, nota-se que a sua atuação isolada, sem a parceria com os movimentos feministas, não é estratégica para pautar as questões das mulheres no espaço parlamentar. Bancada e movimentos são parceiros, e para Erundina a relação é boa, pois, nos momentos de discussão de temas de interesse geral das mulheres, os movimentos estão presentes por meio da Articulação de Mulheres Brasileiras ou de outras entidades. A deputada Luciana Santos (2011) apresenta o mesmo ponto de vista de Erundina, e reforça que:

Todas nossas iniciativas são sempre articuladas com essa rede de mulheres em nível nacional. Nós temos o CFEMEA, que é uma instituição que acompanha a tramitação dos processos legislativos referentes à questão da mulher no congresso. Então tem uma capilaridade, uma relação muito forte com os movimentos feministas. Em Pernambuco que é o meu estado, por exemplo, nós temos uma rede feminista fortíssima, que tem historicamente um papel espetacular, a ponto que pela primeira vez no governo estadual nós temos uma Secretaria Especial de Mulheres com status de secretaria. Então isso ajuda muito, e o próprio governador é muito sensível a esse tema e entende essa temática como transversal, como algo que precisa se traduzir em todas as outras políticas públicas do seu governo.

A deputada enfatiza a questão da regionalização das políticas como a principal problemática para o alcance das políticas de igualdade no país. As políticas de igualdade não podem ficar sob responsabilidade exclusiva da SPM, que não tem estrutura nem orçamento necessário para trabalhar nos estados. Tais políticas devem também ser adotadas como uma das prioridades de ação dos governos estaduais. A guetização das políticas para as mulheres também é uma preocupação das feministas da AMB, o que enfraquece o combate à desigualdade.

Poucos são os governos estaduais que apresentam em sua estrutura uma Secretaria Estadual da Mulher. Pernambuco é um desses estados afirma Santos (2011) em entrevista. A mesma lógica pode ser aplicada nos municípios brasileiros, que em sua grande maioria ainda não se atenta para a importância de priorizar as políticas de igualdade e ficam na dependência de que as políticas do governo federal cheguem até as suas localidades.

A parceria entre Bancada Feminina e movimentos feministas, destacada pelas deputadas brasileiras, assume um novo desenho a cada contexto político. E em tempos de constrangimento para a atuação, essa parceria pode não resultar em garantias para as

mulheres, mesmo com a ação de lobbys e negociações constantes para a incorporação das demandas no parlamento.

Em uma reunião da Bancada Feminina com representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras de vários estados brasileiros no parlamento, a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) (informação verbal)¹⁰⁰ fez uma avaliação das dificuldades enfrentadas pela bancada a partir da sua vivência no espaço legislativo:

Eu fiquei 13 anos distante do parlamento e percebo que algumas políticas que nós naquela época (época da constituinte 1988) já trabalhávamos não avançaram. Mas o que nós temos e é significativo para nós foi por causa da mobilização de nós mulheres. [...] Eu nunca vou me esquecer do poder do lobby na constituinte. Se temos algo de avanço de direitos da política de gênero na constituição brasileira, nós devemos ao lobby do batom que funcionou como uma importante mobilização pelos direitos da mulher em nosso país. Se existem hoje políticas para igualdade eu acho que todas nós devemos contribuir. Estamos encontrando dificuldades para trabalhar nas comissões, eu tenho essa leitura de que parece que temos avanços, mas por outro lado nós estamos e devemos ter consciência de que os avanços conquistados até então estão sendo confrontados diariamente. [...] eu que estou na comissão de segurança pública e de combate ao crime, ao ver uma manifestação como a do deputado Bossonaro é um negócio de enlouquecer, e assim enfrentamos internamente várias dificuldades para garantir as propostas que aqui estão.

Para Benedita da Silva a mobilização das mulheres é necessária e tem um papel de propulsora de mudanças visto que as oportunidades políticas para a ação estão abertas, e o Estado atende às demandas dos movimentos integrando-as em suas políticas. Um exemplo desse tipo de atuação bem sucedida foi a mobilização social, que resultou na Constituição de 1988, um marco para o estabelecimento de um compromisso do Estado em combater a desigualdade de gênero e uma sinalização de que a atuação das feministas com as deputadas era fundamental para conquista dessas demandas.

Após o processo constituinte, depois de mais de vinte anos de ditadura e restrições às liberdades democráticas, as mulheres novamente voltaram ao cenário político e a protagonizar lutas sociais, sindicais, por direitos humanos, por direitos sociais, individuais e de cidadania. Assim, podemos avaliar que existiu uma relação direta entre as mulheres que tiveram uma participação ativa no processo de redemocratização do país e as parlamentares, que incidiram na esfera política para que a Constituição pudesse avançar em conquistas nos direitos sociais, individuais, trabalhistas, previdenciários e também de cidadania política.

¹⁰⁰REUNIÃO DA BANCADA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. 13 set. 2011. Brasília, DF.

A relação atual entre a Bancada Feminina e os movimentos feministas não tem a mesma intensidade que apresentou em 1988, quando várias garantias constitucionais foram conquistadas para as mulheres. As oportunidades políticas para a atuação, hoje, são outras, assim como os constrangimentos, as controvérsias e as disputas.

Apesar do diálogo até certo ponto aberto entre a Bancada Feminina, os movimentos feministas e o governo, podemos avaliar que existem limitações que podem interferir nas garantias para as mulheres. Se em um primeiro momento nota-se que, com o governo Lula as mulheres tiveram importantes conquistas na institucionalização de suas demandas, em um segundo momento as políticas não puderam se materializar de forma ampla em razão do orçamento reduzido que a SPM tem em relação a outros ministérios.

A coordenação da Bancada, ocupada por uma deputada de um partido de esquerda, pode ser vista como fator que favorece a aproximação dos movimentos feministas nesse espaço de diálogo. As deputadas aqui entrevistadas, filiadas ao PT, PSB e PC do B, apresentam um discurso consensual no que diz respeito à desigualdade de gênero no país. Para elas, as conquistas dos últimos anos não foram capazes de garantir a inclusão igualitária das mulheres na sociedade, na economia e na política; existem muitos obstáculos a serem superados.

Partidos aliados ao governo como PSB e PC do B apresentam, assim como o PT, visão mais progressista e comprometida da igualdade de gênero. As deputadas dos referidos partidos aqui entrevistadas, embora apresentem discurso diferenciado sobre o que consideram conquista para as mulheres, são unânimes em reconhecer que existe um compromisso retórico e prático do governo brasileiro com a integração de gênero no Estado; um compromisso que segundo elas foi construído pela mobilização das mulheres nos movimentos feministas.

Diante dos constrangimentos apontados pelas parlamentares para atuar de forma mais incisiva e com mais chances de resultados no parlamento e no governo, observa-se que elas consideram de extrema importância manter um canal de comunicação com os movimentos feministas que dão sustentação para a atuação da bancada, seja levando demandas, promovendo ações de lobby, participando das reuniões e audiências públicas ou denunciando os problemas vivenciados pelas mulheres em várias regiões do país.

As parlamentares apresentaram um ponto de vista sobre as relações construídas entre parlamento e sociedade civil para a incorporação das questões de gênero, os

avanços e obstáculos. Outros pontos de vista poderiam ter sido construídos se, por exemplo, as entrevistas fossem de deputadas dos partidos de oposição ao governo.

6.2 Comitê Permanente da Condição das Mulheres na Câmara dos Comuns do Canadá

No Parlamento Canadense a FEWO atua para que as mulheres canadenses possam ter os seus direitos garantidos pelo Estado. Como dito anteriormente, o sucesso em suas atividades bem como a eleição das prioridades de ação depende de fatores internos e externos ao parlamento.

A sub-representação das mulheres no parlamento é apontada pelas deputadas de forma consensual, como um problema para avançar na igualdade entre os gêneros. Chegar até o parlamento não foi um percurso desprovido de obstáculos para essas mulheres. Nesse sentido, Anita Neville (informação verbal)¹⁰¹ aponta algumas dificuldades enfrentadas pelas mulheres que desejam seguir a carreira política:

Muitas vezes, quando você pergunta para as mulheres que estão concorrendo nas eleições federais quais são as dificuldades, elas citam razões familiares como sua maior preocupação. Vivemos em um país grande, o parlamento não é projetado para acomodar a vida familiar, você tem que ir e vir toda semana. Quero dizer algumas mulheres fazem isso. Você tem que ir e vir e quando você está em casa no fim de semana, você tem mais trabalho parlamentar para fazer, por isso é difícil. Os partidos políticos são agora não, os conservadores, mas o NPD, os liberais e o Bloc Québécois estão certamente comprometidos com a garantia de espaço para as mulheres tanto nas candidaturas como nas legislaturas. A realidade é que você tem que apresentar candidaturas femininas para a política federal em lugares que elas têm uma possibilidade de ganhar, e para participar do processo eleitoral apenas por participar não é realmente justo. Assim, as partes devem fazer esforços especiais, tem que haver um compromisso de forma sistêmica para garantir mais assentos para as mulheres.

A construção das candidaturas femininas para as parlamentares canadenses é permeada de obstáculos que devem ser vencidos pelas mulheres, desde o momento da decisão de se candidatar. As mulheres enfrentam dificuldades para que os seus nomes sejam referendados nas listas de candidatos dos partidos em um processo eleitoral. Para Nicole Demer¹⁰² uma das dificuldades é que as mulheres não têm tanto tempo para se dedicar as atividades políticas em razão do trabalho e dos cuidados com a família,

¹⁰¹NEVILLE, Anita. Deputada Federal (PL-Manitoba) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense. 9 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa, no Parlamento Canadense (tradução nossa).

¹⁰²DEMERS, Nicole. Deputada Federal (Bloc Québécois – Quebec) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense. 9 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa, no Parlamento Canadense (tradução nossa).

Uma vez que as mulheres são nomeadas, elas têm tanta chance quanto os homens para se tornarem MPs, elas podem ser eleitas. É um clube de velhos. Assim, homens que estão lá há muitos anos, quando saem, eles não querem uma mulher em seu lugar, eles já têm alguém para dar o lugar e geralmente é um homem. Lugares escritos, nós os chamamos de escritos, você tem que procurar alguém para tomar o lugar do MP. Se for uma boa escrita e que tenha certeza que você vai ganhar, se é uma escrita com mais de 20 000 vozes, eles não vão colocar uma mulher lá, eles vão colocar um homem. Portanto, é muito difícil. As mulheres não têm a mesma maneira de fazerem-se conhecidas, porque na maioria das vezes trabalham, vão para casa e cuidam dos seus filhos porque isso não mudou. Mesmo que o papel da mulher tenha mudado, as mulheres estão no mercado de trabalho há muitos anos, mas o seu papel em muitas instâncias ainda é o mesmo. Homens participam mais da vida política, mas nem todos os homens participam. A mulher muitas vezes tem o seu trabalho e tem que cuidar dos filhos e da casa, por isso, não sobra muito tempo para jogar golfe com os meninos.

Ao observar as colocações das deputadas sobre a dificuldade que as mulheres têm em adentrar e permanecer nos espaços políticos, notamos que o problema assume dimensões que vão além do processo da construção das candidaturas femininas. A repercussão está no trabalho parlamentar diário em que a disputa pela situação de desigualdade tem ocasionado perda para as mulheres, de modo que os temas de interesse delas deixam de se transformar em projetos de lei devido ao desempoderamento delas na casa das leis.

As mulheres, minorias no parlamento canadense, disputam espaços em condições desfavoráveis porque, mesmo que exista um espaço para discutir exclusivamente a condição das mulheres canadenses no parlamento, como é o caso da FEWO, trata-se de um espaço dentro de uma estrutura de poder predominantemente masculina.

Ao analisar o discurso das feministas e das deputadas, notamos que mesmo que a existência da FEWO no contexto atual sirva de contraponto ao cenário pouco favorável à inclusão das temáticas de gênero no Estado, ainda sim apresenta limitações já que a existência desse espaço não é descolada das forças políticas em vigência e, portanto, não há garantias concretas para as mulheres, pois depende de muita negociação das parlamentares com as bancadas de oposição e do governo, além de um lobby permanente dos movimentos feministas.

Dentro do parlamento canadense, a estrutura da FEWO evidencia que as oportunidades políticas influenciam diretamente nos resultados do Comitê. Assim, a FEWO precisa de uma base de sustentação para atuar, sem um governo que assuma as questões de gênero como prioridade e sem uma base parlamentar comprometida com

tais questões e sensível aos temas de gênero, ao escopo dos trabalhos bem como ao fato de terem seus resultados reduzidos e até minimizados. É um jogo político repleto de nuances e disputas, quando os constrangimentos para atuação estão mais evidentes que as oportunidades políticas.

Para as deputadas canadenses entrevistadas nessa pesquisa, existe um longo caminho a ser percorrido para que todas as mulheres possam gozar de oportunidades iguais de inclusão na sociedade canadense. Na visão de Neville (2011) o atual governo federal não está comprometido com a defesa das mulheres ou com o avanço real da igualdade de gênero:

[...] Ele se esconde atrás do guarda-chuva da igualdade entre homens e mulheres por meio do discurso de que “estamos todos legitimamente iguais perante a lei”. Mas não somos iguais no que a vida proporciona para nós, nas oportunidades ou nos impedimentos não há apoio e não há reconhecimento das barreiras enfrentadas pelas mulheres. Eu diria que no Canadá, a igualdade de gênero retrocedeu ao longo dos últimos cinco anos sob este governo e eu não quero ser excessivamente partidária, mas acredito que este governo não está comprometido com o avanço das questões específicas para as mulheres, certamente, questões progressistas, e muito do que foi alcançado no passado por liberais e conservadores pelo governo anterior foi desfeito pelo regime Harper.

Para a deputada Federal (PL-Manitoba) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento, Anita Neville, existem duas situações colocadas: o discurso governamental sobre igualdade e a realidade vivenciada pela diversidade de mulheres no Canadá. Esse também é o posicionamento defendido pelas feministas canadenses, conforme vimos no Capítulo 5. Ao observar a existência de discursos divergentes entre o governo, os movimentos feministas e as parlamentares membros da FEWO que integram os partidos de oposição, evidencio que a falta de consenso no que se diz respeito ao que esses partidos avaliam como a inclusão das mulheres na sociedade canadenses, gera tensões e cria uma situação de constrangimento para o governo.

Mesmo com o elevado desenvolvimento econômico e social o país não eliminou a desigualdade entre os gêneros. Como aponta a pesquisa *Global Gender Gap Report* (2011), o Canadá está na 18ª posição no índice da igualdade entre os gêneros. Uma posição privilegiada, se compararmos com o Brasil que ocupa a 84ª posição, mas que não eliminou completamente os problemas vivenciados pelas mulheres em razão da desigualdade entre os gêneros.

A proximidade entre os discursos das feministas e as parlamentares pode ser vista como uma concordância sobre a permanência da desigualdade de gênero no país e a constatação de que a ausência de políticas de igualdade mais amplas e efetivas acentua a situação de vulnerabilidade que muitas delas se encontram, como é o caso das mulheres negras, indígenas, imigrantes e pobres.

A cultura também se configura como fator que pode reforçar a desigualdade entre os gêneros. No Canadá, avalio que a existência de uma visão conservadora e machista do governo como sugeriu Neville (2011), no trato das questões que envolvem diretamente as mulheres, pode ser interpretada como uma estratégia institucionalizada com o objetivo de tornar o papel das mulheres, na sociedade, secundário. O discurso das feministas e das parlamentares mostra que a rejeição a esse tipo de estratégia, de invisibilizar os problemas enfrentados pela diversidade de mulheres no país, está presente e podemos avaliar como geradora das tensões que tornam inviável o diálogo entre governo e sociedade civil. Ainda para Anita Neville:

Este governo acredita que as mulheres devem ficar em casa, ter seus bebês e criar seus filhos, ignoram totalmente a contribuição das mulheres na economia. As mulheres precisam de recursos para sua própria família e as coisas como educação e um trabalho fazem a diferença na vida de muitas. O governo também não reconhece a diversidade de famílias que existem no Canadá. Em sua mente, a família é uma mãe, um pai e filhos, e você e eu sabemos que existem muitos tipos de famílias a partir dos casamentos homossexuais, dos avós que educam seus netos ou até mesmo de parentes envolvidos na educação dos filhos, eles simplesmente não reconhecem essa realidade.

Para a deputada, o governo apresenta um discurso que tem como objetivo reforçar o papel de mãe e cuidadora que foi dado às mulheres ao longo da história, o que tem causado implicações negativas ao empoderamento das mesmas. A questão colocada sobre o não reconhecimento da contribuição das mulheres na economia, está presente no discurso das feministas canadenses. Para ambas existe desequilíbrio entre o trabalho e as responsabilidades familiares das mulheres, o que faz com que elas tenham que optar por trabalhos em período parcial e com remuneração inferior, para que possam destinar mais tempo aos cuidados com a família.

Para a deputada federal (NPD-Ontário) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense, Irene

Mathysen (informação verbal)¹⁰³, os progressos das décadas de 1960, 1970 e 1980 que permitiram o ingresso das mulheres no mercado de trabalho, garantindo um aumento significativo na qualidade de vida, não fazem parte do cenário atual, pois:

Na década de 1960 e 1970 nós estávamos lutando por coisas como creches, habitação justa e igualdade de remuneração. Também foi um momento difícil em razão do final da II Guerra Mundial, ainda havia um pensamento de que as mulheres eram secundárias, os homens eram os chefes de família e não importava se as mulheres ganhavam menos ou estavam trabalhando em tempo parcial. Mas na década de 1970, talvez até antes, cada vez mais as mulheres eram chefes de famílias e precisavam trabalhar mais e mais, pois o custo de tudo, o custo da habitação, da criação dos filhos exigia mais renda. As mulheres não estavam bem representadas nas profissões. Apenas cerca de 20% dos advogados eram do sexo feminino, apenas cerca de 20% das mulheres estavam entrando na profissão médica, e faltavam mulheres nas carreiras executivas no Canadá. As mulheres assumiram a liderança e começaram a fazer exigências e foi nesse período que o Canadá estava no processo de reformulação da constituição. Mulheres exigiram que fossem incluídas nessa constituição, que fossem reconhecidas pelo papel importante que desempenham na economia, na sociedade e nas comunidades. Então elas se organizaram e fizeram pressão política, e o resultado final foi que sim, fomos reconhecidas na Constituição e não havia uma Comissão Nacional da Condição da Mulher, ela foi apoiada pelo governo federal na época, e havia um monte de mulheres realmente talentosas fazendo parte da comissão em suas províncias para que houvesse este esforço nacional para que as mulheres fossem reconhecidas pela sua contribuição e assim começaram as discussões sobre salário igual para trabalho de igual valor.

O período que resultou nas garantias constitucionais para as mulheres no Canadá foi marcado por uma intensa mobilização das parlamentares e das feministas que, diante das oportunidades políticas abertas, dialogaram e sensibilizaram todo o parlamento canadense a atender as demandas das mulheres.

As oportunidades políticas da década de 1980, que permitiram uma atuação bem sucedida das parlamentares e dos movimentos, foram aos poucos sendo limitadas. Para Mathysen (2011) houve refração nas políticas que poderiam garantir mais igualdade às mulheres, o que permite afirmar que atualmente os constrangimentos estão mais intensos do que as oportunidades políticas para a ação e a conquista de direitos. Ela afirma que:

Continua a existir uma atitude de discriminação contra os indígenas e as mulheres indígenas, porque elas não são homens e estão abaixo em outro degrau. No século XIX, houve uma decisão tomada pelo governo do Canadá que o povo indígena tinha que ser educado de acordo com a cultura do

¹⁰³MATHYSSEN, Irene. Deputada Federal (NPD-Ontário) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense. 22 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa, no Parlamento Canadense (tradução nossa).

branco. E, assim, por gerações houve esse impacto terrível sobre as comunidades indígenas, e as mulheres têm sido aquelas que mais sofrem, porque quando as comunidades aborígenes foram separadas de suas tradições, sua base econômica: a terra, não havia nada para os homens fazerem e aumentou o uso de drogas, o alcoolismo, o desemprego e consequentemente a violência sexual doméstica. Ainda há muita coisa que precisa ser feita, temos uma população significativa de imigrantes e muitas mulheres estão vindo para este país sem recursos. Algumas delas são muito vulneráveis porque não têm competência linguística. Mesmo as mulheres profissionais, médicas, engenheiras, têm grande dificuldade em conseguir um emprego ou se tornar parte da economia, porque temos tantas regras no que diz respeito à aquisição das credenciais canadenses. Isso é um problema enorme. Assim, para as mulheres imigrantes é muito difícil. Havia um número de organizações de mulheres que identificavam os problemas, advogavam por elas e procuravam encorajar os governos a criar políticas para apoiar estas mulheres. Essas organizações tiveram seus financiamentos cortados e muitas deixaram de existir.

Um dos grandes problemas da desigualdade de gênero no Canadá para Mathysen (2011) é a situação de vulnerabilidade vivida pelas mulheres indígenas e pelas imigrantes, que pode ser interpretada como ausência de investimentos e políticas para a inclusão das mulheres em toda a sua diversidade na sociedade canadense. Nota-se a partir do ponto de vista da parlamentar que a desigualdade de gênero é apenas uma das dimensões da discriminação vivida pelas mulheres. Nesse sentido, é possível afirmar a existência de um caráter múltiplo da desigualdade, pois as mulheres na sociedade canadense não são apenas discriminadas em relação aos homens, mas também em relação ao seu pertencimento étnico, econômico e cultural.

Para Demers (2011), a operacionalização da GBA representa um obstáculo ao combate da desigualdade entre as mulheres no país:

A Status of Women Canada começou a trabalhar com os diferentes departamentos e até agora eles não conseguiram desenvolver uma análise completa de gênero, porque normalmente a análise de gênero deve ser feita antes de qualquer medida, antes de qualquer projeto de lei que é levado ao parlamento. A análise deveria ter sido feita, a fim de visualizar os impactos que as políticas têm na vida de homens e mulheres, e não estava sendo desenvolvida ainda. Parece ser muito difícil. No Canadá ainda somos pouco mais de 20% de mulheres no Parlamento, ainda há muitos homens no parlamento, então eu também acho que nos departamentos não é muito diferente, há muitos homens que não estão tão entusiasmados em fazer a GBA, e assim colocam freios e tornam o processo mais lento. Não é uma questão da SWC não querer fazer, é uma questão de ter, nos diferentes departamentos, a vontade de fazer.

Feministas e deputadas concordam que a transversalização da GBA em toda a estrutura do governo seria um caminho para avançar na integração de gênero no Estado, na mesma direção elas também reconhecem que não se trata de uma responsabilidade

específica da SWC. A forma como a GBA tem sido aplicada não atende às demandas das mulheres, a burocracia tem se tornado um entrave para a transversalização, na medida em que o seu quadro é composto por gestores e gestoras públicas que não visualizam a GBA como um processo a ser considerado na gestão pública.

Para Hedy Fry (informação verbal)¹⁰⁴ os problemas de ordem política têm causado um retrocesso na busca pela igualdade no presente cenário político canadense:

O governo atual não se importa realmente com a igualdade das mulheres. Eles escolheram ajudar as mulheres empresárias e combater a violência contra as mulheres, mas a igualdade das mulheres de uma forma ampla não é vista como algo importante para o governo. Quando não temos organizações não governamentais que podem dialogar e apresentar suas demandas ao governo, então, não temos defesa da causa. Assim, as únicas pessoas no momento em que estão defendendo os direitos das mulheres são os partidos de oposição, porque muitas organizações de mulheres não têm voz porque não tem o dinheiro. A SWC que costumava ter um foco claro no seu mandato pela igualdade de gênero, para a análise baseada no gênero e para a igualdade de todas as mulheres, independentemente de raça, língua ou etnia teve seus objetivos desconfigurados no atual governo e não apoia mais as organizações feministas.

O discurso de oposição ao governo feito por Hedy Fry, deputada federal (PL-Vancouver) e coordenadora do Comitê Permanente da Condição da Mulher no Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense, é um discurso que apresenta pontos de concordância e proximidade com o discurso das feministas, entretanto, não pode ser visto apenas como uma avaliação construída exclusivamente pelo pertencimento da parlamentar a um partido de oposição ao governo. Sua visão é privilegiada para analisar a desigualdade de gênero no país, uma vez que já ocupou o posto de ministra da condição das mulheres (1996-2002) e presidiu a FEWO (2009-2011), locais genuinamente estratégicos para gestão das políticas de igualdade. Para ela:

O governo não tem um bom relacionamento com os movimentos feministas. Grandes organizações feministas perderam o financiamento neste governo conservador, e acabaram fechando suas portas, não existem mais. Além disso, se um grupo critica as políticas do governo, automaticamente não são financiados.

Sem financiamento para pesquisa e para *advocacy* dos movimentos feministas, as oportunidades políticas para a incidência no Estado se fecham. O corte de financiamento, em nossa avaliação, passa a ser visto pela sociedade civil como uma

¹⁰⁴FRY, Hedy. Deputada federal (PL-Vancouver) e coordenadora do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense. 2 mar. 2011 Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa, no Parlamento Canadense (tradução nossa).

estratégia de desmobilização. Trata-se, assim, de um reordenamento de prioridades do governo cujas políticas para as mulheres em sua diversidade não são mais vistas como prioridade.

No entanto, a deputada federal (PL-Manitoba), Anita Neville afirma que a relação tensa entre governo federal e os movimentos feministas é modificada quando analisamos essa mesma relação com alguns governos provinciais:

[...] alguns governos provinciais trabalham em conjunto com os movimentos feministas em diferentes temas, como na educação infantil e no acolhimento de crianças, demonstrando preocupação com as questões das mulheres. Na minha própria província de Manitoba, a ministra responsável pelo status da mulher é uma mulher, comprometida fortemente com as questões das mulheres, comprometida com o avanço das mulheres no local de trabalho.

A fala de Anita Neville sugere que a descentralização do poder pode operar em favor da integração de gênero no Estado na medida em que percebemos que a escolha das prioridades de ação por parte das províncias não depende necessariamente de um direcionamento do governo federal, o que garante mais autonomia para a autogestão das províncias e também para a construção de relações entre governos provinciais e sociedade civil. A existência de um espaço para diálogo dos movimentos feministas com alguns governos provinciais representa uma oportunidade política para ação local, em um cenário em que a atuação nacional não tem obtido os êxitos que obteve nos anos 1980.

Ao analisar os discursos de parlamentares e feministas é possível afirmar que a existência de políticas de igualdade atentas aos anseios da sociedade civil está condicionada ao diálogo dos movimentos com o governo, o que na atual conjuntura não tem sido possível. As políticas de igualdade em vigência sob a responsabilidade da SWC não atendem a essa condição.

Diante desse cenário e em razão das dificuldades impostas aos movimentos feministas no acesso às instâncias governamentais, o único espaço institucional de nível federal acessível às feministas é a FEWO no Parlamento Canadense. O Comitê tem desempenhado um papel de parceria, quando se coloca como porta voz da sociedade civil, e demonstra preocupação com os problemas que afetam as mulheres no Canadá. Em sua entrevista, Fry afirma que:

Cada Comitê permanente é composto por quatro partidos políticos. Então, todos eles atuam juntos em benefício dos canadenses o que nem sempre é

possível. O Comitê Permanente da Condição da Mulher olha para a legislação e para questões que afetam as mulheres, com o objetivo de fazer estudos, viajar pelo país e ouvir o que as pessoas têm a dizer. Também dialogamos com os tribunais e pedimos ao governo para promover mudanças quando notamos a existência de problemas que afetam os direitos das mulheres. Agora, o Comitê acaba de terminar um estudo sobre a violência contra as mulheres aborígenes no Canadá. As mulheres aborígenes são as que mais sofrem com discriminação no país, baseado no fato de que elas são indígenas, e de que as instituições neste país as discriminam também, de modo que elas sofrem sistematicamente com o racismo institucionalizado. As indígenas que são as mulheres mais pobres deste país enfrentam os maiores desafios em suas vidas, não têm um bom acesso à educação, enfrentam discriminação de diferentes tipos e os departamentos do governo provincial levam seus filhos para longe delas, colocando eles em escolas não-indígenas porque são demasiadamente pobres para se dar ao luxo de cuidar dos seus filhos.

Mais uma vez notamos uma crítica à condição de vida das mulheres indígenas no país, algo também notado pelas demais parlamentares entrevistadas e pelas feministas da Fafia. Para Mathyssen (2011) o Comitê avalia, questiona, desafia, denuncia e cobra respostas ao governo quando observa que os direitos das mulheres não estão sendo garantidos pelo Estado como deveriam. Desse modo,

O papel do Comitê é como um cão de guarda que vigia o que o governo está fazendo e também monitora o que está acontecendo na *Status of Women Canada*. A SWC é um departamento dentro de um ministério, e isso é um problema-chave, devia ser um ministério com um ministro com poder de decisão significativo no governo federal, mas não é. Uma das coisas que eu tenho feito é pedir para criar conta privada para fazer da *Status of Women Canada* um ministério com seu próprio ministro para que as mulheres sejam colocadas como prioridade no governo. O Comitê realiza estudos e ao final dos estudos, apresentamos nossas recomendações ao governo, enviamos um relatório para a Câmara dos Comuns e, então, cobra-se uma resposta formalizada do governo. Infelizmente temos um governo que não está muito interessado no que está acontecendo com as mulheres e, assim, a resposta que nós recebemos de volta é basicamente: “como são maravilhosas todas as coisas que eles fizeram para as mulheres”. E isso é uma tentativa de contornar as questões que estão sendo questionadas. Para nós, isso pode ser frustrante.

Embora tenha status de ministério, a SWC segundo Mathyssen não é um ministério porque falta força política e orçamento para implementar as políticas. Apesar das frustrações relatadas por Mathyssen, nota-se em sua fala que mesmo que o resultado não seja o esperado em termos de conquistas para as mulheres, a FEWO está empenhada em propor e cobrar respostas institucionais do governo, por meio da legislação ou das políticas que favoreçam as mulheres canadenses em toda a sua diversidade. Demers (2011) destaca que o Comitê também busca mobilizar a opinião pública e estabelecer diálogos com os diferentes ministérios do governo federal.

Além da produção de relatórios, tentamos obter espaço na mídia para divulgação dos mesmos e, assim, ou eles são publicados ou enviamos para grupos que conhecemos e que estão interessados nas informações disponíveis nos relatórios. Fazemos exigências aos ministros e depois de alguns meses chamamos os ministros no Comitê e perguntamos “o que fizeram?” Às vezes os ministros não comparecem e na maioria das vezes não fizeram nada e, por isso, dão voltas e voltas sobre os assuntos questionados. Às vezes acontece alguma coisa, mas as mudanças são lentas no contexto atual.

A visibilidade das ações da FEWO nos meios de comunicação é uma estratégia fundamental para o fortalecimento da imagem do Comitê perante a opinião pública, como aponta o discurso da deputada Federal (Bloc Québécois – Quebec). A comunicação é vista tanto pelas feministas como pelas parlamentares como uma ferramenta com potencial para mobilizar a opinião pública e abrir oportunidades políticas.

Além dos contatos com os meios de comunicação, a FEWO busca estabelecer redes de comunicação com as organizações de mulheres por meio de seus membros. A deputada Federal (NPD-Ontário), Irene Mathyssen, por exemplo, informa em entrevista:

Eu tenho uma enorme rede, com quem me comunico e divulgo as ações do FEWO e também peço às redes para me manter informada sobre o que está acontecendo nas comunidades. Eu preciso saber o que uma organização em Vancouver, Colúmbia Britânica e White Horse no Yukon estão fazendo e temos uma boa rede de comunicação. Temos reuniões públicas abertas para as organizações participarem. Como há um número significativo de organizações nacionais que estão sediadas aqui em Ottawa como Mulheres de Negócios e Profissionais, Comitê das Mulheres para o Congresso Canadense do Trabalho, a Associação das Mulheres Indígenas do Canadá, a YWCA, fica mais fácil a participação dessas organizações nas reuniões. Comunicamo-nos tanto face a face como através de conferências por telefone e é muito positiva a relação entre os membros da oposição e os movimentos feministas.

Influenciar a opinião pública, tendo nesta ação as organizações feministas como parceiras, dá mais respaldo a FEWO podendo atuar positivamente para provocar uma resposta imediata do governo, ao notar que no período atual as atrizes políticas e da sociedade civil têm dificuldade em dialogar com o mesmo.

Mesmo diante de todas as dificuldades expostas pelas deputadas para o funcionamento do FEWO, Mathyssen (2011) relata que em momentos inviáveis para avançar em novas garantias para as mulheres em termos de leis e políticas, o Comitê pode impedir retrocessos em direitos já consolidados.

Estamos lá e somos capazes de, pelo menos, promover alguma conscientização na população, e as mulheres e as organizações de mulheres sabem que é um trabalho difícil que estamos fazendo. É frustrante muitas vezes, mas estamos determinadas a fazer e eu sei que isso tem algum efeito, porque o governo conservador que está no poder agora tentou desesperadamente encontrar formas de destituir o Comitê. Quando eu comecei em 2006 era uma espécie de toque de clarim do governo: "nós não precisamos deste Comitê, que é um Comitê extra que está supervisionando um departamento, por isso, vamos nos livrar dele." Mas nós impedimos, e muito disso tem a ver com o fato de que o Comitê realmente foi criado em 2004 pelo governo predecessor. Estávamos determinadas a não permitir a extinção da FEWO, então ainda estamos lá e temos um trabalho realmente significativo e importante.

Evidencia-se dessa maneira que a legitimidade do Comitê não se deu sem uma intensa disputa entre o governo e os partidos de oposição. A sobrevivência do Comitê pode ser atribuída ao esforço das parlamentares de oposição, que enfrentam diariamente as disputas internas no parlamento canadense, para que as pautas das mulheres sejam discutidas e debatidas no espaço e possam gerar resultados concretos em termos de legislação, políticas e dotação orçamentária.

As parlamentares do Partido Conservador que pertencem a FEWO seguem as orientações do governo, o que permite avaliar que, se o governo considera a igualdade de gênero como uma situação dada no Canadá, provavelmente seus membros vão adotar a mesma posição. O Partido Conservador é o partido que apresenta menos mulheres em seus quadros tanto nos cargos diretivos como nos assentos do parlamento. Poucas são as mulheres do Partido Conservador envolvidas, e existe uma evidente diferença de gênero que constrói a base conservadora eleitoral como esmagadoramente masculina.

Segundo Bashevikin (2010), desde 2006, o poder federal está nas mãos de um partido de direita conservadora, que tem rejeitado inúmeras demandas das feministas e de partidos como o NDP e o Liberal que, com uma visão mais progressista dos direitos das mulheres, apresentam mínima influência no governo porque são partidos de oposição.

As deputadas da oposição que pertencem a FEWO lidam diariamente com disputas isoladas, sem muitos aliados capazes de influenciar mais concretamente no Estado. A disputa passa por diferentes níveis, desde internos a FEWO, na definição das pautas entre as deputadas da base do governo e das opositoras ao governo, como externos que dizem respeito à cobrança que a FEWO faz ao governo para responder as demandas das mulheres.

O desenho do Comitê sem dúvida influencia os direcionamentos adotados. Assim, se a presidência do Comitê e a maioria dos membros fossem do Partido Conservador, outras seriam as prioridades da mesma forma que, se as entrevistas pudessem ter sido realizadas com as deputadas membro da FEWO e do Partido Conservador, outra visão da igualdade de gênero teria sido oferecida para a análise.

A consensualidade notada nos discursos das parlamentares de oposição ao governo permite interpretar que, na visão delas, a igualdade de gênero está distante da prática das instituições. A igualdade de gênero é apenas uma retórica governamental com poucas perspectivas de materialização na atual conjuntura de governo. Mulheres no Canadá continuam sendo discriminadas em virtude do gênero, da raça, da nacionalidade e da classe social as quais pertencem.

Diante dos constrangimentos notados pelas parlamentares para atuar de forma mais incisiva e com mais chances de resultados no parlamento e no governo, as principais estratégias adotadas para a resistência e a sobrevivência são bastante similares às estratégias dos movimentos feministas: influenciar a opinião pública e investir no contato com as organizações de mulheres.

A adoção desse tipo de estratégia tem surtido efeito para a FEWO, que é na atualidade reconhecida como um espaço institucional valioso de diálogo para os movimentos feministas, e um dos poucos que ainda apresenta poder para dialogar com o governo e cobrar ações.

6.3 Similaridades na diferença: parlamentares canadenses e brasileiras disputando as demandas das mulheres no legislativo

Pensar a integração das questões de gênero a partir do ponto de vista das parlamentares brasileiras e canadenses que participam de espaços institucionais, que pautam as questões das mulheres nos parlamentos, nos permitiu visualizar em contextos políticos diferenciados que a atuação delas, para garantir que as demandas das mulheres sejam incorporadas no legislativo, está permeada de disputas internas, negociações e alianças com os movimentos feministas.

As disputas entre os atores nos espaços políticos são frequentes. Para Tarrow (1998) os ciclos de disputa são produzidos quando as oportunidades políticas se ampliam, quando existe potencial para alianças e a vulnerabilidade dos adversários é revelada. Diante de um cenário de disputa, promovido pelos atores políticos e pela

sociedade civil, as forças governamentais respondem com uma reforma, com repressão ou a combinação dos dois.

A ação coletiva construída por parlamentares e feministas em momentos de disputa no Brasil e no Canadá, como podemos notar, busca resultados na esfera da política institucional. Segundo Tarrow (1998) não existe fórmula simples para prever quando as disputas políticas irão emergir, depende das diferentes circunstâncias históricas, das mudanças nas oportunidades políticas e dos constrangimentos para a ação.

A partir da apropriação dos conceitos teóricos, ainda de acordo com o autor, podemos avaliar que no Canadá o governo tem respondido com repressão às reivindicações protagonizadas pelas feministas, como vimos no Capítulo 4, e pela FEWO, na medida em que fecha os canais para o diálogo, enfraquece a estrutura do principal órgão de políticas de igualdade, tenta enfraquecer a atuação do FEWO e não responde adequadamente às solicitações feitas por esse Comitê.

No Brasil nota-se que o governo, mesmo que se esforce em responder algumas das reivindicações das feministas e da Bancada com pequenas reformas, não podemos considerar que o contexto político atual oferece oportunidades políticas amplas para a atuação desses segmentos. Em direção oposta às pequenas reformas realizadas pelo governo brasileiro nos últimos nove anos para atender as demandas das feministas apoiadas pela Bancada (criação da SPM, reestruturação do CNDM, realização de conferências nacionais, Lei Maria da Penha etc.), nota-se o empenho do governo (Lula e Dilma) na realização de outras reformas para atender às demandas das forças conservadoras e religiosas do país (Rede Cegonha, Cadastro Nacional de Grávidas, arquivamento do projeto de lei da revisão da descriminalização do aborto).

Não é possível afirmar, dessa maneira que, no Brasil, mesmo sob a gestão de um governo ideologicamente situado como de esquerda, as oportunidades políticas estão abertas à incidência feminista no Estado – o discurso das feministas e das parlamentares mostrou que as disputas no espaço parlamentar para pautar as questões das mulheres enfrenta, desafia e confronta cotidianamente os interesses das bancadas religiosas e do poder masculino, que detém a maioria dos assentos nesse espaço.

Diante da situação dada para a atuação das atrizes (feministas e parlamentares) no Brasil, às vezes atuar para evitar retrocesso nos direitos já garantidos é mais estratégico do que apresentar novas demandas.

No Canadá, o governo não tem realizado reformas para atender às demandas e aos movimentos articulados pela FEWO. A repressão do governo se dá de diferentes formas: na tentativa de desestabilizar a FEWO perante a sociedade, na tentativa de desativar o Comitê, e nas respostas evasivas dadas pelos diferentes ministros que são convocados pela FEWO para explicar os problemas decorrentes da desigualdade de gênero no Canadá.

Para as parlamentares entrevistadas, a existência da FEWO está condicionada aos esforços das parlamentares de oposição ao governo Harper, que disputam cotidianamente a permanência da instância na estrutura do parlamento. A existência do Comitê, como podemos avaliar, é estratégica para os movimentos feministas e, por isso, tem cultivado relações de proximidade nesse espaço, apontado como uma das poucas oportunidades políticas no contexto atual para cobrar “institucionalmente” respostas do governo no que se refere às questões que afetam a garantia dos direitos às mulheres.

O governo não pode se negar a responder as solicitações e convocações da FEWO para dirimir os questionamentos sobre diferenciados assuntos nos quais as mulheres são as principais envolvidas. Mesmo que a resposta não atenda ao motivo da convocação – as parlamentares relataram que muitas não atendem – causa incomodo para o governo que não pode reprimir as parlamentares de oposição que compõem o Comitê, da mesma maneira que reprime os movimentos feministas.

O mesmo poder não é dado à Bancada Feminina no parlamento brasileiro, pois a mesma não tem prerrogativa para convocar um ministro do governo para responder determinado questionamento. Como foi possível notar, o contato das parlamentares com alguns ministros e ministras (do PT) na gestão de Pietá foi viabilizado em razão da afinidade política entre a coordenadora da Bancada e os ministros do Partido dos Trabalhadores, o seu partido.

O governo brasileiro, diferente do governo canadense tem se posicionado de forma mais solícita às demandas da Bancada Feminina e dos movimentos feministas, não tem se negado a dialogar com a sociedade civil mesmo que as respostas, muitas vezes, não correspondam aos anseios das feministas e da bancada. Podemos considerar como respostas estatais a essas demandas, as mudanças na legislação como a ampliação da licença maternidade de três meses para seis meses, a criação da SPM e da lei para coibir a violência doméstica, a criação dos planos nacionais de políticas para as mulheres e o fortalecimento do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Nesses exemplos, nota-se o diálogo e o apoio mútuo entre feministas e parlamentares.

Do ponto de vista das parlamentares canadenses, o Canadá retrocedeu na busca da igualdade; a forma como as políticas são gestadas atualmente pelo Estado, sem diálogo com a sociedade civil, representa para elas um atraso para as conquistas que as mulheres canadenses tiveram nos anos 1970 e 1980. O governo canadense, para as deputadas, é negligente com a situação de vulnerabilidade vivida por muitas mulheres em um país que contraditoriamente apresenta elevado nível de desenvolvimento econômico e humano.

No Brasil, as parlamentares deram destaque aos fatores culturais como agravantes da desigualdade de gênero, notando em seus discursos críticas mais brandas às ações desenvolvidas pelo governo. A principal crítica é a dificuldade de se transversalizar as questões de gênero na máquina estatal. O comedimento das críticas ao governo pode ser explicado pela posição de fala ocupada pelas parlamentares brasileiras (membros de partidos da base aliada do governo bem como do partido do próprio governo) entrevistadas. Se as entrevistas tivessem sido realizadas com as deputadas do PSDB, principal partido de oposição ao governo, o discurso seria outro, e talvez a ênfase fosse dada às falhas e não aos avanços dos últimos anos.

A questão da igualdade entre os gêneros entra na pauta de forma mais intensa no parlamento brasileiro em 2003 com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder, sendo favorecida por um cenário com a presença de uma bancada da base aliada ao governo mais numerosa do que a bancada dos partidos de oposição ao governo. No parlamento canadense, as demandas das mulheres têm sido apresentadas com maior intensidade e sistematicidade desde a criação da FEWO em 2004. E mesmo com as tentativas frequentes do governo conservador em deslegitimar o espaço, o Comitê tem desenvolvido o seu trabalho realizando importantes pesquisas e estudos sobre a condição de vida das mulheres canadenses.

O reordenamento das prioridades dos governos, no que diz respeito ao status concedido às mulheres na máquina estatal, tem consequências no relacionamento que a Bancada Feminina e a FEWO constroem com o governo. Enquanto a Bancada Feminina apresenta um canal de diálogo aberto com a SPM, para receber suas pautas, trocar informações, discutir os temas prioritários para ação, a mesma oportunidade não é dada a FEWO pela SWC. Assim, como os movimentos feministas canadenses não construíram relações de proximidade com a SWC, a FEWO também não avançou nesse diálogo; não por falta de tentativas de estreitar as relações, mas porque o canal de diálogo para o FEWO na gestão das parlamentares do Partido Liberal e do NDP, que

sucederam a gestão do Comitê, foi limitado desde que Harper assumiu o governo do Canadá.

As enunciações das parlamentares brasileiras e canadenses mostram que, apesar do contexto diferenciado das disputas políticas e da condição de vida das mulheres nos referidos países, elas são unânimes em afirmar que a desigualdade entre os gêneros configura-se como um problema social que tem impedido as mulheres de alcançar seu empoderamento político e econômico nas sociedades.

O desempoderamento político e econômico das mulheres foi citado frequentemente pelas parlamentares e pelas feministas como sendo o principal problema que impede a inserção plena das mulheres nos diferentes espaços da sociedade. Os obstáculos apresentados à transversalização das questões de gênero nos dois países, para feministas e parlamentares, impedem que as questões de gênero sejam integradas de forma uniforme na máquina estatal.

As atrizes políticas, diante da constatação da permanência da desigualdade de gênero, buscam atuar principalmente com apoio e respaldo dos movimentos feministas, para provocar respostas estatais aos problemas em questão. As deputadas, participando de espaços como a Bancada Feminina e a FEWO, buscam interferir para que as questões de gênero estejam presentes no parlamento e possam ser integradas no Estado.

Mesmo que a atuação não gere as reformas desejadas, podemos avaliar que o pertencimento e a atuação delas nesses espaços são estratégicos para os movimentos feministas, que podem apresentar e direcionar suas demandas para construir estratégias conjuntas de atuação que visam inserir as temáticas das mulheres no Parlamento.

A ação conjunta fortalece a atuação e o poder de visibilidade tanto da Bancada e do FEWO como dos movimentos feministas que, em momentos de emergência de novas disputas políticas, precisam construir alianças para contrapor os constrangimentos e reverter o quadro da desigualdade de gênero.

Para Tarrow (1998), as disputas aumentam quando os atores adquirem os recursos externos para escapar da submissão e encontram oportunidades para utilizar em seu favor. Quando o acesso institucional abre, segundo o autor, fendas dentro das elites aparecem aliados se tornam disponíveis, diminui a capacidade do Estado para a repressão e os ativistas encontram oportunidades para avançar em suas reivindicações.

Uma reflexão atual sobre as disputas abertas para parlamentares e feministas influenciarem no Estado, à luz da afirmação de Tarrow, permite avaliar que as oportunidades políticas não aparecem de uma só vez para todos os concorrentes

potenciais. Vários fatores estão envolvidos no dimensionamento das oportunidades políticas como o aumento do acesso às instituições, os alinhamentos das mudanças, a divisão entre as elites e os aliados influentes.

Para Tarrow (1998) as pessoas racionais não costumam atacar adversários fortificados quando as oportunidades estão fechadas; a expansão do acesso é mais facilmente expressa através das eleições. As eleições configuram-se como um guarda-chuva sob o qual os novos desafios são formados. Um olhar sobre as eleições presidenciais nos referidos países permite avaliar como essas podem ou não criar condições para a atuação dos movimentos feministas.

No Brasil, a eleição do presidente Lula em 2002 possibilitou a abertura do acesso às instituições de Estado e aos espaços parlamentares para a atuação dos movimentos feministas. Embora, como dito anteriormente, as reformas do Estado tenham sido insuficientes, o canal para o diálogo não foi fechado. Ter um governo do PT e uma bancada forte de aliados do governo significou para os movimentos feministas a sinalização de que as questões das mulheres seriam pautadas no governo – houve sinalização dessa preocupação nas campanhas presidenciais vencidas pelo PT – porém não significou que os movimentos feministas deram o tom das políticas de igualdade.

No Canadá, a eleição do primeiro-ministro Harper em 2006 limitou o acesso dos movimentos feministas às instituições e instâncias parlamentares. Na FEWO, apesar dos movimentos feministas não terem tido barreiras para atuar, o impacto não tem sido o mesmo da época do governo liberal. Dada a conjuntura política construída no parlamento, a perda não foi total para as feministas no que diz respeito exclusivamente ao Comitê, porque a coordenação da FEWO continua sob o comando dos partidos de oposição - PL e NPD - que vem se revezando na coordenação, pois estão mais abertos às pautas referentes à igualdade entre os gêneros.

De acordo com Tarrow (1998), a instabilidade dos alinhamentos políticos é um fator que dimensiona a oportunidade política. Em sistemas pluralistas, caso brasileiro e canadense, as oportunidades políticas podem ser mensuradas pela instabilidade eleitoral na medida em que os sistemas constroem novas coalizões, criam incertezas entre os adeptos dos partidos do governo e da oposição, incentivam adversários para tentar exercer o poder marginal e podem induzir elites a competirem por apoio fora da política.

O Brasil e o Canadá não vivenciam tantos problemas referentes à instabilidade dos alinhamentos políticos. Apesar das disputas permanentes entre os atores políticos da base de apoio aos governos, da oposição ao governo e da sociedade civil tratam-se de governos de maioria e com força política. Tanto o Partido Conservador como o Partido dos Trabalhadores foram reconduzidos à gestão dos governos federais por vontade popular. Lula foi reeleito em 2007 e fez como sucessora Dilma Rousseff, do mesmo partido que ele, em 2011. Harper foi reeleito para mais um mandato em 2011, seu partido obteve 39,6% dos votos e 54,2% das cadeiras no Parlamento.

A importância dos realinhamentos eleitorais para as oportunidades de abertura pode ser vista nas campanhas presidenciais nos referidos países em que houve um compromisso explícito com as questões das mulheres nas plataformas eleitorais dos candidatos (Brasil, 2002; 2006; 2010; Canadá, 2002; 2011). No Brasil, o PT buscou materializar seu compromisso com as mulheres por meio da criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, primeira ação para integrar as questões de gênero no Estado em sua gestão. No Canadá, segundo as feministas, Harper não materializou os compromissos de campanha com as mulheres e tem se posicionado desde a sua posse de forma desfavorável à integração das questões de gênero no Estado.

Dessa forma, avaliamos que enquanto o governo petista abriu oportunidades políticas para a atuação dos movimentos feministas, o governo conservador canadenses criou constrangimento para a atuação desses movimentos.

Os conflitos entre as elites incentivam os focos de discórdia e podem gerar oportunidades políticas. Divisões entre as elites não só fornecem incentivos, mas criam recursos para que grupos marginalizados assumam os riscos de ação coletiva. No Brasil, onde vigora o pluripartidarismo, o governo petista tem buscado constantemente “agradar” a variedade de partidos que compõem a base aliada do governo e, portanto, as divisões estão a todo o momento sendo atenuadas (TARROW, 1998).

Os únicos conflitos entre as elites políticas, mencionados pelas feministas e parlamentares brasileiras, foram os conflitos que resultam em discórdia da base aliada do governo composta por grupos religiosos. Um episódio recente serve para exemplificar esse tipo de divisão entre as elites. Em fevereiro de 2011, a presidenta Dilma Rousseff convidou o Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que faz parte da bancada evangélica, para ocupar um cargo ministerial. Embora o governo negue que haja qualquer vinculação de sua indicação ao Ministério da Pesca e Aquicultura, há um possível descontentamento da bancada evangélica com o governo. As evidências

mostram que sua indicação tem a intenção de abrandar as críticas da bancada evangélica. Um dos motivos mais recentes que resultou na tensão entre evangélicos e governo foi a discordância da bancada evangélica com a nomeação de Eleonora Menicucci na Secretaria de Políticas para as Mulheres, por causa de seu posicionamento a favor do aborto e da declaração que o Secretário-geral da Presidência, Gilberto Carvalho, deu no Fórum Social Mundial com destaque para a necessidade do governo travar uma batalha ideológica com os evangélicos.

O sistema que vigora no Canadá é um bipartidarismo forçado. Nesse sistema quanto mais o sistema político se afasta do bipartidarismo, mais desproporcional é a distribuição partidária dos representantes. O governo de Harper não tem uma base aliada composta de partidos distintos do Partido Conservador, o que dessa forma reduz as possibilidades de discórdia da base que sustenta o governo.

Para que os movimentos feministas sejam bem sucedidos em suas ações torna-se desejável que tenham aliados influentes. Como observado ao longo dos capítulos 4 e 5, verificou-se que a Bancada Feminina e a FEWO são consideradas pelos movimentos feministas como aliadas influentes para a incidência feminista no Estado, pois as referidas instâncias parlamentares atuam como escudos contra a repressão do Estado e negociam, em nome dos movimentos feministas, a integração das questões de gênero na máquina estatal.

No próximo capítulo daremos destaque aos aparatos institucionais das políticas de igualdade no Brasil e no Canadá, respectivamente a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a *Status Women Canada* por meio das enunciações das gestoras públicas e dos gestores públicos dessas instituições, para compreender as atuais relações que são construídas para integrar as questões de gênero no Estado.

7 OLHARES DA GESTÃO PÚBLICA CANADENSE E BRASILEIRA SOBRE O ENGENDRAMENTO DO ESTADO

Tanto Brasil como Canadá institucionalizaram as questões de gênero na estrutura do Estado. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e a *Status Women Canada* (SWC) são instituições do governo federal brasileiro e canadense que trabalham para a integração das questões de gênero no Estado desde sua criação.

A SPM foi criada em 2003, no primeiro dia de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, vinculada ao gabinete da Presidência, tendo a secretária status de ministra. A SPM articula políticas públicas que visam garantir os direitos das mulheres e reafirma o compromisso do Governo Federal com as questões de gênero. Nas palavras da Ministra de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes (informação verbal)¹⁰⁵ o papel da SPM é:

[...] formular políticas públicas que possam alterar substancialmente a condição de desigualdade das mulheres no mundo do trabalho, na política, no enfrentamento à violência, na participação da mulher no acesso à formação e informação, que é isso que na prática vai alterar essa condição de desigualdade.

Em 2003, a SPM passa a abrigar em sua estrutura o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) sendo as conselheiras da sociedade civil, pela primeira vez na história do país, indicadas pelas redes nacionais de movimentos feministas e de mulheres, e um número um pouco menor de conselheiras foi indicado para representar distintos ministérios federais.

O CNDM foi criado em 1985, vinculado ao Ministério da Justiça, para promover políticas que visassem eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar sua participação nas atividades políticas, econômicas e culturais do país. De 1985 a 2010 teve suas funções e atribuições bastante alteradas. Em 2003, passou a integrar a estrutura da SPM, contando em sua composição com representantes da sociedade civil e do governo, o que ampliou o processo de controle social sobre as políticas públicas para

¹⁰⁵ LOPES, Iriny. Ministra. 10 maio 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida para a pesquisa no dia do Seminário “As Mulheres e a Reforma Política na Câmara dos Deputados”. A Ministra Iriny Lopes deixou o ministério em fevereiro de 2012 para concorrer ao cargo de prefeita da cidade de Vitória (ES) nas eleições municipais em outubro de 2012. Em seu lugar assumiu a socióloga e professora Eleonora Menicucci de Oliveira.

as mulheres. É também atribuição do CNDM apoiar a Secretaria na articulação com instituições da administração pública federal e com a sociedade civil.

Em 2007, logo após a “II Conferência Nacional de Políticas para Mulheres”, buscando a ampliação ainda maior do controle social, inicia-se um novo processo de reformulação do CNDM, consolidado em março de 2008, por Decreto presidencial. O CNDM passou a ter caráter consultivo e deliberativo, com as representantes da sociedade civil (21 entidades de âmbito nacional) indicadas pelas próprias entidades e escolhidas em processo seletivo, além de 16 representações governamentais e de três conselheiras de notório conhecimento, indicadas e eleitas pelas demais conselheiras. Essa reformulação foi pensada, discutida e decidida pelas próprias conselheiras do mandato 2005-2007. Dentre as competências do CNDM, está a de articular-se com os movimentos de mulheres, Conselhos estaduais e municipais dos direitos da mulher e outros setoriais para o fortalecimento do processo de controle social e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de ações para a igualdade e equidade de gênero¹⁰⁶.

Entre as políticas e ações desenvolvidas pela SPM podemos destacar o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I e II), o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e o Observatório Brasil de Igualdade de Gênero.

O programa Pró-Equidade de Gênero e Raça objetiva promover a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres nas organizações públicas e privadas, por meio do desenvolvimento de novas concepções na gestão de pessoas e na cultura organizacional.

As empresas e organizações públicas e privadas desenvolvem o programa durante doze meses para receberem o selo Pró-Equidade de Gênero e Raça. O selo representa o reconhecimento do trabalho feito pelas organizações no desenvolvimento cotidiano de novas concepções de gestão de pessoas e cultura organizacional para alcançarem a equidade entre homens e mulheres no mundo do trabalho, eliminando todas as formas de discriminação, evidenciando publicamente o compromisso da organização com a equidade de gênero étnico-racial na promoção da cidadania e a difusão de práticas exemplares no mundo do trabalho para a efetivação da equidade.

¹⁰⁶Para saber mais informações acesse o site do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher - breve histórico. Disponível em: <<http://www.sepm.gov.br/conselho/historico>>. Acesso em: 24 jan. 2012.

O I e II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres são planos de governo que buscam orientar a incorporação da perspectiva de gênero e raça nas políticas públicas, reconhecendo e enfrentando as desigualdades entre homens e mulheres, negros e negras, no contexto do projeto político de gestão governamental. Estruturado em áreas estratégicas de atuação, o processo de elaboração do plano contou com a participação de representantes dos poderes executivos estaduais e municipais, diversos ministérios e secretarias especiais, além de organizações de mulheres e feministas.

Os planos, dessa forma, são resultado de uma intensa mobilização social que aconteceu durante os dois mandatos do presidente Lula. As duas Conferências de Políticas para as Mulheres (local, estadual e nacional) mobilizaram 120 mil participantes em 2004, e 200 mil em 2008, configurando-se em espaços estratégicos nos quais foram firmados compromissos políticos entre o governo e os movimentos de mulheres. Nessas duas conferências foram aprovadas as prioridades que orientaram os Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (2004-2007; 2008-2011).

O Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência Contra a Mulher foi lançado em agosto de 2007 pelo presidente Lula como parte da agenda social do governo federal e consiste em um acordo federativo entre o governo federal, os governos dos estados e dos municípios brasileiros para o planejamento de ações que visem à consolidação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres por meio da implementação de políticas públicas integradas em todo território nacional.

O pacto evidencia uma tentativa do governo em transversalizar as questões de gênero, especificamente as que envolvam mulheres em situação de violência. A responsabilidade é compartilhada pelas diferentes áreas do governo (planejamento, orçamento, justiça, educação, saúde, assistência social, trabalho, segurança pública, cultura, entre outros) e prevê a articulação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no sentido de garantir o atendimento integral e o ciclo completo da política pública de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero é uma iniciativa da SPM em parceria com outras instituições públicas, com organismos internacionais e organizações da sociedade civil para dar visibilidade e fortalecer as ações do Estado Brasileiro na promoção da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres. O conteúdo destina-se (aos) às gestoras (es) públicos e (aos) às representantes políticos, a autoridades de partidos políticos, aos sindicatos, aos movimentos e organizações da sociedade civil, e em particular aos movimentos e às organizações feministas e de mulheres.

O Observatório surgiu em diálogo com a iniciativa da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) como estratégia de disseminação de informações acerca das desigualdades de gênero e dos direitos das mulheres com vistas a subsidiar o processo de formulação e implementação de políticas de gênero e de políticas públicas com perspectiva de gênero no país. O Observatório Brasil da Igualdade de Gênero desenvolve seu monitoramento em torno de cinco grandes eixos: Indicadores, Políticas Públicas, Legislação e Legislativo; Comunicação e Mídia; e Internacional.

A agência responsável pela condição da mulher canadense, com status de ministério, foi criada em 1971 como uma extensão do ministério responsável pela área de patrimônio e línguas oficiais. O *Minister of Canadian Heritage, Status Women and Official Languages*, foi criado com o objetivo de assegurar a coordenação, a coerência e o desenvolvimento de ações do governo para garantir a igualdade das mulheres, contribuindo para que elas possam ter uma maior participação econômica, social, cultural e política na vida do país.

A SWC centra seu trabalho em três áreas: Segurança e Prosperidade econômica das mulheres, Liderança e Participação democrática com a finalidade de combater a violência contra as mulheres. A SWC trabalha para prover as canadenses com o fortalecimento das políticas públicas de igualdade, conduzindo uma análise baseada em gênero e promovendo essa aplicação por toda a estrutura do governo federal.

Diferente do Brasil, que possui na estrutura do governo federal um Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, o Canadá na atual conjuntura, não possui nenhum Conselho. O Conselho dos Direitos da Mulher no âmbito federal foi criado em 1973 e desativado em 1995 durante o governo de Chrétien. Desde então as mulheres canadenses não contam mais com esse espaço autônomo para informar ao Parlamento a situação das mulheres e apresentar as principais demandas e críticas.

Entre os principais programas e ações que a SWC desenvolve atualmente podemos destacar o Fundo Comunitário das Mulheres, *Blueprint Projects* e o *Gender based Analysis*. O Fundo Comunitário das Mulheres busca garantir outras fontes de financiamento aos projetos de organizações que visam à sustentabilidade para melhorar a condição de vida das mulheres na sociedade canadense. Os financiamentos disponibilizados pela SWC para as organizações de mulheres são direcionados para as três áreas prioritárias. Entre os critérios para obtenção de financiamento, as organizações precisam preferencialmente atuar na prestação de serviços.

Na página eletrônica da SWC as organizações têm acesso aos editais de seleção de propostas bem como às informações necessárias para elaborar uma proposta e para a prestação de contas.

A SWC lançou no início de 2011 o *Blueprint Projects* para ajudar organizações de base comunitária a promover ações que possam aumentar o envolvimento de mulheres como tomadoras de decisão nas organizações de base comunitária, envolver os jovens na prevenção da violência contra mulheres e meninas, e melhorar as oportunidades financeiras e de crescimento para mulheres proprietárias de negócios.

A Análise Baseada em Gênero, *Gender-based Analysis* (GBA), é uma ferramenta para auxiliar a integração sistemática das questões de gênero nos processos de planejamento de políticas e de tomada de decisão do governo canadense. Corresponde a uma compreensão mais ampla da igualdade de gênero, utilizando diversas competências e habilidades para envolver homens e mulheres na construção da sociedade e na preparação para o futuro.

A GBA é o processo liderado pela SWC para examinar uma política/programa/iniciativa, e os seus impactos sobre as mulheres e os homens em toda a sua diversidade. Ela busca captar a realidade de mulheres e homens afetados por um problema particular. Através do uso sistemático de GBA, os analistas políticos, investigadores, oficiais de programa, prestadores de serviços, avaliadores e gestores são igualmente capazes de melhorar o seu trabalho por ser mais sensível às necessidades e circunstâncias específicas, e alcançar melhores resultados para os (as) canadenses. O governo do Canadá está empenhado em reforçar a integração da GBA em toda sua estrutura, tornando a prática sistemática, clara e documentada. A GBA é uma responsabilidade compartilhada entre todos os departamentos e agências federais.

Para avaliar a integração das questões de gênero no Estado brasileiro e canadense foram coletadas entrevistas com gestores públicos dos dois principais organismos federais de políticas para a igualdade, a SPM e a SWC, para obter uma visão interna do governo sobre os limites e avanços das questões de gênero no Brasil e no Canadá. Na SPM foram entrevistadas a assessora especial, Sônia Malheiros, e a subsecretária de Planejamento e Gestão Interna, Tatau Godinho, e na SWC foram entrevistados o diretor-executivo de Análises Baseadas em Gênero (GBA), Sébastien Goupil, e o analista geral das Políticas e Pesquisas sobre a GBA, Lorne Holyoak.

7.1 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres

A criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres foi impulsionadora da integração das questões de gênero no Estado e representou uma conquista para os movimentos feministas brasileiros em sua luta pelo fim da desigualdade de gênero. A emergência da máquina estatal das mulheres atenta a uma demanda, para os governos nacionais, proposta na “Plataforma de Pequim”, de integrar perspectivas de gênero na legislação, nas políticas públicas, nos programas e projetos.

O governo brasileiro aderiu à proposta e periodicamente apresenta relatórios de acompanhamento da implementação e dos resultados das políticas, dos programas e projetos nacionais, para garantir que as mulheres sejam beneficiárias do desenvolvimento (remunerada e não-remunerada) e levadas em conta na política e no planejamento econômico (BANDEIRA, 2005).

Sônia Malheiros (informação verbal)¹⁰⁷ enfatiza a importância das conferências, dos acordos e dos tratados internacionais para reafirmar o compromisso dos governos com a igualdade de gênero, mas admite a existência de limitações na implementação:

As conferências internacionais, os acordos e tratados internacionais de uma maneira geral são importantes na medida em que se joga com esse discurso internamente, quer dizer, é um compromisso internacional do país para tratar certas questões internamente. Mas por si só esses tratados não resolvem os problemas das mulheres. No processo de implementação da própria Conferência de Pequim, houve momentos muito complicados. Se você pega hoje todos os processos de avaliação e implementação da plataforma dentro da própria ONU, o avanço é muito tímido. Se avançou na implementação, eu acho, internacionalmente muito pouco. Você tem ainda internacionalmente uma coisa que eu acho muito ruim, quando participamos das conferências e das reuniões da Comissão sobre a Situação da Mulher (CSW) na ONU, quando se tiram documentos, estamos segurando muito para não retroagir e não dando passos no sentido de avançar em resoluções.

O ponto de vista da gestora pública é similar ao ponto de vista das feministas brasileiras entrevistadas, porque elas reconhecem a dificuldade que os governos têm para materializar os compromissos firmados nas conferências internacionais.

Nos últimos quinze anos, mesmo que os governos brasileiros não tenham avançado muito na implementação da “Plataforma de Pequim” observa-se uma mudança significativa na forma como a gestão pública federal tem tratado as questões de gênero especialmente a partir de 2003 com a gestão do presidente Lula.

¹⁰⁷MALHEIROS Sônia. Assessora especial da SPM. 26 abr. 2011. Brasília, DF. Entrevista concedida para a pesquisa.

Para Machado (2011) tal mudança é evidenciada pela introdução e consolidação dos “espaços públicos” como Conselhos e novos aparatos governamentais bem como pela promulgação e aplicação de “políticas públicas” contra as desigualdades de gênero e aprovação do primeiro e segundo plano de políticas para as mulheres. Para a assessora especial, Sônia Malheiros (2011), a criação da SPM em 2003 foi um marco para a integração das questões de gênero no Estado, pois:

[...] trouxe mais a responsabilidade para o governo brasileiro e buscou transformar, a partir das ações da SPM, as políticas públicas para as mulheres em políticas de Estado. Não podemos ainda falar que são políticas de Estado porque ainda dependem muito do governo que assume essa importância, mas a criação da secretaria em 2003 passa a trazer uma preocupação para dentro do governo de forma institucionalizada. É claro que a criação da própria Secretaria é resultado de décadas de pressões dos movimentos feministas e de mulheres. Não foi um estalo do governo “agora vamos, essa questão é importante”.

Sustentar estratégias políticas em uma parceria que envolve governo e movimentos feministas é algo inédito na história da institucionalização das demandas feministas no Brasil. Nesse sentido, observamos que parlamentares e gestoras públicas concordam que a atuação dos movimentos feministas foi historicamente fundamental para integrar as questões de gênero no Estado brasileiro.

O reconhecimento dessas atrizes que ocupam distintos espaços políticos (Legislativo e Executivo) tem sido importante para o estreitamento das relações com os movimentos feministas bem como para o fortalecimento deles para o alcance da meta de incidência no Estado.

A interiorização das políticas direcionadas às mulheres é um desafio dos governos nacionais para estender o impacto das políticas a um número cada vez mais amplo de mulheres. Para a subsecretária de Planejamento e Gestão Interna, Tatau Godinho (informação verbal)¹⁰⁸, o governo federal brasileiro tem realizado um intenso esforço para criar uma política direcionada às mulheres de forma integrada e articulada com os estados e municípios. Dessa forma,

[...] tanto a criação de mecanismos como o pacto de enfrentamento à violência contra as mulheres quanto a preocupação de colocar como prioridade da gestão o tema da participação econômica das mulheres, articulado com os programas de desenvolvimento econômico do governo federal como um todo, se colocam basicamente nessa perspectiva de que o

¹⁰⁸GODINHO, Tatau. Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna. 30 nov. 2011. Rio de Janeiro, RJ. Entrevista concedida para a pesquisa.

desenvolvimento de políticas para as mulheres demanda um processo de articulação governamental grande e o grande desafio é fazer essa articulação com os estados e municípios porque o governo federal é apenas um propulsor da ação. A grande parte das ações são efetivamente implementadas no cotidiano pelos estados e municípios. Então eu acho que esse é um esforço que vem sendo construído e ainda está em processo de construção. Eu acho que no Brasil, hoje, se a gente pensar do ponto de vista da sociedade brasileira, dos diversos níveis de instituições públicas e privadas, ainda não há uma incorporação da ideia de que é preciso ter políticas voltadas para as mulheres e de promoção da igualdade entre mulheres e homens.

Segundo a gestora as políticas de integração de gênero no Estado promovidas pelo governo do PT estão em fase de construção. Ainda que possamos notar a existência de um compromisso formal do governo com essas questões, o discurso das três atrizes apresenta valores culturais patriarcais da sociedade brasileira e operam em direção oposta ao combate da desigualdade entre os gêneros. A disseminação de uma linguagem masculina exclusivista é incorporada também nas estruturas socioinstitucionais e jurídicas, conforme nos explica Bandeira (2005, p. 10):

Tais situações de poder, em relação ao referente masculino, se fazem presentes no planejamento das políticas e das ações públicas, pois as políticas, programas e ações, mesmo de um governo que se comprometeu com a redução das desigualdades de gênero e com a abertura às demandas do movimento de mulheres, permanecem endereçadas ao homem, como referente, com algumas exceções.

A neutralidade para as questões de gênero nas políticas é apenas uma das dimensões dos obstáculos que impedem a integração das questões de gênero no Estado brasileiro. A influência das forças conservadoras no país, aliadas às bancadas parlamentares religiosas e aos meios de comunicação, tentam cotidianamente deslegitimar tais políticas. Em entrevista, Tatau Godinho (2011) conta que:

Há uma cultura conservadora antifeminista que se desenvolveu em particular nos anos 1990 e que continua muito grande misturada com uma perspectiva muito fortemente liberal e capitalista na sociedade e na cultura que vivemos hoje. Os temas dessa desigualdade entre mulheres e homens são muito marcados por isso. Não é incomum as pessoas enxergarem na ideia da vitória individual de algumas mulheres uma interpretação de que não existe mais desigualdade, enquanto basta ver num país como o Brasil que praticamente não se alterou a proporção de tempo gasto pelas mulheres e homens no trabalho doméstico, no cuidado com os filhos, e mesmo que tenha alguma participação masculina no cuidado das crianças, é muito pouco, é incomparável.

A avaliação da gestora é que o país vive uma época em que contraditoriamente há uma ampliação da presença das mulheres no mundo público, uma presença das

mulheres no mundo do trabalho, uma ampliação da escolaridade das mulheres, mas ainda existem grandes desafios como o enfrentamento às forças conservadoras que atuam para associar essa entrada no mundo público a uma permanência dos papéis tradicionais e de uma divisão sexual do trabalho muito rígida.

O discurso de Tatau Godinho, assim como o das feministas e das parlamentares, é consensual no que diz respeito ao reconhecimento de que em uma disputa para a incorporação das temáticas de gênero nas instituições, as forças conservadoras e religiosas são fortes oponentes que atuam nos espaços Legislativo e Executivo e na sociedade para evitar os progressos nos direitos das mulheres.

Além da influência das forças conservadoras operando para retroceder as políticas de igualdade, notamos no discurso das gestoras que a interiorização das políticas no país tem sido um grande desafio para a SPM. Mesmo que o governo federal busque priorizar as políticas para as mulheres, se as prefeituras e os governos dos estados não estão capacitados tecnicamente para elaborar os projetos, fazer os convênios, captar recursos, executar e prestar contas, dificilmente as políticas de igualdade terão um impacto mais amplo.

O alcance limitado das políticas também é afetado pelo restrito número de municípios e estados brasileiros que apresentam, em sua estrutura governamental, organismos de políticas de igualdade (diretorias, coordenadorias ou secretarias). Portanto, a interiorização dessas políticas é apenas um dos obstáculos para o projeto da integração de gênero no Estado. Para Sônia Malheiros (2011) a disputa permanente para a manutenção da SPM exige uma articulação permanente do órgão com a sociedade civil, pois:

Existem visões dentro do próprio governo. Os exemplos nos dois governos do presidente Lula são claros. Em vários momentos que se discutia o enxugamento da máquina, os primeiros órgãos que entravam na lista para extinção eram a SPM e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. A SPM vem conseguindo se manter graças a essa aliança muito estreita com os movimentos feministas e com os movimentos de mulheres. Sempre que se fala em acabar com a secretaria, as feministas fazem mobilizações vão para jornal e se mexem. Nesses anos de existência tivemos alguns momentos muito claros em que essa interferência foi fundamental para manutenção da SPM. Tem um espaço que tem que ser mantido e ampliado passo a passo. Criar a Secretaria não resolve o problema das mulheres necessariamente e não resolve o problema das políticas para as mulheres dentro do governo.

A SPM, para as feministas, parlamentares e gestoras públicas não alcançou um espaço consolidado na estrutura do governo, as constantes disputas tornam o órgão

frágil. Atuando isoladamente sem o apoio dos movimentos feministas e de mulheres brasileiras, o órgão não resistiria à pressão do jogo político interno no governo e poderia ser facilmente extinta. Em dezembro de 2011, véspera da realização da “III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres”, feministas de vários estados realizaram uma grande mobilização de apoio para a permanência da SPM na estrutura governamental, diante de rumores de extinção dados como certo pela mídia brasileira.

Diante da intensa mobilização, a presidenta Dilma Rousseff, presente na abertura da “III Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres” realizada na capital do país, deu a seguinte declaração “quero dizer que muitas vezes vocês veem nos jornais ser anunciado que o ministério, que é a Secretaria de Políticas para Mulheres vai simplesmente fechar ou unir a outro. Não há a menor veracidade”, afirmou¹⁰⁹.

Os nove anos de existência da SPM segundo Tatau Godinho não foram suficientes para que o órgão alcançasse a legitimidade necessária dentro da estrutura do governo e perante a sociedade.

Toda vez que se fala em recomposição de governo, o debate de extinguir a SPM aparece. Isso é uma visão muito forte de que essa legitimidade ainda não existe. [...] E deixando de lado esse possível debate dentro do governo, a forma como a gente vê a Secretaria ser tratada nos meios de comunicação, é exatamente um tratamento de quem considera dispensável a existência de uma área de articulação política para as mulheres. Então eu estou chamando a atenção para isso, porque isso é um sintoma da fragilidade política dessa concepção de que para que o Estado seja capaz de alterar ou incidir sobre a alteração de uma dinâmica de discriminação, ele tem que ter políticas conscientes voltadas pra isso.

Tal conjuntura mostra que apesar da criação da SPM, na enunciação das atrizes vista como um marco para o avanço das políticas de igualdade no Brasil, a sua base de sustentação continua sendo determinada pela pressão e negociação permanente que é impulsionada pelos movimentos feministas e, como vimos no Capítulo 6, apoiada pela Bancada Feminina para pressionar o governo e garantir a permanência do órgão. A tessitura de relações entre as distintas atrizes que atuam em diferentes espaços societários mostra que oportunidades políticas para atuação podem ser constantemente criadas quando se tem aliados fortes que, para Tarrow (1998), podem blindar a repressão do Estado.

¹⁰⁹Dilma nega extinção da Secretaria de Políticas para Mulheres. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2011/12/dilma-nega-extincao-da-secretaria-de-politicas-para-mulheres.html>>. Acesso em: 4 mar. 2012.

A relação estreita que a SPM mantém com os movimentos é o canal de diálogo mais acessível que os movimentos feministas têm para acessar as estruturas estatais. Para a Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna, no Brasil existe uma dificuldade em construir uma compreensão comum de que as políticas de igualdade precisam estar presentes em todas as instâncias políticas e nos programas do Estado, como preconizado pela “Plataforma de Pequim”.

A transversalidade das questões de gênero é um processo que está em construção, muitos burocratas não sabem a dimensão exata do impacto que tais políticas apresentam para o desenvolvimento das democracias. Em entrevista, Godinho (2011) conta que:

Não é incomum que em determinadas áreas ou em programas específicos haja uma avaliação de que não precisa ter esse foco, porque esse foco fazendo o geral, o específico já será abarcado. A legitimidade de integrar todas as políticas a partir da perspectiva da igualdade entre mulheres e homens, partindo de uma visão de que a ação política não é neutra, não é comum a todas as áreas de governo e a todos os gestores. Então isso ainda é um convencimento. Temas como a questão das mulheres, como a questão de gênero, a ideia de articular uma perspectiva de igualdade, às vezes aparece como uma questão menor dentro do que as pessoas consideram que é a grande política.

As questões de gênero continuam competindo com outras temáticas para atingirem status de prioridade na ação dos governos. Convencer os gestores e gestoras públicas de que tais questões são merecedoras de atenção tem implicado em esforços contínuos dos movimentos feministas na ascensão às instituições.

A transversalidade das questões de gênero no governo nos capítulos 5 e 6 é vista pelas feministas, parlamentares e pelas gestoras públicas como um grande desafio para a expansão das políticas de igualdade no país. O compromisso do governo com a igualdade de gênero para as atrizes continua sendo “setorizado” nos ministérios em que a SPM tem mais proximidade para dialogar, como é o caso das pastas que se referem à educação, ao desenvolvimento social, aos direitos humanos e à igualdade racial.

No que se refere à relação do governo com os movimentos feministas e com a SPM, Sônia Malheiros destaca que os movimentos têm o papel fundamental de pressionar e tentar impulsionar as mudanças no governo. Para a gestora, as relações são construídas cotidianamente:

Sem uma aliança com os movimentos feministas no sentido do fortalecimento da Secretaria, ela poderia acabar. Então é uma relação

solidária, mas uma relação também tensa, mas uma tensão produtiva. Uma tensão no sentido de esgarçar e puxar uma corda para que as coisas avancem. E para dentro do governo como um todo, eu acho que essa tensão é mais evidente. Como a Secretaria tem essa solidariedade no sentido do reconhecimento de que a sua criação foi uma demanda do movimento feminista, do movimento de mulheres, então nós construímos isso juntas e queremos fortalecer e ampliar esse lugar. E para dentro do governo como um todo tem uma tensão maior no sentido de que as políticas para as mulheres não estão ainda no lugar que deveriam estar como uma questão mais central no pensamento geral do governo. Então, tem essa disputa e essa tensão. No entanto, apesar dessa relação de solidariedade que eu falei não é uma relação pacífica, “ah, tudo bem, já tem a Secretaria, está bom”. Não está bom, e tem uma cobrança permanente, mas que eu considero legítima porque tem que ser assim. Nós aqui dentro sabemos que as questões não estão resolvidas e é fundamental essa articulação. Governo nenhum, política nenhuma anda se tiver descolada dessa relação com a sociedade. Temos assim essa relação permanente com o movimento social de mulheres solidária, tensa e impulsionadora, mas que eu acho importante.

Para a assessora especial da SPM, existem dois tipos de relações que os movimentos feministas constroem para apresentar suas reivindicações nos espaços institucionais brasileiros: uma é com o governo e outra é com a SPM. As relações são distintas e, contraditoriamente, percebe-se em nossa avaliação que em algumas situações, governo e SPM parecem atuar em direção e interesses opostos.

Os episódios recentes envolvendo a bancada religiosa e o governo, mostraram o desempoderamento que a SPM tem para interferir até mesmo nas políticas que envolvem os interesses das mulheres e que deveriam estar sob sua responsabilidade. A SPM não foi consultada no processo que resultou na elaboração do programa Rede Cegonha e no Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna, que se tornaram alvo constante das críticas das feministas.

Os casos citados evidenciam políticas que não levam em consideração os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e buscam apenas reforçar o papel delas como mães e cuidadoras, pois não há preocupação em assegurar o direito do indivíduo de expressar livremente sua orientação sexual, que não pode ser reduzido a uma única orientação que é a heterossexualidade, e nem em garantir o direito ao sexo seguro para prevenção da gravidez indesejada e aos serviços de saúde que garantam privacidade, sigilo e atendimento de qualidade e sem discriminação.

A Rede Cegonha e o Cadastro Nacional de Grávidas ignoram totalmente a diversidade sexual ao se pautar em uma heterossexualidade absoluta e invisibilizar o direito das pessoas de decidirem, de forma livre e responsável, se querem ou não ter filhos.

Para as feministas, as forças conservadoras incidem intensamente no Estado, e aqui evidenciamos uma das faces da relação dos movimentos feministas com o governo, uma relação distinta da que constroem com a SPM que as gestoras reconheceram, mas não detalharam.

A relação dos movimentos com o governo, no primeiro ano de Dilma, tem sido de confronto, pois os movimentos não têm obtido bons resultados para “quebrar” a impermeabilidade do governo no que diz respeito aos direitos sexuais e reprodutivos. A única concessão feita pelo governo para os movimentos feministas (e também para os integrantes do Conselho Nacional de Saúde e para SPM), no caso do Cadastro de Grávidas, foi a retirada da palavra “nascituro”.

O termo, rejeitado pelos movimentos feministas, é o mesmo usado no polêmico "Estatuto do Nascituro", projeto de lei que quer conferir ao bebê, ainda em gestação, proteção jurídica e garantia de vida, restringindo o abortamento legal que existe hoje. O projeto, para as feministas, é uma tentativa de facilitar a produção de provas por meio do cadastro de grávidas para identificar a causa do aborto nos casos ilegais.

Godinho (2011) apresenta um ponto de vista similar ao de Sônia Malheiros no que diz respeito à relação entre governo e movimentos feministas que ao mesmo tempo é construtiva e tensa:

Nos últimos anos, tanto na gestão do Lula como na gestão da Dilma, teve um investimento muito grande na relação com os movimentos sociais. Do ponto de vista geral há um envolvimento grande do movimento de mulheres nas suas diversas facetas com as políticas do governo e com a implementação dessas políticas. Com uma perspectiva crítica em temas específicos ou em momentos específicos, depende de qual é o caráter mais direto da intervenção desses movimentos. Mas eu acho que é uma relação de todas as formas de uma cobrança construtiva. E acho que isso também ocorre em relação à SPM, mas de uma maneira mais explícita de fortalecimento e apoio da SPM. O movimento de mulheres do Brasil como um todo, de todos os grupos, de certa forma se sente responsável por garantir a permanência dessa política, isso não quer dizer que não tenha questionamento, que não haja tensão.

Malheiros (2011) descreve a relação da SPM com os movimentos feministas, e mais uma vez é perceptível que se trata de uma relação diferente da que os movimentos tentam construir com o governo. A relação com a SPM vista pelas gestoras é uma relação solidária em momentos de instabilidade do órgão perante a máquina estatal como um todo, e crítica quando a SPM não responde aos anseios dos movimentos em negociações específicas com o governo.

Para as gestoras públicas, assim como para as parlamentares e feministas, existe um canal de diálogo entre governo e movimentos sociais embora o governo não efetue as reformas esperadas pelos movimentos, ele não reprime a ação dos movimentos nem se nega a dialogar. A relação é modificada de acordo com as temáticas, responsáveis por criar constrangimentos ou oportunidades políticas para a ação das atrizes, que são colocadas em pauta.

As condições favoráveis para o diálogo dos movimentos sociais com o Estado inauguradas pelo governo Lula assumem um caráter de continuidade no primeiro ano de governo da presidenta Dilma, porém com momentos de tensão. Assim, por mais que o discurso da presidenta reafirme a importância das políticas para emancipação e igualdade das mulheres brasileiras, a atuação positiva das políticas públicas de igualdade é muito pequena se comparada com a necessidade, essa é a avaliação das três atrizes.

A integração das questões de gênero no Estado depende da mobilização das mulheres. Como podemos notar no discurso das gestoras públicas, o Estado não impõe novos modelos, apenas sugere e induz as mudanças que são demandadas pela sociedade. Assim, independente do que o governo tente fazer ou não, ele está sempre induzindo valores, modelos e relações, o que torna relevante a atuação pontual dos movimentos feministas para que o governo produza políticas de igualdade.

7.2 Status Women Canada

A SWC, diferente da SPM, ocupa um espaço mais consolidado no aparato estatal canadense. Desde sua criação em 1979 e independentemente das mudanças entre os governos, seu espaço se mantém na máquina estatal mesmo que em cada gestão sua estrutura e objetivos sejam modificados. O diretor-executivo de GBA, Sébastien Goupil (informação verbal)¹¹⁰, destaca que o trabalho da SWC é coordenar as políticas de igualdade de gênero no Canadá em um contexto no qual a responsabilidade é partilhada no governo federal como um todo. Para ele existe um grande trabalho a ser feito para avançar na igualdade de gênero, e a SWC está atenta aos obstáculos:

Seria uma grande pretensão dizer que tudo foi feito, mas no Canadá tivemos muitos progressos se olharmos sob a lei, sobre o atual quadro legislativo

¹¹⁰GOUPIL, Sébastien. Diretor-executivo de Análises Baseadas em Gênero. 25 mar. 2011. Ottawa, Canadá. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

canadense podemos dizer que a igualdade foi claramente apontada como algo que nós reconhecemos em nosso quadro legislativo [...]. Há ainda algum progresso a ser feito, por exemplo, uma das áreas que necessitam mais atenção é a violência, acabar com a violência contra a mulher é uma prioridade no Canadá. Se olharmos para o mercado de trabalho, veremos uma maior proporção de mulheres trabalhando e o estreitamento da diferença salarial entre homens e mulheres. No entanto, precisamos melhorar a participação das mulheres nos Conselhos das empresas privadas, por exemplo. Ainda há em média 40% dos Conselhos de empresas privadas que não têm mulheres representadas em seu quadro, de modo que este é o lugar onde nós podemos investir, através da *Status of Women Canada* por exemplo, através do Programa das Mulheres, nós estamos apoiando iniciativas para ajudar a construir parte dessa diversidade nos Conselhos das empresas.

Para o gestor as ações para avançar na igualdade das mulheres precisam ser desenvolvidas em três áreas também evocadas como prioritárias nos discursos das feministas e parlamentares: eliminação da violência, empoderamento político e econômico.

O analista geral das Políticas e Pesquisas sobre GBA, Lorne Holyoak (informação verbal)¹¹¹, detalha as ações que a SWC tem desempenhado pelo Programa Mulher para apoiar iniciativas que buscam aumentar a representação das mulheres nos Conselhos das empresas:

Através do Programa da Mulher ajudamos a capacitar as mulheres para participar dos Conselhos das empresas privadas, porque quanto mais diversidade você tem representada nos Conselhos de uma organização é melhor em termos de resultados para a sua organização, estudos demonstram isso, então é algo que vemos como importante dado o nosso mandato de promover a igualdade para as mulheres, por isso, quando olhamos a lista das 500 maiores empresa no Canadá e vemos que a representação das mulheres nessas empresas é muito baixa apoiamos o aumento da representação das mulheres nesses projetos.

A iniciativa destacada pelo gestor pode ser considerada inovadora, ao fomentar projetos que buscam dar empoderamento político às mulheres, o que evidencia uma preocupação em destinar espaços de protagonismo às mulheres, contribuindo dessa maneira para desconstruir os valores culturais, que por décadas designaram a esfera privada como espaço feminino e a público-político como espaço masculino.

O reconhecimento da desigualdade entre os gêneros no discurso dos gestores do governo contrapõe o discurso das feministas e parlamentares que argumentaram que o governo adota a retórica da inexistência da desigualdade entre os gêneros no país e, para

111HOLYOAK, Lorne. Analista Geral das Políticas e Pesquisas Baseadas em Gênero. 25 mar. 2011. Ottawa, Canada. Entrevista concedida para a pesquisa (tradução nossa).

dar respaldo a esse ponto de vista, citam a retirada da palavra “igualdade de gênero” do mandato do governo como um todo e da SWC em particular.

Os gestores não se furtaram em pronunciar e defender a “igualdade de gênero” durante a entrevista. Para Goupil e Holyoak (2011) o governo está atento aos principais problemas que afetam a igualdade das mulheres no país, existindo para ele iniciativas para reverter esse quadro, e o Programa Mulher é uma dessas iniciativas.

O Programa das Mulheres apoia projetos que incentivam ações que tragam progresso para todas as mulheres no Canadá. Embora os gestores não tenham mencionado mudanças na linha dos projetos financiáveis, a partir do governo Harper o guia de informação para candidaturas ao Programa Mulheres do governo canadense (disponível no endereço eletrônico da SWC para o livre acesso das organizações de mulheres) destaca que entre as atividades inelegíveis para financiamento estão as atividades (mencionadas pelas feministas e parlamentares) que envolvem pesquisa e sondagem, *advocacy* e lobby no governo federal, provincial, territorial e municipal¹¹².

As palavras “igualdade de gênero” estão ausentes do guia, o que pode dar respaldo, pela argumentação das feministas e parlamentares, de que o conceito teria sido retirado de todo o mandato da SWC. O discurso dos gestores, como podemos notar, não se eximiu de dar destaque à igualdade de gênero como proposta de atuação do órgão, porém uma pesquisa nos principais documentos da SWC disponibilizados em seu endereço eletrônico como documentos referentes à prestação de conta dos ministérios, discursos da ministra, editais para financiamentos de projetos, apresenta a ausência do termo “igualdade de gênero”.

A relação de organizações financiadas pelo Programa das Mulheres referente aos biênios 2007-2008, 2008-2009, 2009-2010¹¹³ pode ser observada em uma consulta, na qual é possível constatar que a maioria das organizações que recebeu financiamento para desenvolver seus projetos está ligada à prestação de serviços para as mulheres em áreas relacionadas ao combate à violência e à geração de renda. As organizações feministas não são mencionadas na lista.

Em entrevista, Goupil (2011) diz que o compromisso da instituição com a igualdade de gênero foi ainda mais realçado com a “Plataforma de Pequim” em 1995,

¹¹²*Women's Program. Information Guide Applying for Funding through the Women's Program of Status of Women Canada.* Disponível em: <<http://www.swc-cfc.gc.ca/fun-fin/wcf-fcf/guide-eng.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

¹¹³*Funded projects.* Disponível em: <<http://www.swc-cfc.gc.ca/fun-fin/fp-pf/index-eng.html>>. Acesso em: 23 jan. 2012.

quando houve um claro compromisso com o avanço da igualdade de gênero, através, por exemplo, do uso da análise baseada em gênero que hoje é uma das políticas estratégicas da SWC.

Nos últimos 15 anos têm ocorrido uma reafirmação deste compromisso na promoção da igualdade para as mulheres em nosso país [...]. A análise baseada em gênero tem sido uma ferramenta utilizada no Canadá desde a Conferência de Pequim. Estamos buscando reforçar a implementação desta análise e já temos alguns progressos. Há um movimento claro para consagrar o que fazemos frente à GBA com base em um quadro de responsabilização, porque é importante indicar claramente que o uso da análise baseada em gênero e o alcance de resultados concretos através da análise não é algo que fica exclusivamente a cargo da *Status of Women Canada* como uma organização. Estamos aqui para promover o uso de análise baseada em gênero em todos os órgãos do governo federal, mas em última análise, os departamentos são responsáveis pela aplicação da análise baseada em gênero e devem informar o caminho que estão adotando em suas políticas e programas.

A GBA é o processo de examinar os impactos de uma política/programa ou iniciativa sobre a vida de mulheres e homens em toda a sua diversidade. O desenvolvimento dessa análise exige compromisso dos órgãos com a integração das questões de gênero, o que contribui para que as políticas de igualdade de gênero não sejam “guetizadas” ficando sob responsabilidade única e exclusiva da SWC. O Brasil não tem nenhum tipo de estratégia que se aproxime da proposta da GBA, talvez pelo desenvolvimento tardio das políticas de igualdade no país.

Goupil (2011) reconhece que integrar as questões de gênero nas políticas e programas do governo, de forma geral, exige um esforço conjunto dos órgãos governamentais. Transversalizar as questões de gênero no aparato estatal continua sendo um desafio para a SWC, pois,

Se olharmos para a natureza do desenvolvimento de uma política, sexo é muitas vezes visto como uma das lentes que devem ser aplicadas, entrando em concorrência com outros tipos de lentes e dependendo dos tipos de resultados que estamos procurando em termos de legislação, políticas, programas às vezes pode ser mais difícil apontar as questões de gênero como um fator do ponto de entrada principal, quando notamos a forma como algumas políticas têm sido desenvolvidas.

Diante disso, compreendemos que a presença de um campo de disputa para inclusão de temas na máquina estatal não é uma tarefa vivenciada apenas pelos movimentos feministas e pelas parlamentares canadenses. A disputa também está presente no cotidiano da SWC, mas diferente da SPM, que disputa espaços no governo

brasileiro com o apoio dos movimentos e da Bancada Feminina, não acontece o mesmo com a SWC que, por uma postura política imposta pelo governo, tem limitado suas ações e conseqüentemente agido isoladamente sem o apoio das feministas e da FEWO, neutralizando a sua força para disputar as demandas das mulheres.

Mesmo diante do contexto desfavorável da aplicação da GBA, a SWC atua para que esta análise possa ser transversalizada nos vários departamentos do governo federal. Segundo Goupil (2011) trata-se de um trabalho difícil, pois nem todos os departamentos têm afinidade com essas questões:

Não há uma resposta fácil para o processo que está sendo chamado de “gender mainstreaming” que nos referimos como análise baseada em gênero no Canadá, eu acho que tem havido várias tentativas ao longo dos últimos 15 anos e isso remonta ao compromisso assumido com a Plataforma de Pequim, por isso, ainda há um compromisso muito forte no Canadá para realização da GBA, mas às vezes o que vemos é que colocar em prática o que foi teorizado é um pouco mais difícil e estamos trabalhando com os departamentos que têm um mandato social, ou departamentos, organizações como a Agência Canadense de Desenvolvimento Internacional (CIDA), que fazem um tipo de trabalho em que o componente de gênero sempre foi muito forte. É mais fácil para estes departamentos envolver o fator gênero no trabalho que desenvolvem, mas quando a auditoria foi realizada pelo Auditor Geral do Canadá sobre a aplicação da GBA em 2009 não poderia encontrar fortes evidências de que a GBA estava influenciando a tomada de decisões de processos no Canadá, e nós fomos convidados em 2009 a apresentar um plano de ação do departamento de análise baseada em gênero para orientar e fortalecer um pouco do trabalho que realmente está sendo feito na GBA. Dito isto, podemos dizer que há um interesse genuíno, especialmente dentro da família federal, para avançar na agenda de gênero.

A GBA apresenta-se como a principal estratégia do governo canadense para integrar as questões de gênero no Estado, mesmo apresentando problemas em sua aplicação como mencionou o gestor público, a análise continua sendo a principal política da SWC. Além dos problemas decorrentes da burocracia que não reconheceu a importância da integração das questões de gênero para o desenvolvimento da democracia, Holyoak (2011) em entrevista adverte que os valores culturais da sociedade também podem operar na desqualificação do tema como prioridade de ação do governo:

Existe uma resistência cultural na engenharia social do Canadá, assim, o governo pode atuar em termos de dirigir ou incentivar a mudança social, mas existe um obstáculo cultural. Não estou falando apenas em termos de igualdade de gênero, mas em termos da disposição que os canadenses têm de serem liderados pelo governo para promover mudanças nesses tipos de questões.

O discurso da analista geral das Políticas e Pesquisas baseadas em Gênero, Holyoak, dá destaque aos constrangimentos advindos dos valores culturais da sociedade canadense, que operam constantemente para frear ou retroceder garantias relacionadas ao avanço da igualdade entre os gêneros. A influência dos valores culturais na construção das políticas públicas desafia a atuação dos movimentos feministas canadenses e brasileiros, uma vez que o Estado age respondendo a esses valores culturais, e cabe aos movimentos sociais, e não ao Estado, a tarefa de atuar para transformar os valores culturais. Trabalhar com a igualdade de gênero no âmbito estatal é, para Holyoak (2011), lidar com diferentes fatores que podem interferir tanto para o progresso como para a refração desse propósito. Assim,

Trabalhar para a promoção da igualdade de gênero é uma tarefa que envolve diferentes indivíduos, comunidades, todos os níveis de governo, setor privado e de caridade. Quero dizer, é uma mudança social e cultural, então eu acho que para sermos capazes de dizer por que progredimos em algumas áreas e em outras não, depende da forma como analisamos cada contexto, eu não acho que podemos ter um causa específica e efeito para apresentar a você, mas eu acho que o que entendemos como uma organização é que existe um esforço enorme que leva as pessoas em todos os níveis, e todos os dias a pensar sobre estas questões, porque as barreiras estão profundamente enraizadas na sociedade.

Nesse sentido, o Estado é apenas um dos atores envolvidos na promoção da igualdade entre os gêneros, a vontade de mudança deve emanar da sociedade. Já a lente de gênero destacada por Goupil (2011) precisa concorrer com outras lentes e sua força no aparato estatal, observando o status político e o orçamento que a SWC tem, não torna a disputa tênue, levando em consideração que os jogos de interesse quase sempre estão deslocados das demandas de políticas de igualdade.

Para os gestores a interiorização das políticas de igualdade prejudica a integração de gênero no Estado canadense. Se no Brasil o problema citado pelas gestoras é a ausência da máquina estatal das mulheres, nos municípios, nos estados e no Canadá a situação não é a mesma.

Segundo informações disponíveis nos endereços eletrônicos dos governos provinciais e territoriais do Canadá, as dez províncias e os três territórios apresentam organismos de políticas para mulheres, ministérios provinciais, escritório de políticas para as mulheres, diretoria das mulheres, secretaria interministerial das mulheres, Conselhos consultivos das mulheres.

Mesmo com a presença de organismos de políticas para as mulheres em todas as províncias, para os gestores a interiorização das políticas é um problema, pois não existe uma uniformidade, um padrão nacional para integrar as questões de gênero no Estado. Na visão de Holyoak (2011) não existe uma política de igualdade de gênero de âmbito nacional desenvolvida pelo governo federal do Canadá em razão da descentralização do governo, cada província tem sua própria visão e agenda de como integrar as questões de gênero no governo “não há um padrão nacional, não é possível criar um padrão nacional. É um obstáculo, pois cada província tem o direito de proceder como lhe aprouver. A maneira como as leis e constituições são estruturadas limitam o papel da atuação do governo”.

Em direção oposta ao governo federal brasileiro, que em razão da ausência de organismos estaduais de políticas para as mulheres em vários estados enfrentam obstáculos para impulsionar as políticas de igualdade em âmbito nacional, o governo federal canadense enfrenta obstáculos em promover políticas de igualdade em âmbito nacional, pois cada província e território têm a sua concepção particular sobre as questões de gênero.

A forma como é construída a relação entre o governo canadense e os movimentos feministas não foi enfatizada pelos gestores. Goupil (2011) afirmou que é uma questão que ele não pode abordar, pois está fora da sua própria prerrogativa de atuação, mas destaca que a relação resulta das linhas de financiamento de projetos oferecidas pela SWC:

Eu diria que a *Status of Women Canada* como uma organização tem uma relação muito boa com organizações de mulheres, com organizações que operam no nível das bases, como nós temos o Programa da Mulher que mantém todas essas conexões, tendo em mente que em termos de financiamento do programa, o financiamento que fornecemos para o programa é sobre uma base de projeto, temos cerca de 20 milhões por ano para o programa financiar diferentes projetos. Temos um relacionamento muito bom com o movimento de mulheres.

A negação dos gestores canadenses em abordar as relações que são construídas pela SWC e pelo governo com os movimentos feministas pode ser vista como um sintoma da tensão, já relatada pelas feministas e parlamentares. A criação da SWC foi uma conquista dos movimentos feministas, e o canal aberto para o diálogo que mantinham nos governos liberais foi fechado no governo de Harper.

Ao afirmar que a SWC têm uma boa relação com os movimentos de mulheres atendidos pelos projetos (leia-se organizações de serviços que não desenvolvem

pesquisa nem *advocacy*), as organizações feministas dessa maneira estão excluídas da referida relação.

O ponto de vista exposto pelo gestor permitiu compreender que a relação da SWC com a sociedade civil tem se dado com as organizações de mulheres, cujos projetos são financiados pelo Programa Mulheres, o que nos leva considerar que as organizações que não têm os seus projetos de financiamentos pela instituição, como apontaram as feministas e parlamentares, não tem espaço para dialogar.

7.3 Aproximações da gestão pública brasileira e canadense e o projeto de integração de gênero no Estado

O compromisso com a integração das questões de gênero no Estado, como foi dito pelos gestores públicos, tem sido mantido desde a “Conferência de Pequim” pelos governos brasileiro e canadense. A existência de órgãos como a SPM e a SWC evidencia esse comprometimento, porém, por si só, não responde aos anseios de reforma dos movimentos feministas e são desprovidos do poder necessário para fazer o enfrentamento e disputar a institucionalização das temáticas das mulheres.

Romper com as resistências culturais que há décadas configuram-se como obstáculos à igualdade de gênero nos referidos países não tem sido uma tarefa ausente de tensões. Para os gestores existem forças que operam para que as mulheres continuem exercendo papéis de coadjuvantes e não de protagonistas nas sociedades. Como podemos ver ao longo das distintas enunciações, as questões de gênero disputam espaço com forças que são contrárias à igualdade e estão localizadas em diferentes espaços como na economia, na cultura e na política.

A relação da máquina estatal das mulheres com os movimentos feministas, maiores propulsores das demandas de integração de gênero no Estado, é construída de formas distintas em cada país no período atual. Enquanto as gestoras públicas brasileiras enfatizam a importância da relação dialógica com os movimentos e reconhecem que a existência do órgão é resultado de uma mobilização feminista, os gestores públicos canadenses dão mais destaque à relação que é construída por meio do financiamento de organizações feministas.

Contraditoriamente ao discurso dos gestores canadenses observa-se que as organizações intituladas “feministas” são as que menos recebem financiamento para os seus projetos, de acordo com a lista divulgada das organizações financiadas no período

de 2007 até 2011. A relação entre os governos e os movimentos feministas não é algo dado e se constrói a cada governo e movimenta-se de acordo com os constrangimentos e oportunidades políticas que se apresentam para a atuação.

Estabelecer canais de diálogo com o governo é fundamental para que os movimentos possam monitorar e avaliar as políticas desenvolvidas e apresentar novas demandas aos órgãos. Os obstáculos impostos à integração das questões de gênero no Estado para os gestores estão presentes tanto na sociedade brasileira como na sociedade canadense e inviabilizam a incorporação de novas demandas pelos governos. Para as gestoras da SPM a cultura conservadora busca construir uma pseudorealidade sobre a igualdade de gênero no país a partir do argumento de que as mulheres ocupam massivamente o mercado de trabalho. Não se leva em consideração as diferenças salariais entre os gêneros e as múltiplas jornadas de trabalho realizada pelas mulheres.

Para os gestores da SWC, os valores culturais da sociedade canadense visíveis na burocracia estatal têm impedido que o governo impulse as mudanças no que se refere à integração das questões de gênero no Estado. Embora os movimentos feministas continuem apresentando suas reivindicações aos governos, os contextos atuais tem sido pouco favoráveis às mudanças nos dois países, e a fala dos gestores relatou essa situação.

O cenário político brasileiro e canadense aqui apresentado permite evidenciar que o governo brasileiro está mais aberto ao diálogo com os movimentos feministas do que o governo canadense. As mudanças de governo ocorridas nos respectivos países e a postura adotada pelos mesmos fizeram com que o Estado ora avançasse, ora recuasse na oferta das políticas de igualdade.

No Brasil a gestão pública sinalizou nos últimos nove anos uma preocupação mais intensa em inserir as mulheres como prioridade das ações do governo. Muitas reformas aconteceram para materializar esse compromisso, como foi possível notar ao longo dessa pesquisa. O caráter “inovador” das políticas de igualdade no país não permite que uma análise em busca dos resultados seja feita no período atual, levando em consideração que a sociedade brasileira está em um momento de adaptação às novas políticas.

Se observarmos a posição do Brasil no ranking da disparidade de gênero, elaborado pelo Fórum Mundial Econômico (GGGR, 2009; 2010; 2011) nos últimos três anos, veremos que a sua posição não apresentou grandes alterações. Em 2009 o Brasil

estava na 81ª posição, em 2010 caiu para 85ª e em 2011 recuperou uma posição, ficando na 84ª.

A SPM dentro das suas possibilidades frente ao poder e ao orçamento limitado na máquina estatal tem dialogado com os movimentos feministas e em muitas ocasiões atuou em parceria para pautar as questões de gênero no governo. Como podemos notar pelo discurso das gestoras da SPM, o órgão é um espaço aberto ao diálogo com a sociedade civil e, mesmo em momentos de tensão entre os movimentos feministas e o governo na disputa pelas reformas, o canal de diálogo não tem sido limitado.

As gestoras da SPM reconhecem as limitações da pasta por motivos que vão além da sua estrutura física e financeira e estão diretamente relacionadas ao status que é dado às mulheres na sociedade brasileira. Mesmo com todas as conquistas das mulheres na ocupação de diferentes espaços da sociedade, o imaginário social ainda em vigor em muitos países latino-americanos, entre eles o Brasil, é influenciado pelo discurso machista e patriarcal que não reconhece o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade.

As gestoras públicas brasileiras não mencionam os problemas relacionados ao orçamento limitado da SPM, mas reconhecem que transversalizar as políticas de igualdade tem sido o maior desafio imposto diante da fragilidade do órgão dentro da estrutura governamental e perante a sociedade de forma geral.

A SWC com quarenta anos de existência alcançou estabilidade dentro da estrutura estatal do Canadá desde os anos 1970, e mesmo com a alternância entre os governos (liberais e conservadores) mantém o seu espaço no aparato estatal. Apesar das mudanças frequentes na estrutura, no orçamento e nas prioridades de atuação que, ora se mostram mais favoráveis à pauta das questões de gênero no Estado, ora se mostram menos favoráveis, ganhou legitimidade perante a sociedade e o governo.

A gestão pública federal canadense conquistou prestígio internacional pelas estratégias de integração das questões de gênero no Estado, iniciadas nos anos 70 e aprimoradas ao longo dos anos, responsáveis por colocar o país em posição elevada em diferentes pesquisas mundiais sobre a igualdade de gênero. O Canadá está em uma condição mais avançada do que o Brasil no que diz respeito ao fornecimento das políticas de igualdade. Mesmo com todas as críticas relatadas pelas feministas e parlamentares canadenses, o país oferece alta qualidade de vida para a sua população.

De acordo com o IDH de 2011, o Canadá ocupa o 6º lugar entre os 182 países pesquisados em uma medida comparativa de riqueza, alfabetização, educação,

expectativa de vida, natalidade, entre outros fatores. No entanto, apesar do elevado índice de desenvolvimento humano, os gestores públicos canadenses reconhecem que ainda existem muitas ações a serem desenvolvidas para elevar a igualdade entre os gêneros.

Transversalizar as questões de gênero é uma das ações que exige grandes esforços do governo, mas que na conjuntura atual, dado os constrangimentos que se apresentam à disputa da institucionalização das temáticas de gênero relatadas por feministas, parlamentares e gestores, não tem sido possível convencer a burocracia de que as políticas têm impactos diferenciados na vida de homens e mulheres.

Os gestores públicos canadenses em direção oposta ao que relataram as feministas e parlamentares sobre os atuais constrangimentos para o engendramento do Estado decorrentes da gestão de Harper, limitaram-se a relacionar os constrangimentos com a dificuldade que os burocratas têm em compreender a importância das questões de gênero para o desenvolvimento da democracia e os valores culturais, que muitas vezes reforçam o papel de coadjuvantes das mulheres.

As limitações operacionais dos organismos de políticas de igualdade evidenciados pelo discurso dos gestores não podem ser consideradas, isoladamente, como impedimento para a integração das questões de gênero no Estado. Como podemos notar, o contexto político e cultural interfere na disposição das sociedades em se adaptarem às mudanças em curso. Dito isso, podemos considerar que cada sociedade, mais ou menos desenvolvida, assume o compromisso com a igualdade de gênero motivada por pressões externas que podem ou não ocasionar uma resposta estatal a esse estímulo.

As feministas brasileiras e canadenses têm pressionado os Estados para que haja discussão e geração de novas formas de institucionalização que vão ao encontro do interesse das cidadãs, o que demonstra que a presença de constrangimentos resultantes do cenário político vivido pelos países não tem impedido que os movimentos continuem a denunciar os impactos da desigualdade entre os gêneros na vida das mulheres.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desse trabalho era responder uma pergunta de pesquisa sobre as relações dialógicas construídas pelos movimentos de feministas, parlamentares e gestores públicos que resultam no contexto atual em uma articulação pró-ativa para a pauta das questões de gênero no Estado brasileiro e canadense para o avanço da igualdade entre os gêneros.

Ao buscar compreender a forma como as questões de gênero são incorporadas no Estado brasileiro e canadense a partir das relações que são construídas nos três espaços representados pela sociedade civil, pelo parlamento e pelo governo, notamos inicialmente que existem distintas incorporações adaptadas às características particulares de cada nação.

No Brasil, a integração das questões de gênero no Estado encontra-se em um estágio menos desenvolvido do que no Canadá por vários fatores, entre eles a ditadura militar vivida pelo país nos anos 1960, 1970 e 1980, o desenvolvimento tardio das políticas de igualdade e a intensa desigualdade social que atuaram conjuntamente para a intensificação das desigualdades entre os gêneros no país. Apesar dos graus variados de desenvolvimento humano, nenhum dos países estudados alcançou a igualdade entre os gêneros.

O Canadá apresenta um índice elevado de desenvolvimento humano, a preocupação com a integração das questões de gênero no Estado é datada dos anos 1950, muito antes da criação da SWC. Desde 1988 o aborto foi legalizado, sendo considerado como qualquer outro procedimento médico. A desigualdade social não se configura como um problema tão alarmante como é no Brasil, e as mulheres canadenses por um longo período foram beneficiárias do Estado do bem-estar social, especialmente na década de 1980 e 1990.

Apesar dos graus variados de desenvolvimento humano, nenhum dos países estudados alcançou a igualdade entre os gêneros. Os problemas vivenciados pelas brasileiras e canadenses, embora em muitos momentos similares, apresentam características distintas nos dois países.

O acúmulo recente na elaboração das políticas de igualdade no Brasil se deve ao governo do presidente Lula que segundo as feministas parlamentares e gestoras públicas inaugurou um novo momento para os direitos das mulheres no país. A integração das políticas de gênero no Estado brasileiro faz parte de uma história recente inaugurada

com a abertura política em 1985. Com o fim da ditadura, as feministas ganham mais legitimidade para reivindicar suas demandas, e a primeira resposta do Estado brasileiro a essas demandas em âmbito federal foi a criação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. Porém, iniciativas foram vistas em alguns governos estaduais como nos dos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro que em 1984, respondendo às articulações das mulheres do MDB, criaram os Conselhos e as delegacias especializadas em atendimento às mulheres.

O governo do PT, após 18 anos de abertura política, formaliza o compromisso com a integração das questões de gênero no Estado de maneira mais acentuada e distinta que a dos dois governos do PSDB que antecederam a gestão petista. No primeiro governo do PSDB, o presidente Fernando Henrique Cardoso investiu prioritariamente no combate à pobreza através do Programa Comunidade Solidária que buscava revelar caminhos alternativos para a luta contra a pobreza, presidido pela primeira-dama Ruth Cardoso.

O programa teve impacto na vida das mulheres, mas sem uma preocupação de garantir a igualdade. O Conselho dos Direitos das Mulheres, desativado no governo de Fernando Collor (1990-1992), foi novamente reativado com a posse de FHC em 1995 que nomeou as conselheiras e a presidenta sem uma consulta prévia ao movimento de mulheres e feminista. O segundo mandato de FHC assume um caráter mais comprometido com as políticas de igualdade, ao ser pressionado pelas redes nacionais de mulheres para criar uma Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

A criação da Secretaria, dessa maneira, passa a ser considerada como marco da gestão de Fernando Henrique Cardoso no que se refere às políticas de integração de gênero no Estado, o que em nossa concepção contribuiu para que o governo Lula mantivesse o órgão conquistado pelos movimentos.

O governo Lula intensificou a integração das políticas de gênero no Estado em três direções: ampliando o controle social das políticas de igualdade por meio do fortalecimento do CNDM; implementando um Comitê de Monitoramento das Questões de Gênero transversal gerido pela Secretaria de Políticas para as Mulheres nos diversos Ministérios; aumentando os espaços institucionais das mulheres no governo, nas políticas e nos programas; e investindo na relação com os movimentos sociais.

O governo Dilma dá continuidade às políticas de integração de gênero no Estado iniciada por Lula, inovando em algumas áreas e retrocedendo em outras. Como inovação, destacam-se a indicação de mais mulheres para a ocupação dos cargos

ministeriais e a recente nomeação de uma feminista para ocupar o cargo de ministra da SPM, o que tem provocado críticas dos setores mais conservadores da sociedade brasileira. Quanto aos retrocessos destacam-se a criação dos programas de saúde que não garantem a autonomia do corpo das mulheres e reforçam o papel de mães e cuidadoras das mulheres, como Rede Cegonha e o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante e Puérpera, tal como criticado pelas redes de movimentos feministas.

No Canadá notamos que as políticas de igualdade de gênero estão presentes no cenário social do país de forma mais vanguardista do que inaugural. A experiência acumulada durante décadas na elaboração das políticas de igualdade pelos vários governos canadenses é avaliada no período atual, especialmente pelas feministas e parlamentares, de forma negativa. Para as atrizes houve um recuo no compromisso e nas ações que o Estado canadense costumava desenvolver nos anos 1980 e 1990 para avançar na igualdade entre os gêneros. Atualmente o impacto das políticas na vida das mulheres foi reduzido e muitos dos problemas vivenciados por elas em decorrência da desigualdade permanecem.

Após 16 anos da elaboração da “Plataforma de Pequim”, foi possível perceber, através da fala de feministas, parlamentares e gestores públicos, que a plataforma não foi totalmente implementada pelo Brasil e pelo Canadá, pois muitos obstáculos têm impedido essa implementação nos dias atuais. Entre as áreas mais críticas nas quais os governos brasileiro e canadense não têm garantido plenamente os direitos das mulheres destacam-se nas enunciações das feministas e parlamentares, de forma similar, a esfera política e econômica. As mulheres continuam invisibilizadas nos espaços de poder e decisão e ainda ocupam poucas cadeiras nos parlamentos.

Embora a proporção de parlamentares canadenses seja maior do que a das parlamentares brasileiras nos respectivos parlamentos, as feministas de um e outro país consideram sua representação baixa e insuficiente. Não são apontadas com frequência mulheres para os cargos comissionados, e sua representatividade em postos ministeriais é baixa. No mercado de trabalho, embora a participação das brasileiras e canadenses tenha crescido nos últimos anos, elas continuam recebendo um salário desigual para exercerem as mesmas funções dos homens e continuam ocupando postos de trabalho precário, exercendo múltiplas jornadas de trabalho.

No Brasil e no Canadá as mulheres realizam serviços domésticos que não são reconhecidos como fundamentais para a manutenção da economia dos estados. As

feministas e parlamentares dos dois países também apontam outras áreas críticas para a materialização dos projetos de igualdade de forma distinta. As brasileiras, principalmente as feministas, mas também as parlamentares, deram ênfase à dificuldade de pautar nos espaços institucionais as temáticas que envolvem a garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres. E com o apoio do Executivo (Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres) conseguiram pautar e fazer aprovar uma Lei específica de combate à violência (Lei Maria da Penha, 2006), mas enfrentam várias resistências jurisprudenciais.

Já as canadenses, especialmente as feministas e as parlamentares, destacaram os problemas decorrentes da ausência de políticas para combater as discriminações vivenciadas pelas mulheres indígenas, imigrantes e negras. A distinção das temáticas colocadas pelas atrizes pode ser justificada em razão dos estágios diferenciados de desenvolvimento de cada país.

Podemos considerar que as canadenses foram mais beneficiadas pela garantia dos direitos sexuais e reprodutivos pelo Estado e pelas políticas de bem-estar social nos anos 1980 e 1990 o que permitiu uma melhor condição de vida para as mulheres canadenses. No entanto, ao apontar problemas relacionados à discriminação das mulheres indígenas, imigrantes e negras, as feministas e parlamentares canadenses denunciaram que a melhoria da condição de vida das mulheres canadenses não atingiu todas as mulheres de maneira uniforme.

As brasileiras vivenciam problemas decorrentes da mortalidade materna, sofrem discriminação e são punidas porque não podem decidir sobre quando viver a maternidade. Ao apontar os problemas relacionados à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, as feministas brasileiras lutam pela descriminalização do aborto, um direito que as canadenses conquistaram há décadas. Embora o problema da discriminação das mulheres indígenas seja algo também presente na realidade brasileira, o assunto não teve visibilidade nas enunciações das atrizes brasileiras.

As feministas da AMB não adotam a temática das mulheres indígenas por considerar as últimas devem participar dos espaços de discussão e propor suas próprias demandas, sem interferência ou indução das feministas da AMB. Já a ausência das enunciações sobre a discriminação vivenciada pelas mulheres imigrantes no discurso das feministas, parlamentares e gestoras públicas nos leva a inferir que este não é um dos problemas mais graves para o avanço da igualdade de gênero no país, tendo em vista que o Brasil não é um país que recebe tantos imigrantes como o Canadá,

anualmente. Embora as atrizes nas suas entrevistas não tenham dado destaque à discriminação das mulheres negras, essa é uma questão que está nas prioridades de ação da AMB e nas ações do governo, tal como no I e II Plano de Políticas Públicas para as Mulheres (SPM) e nas ações da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial.

Ao longo desta pesquisa, constatamos a presença de diferentes constrangimentos e oportunidades políticas que atrizes e atores de distintos espaços de fala vivenciam para institucionalizar as questões de gênero no Estado brasileiro e canadense. A disputa das temáticas de gênero pelas feministas brasileiras e canadenses implicou, em muitos momentos, em um constante enfrentamento aos valores culturais arcaicos presentes nas sociedades, às forças políticas representadas por grupos conservadores e religiosos que não querem o avanço na garantia dos direitos das mulheres e à influência do neoliberalismo nas políticas governamentais brasileiras e canadenses que visam restringir a intervenção estatal sobre a economia e o corte nos investimentos nas áreas sociais.

Assim, notamos que o que determina uma ação bem sucedida na disputa pela incorporação das questões de gênero no Estado é a construção de alianças entre feministas, parlamentares e governo. As feministas representam valores e exigências que não podem ser acomodados rapidamente ou inteiramente através das políticas do Estado. A eficácia da atuação destes movimentos, como foi vista ao longo dos capítulos, depende da institucionalização de suas demandas. O desenvolvimento de estratégias bem sucedidas também depende da presença de redes de mulheres comprometidas com as questões de gênero dentro das instituições do Estado, como também nas legislaturas.

Observamos que, se as mulheres estão presentes nas instituições do sistema político, elas podem mudar a agenda dessas instituições. A ausência delas nos espaços de poder tem impacto negativo para o avanço da igualdade entre os gêneros no Brasil e no Canadá. As ações bem sucedidas dos movimentos feministas brasileiros, vistas pelo discurso das feministas da AMB, devem-se justamente a uma articulação estabelecida a partir da definição das pautas.

Desse modo, a legitimidade para as metas das feministas só pode ser construída por meio do diálogo com as bases do movimento, no caso específico da AMB, com os Fóruns Estaduais de Mulheres e organizações membro espalhadas pelo país, assim como articulando com outras redes feministas e movimentos sociais que buscam, a partir da sua pauta, o diálogo com a Bancada Feminina e com a SPM.

As pautas passam a ser públicas e as feministas buscam a abertura das estruturas de poder existentes para institucionalizar as suas demandas. Isso acontece de diferentes formas. Aqui a ênfase foi dada às alianças estabelecidas com a Bancada Feminina e com a SPM. Depois de estabelecer o diálogo, é preciso dar manutenção aos canais de fala abertos aos movimentos para a própria sobrevivência dos mesmos.

Os movimentos feministas canadenses capitaneados pela Fafia, assim como as feministas da AMB, também definem suas pautas em reuniões e eventos que a rede organiza para reunir suas militantes. A legitimidade para as metas das feministas da Fafia é construída por meio do diálogo com as bases do movimento: Conselho administrativo, membros e parceiros distribuídos pelas províncias do país. Depois que as pautas ganham um caráter público, as feministas buscam a abertura das estruturas de poder para institucionalizar suas pautas.

A pesquisa mostrou que as alianças construídas pela Fafia para dialogar em prol da igualdade de gênero no período atual têm sido estabelecidas com a FEWO, e nas arenas internacionais que a Fafia tem participado, seja em reuniões ou conferências promovidas pelo sistema ONU, no espaço institucional estatal, os movimentos feministas têm tido dificuldade em dialogar. Assim como as brasileiras, as canadenses buscam cultivar os canais de diálogo estabelecidos para dar continuidade as suas estratégias de atuação.

Ao longo deste estudo constatou-se na retórica das feministas brasileiras e canadenses uma noção de dois tempos para a integração das questões de gênero no Estado: o tempo de avanço e o tempo do retrocesso. Através da noção de dois tempos, as feministas buscaram estabelecer conexões com o passado para pensar o período atual. No Brasil, para as feministas, o tempo do avanço é associado às gestões de Lula no governo federal, enquanto o tempo do retrocesso é associado às gestões do governo Collor e do PSDB¹¹⁴, que efetuaram poucas reformas beneficiando as mulheres, e também parcialmente ao período atual da gestão de Dilma, que tem sido marcada por uma intensa atuação das forças conservadoras e religiosas no Estado para frear as mudanças que podem beneficiar as mulheres.

¹¹⁴Se a pesquisa tivesse incluído em seu recorte temporal a integração das questões de gênero do Estado no período governado por Fernando Collor de Melo, possivelmente o tempo de retrocesso seria apontado como sendo o da gestão de Collor e não o da gestão de FHC, pois, na gestão Collor, o CNDM foi desativado, e na gestão FHC, além do CNDM ter sido reativado, no final da sua gestão foi criada a Secretaria de Estado dos Direitos da Mulher.

No Canadá as feministas consideram que o tempo do retrocesso é o tempo que vigora atualmente no país desde que o Partido Conservador assumiu a gestão, tendo como primeiro-ministro Stephen Harper. O tempo de avanço para as feministas é apontado, dentro do recorte temporal da pesquisa, como sendo o momento em que os liberais governaram o Canadá, com destaque para a gestão de Jean Chrétien e de Paul Martin.

A ideia de avanço para as brasileiras está relacionada à prioridade que o governo do PT deu às questões de gênero e às reformas que efetuou - criação da SPM, fortalecimento do CNDM, realização das conferências nacionais de políticas para as mulheres, criação dos planos de políticas para as mulheres e mudanças na legislação para garantia dos direitos das mulheres. A ideia de retrocesso está mais relacionada com as posturas recentes adotadas pelo governo Dilma no que diz respeito à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres e às gestões de FHC, consideradas como de pouco avanço.

As feministas canadenses analisam que a ideia de avanço se refere às reformas do Estado, à atuação da SWC e ao financiamento concedido às organizações feministas nos governos liberais, enquanto a ideia de retrocesso está ligada aos cortes dos financiamentos e ao enfraquecimento do poder e da estrutura da SWC.

A disputa para as feministas brasileiras e canadenses tem se dado com frequência em condições desfavoráveis devido à existência de forças que atuam pontualmente em direções opostas aos anseios das feministas. Vários exemplos foram destacados como barreira para atuação dos movimentos. Nas ondas mais recentes de mobilização, as feministas dos dois países identificam que o jogo político em que as questões de gênero são disputadas vários adversários estão presentes dificultando a inserção das temáticas das feministas no Estado.

No Brasil, os maiores constrangimentos na atuação dos movimentos feministas enunciados pelas atrizes da AMB são as forças conservadoras que, aliadas aos grupos religiosos, buscam constantemente dificultar a transversalização das questões de gênero na máquina estatal federal, estadual e municipal. Dado os referidos constrangimentos, as feministas capitaneadas pela AMB têm adotado como prioridade de ação a defesa constante da manutenção e o fortalecimento da SPM, que é o organismo que articula e coordena as políticas de Estado voltadas ao enfrentamento das desigualdades de gênero e busca o diálogo com os poderes Executivo e Legislativo para a materialização do

compromisso com a promoção da igualdade - através da destinação de mais recursos humanos e orçamentários para a SPM.

No Canadá, as atrizes da Fafia apontaram a ausência de parcerias e de espaço para dialogar com o governo federal e a dificuldade de transversalizar as questões de gênero na máquina estatal como maiores constrangimentos na atuação dos movimentos feministas. Diante disso, as feministas da Fafia têm adotado como prioridade de ação a incidência nas esferas políticas internacionais, a manutenção do diálogo na FEWO e o fortalecimento da parceria com os grupos feministas de todas as províncias.

Os espaços políticos que pautam as questões de gênero no parlamento (Bancada Feminina e FEWO), destacados pelas feministas brasileiras e canadenses como fundamentais para a incidência feminista no Estado, enfrentam tensões cotidianamente para disputar pautas e convencer os pares políticos de que investir nas temáticas de gênero é fundamental para a democracia.

O discurso das parlamentares que compõem a Bancada Feminina destacou que o canal de diálogo construído com a SPM e com governo federal tem resultado nos últimos anos em reformas significativas na garantia dos direitos das mulheres. No entanto, avalia-se que a Bancada, apesar de ter legitimidade para negociar as questões de gênero na Câmara dos Deputados, lida com o problema da baixa representatividade das mulheres no espaço parlamentar, o que tem impacto direto no enfraquecimento do poder de barganha que esta tem na Câmara.

As parlamentares da FEWO, por sua vez, deram ênfase ao caráter de tensão permanente para se pautar as questões de gênero no Parlamento canadense atribuída à dificuldade de construir relações com a SWC e com o governo canadense. A sub-representação das mulheres no espaço parlamentar, somada ao fechamento do diálogo e das parcerias com o governo, tem resultado em retrocesso da igualdade de gênero no Canadá.

Os aparatos estatais propulsores das políticas de igualdade no Brasil e no Canadá também enfrentam constrangimentos para pautar as questões de gênero na máquina estatal, mesmo que a prerrogativa dos órgãos seja atuar para o avanço da igualdade de gênero. A partir do discurso das gestoras e dos gestores públicos da SPM e SWC, podemos avaliar que as condições externas operam diretamente para que muitas das questões de gênero não sejam incorporadas na máquina estatal.

A SPM, embora tenha status de ministério, não tem o poder de barganha desejado perante a máquina estatal como um todo. Como foi possível notar ao longo das

três narrativas aqui destacadas, a SPM enfrenta barreiras para transversalizar as questões de gênero em muitos ministérios. Poucos são os que a Secretaria consegue incidir e romper a neutralidade das questões de gêneros, como é o caso do Ministério da Educação, do Ministério do Desenvolvimento Social e das Secretarias Especiais de Políticas Raciais e Direitos Humanos. Um episódio recente mostrou o desempoderamento do órgão, ao não ser consultado em políticas do Ministério da Saúde que impactam diretamente a vida das mulheres, como foi o caso da Rede Cegonha e o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento da Gestante.

É especialmente notável que esse desempoderamento e essa distância atual do Ministério da Saúde frente às políticas de direitos de saúde e direitos sexuais das mulheres, já que este Ministério na sua longa tradição fazia interlocução com os movimentos feministas desde os anos 1980, quando foi iniciado o Programa de Atenção Integral às Mulheres (PAISM) e estabeleceu relações próximas com a SPM nas duas gestões de Lula.

A SWC, de acordo com as enunciações das feministas e das parlamentares, apresenta um papel secundário no avanço da igualdade de gênero no período atual. A mudança no foco do seu mandato permite aferir que as mulheres não estão mais no centro das prioridades de ação do governo federal. A transversalidade das questões de gênero continua sendo um dos principais constrangimentos para a atuação da SWC que, assim como a SPM, tem dificuldade em desenvolver um trabalho para romper a neutralidade das questões de gênero nos aparatos do governo.

As temáticas de atuação adotadas pela SPM e pela SWC mostram distintas prioridades que os governos brasileiro e canadense têm dado às questões de gênero. No Brasil o governo reconhece publicamente a necessidade de desenvolver mais ações para as mulheres. Em pronunciamento oficial no Dia Internacional da Mulher, em rede nacional, a presidenta Dilma destacou que o governo tem que fazer muito mais pelas mulheres, que a política não pode ser tímida, ultrapassada e meramente compensatória para as mulheres.

A SPM tem adotado como temas prioritários e áreas de preocupação, temas levantados pelas mulheres nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres que construíram o I e o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres:

- Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social;
- educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica;

- saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos;
- enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres;
- participação das mulheres nos espaços de poder e decisão;
- desenvolvimento sustentável no meio rural, cidade e floresta, com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar;
- direito à terra, à moradia digna e à infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais;
- cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias;
- enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia;
- enfrentamento das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas;
- gestão e monitoramento do plano.

O II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que destacou as referidas prioridades de ação não é o plano da SPM e sim um plano de governo. O discurso das feministas, parlamentares e gestoras públicas não deu ênfase a esta vasta gama de prioridades temáticas citadas pelo plano, mas é possível notar semelhança com as temáticas da “Plataforma de Pequim” com alguns acréscimos.

No Canadá apesar do discurso dos gestores da SWC dar ênfase à necessidade de se avançar na igualdade entre os gêneros, a mesma preocupação não é notada no discurso da ministra das mulheres nem do primeiro-ministro Harper, como mencionaram as feministas e deputadas.

A SWC adota como áreas prioritárias de ação: o aumento da prosperidade e da segurança econômica das mulheres, o incentivo à participação democrática, a liderança das mulheres e o fim da violência contra as mulheres. O número limitado de áreas prioritárias pode ser vista de duas formas, a primeira como sendo uma evidencia de que o Canadá teria avançado na superação de algumas das áreas prioritárias da “Plataforma de Pequim”, e a segunda pela avaliação dos discursos das feministas e parlamentares como estratégia para sustentar o discurso governamental de que a desigualdade entre os gêneros já teria sido superada no país.

Os dois pontos de vista apontam para o avanço da igualdade de gênero no país, porém, ao observar a incorporação das questões de gênero no Estado canadense no período atual a partir do discurso dos distintos atores e atrizes, nota-se que o país,

mesmo com o elevado índice de desenvolvimento social não superou a desigualdade entre os gêneros.

A análise da conjuntura atual do Brasil e do Canadá mostrou que o compromisso e as ações dos governos no combate à desigualdade entre os gêneros não envolveram apenas questões políticas, mas também aspectos econômicos e culturais de cada sociedade. Avaliamos que a política pode exercer um peso maior na medida em que serve de instrumento para mudar uma sociedade patriarcal, sexista e que não reconhece o protagonismo das mulheres.

No entanto, os espaços institucionais são espaços de luta de poder, e o Estado busca a todo o momento exercer a sua força. A cooptação dos movimentos feministas pelo Estado não se configura como algo pertinente à realidade brasileira e canadense. Para as feministas da AMB, a rede mantém sua autonomia perante o governo ao não pleitear financiamentos em editais de projetos oferecidos pela máquina estatal. Assim, podemos considerar que o financiamento das atividades da AMB pelo governo é vista por suas integrantes como uma forma de cooptação e, por isso, buscam outras formas para garantir a sobrevivência recorrendo ao autofinanciamento e à busca de financiamento de projetos em instituições internacionais.

As feministas canadenses integrantes da Fafia não consideram que o financiamento estatal das organizações feministas seja visto como cooptação, já que a história dos feminismos no país e o fortalecimento dos mesmos na sociedade foram, durante décadas, impulsionados pelos financiamentos que os governos federais concederam a diversas organizações feministas, entre elas a Fafia. Os financiamentos governamentais que marcaram os governos liberais não impediram, para as feministas da Fafia, que as críticas fossem feitas ao governo.

O estudo mostrou que as prioridades adotadas pelos governos podem ter um reflexo positivo ou negativo na articulação das feministas para a incorporação das questões de gênero no Estado. Dessa forma, os governos que se aproximam de uma linha ideológica mais conservadora e de direita tendem a restringir o diálogo com os movimentos feministas e a realizar poucas reformas para a integração de gênero no Estado. Por outro lado, os governos que se aproximavam de uma linha ideológica mais de esquerda apresentam um ambiente mais favorável ao diálogo com os movimentos feministas, podendo repercutir em mais ações voltadas para a integração das questões de gênero no Estado, muito embora o crescimento das forças conservadoras organizadas (especialmente religiosas) possam causar constrangimentos e dificuldades. Sendo assim,

o diálogo mais aberto dos movimentos feministas com os governos de esquerda pode muitas vezes não resultar nas transformações almejadas.

Cabe ainda destacar que a abertura dos partidos de esquerda às demandas das mulheres também pode ser justificada pela maior presença das feministas nesses partidos políticos, o que faz com que os mesmos sejam estimulados a debater e levar em consideração o ponto de vista das mulheres.

Se por um lado notamos que a base que sustenta o governo de esquerda tende a ser mais favorável a reformas do que uma base que sustenta os governos moderados ou conservadores, por outro lado notamos que a integração de gênero no Estado, mesmo em governos mais favoráveis a essa integração, enfrenta dificuldades para adotar as estratégias da “Plataforma de Pequim” para combater a desigualdade de gênero.

Assim, o compromisso dos governos com a busca da igualdade não é apenas resultado de uma postura progressista ou de uma composição da máquina estatal por partidos favoráveis às demandas das mulheres. As ações dos governos, como dito anteriormente, são influenciadas por forças que operam tanto no âmbito interno como externo aos governos.

A pesquisa mostrou que as atuações da sociedade civil, do parlamento e do governo para a materialização dos projetos de igualdade de gênero são distintas. Os movimentos feministas brasileiros e canadenses estão atuando para sensibilizar a opinião pública, o parlamento e o governo através de diferentes meios como ações de lobby, eventos, mobilizações, reuniões para demandar reformas no Estado e transformar os valores culturais.

As parlamentares da Bancada Feminina e da FEWO estão atuando no convencimento dos seus pares e no diálogo mais institucionalizado com o governo, para pautar as questões das mulheres. A SPM e a SWC atuam na etapa final do processo de incidência feminista no Estado, no momento em que os governos assumem o compromisso institucional de incorporar as temáticas apresentadas pelas feministas e pelas parlamentares.

A incidência dos movimentos sociais é respondida pelo Estado de três formas, segundo Tarrow (1998): repressão, reforma ou reforma e repressão simultaneamente. As enunciações das feministas brasileiras mostraram que no período atual, sob a gestão petista, o governo tem respondido com reforma e repressão simultaneamente. O marco inicial das reformas se deu com a criação da SPM que foi responsável por garantir um

status de maior importância às mulheres na máquina estatal federal, um espaço que até então não havia sido concedido às mulheres.

Porém, ao longo dos dois governos Lula e do governo Dilma, o Estado também repreendeu demandas dos movimentos que provocaram tensionamentos na relação das feministas com o governo, principalmente na área dos direitos sexuais e reprodutivos. Três fatos merecem destaque na exemplificação da repressão das demandas feministas, o primeiro se refere à negativa do governo em voltar atrás e reformular o programa Rede Cegonha, que para as feministas representa um atraso na garantia dos direitos sexuais e reprodutivos; o segundo se refere ao Cadastro Nacional de Grávidas que o governo, após muita pressão dos movimentos feministas brasileiros, concordou em fazer uma reforma parcial no cadastro retirando o verbete “nascituro” que caracteriza a concessão do direito à vida do feto em detrimento da decisão da mulher sobre o seu corpo.

As feministas continuam pressionando por mudanças no cadastro e pela descriminalização do aborto, mas o governo tem respondido com repressão. Não se trata de repressão ao movimento ou ao direito de enunciar a demanda, mas de repressão ao conteúdo das demandas, pois elas não são atendidas.

O terceiro fato se refere à suspensão do “kit anti-homofobia” que estava sendo elaborado pelo Ministério da Educação em 2011 para distribuição nas escolas. O Ministério da Educação, em parceria com entidades ligadas aos direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBTs), produziu um kit de material educativo que seria distribuído oficialmente para os professores de escolas públicas. O projeto, batizado informalmente de “kit anti-homofobia”, seria uma das ações do programa federal Escola sem Homofobia. Após protestos das bancadas religiosas no Congresso, a presidenta Dilma Rousseff determinou a suspensão do kit. A suspensão mostrou que o país mantém elevados índices de aceitação de manifestações homofóbicas, racistas e sexistas apesar das reformas.

O ponto de vista apresentado pelas feministas canadenses permite aferir que no período atual o governo responde com repressão ao conteúdo das demandas e às tentativas que os movimentos realizam cotidianamente para incidir no Estado. O governo canadense em vigor não efetuou reformas significativas em termos de políticas de igualdade. O discurso das feministas e parlamentares mostrou que o governo atua para reprimir as demandas dos movimentos sociais e para invisibilizar e enfraquecer a atuação dos movimentos feministas, por meio do enxugamento da máquina para as

mulheres, do redirecionamento das prioridades de ação da SWC e dos cortes de financiamentos para organizações feministas atuarem em pesquisas e *advocacy*.

Os anseios de cada atriz ou ator envolvido em articulações que objetivam integrar as questões de gênero no Estado não caminham na mesma direção. As parlamentares, por mais que sejam solidárias às causas feministas, não apresentam os mesmos anseios delas. A disputa das parlamentares é também uma disputa pela sobrevivência no espaço parlamentar, e a prioridade do mandato delas não é exclusivamente com as demandas das mulheres, pois existe uma gama maior de demandas nas quais estão envolvidas e precisam se dedicar.

O discurso das feministas brasileiras enfatizou que o cargo de Coordenadora da Bancada Feminina é sempre visado por muitas parlamentares, porque traz prestígio, maior visibilidade e a possibilidade de ampliar a participação nos espaços de poder, como é o caso da vaga concedida à coordenadora do Colégio de Líderes da Câmara dos Deputados. A Bancada Feminina assim como outros espaços do parlamento, é um espaço de disputa de poder.

O jogo de interesses faz com que a participação das deputadas também esteja vinculada à necessidade de garantir visibilidade através da defesa das pautas das mulheres. O interesse do governo brasileiro e canadense com as questões de gênero é distinto. Para o governo brasileiro, nas últimas três gestões petistas, cultivar uma “boa” imagem junto aos movimentos sociais é uma das prioridades da gestão. Partindo desse princípio de negociar e ceder em alguns pontos, torna-se fundamental a construção de uma relação de proximidade e diálogo com os movimentos sociais. Essa relação entre governo e movimentos feministas no Brasil, como vimos ao longo desta pesquisa, não impediu que os enfrentamentos fossem cessados e nem evitou que os retrocessos nas políticas de igualdade acontecessem.

O atual governo canadense não apresenta entre as suas prioridades de ação o cultivo de relações de proximidade como os movimentos sociais. A fala das feministas e das deputadas evidenciou que a intenção do governo federal canadense é limitar a influência da sociedade civil no Estado, fechando os canais de diálogo que os movimentos sociais construíram há décadas com os governos liberais. A estratégia do governo para enfraquecer a atuação dos movimentos feministas tem sido insistir publicamente no convencimento da opinião pública de que a desigualdade de gênero foi superada no país.

As reformas efetuadas pelos governos brasileiro e canadense não responderam às demandas das articulações que foram e que têm sido cotidianamente construídas nas referidas sociedades para integrar as questões de gênero no Estado. Se o Brasil respondeu de forma mais solícita a tais demandas, e se o Canadá respondeu com repressão a um conjunto de demandas, desvalorizando-as, essa é uma sinalização de que nem sempre as oportunidades políticas estão favoráveis para a atuação dos movimentos.

Assim, notamos que nos dois países o que vigora no período atual é a presença mais acentuada dos constrangimentos para atuação, do que as oportunidades políticas para incidir no Estado. Enquanto as forças políticas internas ao governo conservador no Canadá não estão sensibilizadas às questões de gênero, as últimas gestões governamentais brasileiras estão tensionadas entre a sensibilidade política de atender os movimentos sociais feministas e as questões de gênero e a sensibilidade política de atender as forças organizadas religiosas e conservadoras.

As articulações se dão em um processo que é construído diariamente e que caminha de acordo com as negociações políticas feitas nos espaços políticos. Não existe uma articulação contínua entre movimentos feministas, parlamento e governo. Cada pauta implica na criação de novas interlocuções que, ora avançam na capacidade de aglutinar forças para disputar temáticas, ora retroagem em seus objetivos quando as demandas não são capazes de aglutinar atrizes e atores políticos de espaços de atuação distinta. No Brasil, as demandas que envolvem os direitos sexuais e reprodutivos são apresentam dificuldade de aglutinação de forças e, portanto, o resultado tem sido tímido e o perigo em retroceder o que já foi conquistado está presente¹¹⁵.

Na arena política da disputa pela integração das questões de gênero na máquina estatal no Brasil e no Canadá percebe-se a existência de ganhos e perdas para as atrizes e atores envolvidos na disputa. No Brasil os movimentos feministas ganham com as reformas que os governos fizeram para atender suas demandas (SPM, CNDM, Lei Maria da Penha, Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher etc.), perdem quando o governo não dialoga com a SPM para elaborar as políticas nas quais as mulheres são as principais impactadas, quando o governo atua com repressão para atender os interesses das

¹¹⁵Um fato recente que foi a nomeação de uma feminista que atuou ativamente na emergência de “Segunda Onda Feminista” brasileira nos anos 1970, Eleonora Menicucci de Oliveira, merece ser destacado. A nomeação dela pode ser um indicador de que novas articulações em torno da garantia dos direitos sexuais e reprodutivos poderão ser construídas entre as feministas e a SPM.

bancadas religiosas e quando o governo não destina orçamento para as políticas de igualdade e estrutura adequada para a máquina estatal das mulheres.

No Canadá os movimentos feministas ganham com os relatórios que a FEWO produz, pois permitem que se possam obter informações sobre a condição de vida de mulheres de diferentes províncias e regiões do Canadá e a partir dessas informações constroem suas demandas no período atual; ganham quando conseguem sensibilizar a opinião pública e obter espaço nos meios de comunicação para expressar suas reivindicações e suas críticas ao governo; ganham por poder dialogar nas esferas internacionais nas reuniões e conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas, local em que podem denunciar os problemas vivenciados pelas mulheres canadenses. Os movimentos feministas canadenses reúnem mais perdas que ganhos no período atual. Entre as perdas destacamos: o enfraquecimento da máquina estatal das mulheres, o enfraquecimento do poder da FEWO para demandar reformas para o governo, o fechamento dos canais de diálogo com a SWC e a desmobilização dos movimentos no país.

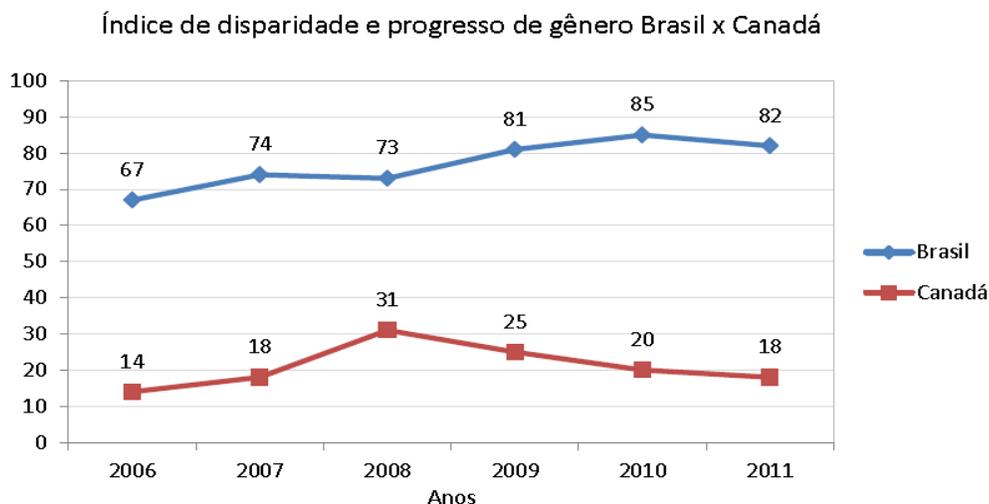
Levando em conta os processos políticos que tornaram possíveis a construção de diálogos distintos entre sociedade civil, parlamento e governo de cada país, o retrato do que é a igualdade de gênero está diretamente relacionada à oferta de oportunidades de inserção igualitárias na sociedade, na política e na economia, que, hoje, na visão das atrizes, não foi alcançada no Brasil e no Canadá.

As brasileiras são as que mais vivenciam os problemas da desigualdade entre os gêneros em decorrência do índice elevado de desigualdade social da sociedade e da baixa qualidade de vida da população do país que, apesar do acelerado crescimento econômico não resolveu os problemas relacionados ao desenvolvimento humano, assim como em decorrência da entrada tardia das questões de gênero nas políticas estatais e na Lei maior do país.

Somente em 1988 com a nova Constituição é que se declarou a igualdade constitucional de gênero. As canadenses, por sua vez, mesmo não vivenciando problemas relacionados a uma acentuada desigualdade social e a um baixo índice de desenvolvimento humano, também vivenciam problemas relacionados à desigualdade entre os gêneros.

Ao adotarmos a pesquisa do GGGR como um dos parâmetros para a avaliação dos progressos e retrocessos da igualdade entre os gêneros, observa-se uma diminuição da disparidade entre os gêneros no Brasil e no Canadá na edição atual. Realizada

anualmente pelo Fórum Mundial Econômico *Global Gender Gap Report* desde 2006, a pesquisa investiga a disparidade entre os gêneros a partir da avaliação de quatro áreas: participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político. O gráfico abaixo mostra a posição geral do Brasil e do Canadá no período de 2006 a 2011.



Fonte: *Global Gender Gap Report rankings* (2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011).

O gráfico mostra a instabilidade do Brasil ao longo do período. O país, ora avança, ora recua no combate à disparidade entre os gêneros. O que chama atenção para a queda gradual do Brasil no ranking é que, contraditoriamente, no referido período nota-se um aumento das estratégias para a integração de gênero no Estado. As posições ocupadas pelo Brasil ao longo das avaliações não surpreendem nem contradizem as enunciações das feministas, das parlamentares e das gestoras se observamos os dados segmentados da pesquisa nas quatro áreas de investigação (participação e oportunidade econômica, nível de escolaridade, saúde e sobrevivência e empoderamento político).

A elevada desigualdade social do país, a desigualdade econômica das mulheres e a sub-representação delas nos espaços de poder e decisão tornam o problema da desigualdade entre os gêneros mais intensa para as brasileiras do que para as canadenses.

No mesmo gráfico, podemos notar que apesar do crescimento de sete posições no ranking de 2011 em relação ao ano de 2009, o Canadá não recuperou a posição que tinha em 2006 (14°). Cabe considerar, como possível interferência na queda das

posições do país no ranking, os cortes que foram efetuados nas políticas para as mulheres a partir de 2006 com a chegada do Partido Conservador ao poder.

Apesar da posição elevada, conquistada pelo Canadá no índice, as feministas e parlamentares canadenses discordam que o país esteja em um patamar em que a desigualdade entre os gêneros tem sido reduzida cada vez mais. Elas entendem que os retrocessos estão ocorrendo, mas não estão tendo a possibilidade de dizer ao governo que a desigualdade não acabou, porque os canais para o diálogo estão fechados.

Nesta conclusão, nos deparamos com uma série de questões sobre o futuro das articulações entre sociedade civil, parlamento e governo para a incidência das questões de gênero no Estado brasileiro e no Estado canadense. A primeira questão diz respeito à necessidade de uma rearticulação dos movimentos feministas nas sociedades brasileiras e canadenses, para que esses países sejam capazes de construir novas estratégias de intervenção no Estado que possam romper com os constrangimentos políticos na atuação que hoje tem prevalecido com maior intensidade no cenário político dos referidos países.

A segunda questão relaciona-se ao impacto que a sub-representação das mulheres tem na política e nos cargos de decisão para a manutenção da desigualdade entre os gêneros nos países, a partir da constatação de que a invisibilidade das mulheres nesses espaços dificulta a superação da neutralidade das questões de gênero nas políticas, nas negociações e disputas de temáticas de gênero nos parlamentos.

A terceira questão refere-se ao desempoderamento econômico das mulheres que reforça a desigualdade entre os gêneros e impede que as mulheres possam participar, em igualdade de condições, do mercado de trabalho. A temática não conseguiu aglutinar, até o momento, forças suficientes nos parlamentos e nos governos para obtenção de reformas estatais favoráveis à equiparação salarial entre os gêneros e dessa forma exigirá a construção de novas articulações entre feministas e parlamentares para que a pauta seja institucionalizada.

REFERÊNCIAS

ABU-LABAN, Yasmeen (Ed.). *Gendering the Nation-State: Canadian and Comparative Perspectives*. Vancouver: UBC Press, 2008.

ALVAREZ, E. Sônia et al. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino Americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

_____. *Em que Estado está o Feminismo Latino-Americano? Uma leitura crítica das políticas públicas com perspectiva de gênero*. In: FARIA, Nalu; SILVEIRA, Maria Lucia; NOBRE, Miriam. São Paulo: SOF, 2000. (Cadernos Sempre Viva).

_____. Falas do Estado ou o estado das falas sobre as mulheres nas administrações democrático-populares. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

ALVES, J. E. D; CORRÊA, S. Igualdade e desigualdade de gênero no Brasil: um panorama preliminar, 15 anos depois do Cairo. *Seminário Brasil*. Abep, 11 e 12 ago. 2009, Belo Horizonte.

AMB. *Políticas Públicas para a Igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*, 2011. Disponível em: <www.articulaçãodemulheres.org.br>. Acesso em: 20 fev. 2011.

ARDAILLON, D. A. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres (CEDAW): Alicerce da cidadania das Mulheres. *II Colóquio de Direitos Humanos*. São Paulo, Brasil, 2002.

AVELAR, Lúcia. As mulheres, os partidos e as eleições de 2010. In: *Revista Teoria e Debate*. n. 91, ano 24 março/abril, Fundação Perseu Abramo, 2011.

AZEVEDO, Débora B; RABAT, Nuno. (Org.). *Palavra de Mulher - Oito Décadas do Direito ao Voto*. Brasília: Edições Câmara, 2011.

BACCHI, Carol; JOAN, Eveline. *Mainstreaming politics: gendering practices and feminist theory*. Adelaide: University of Adelaide Press, 2010.

BAINES, Erin. K. The contradictions of canadian commitments to refugee women. In: SJOLANDER, C. T; SMITH, Heather A; STIENSTRA, Deborah (Ed.). *Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy*. Oxford, 2003.

BANDEIRA, Lourdes. *Brasil: fortalecimento da secretaria especial de políticas para as mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. (Convênio). Comissão Econômica para América Latina e Caribe. Secretaria Especial de Política para as Mulheres. Brasília, jan. 2005.

BARTON, Carol. *Global women's movements at a crossroads: seeking definition, new alliances and greater impact*. *Socialism and Democracy*, 18:1, p. 151-184, 2004.

BASHEVKIN, Sylvia. When do outsiders break in? Institutional circumstances of party leadership victories by women in Canada. *Commonwealth and Comparative Politics* 48:1, Feb. p. 72-90, 2010.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: II a experiência vivida*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BEIJING PLATFORM. *Fourth world conference on women*. United Nations: Beijing, China, 1995.

BENTES, Jurema S. Governabilidade, participação política e sistemas eleitorais. In: *Seminário Internacional Sobre Governabilidade. Democrática e Igualdade de Gênero*. (Palestra proferida no CEPAL). Santiago do Chile, 2004. p. 4. Disponível em: <www.eclac.org/mujer/seminario/Solange_Bentes.pdf>.

BRANDT, Gail C; BLACK, Naomi; BOURNE, Paula; FAHRNI, Magda. *Canadian Women: A History*. 3. ed. Toronto: Nelson Education, 2011. 660 p.

BROADBENT, E. *Barbarism Lite: Political assault on social rights is worsening inequality*. *Socio-Economic Review*, 7, p. 100-114, 2009.

CANADIAN ADVISORY COUNCIL ON THE STATUS OF WOMEN (CACSW). *The Equality Game: Women in the Public Service (1908-1987)*. Ottawa, 1988.

CARDOSO, F. H. Beyond the international crisis: economy, politics, and culture. In: *Americas*, jul./aug. 61, 4: Docstoc, p. 82, 2009.

COMMITTEE ON THE ELIMINATION OF DISCRIMINATION AGAINST WOMEN (CEDAW), 1979. Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/daw/cedaw/>>

CHAPPELL, Louise A. *Gendering government: feminist engagement with the State in Australia and Canada*. Vancouver, Toronto: UBC Press, 2002.

COSTA, Ana Aline A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. In: *Labrys Estudos Feministas*. jan./jul. 2005.

DAY, Shelagh. Women's Human Rights: Canadá at Home and Abroad. In: SJOLANDER, C. T; SMITH, H. A; STIENSTRA, D. (Ed.). *Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy*. Ontario, Canadá: Oxford University Press, 2003.

DESCARRIES, Francine. Um feminismo em múltiplas vozes, um movimento em atos: os feminismos no Quebec. In: *Labrys, estudos feministas*. Brasília: UnB, número 1-2, jul./dez. 2002.

DOBROWOLSKY, Alexandra. The Chrétien Legacy and Women: Changing Policy Priorities with Little Cause for Celebration. *Review of Constitutional Studies* 9:12, p. 71-198, 2004.

DOBROWOLSKY, Alexandra. (Ed.). *Women & Public Policy in Canada – neo-liberalism and after?* Toronto: Oxford University Press, 2009.

DUFLO, Esther. *Gender equality in development*. Bread Policy Paper n. 11, Bureau for Research in Economic Analysis of Development. Massachusetts: Institute of Technology, 2005.

ELSON, D. *Gender Justice, human rights and neo-liberal economic policies*. In MOLYNEUX, M; RAZAVI, S. (Ed.). *Gender Justice, Development and Rights*: Oxford University Press, p. 78-114, 2002.

FAFIA. *Women and housing in Canada: barriers to equality*. Canada, 2002.

FAFIA. *Canada's commitment to equality: A gender analysis of the last ten federal budgets (1995-2004)*, Canada, 2005.

FAFIA. Canadian labour congress. Reality check: women in Canada and the Beijing declaration and platform for action fifteen years on - a Canadian civil society response. dec., 2010.

FARIA, Nalu. O feminismo latino-americano e caribenho: perspectivas diante do neoliberalismo. In: *Desafios do Livre Mercado para o Feminismo*. São Paulo. Sempre Viva Organização Feminista, 2005.

FERREE, Marx M; TRIPP, Aili M. (Ed.). *Global Feminism: transnational women's activism, organizing, and human rights*. New York: New York University Press, 2006.

FERREIRA, Virginia. A globalização das políticas de igualdade entre os sexos – do reformismo social ao reformismo estatal. In: GODINHO, Tatau; SILVERA, Maria Lúcia (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo, 2004 (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher n. 8).

FORSEY, Eugene A. *Os Canadenses e seu Sistema de Governo*. Imprensa. Embaixada do Canadá. Brasília, 2003.

HADDAD, Tathiana M. A. *Diplomacia pública: a política externa brasileira e as ONGs na Conferência de Beijing (1995)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Relações Internacionais do Instituto de Relações Internacionais da PUC. Rio de Janeiro, 2007.

HANISCH, Carol. *The personal is political in radical feminism*. A Documentary Reader. New York: University Press, 2000.

HAMMER, Rhonda; DOUGLAS, Kellner. Third wave feminisms, sexualities, and the adventures of the posts. In: ROUSTANG-STOLLER, Eve-Alice (Ed.). *Women in the Public Sphere*. New York: Palgrave Macmillian, p. 219-234, 2009.

HARRIS, M. The evolution of human gender hierarchies: a trial formulation. In: MILLER, B. (Ed.). *Sex and gender hierarchies*. Cambridge, England: Cambridge University Press, p. 57-79, 1993.

HAUSSMAN, Melissa; RANKIN, L. Pauline. Framing the Harper government: gender-neutral electoral appeals while being gender-negative in caucus. In: MASLOVE, Allan M. (Ed.). *How Ottawa Spends 2009-2010: Economic Upheaval and Political Dysfunction*. Ottawa: Carleton University, 2010.

HEALY, Teresa. It's time for change: a feminist discussion of resistance and transformation in periods of liberal world order. In: *Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy*. Oxford, 2003.

HEILBORN, ML. *Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica*. Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF (23-28), 1991.

HEILBORN, ML. *De que gênero estamos falando?* Sex Gener Soc. (2): 1, 6, 1994.

JENSON, Jane. Writing gender out: the continuing effects of the social investment perspective. In: DOBROWOLSKY, Alexandra (Ed.). *Women & Public Policy in Canada – Neo-liberalism and after?* Ottawa: Oxford University Press, 2009.

KANTOLA, Johanna; SQUIRES, Judith. *From state feminism to market feminism? A paper presented in the international studies association annual convention*. San Francisco, USA, 2008. 26-29 march.

KRAEMER, S. *The Origins of Fatherhood: an ancient family process*. Family Process, 30, p.377–392, 1991.

LANÇAMENTO DA PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA. Brasília, ago. 2002.

LEAR, M.W. *The second feminist wave*. New York Times Magazine. 10 March, 1968.

LEON, Magdalena. Uma visão feminista sobre a economia e a globalização. In: *Sempre Viva Organização Feminista. Ações das Mulheres Contra o Jogo da OMC*. São Paulo: SOF, 2003.

LUXTON, Meg. Feminism as a class act: working-class feminism and the women's movement in Canada. In: *Labour/Le Travail*. n. 48, Athabasca University Press, Canadian Committee on Labour History: Edmonton, Canada, 2001.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminismo, academia e interdisciplinaridade. In: COSTA, Albertina de Oliveira; BRUSCHINI, Cristina (Org.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

_____. *Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo?* Departamento de Antropologia: Universidade de Brasília, 2000. (Série Antropologia, 284).

_____. *Os novos contextos e os novos termos do debate contemporâneo sobre o aborto*. A questão de gênero e o impacto social das novas narrativas biológicas, jurídicas e religiosas. Departamento de Antropologia: Universidade de Brasília, 2008.

_____. *Feminismo em movimento*. São Paulo: Editora Francis, 2010.

MACHADO, Lia Zanotta. Feminism, the State, and gender equality. In: FONT, M; RANDALL, L. (Ed.). *The Brazilian state: debate and agenda*. United Kingdom: Lexington Books, 2011.

MARSHALL, Thomas Humprey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967. p. 63-64.

MARQUES, Rosa Maria; MENDES, Áquilas. *O governo Lula e a contra-reforma previdenciária*. São Paulo: Perspectiva, v. 18, n. 3, set. 2004.

MIRANDA, Cynthia Mara. La incorporación de las temáticas feministas en los ámbitos institucionales brasileños e canadienses. In: BARRANCOS D; GRAMMÁTICO K. (Ed.). *No Tan Distintas: mujeres en Argentina y Canadá en la escena contemporánea* - Asociación Argentina de Estudios Canadienses (ASAEC). Buenos Aires: Biblos, v. 5. p. 35-48, 2010.

MIRANDA, Cynthia Mara. *Mobilização das Mulheres em Enunciados de Jornais Brasileiros (1979-1988)*. Dissertação de Mestrado. Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília, 2007.

MONTAÑO, Sônia; PITANGUY, Jacqueline; LOBO, Tereza. As políticas públicas de gênero: um modelo para armar. *O caso do Brasil*. Nações Unidas, Cepal, Santiago do Chile, 2003.

NEWMAN, Jacquetta; WHITE, Linda. Women, politics, and public policy: the political struggles of canadian women. Don Mills: Oxford University Press. 2006.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história - operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PIMENTA, Fabrícia Faleiros. Novas atrizes no palco das grandes decisões: a atuação do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher. In: *Seminário Internacional Fazendo Gênero 8 - Corpo, Violência E Poder. Anais*. Florianópolis, 2008.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora. Fundação Perseu Abramo, 2003.

PRÁ, Jussara Reis; CHERON, Cibele. Aportes da Metodologia Feminista e de Gênero ao Monitoramento de Políticas Públicas no Brasil. In: _____. *IV Seminário Nacional De Ciência Política – Teoria e Metodologia em Debate. Anais*. Porto Alegre: UFRGS, 2011.

RANKIN, L. Pauline. *Experience, opportunity and the politics of place: a comparative analysis of provincial and territorial women's movements in Canada*. Unpublished doctoral thesis. Carleton University: Department of Political Science, 1996.

- RANKIN, L. Pauline; VICKERS, Jill. Women's Movements and State Feminism: Integrating Diversity into Public Policy. *Research report conducted for Status of Women Canada*, Ottawa. 2001.
- RANKIN, L. Pauline. The new 'parliament of women's ': Assessing the role of fafia. In: *Contemporary Feminist Organizing in Canada*. Paper presented to the Canadian Political Science Association Vancouver, Canadá, 2008.
- RANKIN, L. Pauline. Sex, gender and the discursive framing of aboriginal women's equality: The Case of Gender Mainstreaming in Canada. Paper presented to the ECPR. *Conference Budapest*. Hungary, 2011.
- RANKIN, L. Pauline; WILCOX, Krista D. De-gendering Engagement? Gender Mainstreaming, Women's Movements and the Canadian Federal State. *Atlantis*, v. 29, 2004. p. 52-60.
- REGIMENTO INTERNO DA BANCADA FEMININA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasília, DF, 2007.
- RIDDELL-DIXON, Elizabeth. *Canada and the Beijing Conference on Women: Governmental Politics and NGO Participation*. Vancouver: University of British Columbia Press, 2001.
- SAFFIOTI, Heleieth I. B. *Força de trabalho feminina no Brasil: no interior das cifras*. São Paulo: Perspectiva. n. 8, 1985.
- SCHERER-WARREN, Ilse. *Sociedade e Estado*. Brasília. v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação & Realidade*. Porto Alegre, jul./dez. v. 2, n. 20, p.71-99, 1995
- SEMPRE VIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Ações das Mulheres Contra o Jogo da OMC. São Paulo: SOF, 2003.
- SJOLANDER, Claire T; SMITH, Heather A; STIENSTRA, Deborah (Ed.). *Feminist Perspectives on Canadian Foreign Policy*. Oxford, 2003.
- SQUIRES, Judith. In Mainstreaming Transformative? Theorizing Mainstreaming in the Context of Diversity and Deliberation. In: *Social Politics* 12 (3): 366-388, 2005.
- STAGGENBORG, Suzanne; VERTA, Taylor. *Whatever Happened to the Women's Movement? Mobilization: An International Journal* 10(1) 1995: 37-52. Issue: v. 10, n.1 Feb. 2005 p. 37-52, Department of Sociology at San Diego State University.
- SILVA, Carmen. *AM: um jeito de ser e fazer movimento feminista*. Recife: Edições SOS Corpo, 2010.
- SOARES, Vera. O contraditório e ambíguo caminho para Beijing. *Revista Estudos Feministas*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ – PPCIS/UERJ, v. 3, n. 1, p. 180-190, 1995.

SOARES, Vera. Políticas públicas para igualdade: papel do Estado e diretrizes. In: GODINHO, Tatau (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher).

STIENSTRA, Debora. Gendered dissonance: feminists, Fafia, and Canadian foreign policy. In: SJOLANDER, C. T; HEATHER A; SMITH H. A; STIENSTRA, Deborah (Ed.), *Feminist perspectives on Canadian foreign policy*, New York: Oxford University Press, 2003.

TARROW, Sidney. *Power in Movement: social movements and contentious politics*. 2.ed. Cambridge University, 1998.

THE GLOBAL GENDER GAP REPORT. (GGGR). Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2006.

_____. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2007.

_____. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2008.

_____. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2009.

_____. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2010.

_____. *The Global Gender Gap Report*. Geneva, Switzerland: World Economic Forum, 2011.

TOURAINÉ, A. et al. The study of Social Movements. *Social Research*. v. 52, n. 4, p. 749-787, 1985.

_____. *O que é a democracia?* 2. ed. Tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. 286p.

_____. *Na fronteira dos movimentos sociais*. *Sociedade e Estado*, v. 21, n. 1, p. 17-28. 2006.

STETSON, Dorothy McBride; MAZUR, Amy G. (Ed.). In: *Comparative State Feminism*. Thousand Oaks, London, New Delhi: Sage, 1995.

UNITED NATIONS. *Progress Towards the Millennium Development Goals, 1990-2005*. Secretary-General's Millennium Development Goals Report, June 13, 2005.

VERLOO, M. *The development of gender mainstreaming as a political concept for Europe*. Paper presented at the Conference on Gender Learning. Leipzig, p. 6-8, 2002.

VICKERS, Jill; RANKIN, Pauline; APPELLE, Christine. *Politics as if women mattered: a political analysis of the national action committee on the status of women*. Toronto: University of Toronto Press, 1993.

WALBY, Sylvia. Cidadania e transformações de gênero. In: GODINHO, Tatau; SILVEIRA, Maria Lúcia (Org.). *Políticas Públicas e Igualdade de Gênero*. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2004. 188 p. (Cadernos da Coordenadoria Especial da Mulher, 8).

WHITTIER, Nancy. Political generations, micro-cohorts, and the transformation of social movements. *American sociological. Review* 62: 5 (Oct. 1997) p. 760-778, 2002.

WOMEN AND HOUSING IN CANADÁ: Barriers to Equality (CERA). Centre for equality rights in accommodation women's housing program. Toronto, 2002.

ANEXO

Lista de Entrevistados

Brasil

Bernadete Aparecida Ferreira – Coordenadora do Fórum de Articulação das Mulheres Tocantinenses e presidente da Casa da Mulher 8 de Março, instituições ligadas a AMB.

Janete Pietá – Deputada Federal (PT-SP) e coordenadora da Bancada Feminina na Câmara dos Deputados.

Kauara Rodrigues Dias Ferreira - Assistente da área técnica e de articulação política da CFEMEA

Luciana Santos – Deputada Federal (PC do B-PE) e membro da Bancada Feminina

Luiza Erundina – Deputada Federal (PSB-SP) e membro da Bancada Feminina

Sarah de Freitas Reis – Assistente da área técnica e de articulação política da CFEMEA

Shuma Schumacher – Membro da Secretaria Executiva da AMB

Silvia Camurça – Membro da Coordenação Nacional da AMB

Sônia Malheiros – Assessora Especial da SPM

Tatau Godinho – Subsecretária de Planejamento e Gestão Interna

Canadá

Anita Neville – Deputada Federal (PL-Manitoba) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher no Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense

Bárbara Cameron – Membro do Conselho Administrativo da Fafia

Bonnie Diamond – Ex-diretora executiva da Fafia

Hedy Fry – Deputada Federal (PL-Vancouver) e coordenadora do Comitê Permanente da Condição da Mulher no Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense

Irene Mathysen – Deputada Federal (NPD-Ontário) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher no Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense

Julie Lalonde – Gerente de projetos da Fafia.

Lorne Holyouh – Analista Geral das Políticas e Pesquisas Baseadas em Gênero

Nicole Demers – Deputada Federal (Bloco Quebecua – Quebec) e membro do Comitê Permanente da Condição da Mulher na Câmara dos Comuns no Parlamento Canadense

Sebastien Goupil – Diretor Executivo de Análises Baseadas em Gênero